

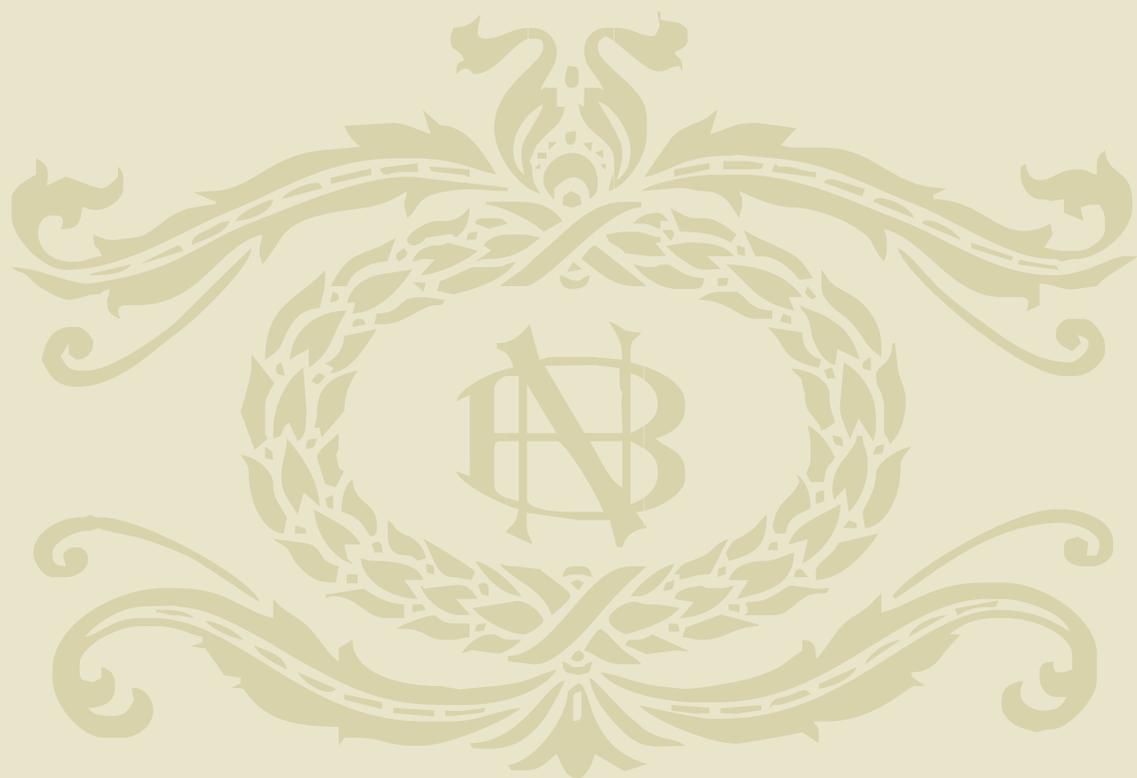
ANNAIS

da

BIBLIOTECA

NACIONAL

Vol. 141 • 2021



Rio de Janeiro, 2022



ANNAIS
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 141 • 2021



Rio de Janeiro
2022

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5ª andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br | www.bn.gov.br

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

JAIR BOLSONARO

Ministério do Turismo

CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO

Secretaria Especial da Cultura

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Luiz Carlos Ramiro Júnior

Diretor Executivo

João Carlos Nara Júnior

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação

Suely Dias

Centro de Cooperação e Difusão

João Alexandre Cupello Cabecinho

Centro de Pesquisa e Editoração

Elton Gomes dos Reis

Coordenação de Editoração

Claudio Cesar Ramalho Giolito

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 141, 2021

Editores

Hudson de Lima Rabelo

Daniel André Pacheco Fernandes

Coordenação Editorial

Paula Rocha Machado

Simone Muniz

Preparação de Originais

Carlos Santa Rosa

Hudson de Lima Rabelo

Paula Rocha Machado

Simone Muniz

Taiyo Omura

Revisão de Provas

Carlos Santa Rosa

Paula Rocha Machado

Projeto Gráfico

Glenda Rubinstein

Projeto Gráfico Adaptado, Diagramação e Tratamento de Imagem

Eliane Alves

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-

v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

SUMÁRIO

Apresentação	7
“Guiou-me no estudo dessas sentenças, única e exclusivamente, o desejo de acertar”: as considerações processuais do magistrado Francisco José Viveiros de Castro sob a perspectiva da Escola Positiva do Direito (1890-1900)	11
<i>Adriana Gomes</i>	
(Re)descobrir o Brasil pela história. Escolanovismo, historiografia e ensino de história no Brasil dos anos 1920	41
<i>Rui Aniceto Nascimento Fernandes</i>	
<i>Salammbô</i> (1862), de Gustave Flaubert: fontes e polêmica.....	65
<i>Celina Maria Moreira de Mello</i>	
A reportagem ágil e o texto impertinente de um jornalzinho manuscrito.....	83
<i>Irineu Eduardo Jones Corrêa</i> <i>Luzia Ribeiro de Carvalho</i>	
“Revista do crime, não é bem dito”: <i>Arquivo Vermelho</i> , notícias criminais e programa de recolha e classificação de dramas sociais	101
<i>Marina Maria de Lira Rocha</i>	
O acervo da Biblioteca Nacional e a Independência do Brasil, 200 anos	125
<i>Lucia Maria Bastos P. Neves</i>	
O Conde de Linhares e a economia política na Era das Revoluções: Brasil, Portugal e Inglaterra, c.1795-c.1808	143
<i>Thiago Alves Dias</i>	
Opinião pública, imprensa e representação no Brasil Império.....	159
<i>Tassia Toffoli Nunes</i>	

O <i>tour</i> da Bahia: o manuscrito de Boniface Bellons e a literatura de viagens europeia do início do século XIX.....	183
<i>Frederico Tavares de Mello Abdalla</i>	
Preciosidades do Acervo	199
Plantas da nação: a representação da flora na construção da natureza tropical e da nação brasileira	201
<i>Bruno Capilé</i>	

APRESENTAÇÃO

Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

“Hino Nacional”, Carlos Drummond de Andrade

Nesse instante uma voz ecoou:

“Magoou-se, pobre filho meu?

Vem buscar-me, filho, aqui estou

Vem buscar-me, que ainda sou teu!”

“Coração Materno”, Vicente Celestino

É com alegria que nos cabe apresentar mais um volume dos Anais da Biblioteca Nacional, a publicação mais antiga da instituição cultural mais antiga do Brasil. O presente volume, como é de praxe, colige artigos produzidos por pesquisadores a partir do acervo da Biblioteca e está dividido em duas seções principais: na primeira, reúne os artigos apresentados na 6ª Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional, que aconteceu em 2020 e consistiu na apresentação dos trabalhos produzidos pelos então bolsistas da FBN; na segunda, traz artigos relativos ao Bicentenário da Independência do Brasil, no que a Biblioteca Nacional se junta às comemorações gerais realizadas por várias outras instituições brasileiras. Após os dois conjuntos principais de artigos, o volume traz a seção “Preciosidades do Acervo”, que costuma sempre apresentar ao público – com um artigo e um caderno de imagens – um item do acervo que merece mais atenção e pode dar um vislumbre metonímico da vastidão, variedade e qualidade do que está sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional.

Abre o volume e a primeira seção de artigos “‘Guiou-me no estudo dessas sentenças, única e exclusivamente, o desejo de acertar’: as considerações processuais do magistrado Francisco José Viveiros de Castro sob a perspectiva da Escola Positiva do Direito (1890-1900)”, de Adriana Gomes. O artigo analisa o corpo de decisões judiciais proferidas pelo juiz Viveiros de Castro, proeminente jurista maranhense que fez carreira na então capital do Império na segunda metade do século XIX, e o modo como essas decisões representaram a influência do pensamento da Escola Positiva na formação de jurisdição no Brasil. O foco recai sobre quatro crimes tipificados no Código Penal de 1890: estupro, defesa da honra como homicídio, prática do espiritismo e contravenção no jogo. A descrição dos episódios que ensejaram as decisões de Viveiros de Castro, bem como as próprias decisões, deixam claro o quanto as instituições jurídicas, políticas e a própria imprensa brasileiras da época estavam eivadas de racismo (inclusive religioso), misoginia e ódio de classe. Todo esse caldo desaguou na formação da jurisdição penal brasileira, por mais que a absorção de ideias da

Escola Positiva do Direito pudesse representar um avanço, ainda que mínimo, no contexto da época.

Em artigos como “(Re)descobrir o Brasil pela história. Escolanovismo, historiografia e ensino de história no Brasil dos anos 1920”, de Rui Aniceto Nascimento Fernandes, e “*Salammbô* (1862), de Gustave Flaubert: fontes e polêmica”, de Celina Maria Moreira de Mello, em suas disparidades de objeto e método, dizem da diversidade de temas a cuja pesquisa o acervo da Fundação Biblioteca Nacional abre caminho e que entretecem história, literatura, ensino e política. Outros artigos desta seção investigarão o papel da imprensa em diferentes momentos da história do Brasil.

Abre a segunda seção de artigos – aquela dedicada ao bicentenário da Independência – o artigo “O acervo da Biblioteca Nacional e a Independência do Brasil, 200 anos”, de Lúcia Maria Bastos P. Neves, professora titular de História Moderna da Uerj, investigadora colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa e sócia titular do IHGB. Este artigo busca resgatar a memória coletiva da sociedade brasileira dos Oitocentos no período de sua separação de Portugal. Como guardião da memória da sociedade brasileira e como instituição cuja semente foi a Real Biblioteca, vinda para o Brasil junto da família real portuguesa, a Biblioteca Nacional de fato parece ser vocacionada para servir de objeto a este tipo de investigação. “É possível ainda”, diz a autora, “verificar o que estava sendo impresso às vésperas da Independência e, a partir daí, como essas ideias circulavam e eram apropriadas por um público leitor”. Há tanto decretos, relatos, cartas, diários, periódicos e panfletos relacionados à Revolução Liberal do Porto como relacionados às iniciativas de solidificação da identidade e institucionalidade do recém-fundado império brasileiro, como há também muitos outros tipos de documentos relacionados à independência, o que permite investigar os diversos estágios do nosso multifacetado e complexo processo de independência. Atenção especial é dada à coleção Documentos Biográficos, que a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional divide com o Arquivo Nacional: “Constitui no mais rico manancial de dados para identificar a composição social das elites política e intelectual do mundo luso-brasileiro, especialmente, no período da Independência, e nos anos do Império, a partir dos numerosos requerimentos ao soberano, que a compõem, e que se fazem acompanhar, muitas vezes, por atestados, comprovando os principais feitos da personagem. Logo, por sua leitura, temos acesso à trajetória daqueles que foram os principais personagens políticos do processo de separação do Brasil”. Os próprios Anais da Biblioteca Nacional, criados por Ramiz Galvão em 1876, constituem fonte preciosa nesta pesquisa, bem como as “Cartas Andradinas”, documentos inestimáveis para a compreensão dos processos internos de tomadas de decisão no período processo à secessão brasileira. O artigo repassa todas essas facetas do acervo da Biblioteca Nacional não como forma de propor uma visão já pronta, postíça e naturalizada da nossa história, mas, pelo contrário,

como forma de renovar a visão deste acervo como um vasto sementário para novas pesquisas que possam nos municiar de um senso vivo e crítico de nossa trajetória e de nosso futuro.

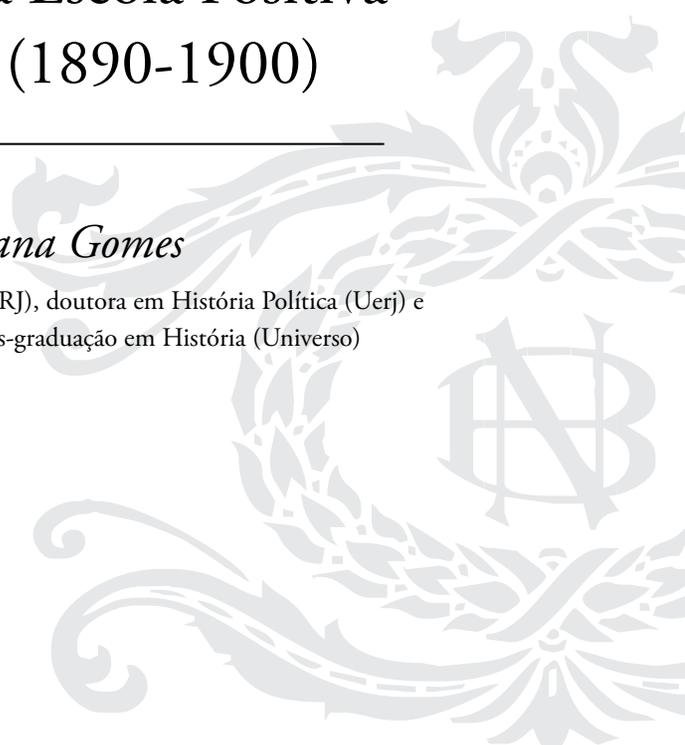
Os outros artigos desta seção, “O Conde de Linhares e a economia política na Era das Revoluções: Brasil, Portugal e Inglaterra, c.1795-c.1808”, de Thiago Alves Dias, “O *tour* da Bahia: o manuscrito de Boniface Bellons e a literatura de viagens europeia do início do século XIX”, de Frederico Tavares de Mello Abdalla, e “Opinião pública, imprensa e representação no Brasil Império”, de Tássia Toffoli Nunes, escolhem objetos e pontos de partida diferentes – um documento do acervo, uma figura histórica de vulto, a atuação de uma série de periódicos em um determinado período – para ligarem o acervo da Biblioteca Nacional aos acontecimentos políticos do Brasil dos Oitocentos e estes, por sua vez, ao quadro político geral da relação da Europa com as colônias americanas.

Na seção “Preciosidades do Acervo”, que ocupa o caderno de imagens desta edição dos Anais, temos “Plantas da nação: a representação da flora na construção da natureza tropical e da nação brasileira”, de Bruno Capilé, que analisa o processo de “iconização” de algumas espécies vegetais da Mata Atlântica que, desde a independência, se tornaram verdadeiros símbolos da identidade nacional brasileira. O autor procurou entender e descrever este processo como um fenômeno relacional entre as espécies vegetais e os naturalistas, artistas e exploradores humanos, em vez de conceder o crédito apenas à agência humana.

“Guiou-me no estudo dessas sentenças, única e exclusivamente, o desejo de acertar”: as considerações processuais do magistrado Francisco José Viveiros de Castro sob a perspectiva da Escola Positiva do Direito (1890-1900)

Adriana Gomes

Pós-doutora em História Social (UFRJ), doutora em História Política (UERJ) e professora do Programa de pós-graduação em História (Universo)





Resumo

Objetivamos analisar o pensamento do juiz Francisco José Viveiros de Castro exposto em suas sentenças criminais. Discutiremos suas percepções jurídicas e aproximações da Escola Positiva do Direito. Com a instrumentalização teórica de Norberto Bobbio, compreendemos que ele se inspirou nos ‘intelectuais ideólogos’ Lombroso, Garofalo, Lacassagne e Tarde. Em contrapartida, também compreendemos Viveiros de Castro como um ‘intelectual experto’ por ter construído leituras jurídicas próprias refutando ou coadunando ideias que lhe fizeram sentido, mesmo opondo-se na sustentação teórica dos ‘ideólogos’. Com ideias em circularidade, o juiz expôs suas interpretações em sentenças criminais com propósito de criar jurisprudências para crimes recorrentes no Rio de Janeiro. Aferimos a diligência desse ‘intelectual experto’ com a análise de processos criminais em que a teoria se apresentou prática. Os crimes que destacamos foram: estupro, prática do espiritismo, defesa da honra e contravenção no jogo.

Palavras-chave: Francisco José Viveiros de Castro. Escola Positiva do Direito. Estupro. Prática do espiritismo. Defesa da honra. Contravenção no jogo.

Abstract

We aim to analyze the thinking of judge Francisco Viveiros de Castro as exposed in his criminal sentences. We will discuss his legal perceptions and approaches to the Positive School of Law. Using theoretical tools provided by Norberto Bobbio, we understand that Viveiros de Castro was inspired by ‘ideologue intellectuals’ Lombroso, Garofalo, Lacassagne and Tarde. On the other hand, we also see de Castro as an ‘expert intellectual’ for having built his own legal readings by refuting or putting together ideas that made sense to him, even as he opposed the theoretical support for the “ideologues” ideas. With his ideas in circularity, the judge exposed his interpretations in criminal sentences, aiming to create jurisprudence for recurrent crimes in Rio. We measured the diligence of this ‘expert intellectual’ by analyzing criminal cases in which the theory presented itself in practice. The crimes highlighted by us are: rape, practice of spiritism, defense of honor, and misdemeanor in gambling.

Keywords: Francisco José Viveiros de Castro. Positive School of Law. Rape. Practice of Spiritism. Defense of honor. Misdemeanor in gambling.



“O juiz não é como o papa, inspirado pelo Espírito Santo. A opinião que adota foi consequência de seus estudos”: a trajetória acadêmica de Francisco José Viveiros de Castro

Francisco José Viveiros de Castro nasceu, em 1862, na cidade de Alcântara, na província do Maranhão, e faleceu no Rio de Janeiro em 1906. Ele tornou-se bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1883. A sua carreira profissional iniciou-se na política, quando assumiu o cargo de presidente da província do Piauí, que ocupou de 06 de julho de 1887 a 27 de julho de 1888. Em seu estado natal, foi integrante da Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Já no exercício de seu ofício, ocupou a função de promotor público no Rio de Janeiro, sendo o primeiro a exercer o posto na capital do país. Além disso, foi lente de Direito Criminal na Faculdade Livre de Direito na cidade do Rio de Janeiro e juiz da Câmara do Tribunal Civil e Criminal (BLAKE, 1895, p. 19; Relatórios do Ministério da Justiça, 1895, p. 72, 82, 202; 1899, p. 51).

O jurista mostrou-se comprometido com os novos saberes de seu campo de conhecimento que, na virada do século XIX para o século XX, emitiu acen-tuadamente uma série de pressuposições na área do Direito que revelaram as tendências das escolas jurídicas, cujas percepções eram intensamente discutidas entre os seus pares. Sob essa perspectiva, Francisco José Viveiros de Castro evidenciou seu pensamento jurídico em uma série de livros com considerações acerca do Direito Criminal.

Como o seu conhecimento era bastante amplo, ele também se dedicou a escrever alguns contos que não tinham necessariamente relação com suas impressões jurídicas. Entre os seus trabalhos, destacamos: *Ensaios jurídicos* (1892), *Chiquinha Mascotte* (1893), *A Nova Escola Penal* (1894), *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1894), *Diário de um solteirão* (1895), *Ideias e phantasias* (1895), *Sentenças e decisões em matéria criminal* (1896), *Questões de Direito Penal* (1900), *Jurisprudência criminal* (1900), *Os delitos contra a honra da mulher*. Também houve publicações oficiais, tais como: *O suicídio na Capital Federal* (1894) e *Ensaio sobre a estatística criminal da República* (1896).

A vida acadêmica de Francisco José Viveiros de Castro iniciou-se na Faculdade de Direito do Recife, o que influenciou significativamente suas perspectivas jurídicas. No espaço acadêmico, fez parte de efervescentes discussões críticas sobre a sociedade brasileira que, por sua relevância, acabaram sendo conside-radas articuladoras de um expressivo movimento intelectual, recorrentemente assoalhado por muitos pesquisadores da área do Direito e da intelectualidade brasileira do Oitocentos como a “Escola de Recife”. Entre os expoentes dessa Escola de relevante produção acadêmica, destacaram-se os juristas Tobias Barreto

de Meneses (1839-1889) e Silvio Romero (1851-1914) (VENÂNCIO FILHO, 1982, p. 95-96; SCHWARCZ, 2008, p. 150).

“Não exprimem tendência alguma, nem o predomínio do rigor científico, nem o afrouxamento da equidade prática”: a apropriação das percepções da Escola Positiva do Direito por Viveiros de Castro

As concepções da Escola Positiva do Direito no Brasil começaram a ganhar impulso no meio jurídico brasileiro na segunda metade do século XIX, mediante a divulgação de trabalhos de João Vieira de Araújo (1844-1922) sobre o Direito Penal, com destaque para suas interpretações das normas penais de 1830 e 1890. Francisco José Viveiros de Castro, em seu cânone *A Nova Escola Penal* (1894, p. 13-14), foi um de muitos juristas que destacaram Vieira de Araújo como pioneiro nas abordagens referentes à Antropologia Criminal, cujas novas proposições no meio jurídico ele não havia medido esforços para encetar.

As principais contribuições de João Vieira de Araújo às proposições da Escola Positiva foram reveladas no *Ensaio de Direito Penal ou repetições escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil* (1884), em que o lente da Faculdade de Direito do Recife tencionou que fosse realizada uma releitura da norma penal brasileira para que se contemplasse as proposições do Direito Criminal sob o arcabouço teórico de Cesare Lombroso. Segundo o professor, o Direito Criminal era a norma jurídica mais propensa à aquiescência de modificações em suas interpelações devido às “constantes e rápidas mudanças em seu conceito” decorrentes das dinâmicas das sociedades e da ciência. Sugeriu, portanto, a leitura do cânone de Lombroso, *O homem delinquente* (2010) e o reconhecimento das concepções do antropólogo criminal como “progressos estupendos” para o campo do Direito Criminal no Brasil, a fim de que o país passasse a integrar o rol dos Estados em cujas normas penais estivessem integradas as ideias da Escola Positiva do Direito (ARAÚJO, 1884, p. 5).

João Vieira de Araújo compreendia as considerações lombrosianas como uma “síntese de conhecimentos obtidos pelos progressos científicos da observação e da experiência no estudo do homem criminoso, considerado por todos os seus caracteres somáticos e psíquicos” (ARAÚJO, 1889, p. 181).

Podemos assegurar que nos anos de 1880, enquanto as concepções lombrosianas começavam a ter eco no Brasil, no cenário europeu ocorria um intenso debate e um questionamento depreciativo das argumentações da Antropologia Criminal que, gradativamente, foram tomando corpo no Velho Continente e descredibilizando esse cabedal teórico em seu meio jurídico. Em 1885, inclusive, no Primeiro Congresso Internacional de Antropologia Criminal em Roma, e também em 1889, no segundo congresso, realizado em Paris, Alexandre

Lacassagne (1843-1924) questionou Lombroso diretamente acerca de sua argumentação sobre os princípios que inspiram o delito. Para o professor francês, o crime se desenvolveria em sociedade, pois é nesta que seriam encontrados os “micróbios” (delinquentes), que se desenvolvem no meio social propício (SCHECAIRA, 2008, p. 95). Onde houvesse uma sociedade desorganizada, conseqüentemente, a criminalidade seria verificada muito mais agudamente do que em uma sociedade mais organizada. A assertiva de Lacassagne poderia ser sintetizada na frase “cada sociedade tem o criminoso que merece”: trata-se de uma mudança na compreensão da criminalidade, agora vista sob o prisma do meio social, na medida em que este consistiria no “caldo de cultura” para o crime (ibidem). Dessa maneira, as pressuposições de Lacassagne iam de encontro às afirmações de Cesare Lombroso e dos seguidores da escola antropológica italiana ao propor que as condições socioeconômicas teriam papel definitivo na produção de criminosos (ibidem).

Outro francês que também se opôs às concepções da Antropologia Criminal foi Gabriel Tarde (1843-1904), ao refutar com veemência as considerações de Lombroso em relação à evidenciação de regressão atávica pelo criminoso. Para Tarde, pouco importaria a anatomia de um criminoso porque, no estágio evolutivo em que quaisquer homens estariam, eles teriam capacidades superiores aos dos selvagens teorizados pelo italiano. Tarde também propôs que Lombroso havia se apropriado em demasia das concepções darwinianas para estudar os delinquentes. Para o francês, o “criminoso pode lembrar o selvagem, o bárbaro ou o semicivilizado, tal similitude, aliás, curiosa não contribui de nenhum modo para explicar por que ele é criminoso” (TARDE, 1886, p. 34-55).

Mesmo que as elaborações da Antropologia Criminal estivessem sendo combatidas por meio de argumentação eloquente no continente europeu, tais concepções foram, no Brasil, consideradas, por um grupo relevante de intelectuais, como convincentes e adequadas para o entendimento da situação política, social e econômica em que se encontrava o país.

Nesse período de sua história, o Brasil passava por intensas mudanças e instabilidades. A iminência da Abolição da escravatura – cujo prelúdio de supressão gradativa vinha desde os anos iniciais da segunda metade do século XIX – e todos os seus desdobramentos sociais subsequentes era uma situação bastante significativa em diversos aspectos; entre eles, destaca-se a própria reorganização social do país. Entre os principais escritos de Francisco José Viveiros de Castro, o que nos evidenciou com mais clareza as suas considerações teóricas acerca da Escola Positiva do Direito foi *A Nova Escola Penal*, publicado originalmente em 1894. Assim como afirmou Norberto Bobbio (1997, p. 67) que uma das principais funções do intelectual é escrever a partir de reflexões de suas ideias, Viveiros de Castro não refutou a oportunidade de revelar as suas impressões acerca da jurisprudência. O jurista brasileiro também não declinou de sua condição de intelectual; pelo contrário: com seus escritos, trouxe

à consideração dos magistrados brasileiros novas perspectivas do pensamento jurídico discutido na Europa.

A fim de alcançar as suas expectativas, Viveiros de Castro não se isentou de proferir palavras austeras aos seus pares ao revelar o atraso dos professores de Direito no Brasil, ignorantes da

revolução que tem modificado tão profundamente o Direito Penal, são incapazes de fazerem uma exposição razoável das ideias de Lombroso, de um Ferri, de um Lacassagne, e muitos outros de si, no atrevimento da ignorância. (CASTRO, 1894, p. 8).

E, por se limitarem a repetir ensinamentos, reduziram o Direito Penal a formalidades sem arcabouço teórico, repletos de “chicanas e rabulices” (ibidem). De modo bastante implacável nas explicações preliminares do livro, Viveiros de Castro se referiu aos magistrados brasileiros que não encarnaram as concepções da Nova Escola Penal e atribuiu para si a tarefa de despertar, na nova geração de juristas, a que ele se referiu como “mocidade”, a inquietude para explorar as ideias científicas supostamente presentes na Escola Positiva do Direito (idem, p. 12-13).

O jurista desejava disponibilizar aos jovens a busca pelo conhecimento por meio de métodos de observação e investigações cuidadosas dos fatos, em vez dos esclarecimentos jurídicos que recorressem a hipóteses metafísicas e sínteses precipitadas (ibidem). Mediante um discurso prescritivo sobre as novas concepções de Direito Criminal, Viveiros de Castro pretendeu evidenciar a importância de se compreender determinados pensadores do Direito para entender a dinâmica da jurisprudência. Dessa forma, percebemos a intervenção do juiz enquanto intelectual no campo jurídico brasileiro. Ao reconhecê-lo como um intelectual com discurso prescritivo, cabe-nos deslindar as nossas percepções. Entendemos como “discurso prescritivo” aquele no qual o intelectual é levado a proferir a sua opinião (BOBBIO, 1997, p. 69). Em relação ao sobredito juiz, o mais relevante seria não somente a exposição dessas novas interpretações jurídicas em voga na Europa, mas também as suas impressões e ações diante de determinados casos polêmicos recorrentes nos tribunais do país. Ele buscou escrever casos estudados e julgados por ele para que pudesse influir nos juízes e intervir em suas formas de julgar, bem como na compreensão dos réus.

As pretensões de Viveiros de Castro com as suas brochuras era interferir na realidade do campo jurídico brasileiro para que as suas percepções pudessem ser conhecidas e reconhecidas em seu meio. As perspectivas do juiz foram ao encontro, mais uma vez, das elaborações do italiano Norberto Bobbio (1997, p. 70), que, em suas análises sobre as funções sociais do intelectual, sublinhou a necessidade de observância da relação entre a teoria e a práxis – isto é, a influência das ideias sobre a dinâmica profissional. Segundo as considerações de

Norberto Bobbio sobre as relações entre política e cultura (idem, p. 72-73), os intelectuais poderiam ser classificados em dois tipos (totalmente independentes e que não se confundem): os “intelectuais ideólogos” e os “intelectuais expertos”. O critério para a diferenciação entre os dois tipos propostos por Bobbio seria a análise das tarefas desempenhadas pelos intelectuais como criadores ou transmissores de conhecimentos relevantes para o campo respectivo de suas propostas. Os “intelectuais ideólogos” seriam aqueles que forneceriam os princípios que guiariam as atividades (conhecimentos-guia), e os “intelectuais expertos” seriam aqueles que forneceriam conhecimentos relevantes para atingir os fins (conhecimentos-meio).

Nessa linha de pensamento, a partir da apropriação das considerações do teórico Bobbio, podemos concluir que Lombroso, Ferri, Raffaele Garofalo (1851-1934), Lacassagne e Tarde, por terem elaborado os princípios que guiariam seus seguidores, seriam “intelectuais ideólogos”, cujos valores atribuídos passariam a se tornar as diretrizes para os que se identificassem com as suas percepções acerca da jurisprudência. As assertivas desses pensadores do crime e do criminoso foram fundamentadas na observação e sistematização de procedimentos a partir da realidade – mesmo que haja uma série de reticências e discordâncias quanto aos meios manipulados para se chegar a determinadas conclusões, o que uma parcela dos intelectuais vê como improcedências.

Parece-nos válida a compreensão segundo a qual as ações de Viveiros de Castro vão ao encontro das percepções de “intelectuais expertos”, pois estes indicariam os conhecimentos mais adequados em condições de serem alcançados; isto é, eles disponibilizariam as ações racionalizadas para que os objetivos possam ser atingidos.

Dessa maneira, as dinâmicas de Francisco José Viveiros de Castro na magistratura – sejam em sua proposta em *A Nova Escola Penal*, sejam no conjunto de suas obras cânones para o campo do Direito – propuseram prerrogativas para indicarem os caminhos, conhecimentos e meios mais adequados para se atingir um propósito estabelecido. Esse objetivo, compreendemos ser a divulgação das concepções da Escola Positiva junto aos jovens estudantes de Direito.

Devemos ressaltar, entretanto, que ao trazer as proposições dos intelectuais europeus para os brasileiros, Viveiros de Castro colocou lado a lado pensadores que divergiam entre si conceitualmente. A sua abordagem da Nova Escola Penal visava despertar o estudo para questões em debate na Europa sem entrar proficuamente no mérito de que Lacassagne e Tarde assenhoreavam-se de considerações acerca do Direito com críticas peremptórias, sobretudo aos pressupostos de Cesare Lombroso.

Apesar de notabilizar as diferenças, Viveiros de Castro não se deteve nas dissonâncias de abordagens. Compreendemos que a sua proposta foi expor as novas percepções e torná-las aprazíveis aos brasileiros. Isso nos parece ser confirmado pelo fato de que, nos julgamentos, suas argumentações demonstravam

apropriações da Antropologia Criminal, apesar de que ele também interpelava fazendo uso de proposições de pensadores que contrastavam com a Escola Positiva do Direito.

No Brasil, o grande desafio em se interpretar as novas ideias na área da criminologia era pensar na “originalidade da cópia”, mediante processos de adaptação de ideias europeias a terras brasileiras, havia a necessidade de se selecionar o que fosse mais pertinente às especificidades culturais do país e descartar “o que de alguma maneira soava estranho” (SCHWARCZ, 2008, p. 41).

Não podemos desconsiderar que as peculiaridades das proposições de Viveiros de Castro envolvendo a criação de uma “originalidade da cópia”, diante das percepções jurídicas europeias que revelavam contraposições interpretativas na compreensão do crime e do criminoso, corroboraram para que ele atuasse no cenário brasileiro também como um “intelectual ideólogo”. Suas apreciações sobre o crime tornaram-se referência para uma série de juízes brasileiros.

As percepções de Viveiros de Castro matizadas pelos diferentes olhares da Nova Escola Penal, mesmo com maior tendência para as apropriações da Antropologia Criminal, acabaram por elaborar uma nova concepção jurídica que permitiu conciliar ponderações dissonantes sobre jurisprudência.

Sublinhamos a importância que Francisco José Viveiros de Castro, seja em sua apreciação como um “intelectual experto” ou como um “intelectual ideólogo”, teve para o campo do Direito no Brasil: com suas elaborações e justaposições de ideias divergentes, o juiz se dedicou a compor considerações circunscritas. Viveiros de Castro atribuiu as diferentes compreensões de crime e de criminoso às diferenças entre os países de onde as diferentes ideias surgiram, além das ênfases diversas que cada um deu às novas interpelações como parte de uma nova leitura de jurisprudência (CASTRO, 1894, p. 9).

Na Itália, as novas percepções do Direito contemplaram as ideias antropológicas, pois seus “intelectuais ideólogos” empenharam-se em compreender o tipo criminoso nato por meio de suas “anomalias anatômicas e psíquicas”, por entenderem que o crime decorria da hereditariedade e de razões relacionadas a fatores congênitos (ibidem).

Já na França, as apreensões criminológicas de seus “intelectuais ideólogos” se debruçaram sobre as questões de cunho social e, por isso, partiram do pressuposto de que cada sociedade era responsável pela criação de seus próprios criminosos. Os problemas provenientes da criminalidade seriam associados à desorganização da sociedade; os criminosos seriam, portanto, compatíveis com o merecimento do corpo social que os produziu (ibidem).

Apesar de Viveiros de Castro não ter o propósito de discutir as divergências de pensamento dos criminologistas da Nova Escola Penal, ele escolheu conduzir em suas asseverações um discurso em que fosse priorizada a convergência dos “intelectuais ideólogos” por suas apreciações irem de encontro às concepções da Escola Clássica do Direito. A divergência a essa escola seria mais relevante

do que o fato de as pressuposições jurídicas terem especificidades conflitantes entre si (idem, p. 19-22).

Nas abordagens de Viveiros de Castro em outro cânone de sua autoria, *Ensaio jurídicos* (1892), também podemos constatar que o jurisconsulto se empenhou em atribuir, tanto aos “eminentes antropologistas” italianos quanto aos franceses, verossimilhanças relevantes, mesmo com seus olhares bastante específicos em relação ao crime. O importante seria a dissonância em relação às prerrogativas da Escola Clássica.

Pela importância do livro *A Nova Escola Penal* (1894), buscaremos evidenciar as impressões de Viveiros de Castro sobre os “intelectuais ideólogos” e seus entendimentos sobre as questões jurídicas. Para tanto, faremos breves considerações sobre Lombroso, Ferri e Tarde, por terem sido estes os ideólogos que o juiz se empenhou em apresentar aos jovens brasileiros.

Em relação a Cesare Lombroso, Viveiros de Castro o considerou como aquele que jogou “a luz neste vasto caos” com suas investigações para a produção da ideia de criminoso nato. O juiz dedicou extensas páginas de sua *A Nova Escola Penal* (CASTRO, 1894, p. 45-64) à elucidação das proposições do italiano em *O homem delinquente* (LOMBROSO, 2010), a fim de realmente evidenciar aos interessados os novos entendimentos em relação ao crime.

Entre as polêmicas dedicadas às assertivas de Lombroso, Viveiros de Castro salientou que os juristas, sem os conhecimentos sobre as proposições da Nova Escola Penal, acabavam por responsabilizá-la por subordinar o Direito à Medicina, por compreender o criminoso como alguém investido de patologias e não reconhecer a análise sensível dos atos do delinquente em si (CASTRO, 1894, p. 46-47).

Viveiros de Castro destacou que as ideias relacionadas ao atavismo haviam sido criticadas por Gabriel Tarde e que observações deste autor haviam evidenciado que as análises de Lombroso, sobretudo aquelas relacionadas às semelhanças físicas indicadas entre o criminoso e o selvagem e as impressões corporais das tatuagens, não conseguiriam resistir ao raciocínio lógico (idem, p. 50-53).

Viveiros de Castro considerava Lombroso uma referência por este ir de encontro às convicções de Beccaria, significativamente presentes na cultura jurídica brasileira. Por isso, suas caracterizações de Lombroso iam desde “renovador audacioso” a “pensador de vistas largas”, cujas ideias haviam suprimido as “velhas ideias metafísicas, caducas e imprestáveis” (idem, p. 64). Daí o mérito de ter o “título de glória” e ter todo o seu reconhecimento, que se converteu em citações para a elaboração de argumentação de autoridade na proferição de sentenças criminais.

Em relação a Enrico Ferri, cujas ideias foram reconhecidas como Sociologia Criminal, Viveiros de Castro propôs que ele teria agregado investigações de problemas sociais às apreensões lombrosianas, reformulando uma série de discussões sobre a figura do criminoso (idem, p. 65).

Na linha de prover convergência de entendimento sobre o crime entre os criminologistas, Viveiros de Castro revelou que Ferri instituiu o conceito de “lei de saturação criminal”: a ideia segundo a qual o crime não é um ato relacionado ao livre-arbítrio, uma vez que fatores relacionados ao meio físico e social, conjugados às tendências hereditárias dos indivíduos e seus impulsos psicológicos ocasionais, seriam os propulsores do crime (idem, p. 65-66).

Por esse viés de entendimento, Ferri compreendeu que a penalidade não evitaria o crime e muito menos teria efeito de intimidação. A dinâmica empregada na repressão não coibiria a criminalidade, visto que a ameaça da penalidade somente atuaria em um grupo limitado de pessoas. Para que o crime pudesse realmente ser reprimido, seria necessário combatê-lo antes que ele ocorresse – isto é, por meio de reformas sociais que propusessem a reestruturação da economia, da política, da ciência, da administração, da religiosidade, da família e da educação. A essas reformas estruturais da sociedade, o sociólogo italiano chamou de “substitutivos penais” (idem, p. 73).

Viveiros de Castro apresentou Gabriel Tarde como um “ilustre juiz de instrução criminal” que mereceu de Cesare Lombroso considerações positivas em seus argumentos sobre o crime – mesmo que Tarde discordasse da análise antropológica do criminoso e considerasse inaceitável o “atlas de Lombroso” sobre a criminalidade. Para o francês, o antropólogo criminal não teria conseguido criar o “tipo ideal”, uma vez que as suas afirmações somente teriam conseguido retratar uma combinação de caracteres fundamentados em artificialidades (idem, p. 93-100).

Dentre as percepções de Tarde, Viveiros de Castro discutiu a “lei da imitação”, que consistiria na reprodução de “atos dos nossos semelhantes”: é a ideia segundo a qual a tendência imitativa seria algo inerente à natureza humana e que esta tendência agiria como uma “força mecânica irresistível”. A intervenção da “lei da imitação”, com toda a sua intrínseca complexidade, não operaria apenas entre os indivíduos isoladamente, mas também na coletividade: influiria em atos relevantes da vida social, promoveriam ações compartilhadas por um grande grupo (idem, p. 100-105).

A correlação entre os criminologistas também pode ser notada em *Ensaio jurídicos*. Neste livro, Viveiros de Castro denominou de forma uniforme os criminologistas como “eminentes antropologistas” que, tanto na Itália quanto na França, estariam em dificuldades por defenderem posições jurídicas divergentes em relação àquelas da Escola Clássica, ao ponto de estarem sendo considerados, por alguns de seus congêneres profissionais, como “gatunos reincidistas [sic] de profissão, inimigos do trabalho, relapsos e incorrigíveis, pela maior parte devassos e ébrios” (CASTRO, 1892, p. 59). A intenção de Viveiros de Castro foi colocar em campos opostos as escolas de Direito – isto é, de um lado, a refutada Escola Clássica; do outro, a pretensamente inovadora Nova Escola Penal. Por isso, o grande desafio assumido pelo juiz maranhense ao longo de

sua carreira na magistratura foi viabilizar a individualização da pena em suas sentenças criminais pela justaposição de entendimentos sobre a punibilidade do transgressor.

“Grande valor têm os arestos dos tribunais, as sentenças dos magistrados”: as considerações de Viveiros de Castro nos acórdãos

Com plena convicção do fundamental papel do juiz para o funcionamento salutar da justiça brasileira, Viveiros de Castro afirmava que caberia ao magistrado “o estudo (...) interpretar a lei procurando através das palavras o espírito, a intenção (...)” (1896, p. 7-8) a fim de que não ocorressem injustiças por sentenças oscilantes, inconsistentes e até contraditórias que, sobremaneira, eram proferidas por juízes de primeira instância. Por isso, entendeu que deveria ser uma realidade a existência de um escopo de uniformidade nos arestos dos tribunais brasileiros, pois isso facilitaria o andamento processual tanto para o advogado e o litigante quanto para o juiz criminalista.

Nesse sentido, a hermenêutica jurídica de Viveiros de Castro foi ao encontro dos pressupostos de Alípio Silveira (1968, p. 129). Isso ocorreu sobretudo em suas considerações sobre a busca de uma verdade incontestável na ciência do Direito segundo a qual a interpretação das leis seria uma síntese de vários processos afins e que, portanto, tornaria inteiramente infundada a contraposição entre os vários elementos ou processos de interpretação.

Assim, como já evidenciamos, o juiz buscou propagar sua hermenêutica jurídica em diversos casos criminais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. A partir de agora, nos empenharemos em deslindar os entendimentos e as interpretações de Viveiros de Castro sobre o Código Penal de 1890 quanto aos crimes de estupro (artigos 266 a 269); prática do espiritismo (artigo 157); defesa da honra com homicídio (artigos 294 a 297); e contravenção no jogo (artigos 369 a 374). Antes de discutirmos os processos criminais, no entanto, precisamos ressaltar que analisar os autos e compreender o que motivou as discussões nos tribunais não significa que conseguiremos retratar o que se passou de fato. Algumas narrativas não fazem muito sentido, não apresentam continuidade, existem lacunas e contradições. Como afirmou Chalhoub (2001, p. 40-41), ler os processos não significa ir em busca do que realmente aconteceu. A nossa proposta é discutir o crime na virada do Oitocentos e trazer para discussão a interpretação de Viveiros de Castro sob a perspectiva das percepções jurídicas em voga em meio aos cerceamentos permitidos na sociedade do século XIX.

Crime de estupro

Em crimes que envolviam situações de estupro, Viveiros de Castro considerava que determinados procedimentos deveriam ser condutas protocolares realizadas pelos juízes. Além do depoimento da violência sofrida pela mulher, havia a necessidade de comprovação da ação delituosa, para que esta não fosse apenas presumida. Por isso, deveria haver análise psicológica e exames periciais, para que os indícios da violência fossem verificados por profissionais habilitados na medicina legalista (CASTRO, 1894, p. 271).

O processo criminal que analisaremos teve como autor o Ministério Público do Rio de Janeiro e, como réu, Bento Correia Bandeira. Inicialmente, o acusado responderia pelo crime definido no artigo 267 combinado com o artigo 273 § 4 do Código Penal de 1890. Porém, ao longo do processo criminal, o Ministério Público considerou que o réu deveria responder pelo delito cometido no artigo 268 das leis penais (*idem*, p. 272). De acordo com os autos processuais, o crime teria sido cometido no dia 25 de julho de 1895, em uma estalagem situada na rua General Bruce, localizada no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, quando Bento Correia teria “desvirginado” sua filha menor de idade, Rosa de Jesus, com o emprego de violência física. Mediante a acusação, a 10ª Pretoria qualificou o réu, que foi interrogado pelo juiz local, que também recebeu o depoimento de mais seis testemunhas e da própria autora (*idem*, p. 272-273). Em depoimento, Bento Correia negou ter cometido qualquer crime contra a sua filha e declarou que a acusação teria sido motivada por uma “vingança torpe” da autora, que reincidia em acusação já realizada em Portugal. Segundo o réu, as ações da filha seriam motivadas pelo desejo de se “libertar do poder pátrio para [...] entregar-se à prostituição”. A fim de endossar a sua defesa, o acusado apresentou documentos da justiça portuguesa (*idem*, p. 273). Ante a história revelada, Viveiros de Castro iniciou as suas considerações com a evidenciação de que defloramento e estupro seriam crimes distintos, mesmo que ambos infringissem a “honestidade das mulheres” e tivessem como principal motivação a satisfação de “desejos sexuais”. Defloramento pressupõe uma mulher virgem em qualquer idade, a quem um homem, “tendo obtido o seu consentimento ou não por meio de sedução, fraude ou engano”, deflora. Já o estupro caracteriza-se pela prática da violência no ato sexual, seja qual for a situação da mulher quanto a idade, se é virgem ou não, quanto a condição social e área de atuação profissional, inclusive as prostitutas. Estas últimas eram, inclusive, protegidas pelas leis penais brasileiras (*idem*, p. 273-274). Dessa forma, de acordo com as diferenciações legais, o réu estaria respondendo pelo crime de estupro qualificado por, supostamente, ter realizado o ato sexual sem o consentimento da vítima e com uso de violência. A infração criminal estaria consonante com o artigo 269 do Código Penal de 1890, que tem como precedentes à prática do crime o “ato pelo qual o homem abusa uma [sic] mulher, seja ela virgem ou

não” (idem, p. 275). Na interpretação deste artigo penal, Viveiros de Castro foi ao encontro dos pareceristas da *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros* e considerou que a violência sexual teria espaço em situações específicas e estas seriam raras, pois o comum seria o consentimento feminino. A fim de endossar suas polêmicas percepções, o juiz as aproximou das opiniões de especialistas em Direito Criminal tais como: Rodolfo Rivarola (1857-1942); Joseph Edouard Boitard (1804-1835); Salvador Viada y Vilaseca (1843-1904) com Aldolphe Chauveau (1802-1868); e Faustin Helie (1799-1884). Estes fundamentavam suas interpretações no argumento de autoridade de Alexandre Lacassagne, que entendia como atitude acertada, em casos de estupro, recorrer aos exames e laudos de médicos legistas para conceder idoneidade à sentença – pois, com o apoio desse profissional, de “sua competência técnica e de sua experiência profissional”, os fatos poderiam ser constatados (CASTRO, 1894, p. 277; REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 08/1893, p. 306). Apesar de defender a recorrência ao exame legal para evitar que qualquer injustiça pudesse ser imputada, principalmente ao homem, o juiz, no entanto, apresentava percepção reticente para o crime de estupro. Para Viveiros de Castro, “salvo raros casos [...] os esforços de um só homem não podem vencer a resistência de uma mulher”, e por isso deveria existir “máxima prudência na apreciação da violência alegada”. Assim, em seu entendimento, a mulher poderia se desvencilhar de uma agressão sexual, se fosse essa sua vontade (CASTRO, 1894, p. 275).

Além desse posicionamento, Viveiros de Castro considerava que outros três fatores deveriam ser levados em consideração, a saber: para que se constatasse o crime, a ameaça deveria estar acompanhada de um perigo iminente que colocasse a vida da mulher em risco: a utilização de instrumentos e meios que aniquilassem a vontade própria, como a hipnose, o uso de anestésicos e de narcóticos. E, nos casos em que a vítima fosse menor de 16 anos de idade, ainda que houvesse consentimento, a situação não seria atenuante, pois a idade não conferia à menor a compreensão de que o fato ocorrido afetaria “tão profundamente a sua honra e o seu futuro” (ibidem).

A vítima Rosa de Jesus, que tinha 18 anos completos, relatou em seu depoimento que Bento Correia dormia no mesmo quarto que ela e recorrentemente fazia-lhe ameaças. No dia apontado como da ocorrência do estupro, Rosa de Jesus declarou que sofreu violência física das 21 horas até a madrugada, porque seu pai havia subjugado-a com uma navalha sob a ameaça de assassiná-la, caso resistisse (idem, p. 276).

Partindo de sua jurisprudência quanto ao crime de estupro, Viveiros de Castro considerou muito limitantes as evidências apresentadas pela autora. Além disso, o depoimento das testemunhas favoráveis à autora não poderia ser considerado, pois um juiz não poderia se influenciar por quantitativo expressivo de depoimentos de testemunhas; deveria, em vez disso, “julgar provado

o que elas afirmam”. Por isso, ele exigiu exames médicos e também a análise psicológica para verificar a credibilidade das afirmações de Rosa de Jesus.

A verificação psicológica da vítima era uma orientação de Enrico Ferri em sua obra *Sociologia criminal* (2006, p. 275). Segundo ele, as intervenções técnicas por meio da biologia e da psicologia criminal seriam instrumentos necessários para que os juízes tivessem acesso à prova pericial, fosse ela de acusação ou defesa.

Para Ferri (*ibidem*), os peritos em Antropologia Criminal teriam condições, por meio de exames específicos, de promoverem uma “pronta classificação antropológica” das partes do processo a fim de decidir se existe delinquência promovida pela loucura, pelo nascimento ou por ocasião.

Ao declarar sua sentença, Viveiros de Castro iniciou suas considerações declarando que o depoimento de Rosa de Jesus teria sido contraditório, uma vez que ela havia relatado que o defloramento teria ocorrido em 25 de julho, mas o exame de corpo de delito, realizado em 18 de agosto, teria estimado uma data anterior. Ante a constatação, ela refez o depoimento e declarou que o ato sexual que a desvirginou aconteceu na ocasião de uma viagem da família a Portugal (CASTRO, 1894, p. 277).

Nessas circunstâncias, o juiz considerou que as declarações de Rosa de Jesus seriam inaceitáveis, impassíveis de “merecer fé”. Ademais, Viveiros de Castro pontuou ser implausível que a mãe suportasse ver a filha ser violentada pelo próprio pai por uma porta entreaberta e “deleitar-se na contemplação desse espetáculo imoral”, pois o mais provável seria que tivesse tomado alguma atitude diante do ato inadmissível de seu esposo ou, pelo menos, solicitado auxílio a terceiros (*idem*, p. 277-278).

Segundo o juiz, Rosa de Jesus poderia ter pedido auxílio por meio de gritos de socorro, pois o suposto crime ocorreu em uma estalagem, onde havia aglomeração de pessoas e os ataques seriam audíveis, com o agravante de a porta estar entreaberta, conforme havia sido relatado em depoimento (*idem*, p. 278-279).

Além disso, o exame de corpo de delito concluiu a inexistência de traços de luta e resistência de Rosa de Jesus, pois não havia qualquer sinal de hematomas provocados por dedos ou escoriações que acusassem a pressão das unhas em qualquer parte do corpo, principalmente nos braços, nos pulsos, na face interna e superior das coxas, pelo suposto esforço empregado pelo réu (*idem*, p. 279-280).

Na conclusão de sua sentença, Viveiros de Castro concluiu que o defloramento era antigo e que não foi constatado qualquer traço de violência física decorrente de força externa e luta de resistência. Reafirmou o posicionamento segundo o qual os pais não seriam capazes de violar suas próprias filhas, porém estas seriam capazes de caluniá-los. Ante estas argumentações, o réu Bento Correia Bandeira foi absolvido da acusação de estupro em 13 de novembro de 1895.

Os crimes de estupro raramente eram punidos na virada do século XIX para o XX. Além de existirem grandes quantidades de casos que não redundavam

em processos criminais devido à inexistência de continuidade nas investigações, mesmo naqueles casos que chegavam ao juízo os acusados dificilmente eram penalizados. As prisões em casos de estupro eram excepcionais, pois as ações de violência do homem eram negadas e as vítimas acabavam por se tornar o centro de análise do julgamento para que a sua reputação e palavra, de alguma maneira, pudessem ser depreciadas (FAUSTO, 1984, p. 178-179; MORELLI, 2014, p. 91).

Crime de espiritismo

O crime de praticar o espiritismo estava inserido no Título III dos Crimes Contra a Tranquilidade Pública, em seu capítulo III, dos Crimes contra a Saúde Pública, artigo 157 do Código Penal de 1890. Viveiros de Castro criou jurisprudência com sua interpretação de tal crime. De maneira abrangente, ele entendia que a simples prática do espiritismo não poderia se constituir crime, pois seria o exercício de um direito garantido pela Constituição de 1891. Entretanto, compreendia que poderia haver penalidade se houvesse infração contra a personalidade e a propriedade mediante o exercício de práticas espíritas. Desta forma, seria crime contra a personalidade se algum “chefe da seita espírita” promovesse algum tipo de dano à saúde ou que pudesse induzir as pessoas à morte mediante práticas de ritos provenientes de cultos sob o pretexto de serem religiosos. Assim como seria crime contra a propriedade se, da prática espírita, decorressem fraudes e encenações que pudessem promover esperança e/ou temor nas pessoas por meio de artifícios de algum suposto “acontecimento quimérico”. Dessa maneira, a prática do espiritismo seria somente um pretexto para os delituosos praticarem o crime com evidências de estelionato (ARAÚJO, 2004, p. 198-199).

Da mesma maneira, Viveiros de Castro elaborou sua percepção em relação aos “feiticeiros”. O juiz entendia que ser “feiticeiro” não poderia ser considerado uma ocupação profissional: não poderia subsistir qualquer pressuposição de garantia do exercício da função de “feiticeiro” como um ofício, portanto, não poderia existir qualquer tipo de acautelamento sob a legitimação na Constituição de 1891, que assegurava o livre exercício profissional, uma vez que “feiticeiro” não se encontraria em qualquer relação de profissões exequíveis (ARAÚJO, 2004, p. 198-199; GOMES, 2017, p. 160).

Coerentemente, Viveiros de Castro, como juiz em primeira instância, sentenciou Tito Augusto Diniz dos Santos no dia 03 de junho de 1895. Entre diversos processos criminais julgados pelo magistrado de pessoas enquadradas no artigo 157, do Código Penal de 1890, consideramos este como destaque pelo recorrente recurso de argumentos da Antropologia Criminal para legitimar o seu parecer (CASTRO, 1896, p. 91-94). De acordo com os autos do aresto, o

réu era um homem de origem bastante simples e analfabeto. Consideramos, no entanto, que o cerne de importância para a compreensão do crime de espiritismo cometido por Tito Augusto foi a sua ancestralidade africana, reiteradamente exposta nos autos processuais (*idem*, p. 93).

O promotor público, ao exigir a condenação do afro-brasileiro, acusou-o de praticar magia e sortilégios de feitiçaria em sua casa, no centro da Capital Federal, na rua Senador Pompeu, nº 264, e, por isso, defendeu que ele deveria ser enquadrado no artigo 157 do Código Penal da República em grau médio. A promotoria exigiu a condenação do réu pelo delito de ter iludido a “credulidade pública, despertando sentimentos de ódio e de amor” e ainda por praticar cura por intermédio da instrumentalização de “acontecimentos quiméricos”. Para a promotoria, o presumível comportamento do réu era uma ação de má-fé e transgressão à saúde pública do país (*idem*, p. 91).

O réu, por sua vez, por não dispor de recursos, não apresentou defesa formal articulada por um advogado nos autos do aresto. O único posicionamento na defesa de Tito Augusto foi a tentativa de legitimar a sua prática, por meio de justificativa de liberdade profissional garantida pela Constituição de 1891, em seu § 24, do artigo 72. Segundo esse entendimento, ele poderia exercer qualquer tipo de profissão, porque tal liberdade seria garantida pela constituição do país. A sua intenção era, com isso viabilizar a prática do ofício de curandeiro, feiticheiro ou de qualquer outro ofício que coubesse à situação (*idem*, p. 92).

Ao longo de todo o processo criminal, as testemunhas do ato infracional não depuseram sobre o réu, e tampouco os supostos objetos utilizados por Tito Augusto no momento da prisão foram apresentados em juízo (*ibidem*). Francisca Joaquina de Oliveira, que teve o nome citado por estar em consulta com Tito Augusto no momento da prisão, não teve depoimento declarado ao longo dos autos. As pressupostas provas do crime de espiritismo foram evidenciadas somente no discurso de acusação do promotor público (*idem*, p. 92-93).

Mesmo com a carência de provas que incriminassem Tito Augusto, no entanto, Francisco José Viveiros de Castro o enquadrado no artigo 157. Para a infração cometida, a promotoria pública requereu a punição de dois meses de pena carcerária e pagamento de multa, penalidade considerada de grau médio para o crime cometido. Na sentença, todavia, Viveiros de Castro deliberou a pena em grau mínimo, de um mês de prisão mais pagamento de multa de 100 mil réis e dos custos processuais (*idem*, p. 93). Nas considerações sentenciais, Viveiros de Castro demonstrou entender que o sumário de culpa apresentado pelo promotor público foi suficiente para criminalizar Tito Augusto, mesmo sem os depoimentos das testemunhas importantes e na ausência de objetos que denunciariam a empregabilidade de uso de magias e feitiçarias (*idem*, p. 92).

Além disso, Viveiros de Castro argumentou que a alegação da defesa a favor do livre exercício da liberdade profissional era inaceitável, pois Tito não poderia exercer, por exemplo, a medicina sem habilitação acadêmica. Ele seria um homem que, mediante o abuso da “credulidade das pessoas ignorantes” com “espírito fraco e inculto”, promoveu expectativas de feitos prodigiosos sem qualquer garantia de êxito, ainda com o agravante de poder levá-las a incorrem em uma série de prejuízos à própria saúde. O juiz declarou entender que a sua análise processual não poderia ser outra que não o enquadramento de Tito Augusto no artigo 157 (*idem*, p. 93).

Ao analisar este processo criminal, constatamos que Viveiros de Castro não interpretou que a prática de curar sem a diplomação em medicina fosse um crime em qualquer contexto que se apresentasse para ser considerada uma transgressão penal. Justamente, a coibição da prática ilegal da medicina por não habilitados, no entanto, foi a principal justificativa para que o espiritismo fosse criminalizado.

Viveiros de Castro não consentiu que a realização de manobras provenientes de feitiçaria ou qualquer outro artifício que pudesse relacionar o mundo visível e o invisível, mediante a empregabilidade de práticas provenientes de religiosidades de matrizes africanas, fossem reconhecidos como rituais de fé quando realizados por pessoas com o perfil de Tito Augusto.

Entendemos, no entanto, que o grande problema, neste caso, foi a defesa não ter sido articulada em torno da garantia do direito à liberdade religiosa, mas sim em torno da defesa do direito de exercer livremente a profissão de curandeiro e feiticeiro. Viveiros de Castro considerava que ter fé na cura por meio de alguma crença religiosa era aceitável, mas que era inaceitável ver como direito o livre exercício da medicina mediante a instrumentalização de recursos de curandeirismo sob a legitimação de que se estaria exercendo o ofício profissional de feiticeiro.

Com a apropriação de pressupostos jurídicos da Antropologia Criminal, Viveiros de Castro considerou que o problema de Tito Augusto estaria enraizado em sua ancestralidade africana, que o levava a executar determinadas ações sem que pudesse mensurar todo o mal que poderia acarretar a outrem, uma vez que desconhecia completamente a diferença entre certo e errado (*ibidem*). O histórico genético de Tito Augusto, isto é, as regressões de suas forças atávicas, foram consideradas tão relevantes que o juiz sentenciou o réu com pena menor que a prevista inicialmente. Em vez de ser punido pelo grau médio, como constatamos, Tito Augusto teve a pena estabelecida em seu grau mínimo, isto é, prisão de um mês e multa de 100 mil réis (*ibidem*).

A ocorrência foi ao encontro das considerações do médico Raimundo de Nina Rodrigues (1862-1906) – o “Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo Mundo” – que, apropriadas por Francisco José Viveiros de Castro, o fizeram olhar para Tito Augusto como alguém menos capacitado atavicamente, com

limitações para apreender as regras e as condutas de convívio social. Por isso, a penalidade deveria ser atenuada, a fim de se salvaguardar as diferenciações no tratamento entre as pessoas que possuíam diferenças étnicas.

Para Nina Rodrigues, de acordo com o entendimento de que na sociedade coexistiam diferentes raças que estariam em fases de evolução moral díspares, as questões jurídicas criminais deveriam seguir essa orientação. Por isso, a fim de atender às diversidades de raças e de climas existentes no Brasil, haveria necessidade de existir pelo menos quatro códigos penais na heterogênea sociedade brasileira (LYRA; ARAÚJO JR, 1992, p. 97).

Por mais repulsa que tal entendimento possa despertar em nós, é preciso considerar que os pensamentos de Nina Rodrigues sobre as questões criminais representam um “racismo transigente e protetor”, que tentava esclarecer as diferenças no tratamento dos indivíduos em códigos penais diferenciados. Segundo esta racionalização, as apreensões do médico amenizariam as penalidades impostas àqueles considerados menos capazes de entendimento; igualmente, tornariam mais severas as penalidades aplicadas aos indivíduos pertencentes a grupos étnicos vistos como mais capazes de compreender regras e condutas (LYRA; ARAÚJO JR, 1992, p. 97).

Tito Augusto Diniz dos Santos não condescendeu à sentença proferida por Viveiros de Castro, muito menos se reprimiu ante as considerações do juiz, e apelou à justiça. O réu recorreu à Câmara Criminal da Corte de Apelação, que reconheceu a regulamentação do recurso e concordou que a principal argumentação da defesa, a insuficiência de provas, era procedente. Desta forma, foi anulada a sentença emitida por Viveiros de Castro, e o réu, Tito Augusto, foi considerado inocente (CASTRO, 1896, p. 94).

Defesa da honra

Os crimes relacionados à defesa da honra estavam inseridos no Código Penal de 1890, no Livro I dos crimes e das penas, em seu Título II, que se referia aos crimes e aos criminosos. O artigo 32 definia aqueles que não seriam os criminosos: aqueles que tivessem tentado evitar um mal maior e aqueles que agissem em legítima defesa, seja de si mesmo ou de outro. Na lei penal de 1890, entendia-se como legítima defesa não exclusivamente a proteção da própria vida; essa categoria poderia abranger outros direitos lesados, a saber: a certeza do mal que se propôs evitar, a falta absoluta de outro meio menos prejudicial e a probabilidade da eficácia do meio empregado para evitar outro mal (COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL).

O processo criminal sobre o qual nos debruçamos agora teve Antonio Teixeira da Cunha como réu acusado do assassinato da própria esposa. Em sua defesa, ele apresentou como principal justificativa o enquadramento de seu ato

ilícito no artigo 32, legítima defesa da honra. O promotor público do Distrito Federal, no entanto, deferiu o incurso no artigo 294 do Código Penal, que se referia aos crimes de homicídio, inseridos no Título X, relativo aos crimes contra a segurança de pessoa e vida, em seu capítulo I.

A tese jurídica sustentada por Viveiros de Castro em situações similares ao crime cometido por Antonio Teixeira da Cunha era a improcedência de se justificar a defesa da honra em situações nas quais o marido assassinou a “mulher adúltera” após a ocorrência do adultério. O entendimento do magistrado era o de que a agressão ocorrida poderia ter sido evitada, porque o adultério já havia acontecido – isto é, “a honra já está perdida”. O assassinato da mulher após o conhecimento do adultério seria apenas vingança pela “ofensa recebida” (CASTRO, 1896, p. 28-29). Na percepção do juiz, o uxoricídio só poderia ser justificado se o marido surpreendesse a esposa em “flagrante delito, *in ipsa turpitudine, in ipis rebus veneris*” ou em outra situação que não possa cogitar outra hipótese como “*solus cum sola, nudus cum nuda, in, eodem lecto*” (idem, p. 29).

Os autos processuais relatam que Antonio Teixeira da Cunha havia assassinado a sua esposa, Adelaide de Araújo Cunha, às 23 horas do dia 16 de abril de 1895, quando um “carro de praça” passeava na rua do Matoso com a irmã da assassinada, Emília de Araújo Dias, em companhia de dois homens, identificados como Álvaro Ramos e Miguel Fernandes (idem, p. 117). Ao longo do processo, seis testemunhas e uma informante foram inquiridas e, justamente pelas informações obtidas, o Ministério Público enquadrou o réu no artigo 294. Considerou-se que Adelaide – falecida em decorrência de um ferimento provocado pelo revólver que penetrou o ventrículo esquerdo, provocando consecutiva hemorragia – havia sido assassinada pelo marido segundo um plano articulado por ele.

O réu confesso justificava a sua atitude como defesa de sua honra, mas as autoridades compreenderam que ele agiu em vingança da “ofensa recebida e não em defesa da honra que já estava perdida”. Viveiros de Castro também interpretou que a ação de Antonio Teixeira da Cunha foi motivada por ações não cobertas pelo artigo 32 – afinal, em “toda sociedade culta” é vedada a justiça com as próprias mãos. Essa tarefa seria do Estado, que tem o dever de assegurar e garantir a todos os brasileiros a proteção de seus direitos (idem, p. 119).

As argumentações de autoridade instrumentalizadas por Viveiros de Castro foram fundamentadas nos Códigos Penais de outros países: Argentina, França, Bélgica, Peru, Bolívia e Espanha, além dos próprios romanos que por terem “admirável senso jurídico” interpretaram situações análogas como uxoricídio (idem, p. 119-120).

De acordo com o magistrado, só seria possível alegar defesa da honra se o marido tivesse encontrado a sua esposa e seu “cúmplice” em situação que não deixasse qualquer dúvida. Como nos autos processuais não constava qualquer prova ou indício de que Adelaide de Araújo Cunha tivesse sido flagrada em

adultério, o juiz considerou procedente a denúncia e expediu contra o réu um mandado de prisão no dia 19 de maio de 1985; terminados os prazos legais para os recursos, os autos deveriam ir para o Tribunal do Júri (*ibidem*).

O assassinato foi destaque no jornal *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias* por diversos dias com as manchetes “O Revólver: cena de sangue” e “Adultério e assassinato”, respectivamente. Na edição do dia 18 de abril de 1895, os periódicos de circulação diária se dedicaram a revelar a convivência do casal ao longo dos dez anos de matrimônio até o desfecho fatídico. Os jornais conduziram as matérias publicadas de maneira que o leitor passasse a apoiar a ideia de que Antonio Teixeira da Cunha agiu em defesa da honra (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/04/1895, p. 1; O PAIZ, 18/04/1895, p. 1).

A relação de virtudes de Antonio foi, em diversos momentos, repassada pelo jornal para convencer os leitores de que ele era um “homem de bons costumes, cumpridor de seus deveres, e estimado por seus chefes, que dele formam a melhor opinião” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/04/1895, p. 1). Enquanto Adelaide, além de ser chamada de “infeliz” constantemente, foi qualificada pela *Gazeta de Notícias* como um ser de “espírito [...] leviano, incapaz de uma cogitação séria, de um pensamento elevado” (*ibidem*).

A narrativa em defesa da honra e a justificativa do assassinato pela suposta traição de Adelaide eram sustentadas pela ideia de que Antonio havia agido em nome do amor que tinha pela esposa. O amor era tanto que, segundo o jornal, após alvejá-la, e “diante do corpo [...] de sua mulher, ainda teve a [...] piedade para quem tão vilmente o atraçoara”: pediu para que tentassem salvá-la, mas “o pedido foi inútil” (*ibidem*).

Encontrar o relato do crime no periódico nos permitiu preencher lacunas que o processo em questão não foi capaz de responder. Não obtivemos dos periódicos outra interpretação do crime, mas uma maior riqueza de informações, além da exposição de nomes não mencionados nos autos e a interferência da repercussão do crime na sociedade nas ações de Viveiros de Castro antes de proferir a sentença que levou Antonio ao tribunal do júri.

O homem com quem supostamente Adelaide se encontrava era Álvaro de Carvalho Ramos, de 28 anos. Em depoimento à polícia, segundo o jornal, ele confirmou a existência de um relacionamento e encontros na Hospedaria Estrella, localizada na rua da Carioca, Centro da cidade do Rio de Janeiro (*idem*, p. 2).

A história foi confirmada pela irmã de Adelaide, Emília de Araújo Dias, 20 anos, que residia em São Paulo, mas estava no Rio de Janeiro em visita à irmã e encontrava-se com ela no momento do crime. A narrativa de Emília foi ao encontro da narrativa do jornal em relação ao cunhado, ao referir-se a Antonio como um homem de “comportamento exemplar”, que “entregava-se ao seu trabalho”, mas às vezes castigava a esposa quando “interpelada sobre fatos que suspeitava” (*ibidem*).

Emília não considerava as ações violentas de Antonio problemáticas; pelo contrário, afirmou que a irmã não colaborara para resolver a situação com o marido, pois, “em vez de dissuadi-lo” nas discussões, “acabava por injuriá-lo” ainda mais com possíveis afrontas e não aceitação das ações agressivas (ibidem).

A *Gazeta de Notícias* explorou bastante o caso do assassinato de Adelaide: no dia seguinte à matéria de duas páginas, o jornal publicou mais informações sobre o assassinato daquela considerada “adúltera”, novamente na primeira página, com o mesmo título: “Adultério e assassinato”. Certamente o crime repercutiu muito na cidade do Rio de Janeiro. A repercussão foi tanta que consideramos ter influenciado a atitude de Francisco José Viveiros de Castro, publicada no periódico dias depois, que surpreendeu aos seus pares (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/05/1895, p. 1).

Em 20 de maio de 1895, Viveiros de Castro concedeu a Antonio o *habeas corpus* que havia sido solicitado pelo advogado Augusto Goldschmidt sob a justificativa de a prisão ter sido ilegal. Segundo o advogado de defesa, “nenhum cidadão pode ser preso sem flagrante delito ou mandado de prisão expedido por autoridade competente”. O delegado, surpreendentemente, não havia lavrado o auto de flagrante, e mais incrível foi o fato de Castro ter concedido o *habeas corpus* a um réu confesso (ibidem; O PAIZ, 21/05/1895, p. 1; JORNAL DO COMMERCIO, 21/05/1895).

Viveiros de Castro justificou a concessão do *habeas corpus*, segundo a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, pelo fato de Antonio ter residência fixa e trabalho regular, o que, segundo ele, eliminaria a necessidade de prisão preventiva. Com argumento de autoridade, legitimou a sua decisão invocando o magistrado francês Adolph Guillot (1836-1906), por compreender que os avanços da comunicação, do transporte e dos tratados de extradição não justificariam manter o acusado na prisão (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/05/1895, p. 1; O PAIZ, 1895, p. 1).

Os argumentos de autoridades eram recorrentemente utilizados por Francisco José Viveiros de Castro com o propósito de legitimar as suas decisões jurídicas, na tentativa de torná-las irrefutáveis aos seus pares. Esse tipo de argumentação, segundo Chäim Perelman, mesmo que não assegure estabilidade, permite articular as interpretações com o “mínimo de confiança necessária para a vida em sociedade” (2005, p. 125).

Como já afirmamos, entretanto, a interpretação de Castro e a concessão do *habeas corpus* não repercutiram bem entre seus pares do Direito Penal. Na edição seguinte da *Gazeta de Notícias*, na coluna “Os Jornais de Ontem”, publicou-se que a ação judicial que protegera o direito de liberdade de Antonio, que “havia assassinado a mulher”, fora precipitada, na análise de um “colega” da área. Em outro momento, a ação do juiz foi considerada por outro profissional da magistratura como sem razoabilidade, por ter se deixado “arrastar pela opinião [dos jornais], cingindo-se à falta de mera formalidade, despacho

com verdadeiro aqodamento a petição do advogado do réu” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/05/1895, p. 1; 27/05/1895, p. 1).

A crítica se estabeleceu oficialmente e com austeridade quando o Conselho do Tribunal Civil e Criminal converteu em diligência o julgamento do recurso de *habeas corpus* concedido por Viveiros de Castro, por considerar sua atitude em desacordo com os procedimentos adequados em situações de assassinato nas quais o homicida havia sido detido em flagrante (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/05/1895, p. 1).

O julgamento de Antonio ocorreu no dia 21 de agosto de 1895, com Barreto Dantas na presidência e, como promotor público, Esmeraldino Bandeira. Todo o interrogatório foi publicado no jornal e somente identificamos uma informação nova, além das já relatadas: o réu havia raptado Adelaide antes de casar-se com ela e a situação havia se desdobrado em inquérito policial. Não houve prosseguimento, no entanto, porque ocorreu casamento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/08/1895, p. 2).

Os jurados foram unânimes na absolvição de Antonio. Segundo a *Gazeta de Notícias*, eles “reconheceram que o réu estava em estado de completa privação dos sentidos e de inteligência” no momento do crime (ibidem).

A vida prosseguiu para Antonio Teixeira da Cunha, cujo nome continuou a aparecer na *Gazeta de Notícias*, embora na sessão de divulgação de eventos ocorridos nos teatros da cidade. Nos anúncios de peças teatrais, o seu nome aparecia como o responsável pelos maquinistas de palco (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/12/1895, p. 6).

Nos processos criminais em que os homens haviam assassinado suas mulheres, era recorrente que os réus fossem absolvidos. A argumentação de que o homem havia cometido o crime durante um acesso de loucura provocado por sua esposa, que não tinha conduta irrepreensível, era a chave para a absolvição. A vítima passaria a ser o foco do julgamento e as características do acusado seriam relatadas para endossar a sua posição de chefe de família com natureza protetora – natureza essa que não havia sido honrada pela assassinada (FAUSTO, 1984, p. 190; MORRELLI, 2014, p. 89; BORELLI, 2005, p. 32).

Contravenção do jogo

Os crimes de contravenção do jogo estavam inseridos no Código Penal de 1890 no Título XIII dos crimes contra a pessoa e a propriedade, em seu Livro III, “Das contravenções em espécie”, Capítulo III, “Do jogo e da aposta”, nos artigos 369 a 375 (COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL).

Em suas considerações sobre o crime de contravenção do jogo, Francisco José Viveiros de Castro apontou três consequências práticas do princípio penal. A primeira delas seria a questão da inviolabilidade do domicílio particular do

cidadão: a polícia não poderia entrar em domicílio particular para evitar o jogo, tampouco poderia lavrar qualquer auto de flagrante e apreender os equipamentos e instrumentos relacionados ao jogo. A situação seria essa porque, dentro de sua residência, qualquer cidadão teria pleno direito de jogar livremente e, por essa ação, não poderia ser processado e punido (CASTRO, 1900, p. 310).

A segunda consequência seria a interpretação de que os clubes privados seguiriam regras semelhantes às residências em questão de proteção legal, por serem considerados uma continuidade do domicílio e, portanto, gozarem da mesma imunidade. Essa lógica seguia o raciocínio de que os clubes seriam compostos por determinado número de membros que haveriam sido submetidos a uma seleção criteriosa, todos com características similares, tais como: origem social proveniente do “nascimento”, da “fortuna” e “algumas vezes opiniões” (idem, p. 311).

Pelo fato de os clubes particulares serem frequentados por pessoas de segmentos sociais mais favorecidos economicamente, Viveiros de Castro presumiu que a admissão se daria por um critério rigoroso em que os próprios membros teriam relações próximas, estreitas e até íntimas. E, justamente, por formarem um círculo permanente, com encontros constantes, e não apenas por determinado período, o jogo não poderia ser considerado o único entretenimento do grupo, e sua ocorrência não passaria de diversão momentânea para angariar proventos para a própria manutenção do clube.

A terceira consideração seria a ocorrência do crime exclusivamente nas casas públicas de jogatinas, as denominadas “casas de tavolagem”, que já estariam sujeitas à inspeção da polícia, pois o público desses espaços as frequentaria exclusivamente para ter acesso aos jogos de azar (idem, p. 311-312).

Com a argumentação de autoridade de artigos publicados na revista *La Belgique Judiciaire* (1892), *Paricrisie Belge* e *Pandectas*, Viveiros de Castro argumentou que tal situação somente configuraria crime quando o indivíduo mantivesse um estabelecimento de jogo público com frequência constante, com interesse pecuniário na organização e exploração dos jogos (ibidem).

Nesse sentido, para diferenciar quando a prática de jogos seria crime ou não e diferenciar as respectivas punibilidades criminais, Francisco José dividiu os jogos em três classes: jogos intelectuais ou jogos da ciência; jogos esportivos; e jogos de azar (idem, p. 313).

Os jogos intelectuais seriam aqueles em que a reflexão, o talento, a experiência, a astúcia, inteligência e tranquilidade do jogador seriam os pontos mais importantes, com o propósito de fazer o adversário cometer erros. Os jogos esportivos estariam relacionados ao uso da força, da perícia, da agilidade; neles, o corpo seria o principal instrumento para o jogo acontecer. Já os jogos de azar seriam aqueles em que o êxito dependeria exclusivamente da sorte. Nestes, a ciência não teria qualquer espaço. Nesses tipos de jogos, Viveiros de Castro enquadrou o jogo do bicho (idem, p. 313-314).

A partir de sua diferenciação quanto aos jogos, Viveiros de Castro julgou a apelação de José Roberto da Cunha Salles, que havia sido condenado pelo juiz da 6ª Pretoria, em novembro de 1899, ao grau máximo do artigo 369 do Código Penal de 1890. Nos autos processuais, o crime de estabelecer a prática de jogo do bicho teria sido praticado pelo réu em abril no Theatro Eldorado, espaço de grande circulação de pessoas (idem, p. 314-316).

O advogado de defesa do apelante, Evaristo de Moraes, alegou que o autor do delito não era José Roberto, mas uma terceira pessoa, Paschoal Segreto. Argumentou também que, justamente por se ter cumprido os trâmites legais, o governo havia concedido a autorização para a realização de jogos no espaço em questão. Além disso, a defesa alegou que, em momento algum, o jogo estabelecido no Theatro Eldorado era de azar, “porque não dependia de sua vontade a designação do anúncio sorteado”; e que o réu já havia sido condenado por idêntico fato e, portanto, não poderia ser condenado novamente (CASTRO, 1900, p. 314; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1899, 21/12/1899).

Entretanto, apesar de o réu ter transferido a responsabilidade da exploração do jogo a Paschoal Segreto, havia no processo criminal um ato de flagrante que comprovava que havia exploração de jogo do bicho no Theatro Eldorado, inclusive com uma confissão realizada à autoridade policial – embora a pessoa que realizou a confissão tenha se isentado de ter realizado qualquer delito na execução do jogo (CASTRO, 1900, p. 314-315).

Nos autos, ficou constatado que havia autorização legal para que José Roberto da Cunha Salles realizasse anúncios e propagandas por meio de lanterna mágica, mas que o acusado “deturpou os seus intuítos e fins da patente” para realizar jogo do bicho no Theatro (idem, p. 315).

Viveiros de Castro desconsiderou esse argumento de defesa, visto que o jogo estabelecido no local estava no rol dos jogos de azar: o ganho “não dependia da ciência ou da agilidade dos jogadores, mas unicamente de um caso fortuito”, isto é, da sorte do jogador (idem, p. 315-316). Contudo, mesmo que o crime cometido pelo apelante tenha sido comprovado, Viveiros de Castro considerou que José Roberto “não cometeu tantos delitos quantas as vezes das exibições, mas um só delito continuado”. A interpretação do juiz ia ao encontro da Doutrina Carrara quanto à unidade da lei violada e unidade de determinação (idem, p. 316).

Apesar de se considerar um juiz seguidor da Nova Escola Penal, com destaque para a Escola Positiva do Direito, Viveiros de Castro baseou sua sentença nas considerações da Escola Clássica, visto que Francesco Carrara (1805-1888) compreendeu o “estudo apriorístico do delito como um ente jurídico abstrato”. Com o advento da publicação de seu livro *Curso do Direito Penal*, em 1859, Carrara propôs que o Direito Penal deveria ser analisado como um método científico, no qual a pena passaria a ter a aplicabilidade com o propósito retributivo. A argumentação para se asseverar um delito era a de violação ou de refutação à lei e à penalidade. Sob esse prisma, a pena seria uma ferramenta

para a salvaguarda da ética e da ordem pública (GALVÃO, 2007, p. 123; SCHECAIRA, 2008, p. 100).

No que se refere especificamente ao delito continuado, Carrara considerou o crime continuado como uma pluralidade de crimes, entretanto a unidade é conferida no momento da aplicação da pena. Pela ficção jurídica, seriam legalmente considerados como um único crime pelo fato de o indivíduo ter mantido as mesmas condições de tempo, lugar, forma de execução e outras características semelhantes (WEINMANN, 2009, p. 87). Assim, as diferentes exhibições ocorridas no Theatro estariam entrelaçadas e constituiriam um só delito continuado. Como o réu já havia sido processado e condenado por haver deturpado a autorização concedida pelo governo e estabelecido jogos de azar no teatro, não poderia ser condenado duas vezes pela mesma infração. Segundo essa interpretação de Viveiros de Castro, o acusado foi absolvido da acusação que lhe foi imputada e posto em liberdade mesmo com a acusação de realizar jogo do bicho no espaço de entretenimento.

José Roberto da Cunha Salles era velho conhecido da polícia carioca: explorador de jogo do bicho, possuía também outros atributos. Atuava como médico-curandeiro e como advogado na capital do país, e era autor de diversos livros na área do Direito (SOUZA, 1993, p. 172). Além disso, foi proprietário da primeira sala fixa de exibição de cinema no Rio de Janeiro. Ele era sócio do citado Paschoal Segreto, imigrante italiano que foi um dos precursores do cinema no Brasil e dono de casas de espetáculos, de teatros e de jogos de azar (SOUZA, 1993, p. 172).

Acreditamos que a argumentação de delito continuado para inocentar José Roberto da Cunha Salles foi um recurso legal utilizado pelo juiz devido à dificuldade de se punir os contraventores, pois o jogo do bicho havia encontrado no Rio de Janeiro um mercado promissor. Como na capital do país já existiam as loterias, o terreno se tornou fértil para a propagação do jogo. A mistura de elementos modernos e tradicionais, junto à atuação de uma imprensa especializada em gerar palpites, tornou o jogo um sucesso entre os cariocas nos anos finais do Oitocentos (DAMATA, 1999, p. 84-87; MAGALHÃES, 2005, p. 75-84; TORCATO, 2011, p. 63). Os discursos dos jornais por meio de editoriais e crônicas relataram inúmeras vezes a ilegalidade do jogo do bicho, mas ele só se tornou transgressão penal em 1894. A tentativa da justiça brasileira de coibir o jogo pela lei não foi muito eficaz, pois os contraventores driblavam as autoridades policiais e até mesmo as judiciais, como tivemos a oportunidade de constatar (CHAZKEL, 2007, p. 544-546; TORCATO, 2011, p. 64).

Considerações finais

Ao analisar os processos criminais julgados por Francisco José Viveiros de Castro, constatamos que o juiz se aproximava das percepções jurídicas da Nova Escola Penal, com destaque para a Escola Positiva do Direito, quando entendia que havia a possibilidade de aplicabilidade desse arcabouço teórico em seus arestos. Isso nós tivemos a oportunidade de constatar em suas decisões relacionadas aos crimes de estupro e de prática do espiritismo.

No processo criminal referente à defesa da honra, entendemos que havia uma teoria defendida pelo juiz que intencionava produzir jurisprudência, mas a pressão da sociedade o fez divergir de sua leitura do crime de homicídio premeditado contra cônjuge. Por mais que o resultado das ações de Viveiros de Castro tenha sido levar o assassino ao tribunal do júri, em nossas pesquisas conseguimos ter acesso a informações que geraram contradição, pois, antes de proferir procedência à denúncia, o juiz concedeu *habeas corpus* a um réu confesso preso em flagrante.

A atitude de Viveiros de Castro foi ao encontro da decisão do júri, visto que era recorrente, nos tribunais brasileiros, que fossem considerados inocentes os homens que assassinavam suas esposas em defesa da honra em momento de forte emoção.

No caso da contravenção do jogo do bicho, tivemos a oportunidade de perceber o quanto era complexo conseguir coibir o jogo de azar criado na cidade do Rio de Janeiro. Os homens envolvidos na prática tinham uma rede vasta de relacionamentos, o que dificultava a tomada de atitude mais assertiva. Por mais que Viveiros de Castro tivesse clareza sobre quais jogos eram proibidos e o jogo do bicho estivesse entre eles, brechas na lei permitiam manobras para a aceitação de argumentos que inocentassem os contraventores.

Viveiros de Castro foi um homem e um juiz de seu tempo; certamente era muito cuidadoso ao proferir sentenças, de modo a evidenciar o arcabouço teórico da Nova Escola Penal, que sabia instrumentalizar muito bem e adequar às especificidades brasileiras. Como um homem do Oitocentos, no entanto, caía, em determinadas situações, nas armadilhas da sociedade em que estava inserido, mesmo que tivesse a leitura inicial de que alguns casos deveriam ter interpretações diferenciadas das proferidas.

Referências

Fontes históricas – Impressas

- ARAÚJO, João Vieira. *O Código Penal interpretado I*. Brasília: Senado Federal – STJ, Ed. fac-similar, 2004.
- ARAÚJO, João Vieira. *Ensaio de Direito Penal ou repetições escritas sobre o Código Criminal do Império do Brasil*. Pernambuco: Tipografia Jornal do Recife, 1884.
- ARAÚJO, João Vieira. Antropologia Criminal. In: Revista *O Direito*, Rio de Janeiro, vol. 49, 1889.
- BEVILAQUA, Clóvis. *História da faculdade de Direito de Recife*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- CASTRO, Francisco Viveiros de. *A Nova Escola Penal*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1894.
- CASTRO, Francisco Viveiros de. *Jurisprudência criminal*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.
- CASTRO, Francisco Viveiros de. *Ensaio jurídicos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.
- CASTRO, Francisco Viveiros de. *Sentenças e decisões em matéria criminal*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1896.
- CASTRO, Francisco Viveiros de. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942.
- FERRI, Enrico. *Sociologia criminal*. São Paulo: Editora Minelli, 2006.
- LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As coletividades anormais*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006.
- TARDE, Gabriel. *La criminalité comparée*. Paris: Félix Alcan, 1886.

Periódicos

- Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 18 abr. 1895, p. 1 e 2; 21 maio 1895, p. 1; 22 maio 1895, p. 1; 24 abr. 1895, p. 1; 25 maio 1895, p. 1; 27 maio 1895, p. 1; 22 ago. 1895, p. 2; 20 dez. 1895, p. 6; 21 dez. 1899, p. 1.
- Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Rio de Janeiro: ago. 1895, p. 306.
- Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 21 maio 1895, p. 1.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 18 abr. 1895, p. 1; 21 maio 1895, p. 1.
- Relatórios do Ministério da Justiça*. Rio de Janeiro: 1895, p. 72, 82 e 202; 1899, p. 51.

Coleção de leis do Brasil

Código Penal de 1890. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496205>. Acesso em: 13 ago. 2020.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

Referências bibliográficas

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, vol. 3, vol. 4, 1895.

BORELLI, Andréa. Da privação dos sentidos à legítima defesa da honra: considerações sobre o direito e a violência contra as mulheres. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, n. 54, p. 9-39, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRUNO, Aníbal. Tobias Barreto criminalista. In: *Edições comemorativas das obras completas de Tobias Barreto*. Aracaju: Record, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

CHAZHEL, Amy. Beyond law and order: the origins of the “jogo do bicho” in Republican Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Studies*, vol. 39, n. 4, p. 535-565, 2007.

DAMATTA, Roberto. *Águia, burros e borboletas*: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GALVÃO, Fernando. *Evolução da Teoria do Delito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GOMES, Adriana. *Um ‘crime indígena’ ante as normas e o ordenamento jurídico brasileiro*: a criminalização do espiritismo e o saber jurídico na Nova Escola Penal de Francisco José Viveiros de Castro (1880-1900). Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

LYRA, Roberto. *Novas escolas penais*. Rio de Janeiro: Canton e Reide, 1936.

LYRA, Roberto; ARAÚJO JR, João Marcello de. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1992.

MAGALHÃES, Felipe. *Ganhou, leva, só vale o que está escrito*: a experiência dos bicheiros na cidade do Rio de Janeiro: 1890-1960. Tese de Doutorado, PUC-RS, OOGH, 2000.

MANNONI, Laurent. *A grande arte da luz e da sombra*: arqueologia do cinema. São Paulo: Editora Senac; São Paulo: Unesp, 2003.

- MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo: Grijalbo, 1972.
- MORELLI, Liana Machado. A contribuição do discurso jurídico na formação dos papéis de gênero na Primeira República. *Revista Gênero & Direito*. vol. 1, p. 83-97, 2014.
- NASPOLINI, Rodrigo. *As primeiras faculdades de Direito*: São Paulo e Recife. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 2008. Disponível em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/5. Acesso em: 28 mar. 2015.
- PAIM, Antônio. *A filosofia da Escola do Recife*. 2. ed. São Paulo: Editora Convívio, 1981.
- PAIM, Antônio. *Problemática do culturalismo*. Porto Alegre: Cefil Edipuc-RS, 1995. Disponível em: http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/problematiza_do_culturalismo.pdf. Acesso em: 31 mar. 2015.
- PERELMAN, Chäim. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Resenha do livro 'Antes Tarde do que nunca'. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 44, n. 1, p. 325-330, 2001.
- SCHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVA JR., Hédio. Direito Penal em preto e branco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 7, n. 27, p. 327-338, 1999.
- SILVEIRA, Alípio. *Hermenêutica no Direito brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol. 1-2, 1968.
- SONTAG, Ricardo. *Código criminológico: ciência jurídica e codificação penal no Brasil: 1888-1899*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- SOUZA, José Inácio de Melo. Descoberto o primeiro filme brasileiro. *Revista da USP*, vol. 19, p. 171-173, 1993.
- TORCATO, Carlos Eduardo M. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, PPGH História, Porto Alegre, 2011.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- WEINMANN, Amadeu de Almeida. *Princípios de Direito Penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

(Re)descobrir o Brasil pela história.
Escolanovismo, historiografia e ensino
de história no Brasil dos anos 1920

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio, professor adjunto do PPGHS da Uerj





Resumo

A Coleção Resumo Didático, publicada pela Companhia Melhoramentos entre 1918 e 1932, configurou-se com um projeto editorial vinculado aos princípios da Escola Nova, de renovação do ensino de história no Brasil, a partir das histórias regionais. Para tal empreendimento foram arrematados expoentes da historiografia nacional e/ou regional. As investigações sobre essa coleção seguiram em duas direções. Em primeiro lugar, compreender a associação dos princípios escolanovistas e o ensino de história nesse período, identificando a história local/regional como estratégia didática de maior proximidade à experiência dos alunos da escola primária. Por outro lado, analisar as estratégias historiográficas utilizadas pelos autores em questão, relacionando-as à produção em voga pela ciência História de então e debatendo a questão entre o nacionalismo e o regionalismo na construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Escolanovismo. Manuais escolares. História local/regional.

Abstract

The *Resumo Didático* collection, published by Companhia Melhoramentos between 1918 and 1932, appeared as an editorial project linked to the principles of Escola Nova, which aimed at the renewal of History teaching in Brazil through the focus on regional histories. Exponents of national and/or regional Historiography were enlisted for this undertaking. Our investigations into this collection went in two directions. Firstly, we aimed to understand the association between the Escola Nova principles and the teaching of History in that period, and to identify local/regional History as a didactic strategy of establishing greater proximity to the experience of Primary School students. Secondly, we sought to analyze the historiographical strategies used by the given authors and relate them to the trending production by historical science at the time, as well as to debate the issue between nationalism and regionalism in the construction of national identity.

Keywords: Escolanovismo. Textbooks. Local/regional history.



Não é de hoje que a educação brasileira está na pauta do dia. Crônicos são os problemas no que se refere à estrutura das escolas, à baixa remuneração dos professores, aos métodos e técnicas de ensino, as relações entre a escola e a comunidade, entre outros. É este quadro que leva profissionais de diversos matizes a refletir e propor ações que transformem essa realidade.

A par da demanda social por melhorias na educação, os campos disciplinares investem em uma reflexão diagnóstica sobre o ensino nas escolas e sobre alternativas para sua melhoria. Nos últimos 30 anos, por exemplo, a área do ensino de história ocupa um lugar crescente entre as discussões dos historiadores, com a configuração de simpósios temáticos específicos nos congressos bienais da ANPUH e com o surgimento dos Seminários Perspectivas do Ensino de História e Pesquisadores do Ensino de História. A articulação com as teorias pedagógicas e com a teoria da história está configurando a área de ensino de história como uma área de fronteira e adensa as discussões aí promovidas (MONTEIRO; PENA, 2011). As políticas públicas de valorização da formação do magistério – com a gradativa ampliação de carga horária voltada para disciplinas de prática de ensino/estágio supervisionado nos cursos de graduação; os vários concursos para a área nas instituições federais e estaduais de ensino superior; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Residência Pedagógica – também tem sido propulsores de um maior interesse neste campo. Tudo isso reflete na ampliação da produção sobre seus temas nos programas de pós-graduação em história e educação (CAIMI, 2000).

A reflexão sobre o papel da história na escola e sobre a renovação de sua didática não é algo exclusivo de nosso tempo e se configura como um instigante problema para os estudiosos (FONSECA, 2006; BITTENCOURT, 2004). A história do ensino de história é um capítulo importante da história da história, ou da historiografia, pois nos permite pensar aspectos da configuração desse campo disciplinar e dos usos do passado na conformação da consciência histórica ao longo da história (RÜSEN, 2001). Também é importante discutir como a história foi pensada como estratégia de fazer o Brasil conhecido aos brasileiros. Em sua origem, no século XIX, a história engajou-se nos projetos nacionalistas de afirmação das nações e dos nacionalismos vigentes no mundo ocidental. No Brasil, com a criação do IHGB, a historiografia nacional esteve fortemente vinculada aos anseios de construção de uma identidade nacional. No período em análise neste artigo, de 1918 a 1932, grosso modo os anos 1920, os intelectuais modernistas defendiam que era necessário conhecer e propagar a brasilidade; dar a conhecer o Brasil aos brasileiros. Nesse sentido, a Coleção Resumo Didático se mostrava um projeto de renovação educacional, alicerçado no escolanovismo, e atento aos anseios modernistas de afirmação da brasilidade.

A República, a escola e as reformas da instrução

O alvorecer do século XX, no Brasil, marcava as primeiras décadas do regime republicano. Nesse momento, contava com uma população de cerca de 17 milhões de habitantes. Um país eminentemente rural, em que 60% da população vivia no campo. Um país que ainda lidava com as marcas do escravismo – que por mais de três séculos se enraizou nas estruturas e nos ideários sociais de então – e que tinha taxas de analfabetismo homogêneas, em torno de 80% da população. A exceção era o então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, onde os números giravam em torno de 45%. Apesar de eminentemente rural, o país passou pelo estabelecimento de núcleos de crescimento urbano e industrial. A qualificação do trabalhador tanto urbano quanto rural se fazia necessária. Creditava-se à escola o papel de transformação desse cenário.

Os desencantos com a República instituída levaram intelectuais de matizes diversos – médicos, sanitaristas, educadores, militares, engenheiros, entre outros – a promoverem diagnósticos críticos àquela República oligarca que não conseguia inserir o Brasil no rol das nações civilizadas e modernas. Os anos 1910 e 1920 foram marcados por vários movimentos e eventos contestatórios à ordem então vigente. O ano de 1922 foi emblemático, pois foi quando se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, o Centro Dom Vital e as primeiras manifestações tenentistas¹. Foi também o momento em que se comemorou o centenário da Independência do Brasil. A efeméride do centenário proporcionou um momento ímpar de análise da situação sociopolítica do país e da identidade brasileira (MOTTA, 1992). Na década de 1910, um grupo de intelectuais se engajara na bandeira da erradicação do analfabetismo com vistas às comemorações do centenário da Independência, formando a Liga Brasileira contra o Analfabetismo (NAVARRO, 2008). Esse movimento se desdobrou com a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924.

Educadores e sanitaristas compuseram uma das linhas de frente da crítica ao regime oligárquico. Almejava-se a construção de um novo homem brasileiro, que até então era considerado inviável, preguiçoso, indolente e doente. O Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, não era indolente por uma natureza inata. Era por estar doente. Ao ser curado – o que o transformou em garoto propaganda do biotônico Fontoura – passou a ser trabalhador e integrado a esse processo de modernização da sociedade. Miguel Couto, médico sanitarista, afirmava que “no Brasil só há um problema, a educação do povo”. A doença advinha da ignorância dos métodos higiênicos gerado pela ausência da instrução formal adequada (ALBERT, 2002). Os diagnósticos feitos indicavam um país

1. O dossiê anos 1920 da revista *Estudos Históricos* nos proporciona um panorama geral das questões sociais, políticas, econômicas e culturais então debatidas no período (ESTUDOS..., 1993/1).

despreparado para o desenvolvimento. Eram necessárias ações no campo da educação moral, do saneamento e da orientação higiênica. Veiculava-se a ideia de que era necessário educar os indivíduos preparando-os para a disciplina do trabalho, para o respeito às leis e às novas condutas.

As primeiras iniciativas de modernização da esfera educacional no Brasil Republicano remetem ao movimento das reformas da instrução pública promovidas em diferentes estados do país. Ao analisar esse conjunto de reformas em estudo clássico, Jorge Nagle (1974) faz referência à chamada “política dos estados” responsável pela aglutinação das forças estaduais na sustentação do governo federal e, no plano da educação, pela adoção de um conjunto de medidas coordenadas no sentido da organização dos sistemas escolares estaduais, expressando a força política das lideranças de determinadas unidades federadas. O movimento das reformas da instrução pública ocorrido nos estados brasileiros ao longo da Primeira República expressa com clareza a liderança exercida pelo grupo paulista na condução da política nacional, o que, no âmbito da educação, verificou-se com a repercussão alcançada pelo modelo de reforma educacional implementado no estado de São Paulo em 1920 (CARVALHO, 1989; ARAÚJO 2011).

Em 1893, Cesário Motta Jr., ao assumir a diretoria da Instrução Pública, criou os Grupos Escolares. Até então a instrução primária era oferecida em escolas isoladas de primeiras letras ou em escolas reunidas. A instituição agregava, em um único edifício, e sobre a gestão de um corpo técnico, os anos do nível de ensino organizado em classes, com ensino simultâneo, progressivo e seriado de conteúdos (HILSDORE, 2003).

No ano seguinte, inaugurou-se a Escola Normal Caetano de Campos. Prédio monumental que contava com 40 salas para o curso normal mais tantas outras para as classes-modelo – onde as professoras em formação deveriam pôr em prática os modernos métodos aprendidos – e para laboratórios e setores administrativos. Essa iniciativa visava difundir a concepção de que o ambiente escolar deveria ser construído para tal finalidade, e não contar com a utilização de casa ou de outros espaços adaptados. Por outro lado, esse projeto demonstrava que a formação docente deveria estar vinculada à prática nas classes experimentais. Ambas as iniciativas visavam expor, à nação, a necessidade de transformação nas práticas educacionais do país.

Jorge Nagle divide em duas fases o movimento das reformas da instrução pública ocorridas durante a Primeira República (NAGLE, 1974, p. 192): uma primeira, inscrita nos três primeiros decênios do regime republicano, insuficiente para mudar a fisionomia dos sistemas escolares de então e uma segunda fase, iniciada na última década da Primeira República, que se distingue da primeira fase por trazer à tona o desenvolvimento de uma discussão doutrinária e também a realização de novos padrões de cultura e de ensino. Nesse sentido, justifica-se a denominação da primeira fase como um ciclo reformista em oposição à

segunda fase que demarcaria, segundo o autor, um movimento remodelador, no qual se evidencia a incorporação e o aperfeiçoamento dos instrumentos técnico-pedagógicos e administrativos elaborados pelas reformas anteriores.

A reforma mineira inaugura o segundo ciclo no movimento de reorganização da instrução pública. Isso porque esta promoveu o salto entre as posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia para o desenvolvimento de muitos dos aspectos doutrinários provenientes do ideário da Escola Nova. A inversão operada na relação que passou a se estabelecer entre os princípios políticos gerais relacionados ao republicanismo e à democracia e os aspectos técnico-pedagógicos trouxe como consequência, dentre outras, a predominância do aspecto técnico sobre o político na discussão e encaminhamento de soluções dos problemas educacionais. Nessa linha, a reforma paulista foi aquela que apresentou maior fidelidade aos princípios doutrinários de natureza republicana e democrática, haja vista que o reformador se colocava não como um técnico, mas, sim, como um pensador voltado para problemas de natureza extraescolar.

Em contrapartida, iniciava-se, já no final da década de 1920, a incursão dos chamados especialistas em educação, que procuravam, gradativamente, deslocar o caráter eminentemente político da obra educacional com o emprego de argumentos técnico-pedagógicos (NAGLE, 1974, p. 211). Sem dúvida, ao final da década de 1920, a natureza do discurso dos reformadores sofreu uma inflexão que imprimiu um significado mais técnico e especializado aos argumentos utilizados para justificar as medidas determinadas pelos planos de reforma da instrução pública.

As reformas da instrução primária, realizadas nas décadas de 1920 e 1930, foram lideradas por um grupo de intelectuais pertencentes ao movimento da Escola Nova. Este movimento tinha como referência ideias e práticas educacionais europeias e norte-americanas. Seu principal foco era a escola primária, pois era considerada aquela que poderia formar os trabalhadores que promoveriam o progresso e a modernização do país, ideal sonhado por segmentos da elite dirigente de então. Assim, era necessário intervir na escolarização e na alfabetização (CARVALHO, 2003).

A reforma de Sampaio Dória, em 1920, é considerada uma das primeiras inspiradas pelos ideais escolanovistas. Ocorrida em São Paulo, sob o governo de Washington Luís, visava promover a alfabetização em larga escala, para tal reduziu o curso primário de quatro para dois anos com duas horas e meia diária de duração. Tal reestruturação visava ampliar o número de vagas e resolver o problema do analfabetismo no estado. O currículo então praticado incluía: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Trabalhos Manuais, Música, Desenho, Ginástica, Ciências Físicas e Naturais e Higiene. Também incorporou pressupostos psicológicos para a compreensão do aluno, destacando as capacidades individuais que deveriam ser identificadas pelo professor.

A reforma do Ceará, de 1922, foi realizada por Lourenço Filho. Indicado pelo governo paulista, assumiu a diretoria da instrução cearense e promoveu uma reforma na Escola Normal, dando-lhe novas feições. No mesmo ano, assumiu a Diretoria da Instrução do Distrito Federal Carneiro Leão. Anísio Teixeira, em 1925, foi convidado a promover a reforma educacional baiana. No mesmo ano, José Augusto Bezerra de Menezes foi encarregado da reforma educacional no Rio Grande do Norte. Em 1927, Lisímaco Costa foi encarregado da reforma paranaense e Casassanta e Francisco Campos, da reforma mineira, esta última sendo considerada, por Nagle, como a mais exitosa do movimento escolanovista. Entre 1927 e 1930, Fernando Azevedo, substituindo Carneiro Leão, inspirado em sociólogos como Durkheim, reestrutura a educação da capital, valorizando a tarefa social da escola. Preparação para o mundo do trabalho e a utilização de métodos ativos era o seu carro-chefe. Em 1928, Carneiro Leão foi convidado a reformar a instrução em Pernambuco e José Duarte da Rocha assume a Diretoria da Instrução Fluminense, promovendo sua reforma (ARAÚJO, 2011; FERNANDES, 2009).

Estas reformas possuíam um cunho técnico-pedagógico com vistas a aumentar as ofertas educacionais, mas sem alterar ou ampliar os recursos financeiros dos estados. Possuíam, como característica fundamental, um caráter de reforma política, mas nelas se percebe uma maior ou menor preocupação pedagógica. De maneira geral, esse movimento dos anos 1920 é coroado com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) logo após Getúlio Vargas assumir como chefe provisório do governo revolucionário, com a derrubada do presidente Washington Luís. Estas lideranças vão assumir postos no Mesp e nas administrações estaduais e se tornam referências sobre os problemas educacionais do país.

Companhia Melhoramentos e a produção de livros para uma escola renovada

Entre 1918 e 1932, a Companhia Melhoramentos de São Paulo publicou a série “Resumo Didactico”. Cada título correspondia à história de um estado brasileiro. Destinavam-se primordialmente aos alunos das Escolas Normais e aos professores das escolas primárias².

2. Foram editados os seguintes títulos: *História de São Paulo* (1918), de Rocha Pombo; *História de Minas Gerais* (1926), de Lúcio José dos Santos; *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1928), de Max Fleiuss; *História do Estado do Rio de Janeiro* (1928), de Clodomiro de Vasconcellos; *História da Bahia* (1929), de Pedro Calmon; *História do Paraná* (1929), de Rocha Pombo; *História de Santa Catarina* (1930), de Lucas Boiteux; *História de Alagoas* (1930), de Craveiro Costa; *História do Ceará* (1931), de Cruz Filho; *História do Pará* (1932), de Teodoro Braga; *História de Pernambuco* (s.d.), de Mário de Mello; *História do Rio Grande do Sul* (s.d.), de Doca Sousa. Cf. OLIVEIRA, 2006.

O mercado editorial do livro didático acompanhou o processo de estabelecimento da rede escolar no país. Uma boa parte dos compêndios e manuais didáticos, durante o século XIX, era importada. Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a tornar os livros escolares o carro-chefe de sua editora. Entre 1889 e 1918, a matrícula na escola primária quintuplicou, saindo de 250 mil para 1,25 milhão estudantes (BRAGANÇA, 2000; HALLEWELL, 1985).

A origem da Companhia Melhoramentos data de 1890 e tinha na produção de papel seu ramo de negócios. Esta produção era um elemento-chave para todos os ramos envolvidos na editoração de impressos, especialmente os livros. Antônio Proost Rodovalho aproveitou o contexto de expansão industrial para a implementação de sua fábrica de papel, trazendo maquinário e técnicos europeus. A 1ª Guerra Mundial proporcionou um contexto favorável tendo em vista as dificuldades de importação desse artefato (DONATO, 1990).

O contexto do pós-guerra, no entanto, colocou a empresa em situação difícil. Além de ter que competir com o produto de melhor qualidade enviado pelos EUA e pela Europa, a companhia passava por dificuldades de renovação do seu maquinário e disputas entre seus acionistas (DONATO, 1990, p. 58). A solução para esses problemas foi sacramentada pela fusão com a empresa Weiszflog Irmãos em 04 de dezembro de 1890.

A origem da firma Weiszflog Irmãos data de 1905. Um ano antes o jovem Walther Weiszflog ingressou na papelaria e tipografia Buhnaeds & Cia., situada na rua Libero Badaró, em São Paulo. Pouco depois, seu irmão Otto Weiszflog se estabelece na cidade e ambos se associam ao Buhnaeds, transformando a firma em uma litografia com a razão social de “Estabelecimento Graphico Buhnaeds-Weiszflog Irmãos & Cia”.

A partir de 1908, seus proprietários começam a se interessar pela impressão de materiais didáticos. No ano seguinte, seus produtos ganharam o mercado de São Paulo e do Rio de Janeiro: os mapas Parker para *Lições de aritmética*, os cadernos de *Caligrafia Americana*, números 1 a 6, a *Caligrafia Vertical*, de Francisco Viana. Autores de obras de literatura infantil e didática estimularam que a empresa se tornasse uma editora, o que ocorreu, em 1915, sob o selo Weiszflog Irmãos. Iniciaram, então, a série Biblioteca Infantil, com a publicação de *O patinho feio*, obra de Hans Christian Andersen, adaptada por Arnaldo de Oliveira Barreto, que se tornou um sucesso principalmente por seus aspectos gráficos, com capa dura e ilustrações a cores.

Logo em seguida, a editora produziu obras de história, através do bom relacionamento de J. Alves Dias, um de seus funcionários, com os reconhecidos autores dessa área: Rocha Pombo, Oliveira Lima e Affonso de Taunay (DONATO, 1990). Em 1916, editou 51 mil exemplares. Já em 1922, essa produção saltou para 344 mil exemplares. Os seus destaques eram o padrão gráfico da impressão e a incorporação de uma farta iconografia composta por mapas, gravuras e fotografias.

O contexto do pós-guerra, com a retomada da importação de papel, colocou a empresa em situação difícil, levando-os a aderir à proposta da incorporação da fábrica de seu insumo básico. Nos anos 1920, a Companhia Melhoramentos de São Paulo se consolidou nos meios educacionais paulistas (RAZZINI, 2007). Além das cartilhas e de obras para as variadas disciplinas específicas, a editora passou a publicar, a partir de 1921, a *Revista Nacional*, com artigos escritos por algumas lideranças do movimento renovador da escola e da educação no Brasil: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros (OLIVEIRA, 2006).

Anualmente, publicava o anuário *Reabertura das aulas: livros didáticos e material escolar*, como forma de divulgar as suas obras entre professores e diretores de escolas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Essa publicação visava à “orientação dos srs. Diretores e professores dos estabelecimentos de ensino do Brasil na escolha de bons livros e material didático eficiente” (apud OLIVEIRA, 2006, p. 88).

Publicações como a *Revista Nacional* e a *Reabertura das aulas* eram estratégias importantes para difusão e comercialização dos livros da editora. Veiculavam-se resenhas dos novos lançamentos, assim como a relação de livros aprovados pelos governos para uso nas escolas de seus estados. Os artigos insistiam em apresentar que essas novas obras estavam pautadas nos novos métodos de ensino, dos quais seus autores eram adeptos, e que seguiam as determinações pedagógicas e metodológicas dos programas oficiais. Dirigida aos professores, os textos publicados colocava-os como protagonistas dos processos educacionais. Destacava o livro didático como instrumento indispensável para o professor:

O bom professor é o principal fator do ensino, não há dúvida; mas ele poderá e terá de esforçar-se muito, impondo também muitos aborrecimentos inúteis, se não tiver a mão o material adequado, higiênico, metódico, que lhe suavizará [sic] de modo sem igual a difícil tarefa de formar espíritos – atraindo o interesse de discípulos, facilitando as análises desejadas encaminhando o raciocínio. O bom artífice pode muito; mas o bom artífice, armado de perfeita ferramenta opera milagres. (*Revista Nacional*, 1930, p. 31).

Lourenço Filho, consultor da Companhia Melhoramentos, teve importante papel nesse projeto editorial, pois atuou em várias frentes: escreveu artigos, prefácios e resenhas; organizou a Biblioteca da Educação e redigiu livros didáticos diversos. Sua *Cartilha do Povo*, de 1928, contou com 2.200 edições, somando 20 milhões de exemplares. Buscando dar um caráter nacional à editora, Lourenço Filho passou a convidar autores de outros estados para nela publicar seus livros escolares. Um dos primeiros foi Newton Craveiros, seu antigo colaborador na reforma do ensino no Ceará, que lançou *João Pergunta: livro de leitura especialmente destinado às crianças do Nordeste brasileiro*.

Hallewell (1985) destaca que o movimento escolanovista, impulsionador das Reformas Educacionais, fomentava fortemente o mercado editorial brasileiro. No caso de Monteiro Lobato, por exemplo,

Fora forçado pela depressão do pós-guerra a concentrar suas atividades editoriais nos livros didáticos, decisão comercialmente saudável numa década em que a influência do grupo de reformadores da Escola Nova [...] estimulava muitos dos estados a fazerem alguma coisa a respeito das lamentáveis deficiências da educação pública no Brasil. (HALLEWELL, 1985, p. 277).

Os livros de história regional, objetos dessa pesquisa, foram elaborados para uma escola primária em grande transformação e ebulição. Nem seus autores, nem a Editora Melhoramentos, vide consultoria de Lourenço Filho, estavam alheios a este movimento. Neste sentido, propomos que há uma forte ligação entre escolanovismo e história regional. A ênfase nos métodos experimentais, isto é, estimuladores do aprendizado individual, concreto e progressivo, ancorado na experimentação do aluno, levava a uma compreensão de que se deveria dar concretude à história (REZNIK, 1992). A história do estado era aquela que estava mais próxima dos alunos por sua interação com espaços, personagens e eventos experienciados cotidianamente.

Pequena pátria e grande pátria: a história regional e nacionalismo

Os prefácios dos livros da coleção *Resumo Didático* são elementos importantes para reflexão sobre as concepções de seus autores, sobre as relações entre a historiografia e o ensino de história naquele período. Pedro Calmon, Lucas Boiteaux e Rocha Pombo apontam para tópicos recorrentes no debate da historiografia e do pensamento social brasileiro, especialmente as relações entre a “pequena pátria” e a “grande pátria”. Esses autores explicitam que a região/estado e a nação são entidades complementares. Não por outra razão, “harmonia”, “amor” e “instinto” são palavras-chave para ligar os conceitos polares torrão/pátria, estado/União. Almir de Oliveira e Cruz Filho destacam essa relação ao tratar do Ceará:

Nomear, classificar e descrever as particularidades que diferenciavam a trajetória cearense das demais regiões do Brasil. A definição das origens, bem como a tematização de sua história, alimentou a constituição de elementos simbólicos da história do Ceará diante da Nação. (OLIVEIRA, 1931, p. 3).

O nosso intuito (...) teve por escopo exclusivo prestar um serviço útil à mocidade cearense, que nele aprenderá a amar e a venerar a nossa terra, tão grande e tão infortunada pelos flagelos das secas. (CRUZ FILHO, 1931, p. 4).

A seca, apesar do flagelo causado, era um elemento diferenciador que tornava o cearense um elemento forte e por isso deveria se orgulhar da sua origem. Amar a pequena pátria não era exacerbar um provincianismo separatista, mas sim reafirmar laços, um *continuum* que poderia levar a compreensão de uma unidade que ia do indivíduo à humanidade. Rocha Pombo afirmava:

Conviria, a meu parecer, que se pusesse, no espírito dos que estudam, bem nítida ideia do Município, do Estado e da Nação, como diferentes esferas em que têm de viver e agir todos os cidadãos, segundo a respectiva capacidade, e na medida do prestígio e valimento de cada um.

De certo que pessoas há que não se fazem capazes de cuidar de mais que a própria família.

Mesmo essas pessoas ninguém diria que não sejam úteis, na medida das suas aptidões à comunhão social em que vivem.

Tão digno é, portanto, um pai de família modesto cuidando direito da sua casa, quanto um grande homem servindo à sua pátria, ou mesmo ao gênero humano. (POMBO, 1925, p. 3).

Nação e nacionalismo são temáticas caras para o pensamento social mundial, há pelo menos dois séculos. No século XIX, esse debate esteve centrado no campo político-institucional, em que se associou o Estado à nação, concepção essa que se arraigou no senso comum. Os atuais processos de globalização e mundialização política e econômica imprimem novos contornos à questão. Benedict Anderson (1989 e 2000) ressalta a ampliação do conceito incorporando questões étnicas, religiosas e de gênero, que teriam suscitado lutas pelo reconhecimento de suas particularidades e por direitos legais de minorias. Foi durante o século XIX que se consolidou a ideia de nação associada à de um Estado com limites territoriais definidos e governo centralizado, configurando o Estado-nação (HOBBSAWN, 1990; HERMET, 1996). A constituição de nações era tida como um sinal de progresso. Sob a ótica dos dirigentes políticos do século XIX, os particularismos tenderiam a desaparecer ou a se metamorfosear em sobrevivências de um período precedente. A pequena pátria poderia conviver com a grande pátria desde que não a colocasse em xeque, isto é, não poderia haver choque de fidelidade e lealdade (THIESSE, 1995). Desde então, nas experiências dos vários estados-nação, as expressões localistas e nacionalistas irão configurar arranjos e configurações variáveis no plano político e cultural.

A dimensão continental brasileira suscitou, nos últimos 200 anos, estudos sobre experiências locais, quer sejam sob o recorte do município, quer sejam

sobre os estados da federação (ou as províncias do Império), ou sobre as regiões (o “nordeste”, o “sul” etc.), no seu recorte geográfico, econômico, ou propriamente como uma construção historiográfica (ALBUQUERQUE, 1999; PESAVENTO, 2003). Ainda está para ser inventariado esse leque de estudos, de forma que tenhamos a dimensão do que, quando e como foi produzido.

O lugar conferido à história regional nos currículos escolares é um dos objetivos de investigação deste projeto. Consideramos que as proposições escolanovistas se materializaram em um conjunto de documentos legais – decretos, leis, atos, deliberações etc – que pautaram as diretrizes de renovação de práticas administrativas e pedagógicas da escola primária. Neste sentido, a fixação das grades curriculares para as escolas normais e primárias formam um precioso conjunto que nos possibilita compreender como se reestruturavam conteúdos tradicionais e se inseriam outros tantos, entre estes a inclusão da história regional como integrante do ensino de história nas redes estaduais.³

A título de exemplo podemos indicar o caso do estado do Rio de Janeiro onde identificamos essa alteração curricular que ensejou a narrativa de histórias locais (FERNANDES, 2009). Em 1928, Manuel Duarte foi eleito presidente do Estado. Em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa destaca a reforma educacional realizada como uma obra de suma importância para o soerguimento estadual no cenário nacional.

O governo realizou uma reforma parcial no ensino primário, profissional e normal [...]. Sem nenhum prurido de inovar pelo prazer das modificações chegou, entretanto, a convencer-se de que era necessário introduzir disposições novas e fazer algumas criações indispensáveis ao aparelho do ensino, de maneira a torná-lo mais eficiente e mais bem conformado às necessidades palpitantes [...]. (SILVA, 1928).

Nessa direção seguiu José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor do Departamento de Instrução Pública, quando afirmava que se estava construindo uma sólida obra que daria novos rumos à escola do estado:

A obra educacional no estado do Rio, talqualmente se executa, não é efêmera, nem fictícia, nem lhe douram a frontaria falsas lantejoulas, mas projeta-se com os seguros lineamentos de uma construção estável, bem tracejada, de consistente arcabouço, compatível com as realidades sociais e norteadas pelo sentido da vida, para proporcionar à juventude uma educação nacional e integral, que lhe dê melhores

3. Tendo em vista o contexto pandêmico vivenciado em 2020, não foi possível consultar as coleções das legislações estaduais, integrantes do acervo da Biblioteca Nacional. A pesquisa nos *sites* do Executivo e dos Legislativos estaduais foi infrutífera, pois são disponibilizados os atos mais recentes, mormente a partir da década de 1990. Voltaremos a essa questão após a retomada das atividades presenciais da Biblioteca Nacional.

condições físicas, morais e intelectuais para a concorrência vital, em que triunfarão os mais bem aparelhados. (ROCHA, 1930).

Atuando em todos os níveis da instrução pública, teve como alvos centrais a formação de professores e a escola primária. A reforma curricular da Escola Normal visava formar professores aptos a lidar com a realidade do estado. Esta foi a mesma diretriz dada ao ensino primário. O preâmbulo da deliberação que estabeleceu o programa de ensino das escolas primárias estaduais para o ano de 1928 expressa a ideia de um ensino voltado para as experiências dos alunos:

Para haver eficiência no ensino, cumpre não perder de vista que o aproveitamento real de cada disciplina está em função do grau de interesse que se põe no seu estudo. Todo o empenho deve ser o de tornar atraente o trabalho intelectual do aluno, tendo-se o cuidado de não ocupar sua memória senão com o que, primeiro, lhe haja passado pelo entendimento, isto é, com o que ele tenha compreendido. (ALMEIDA, 1929, p. 4).⁴

A reforma curricular gerou uma demanda por produção de material didático específico no campo da história. No currículo da formação de professores foi incluída a disciplina História Fluminense como cátedra autônoma. Analisando os programas anteriores observamos que já havia a disciplina Corografia do Estado do Rio de Janeiro, que seguia o programa deste gênero firmado no século XIX (ESTADO, 1928). A Reforma de 1928 não aboliu a corografia, mas retirou dela os aspectos da história do estado, tornando-a disciplina específica. As novas diretrizes também estabeleciam o ensino da história fluminense na escola primária, o que estava de acordo com as diretrizes oficiais para o nível elementar em que se propunha um ensino voltado para as realidades dos educandos. Inserindo-se nessa demanda, a Companhia Melhoramentos editou a *História do estado do Rio de Janeiro*, de Clodomiro Vasconcellos.

Na década de 1930, Delgado de Carvalho, inspirado no escolanovismo, propunha um método regressivo e comparativo para o ensino de história. A compreensão do passado deveria partir do contexto vivido pelo aluno e, a partir daí, retroceder paulatinamente. A proximidade temporal se associava à experiência concreta em oposição à abstração gerada pelo afastamento no tempo. Estas ideias e experiências embasariam a teoria dos círculos concêntricos, consolidada nos anos 1950 e 1960, que definiram o lugar da história local no currículo – lugar este que mantém até hoje –: as séries iniciais do ensino fundamental.

A história narrada do estado é constituída, em geral, com base em suas divisões administrativas e políticas, sobretudo, e levam em conta as características

4. A deliberação 153, de 30/04/1928, não foi localizada, mas se encontra transcrita no livro de Antônio Figueira de Almeida.

sociais. As diferenças e características próprias tendem a aparecer como semelhanças. Ao analisar os índices das obras, observamos que seus autores seguiam um plano pré-estabelecido, inspirado no primeiro livro da coleção, a *História de São Paulo*, de Rocha Pombo.

Geralmente, como preâmbulo da história, era necessário descrever o cenário. Apresentação do território, seus limites, ocupação, grupos sociais que formaram o catarinense, o paraense, o fluminense, o baiano e os outros tipos nacionais, de acordo com o volume. Havia uma preocupação em dar organicidade aos conteúdos de maneira que a história desenvolvida pelo estado ou cidade, no caso do Distrito Federal, dialogasse com a história nacional, seus ritmos e temas canônicos. Daí viria o amálgama que permitiria o tipo local se ver como nacional. Essa identidade una e diversa necessariamente começava pela identificação do território local e nacional e se desenrolaria iniciada pela expansão marítimo-comercial europeia e pela colonização portuguesa. A partir desse ponto, os autores explicavam os desdobramentos locais que contribuíram na promoção de fatos considerados decisivos na montagem da futura nação.

As atividades econômicas mostram critério de seleção dentro da visão do poder local. Assim, temos elementos como a mineração – período considerado chave na história colonial – em que aparecem o capítulo sobre “Lavras diamantinas”, no livro da Bahia; “As minas”, no de Minas Gerais; “A descoberta das minas”, no de São Paulo; e nenhuma referência a esse fato em livros de outras regiões nordestinas e (ou) nas do sul do país – que enfatizavam as atividades locais.

Os marcos da independência e da proclamação da República foram episódios em que se buscava mostrar a especificidade local em eventos de impacto para toda a pátria. A independência política do país, momento fundante da nação, é apresentada de acordo com a atuação das elites locais frente às decisões do poder central do Rio de Janeiro, com diferenças significativas quanto à importância relativa à data oficial – o 07 de setembro de 1822. No caso da Proclamação da República, também os autores adotaram diferentes explicações para a mudança do regime e teceram considerações sobre seu significado para a situação local. No entanto, reconheceram o novo regime como aquele integrador do Brasil.

Nos textos, há um lugar de destaque para a biografia. Para a formação de futuras gerações, “fiéis à nação e úteis à coletividade”, os estudantes deveriam perceber “como se fizeram grandes os heróis”, modelos a serem seguidos. Era necessário destacar, em primeiro lugar, os grandes vultos locais para iniciar o processo de constituição de identidade, de pertencimento a uma história construída por figuras heroicas.

À mocidade baiana interessam em primeiro lugar os grandes baianos. Descrevemos-lhes a largo traço a fisionomia moral. Serão imitados, sem dúvida, por muitas dessas risonhas crianças, encanto de vossas aulas, esperanças da Bahia, a cujas

inteligências em botão se oferece o livro: para vós, breviário, para elas, cartilha. (CALMON, 1932, p. 1).

De acordo com tal perspectiva de constituição identitária, foram destacados os grandes vultos locais ou regionais, sendo comum dedicar longos trechos aos diferentes setores da sociedade retratada, nos quais eram ressaltadas as contribuições dadas pela atuação dos líderes locais à composição da nação. Desfilavam os homens de letras, de ciências, as academias, as escolas superiores, a produção artística.

Historiadores de seu tempo: os autores de manuais didáticos

Qual a relação que se estabelece – e se estabeleceu ao longo da história – entre a historiografia acadêmica e a historiografia escolar, entendida a primeira como o conjunto dos conhecimentos produzidos e narrativas difundidas a partir da pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa; e a última como o conjunto de conhecimentos e narrativas voltadas para o público escolar?

Desde o século XIX até os dias atuais, historiadores avalizados academicamente – isto é, reconhecidos pelas instituições prestigiadas em sua época como produtores de conhecimento histórico – escreveram livros escolares. Nesse sentido, para uma história da historiografia escolar, demonstrou-se falsa a hipótese de que a suposta defasagem fosse produto de uma divisão de trabalho entre especialistas e divulgadores.

Rocha Pombo, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Clodomiro de Vasconcelos, Lúcio José dos Santos, Lucas Boiteux, Craveiro Costa, Cruz Filho, Teodoro Braga, Mário de Mello, Doca Sousa, autores dos livros da coleção *Resumo Didático*, foram historiadores do seu tempo. Eram filiados ao respectivo Instituto Histórico e Geográfico de seu estado e, uma parte deles, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os Institutos, desde a criação do IHGB, em 1838, e dos respectivos estaduais, ao longo do século XIX e início do século XX, eram os principais locais de debate sobre a produção historiográfica no país.

Segundo informações recolhidas de alguns dos prefácios dos livros analisados e da história da Companhia Melhoramentos (DONATO, 1990), os autores foram indicados por Afonso d'Escragnoille Taunay, Oliveira Lima e Oliveira Vianna⁵. A historiografia do início do século XX, que tem em Oliveira Lima e Oliveira Vianna expoentes significativos, começava a deslocar chaves

5. Clodomiro Vasconcellos afirma que fora indicado por Oliveira Viana para escrever a história do estado do Rio de Janeiro. Theodoro Braga atribui a Afonso d'E. Taunay o convite para escrever a história de seu "torrão natal", o estado do Pará.

interpretativas ancoradas nos determinismos geográficos e raciais, tendo em vista enfatizar a compreensão das características intrínsecas à sociedade brasileira, por meio de sua história e dos valores culturais e políticos que a constituíram (BRESCIANI, 2005; GOMES, 1996; SOUZA, 1996; OLIVEIRA, 1990; SALIBA, 2000).

Buscar autores entre o pequeno mundo intelectual de historiadores locais ou nacionais não era uma novidade. Editoras como a Garnier e a Francisco Alves publicavam obras de autores sócios do IHGB. Vinculavam essa filiação na página de rosto do livro, simbolizando o prestígio do autor que credenciava a obra. Se a estratégia não era nova, a novidade vinha de uma editora paulista, que buscava se consolidar no cenário nacional, referendando os membros dos Institutos Históricos locais como portadores do fazer historiográfico do período. Foucault destaca que um autor não é apenas o que escreve um texto em determinados cânones, mas é também aquele que assim é reconhecido como tal (FOUCAULT, 1992). Neste sentido, os autores da coleção *Resumo Didático* eram historiadores reconhecidos como tal, não por sua formação – tendo em vista não existirem ainda, naquele momento, cursos superiores de história –, mas por produzir estudos históricos de acordo com os cânones em voga. Esses historiadores foram forjados em um fazer prático consensual do que seria a produção historiográfica no período. A construção do conhecimento histórico, nesse período, partia muito mais de um consenso do que se supunha ser o fazer historiográfico, mais pela prática do que por uma reflexão teórica. Tal consenso era construído por suas inserções nas instituições culturais locais, especialmente nos Institutos Históricos e Geográficos.

A coleção teve seu início, em 1918, com a publicação de *História de São Paulo*, escrita por Rocha Pombo. Seu último volume, relativo à *História do Pará*, de Theodoro Braga, fora publicado em 1932. Ao menos sete volumes da coleção foram editados entre 1928 e 1930. Na avaliação de Marcos Oliveira, a coleção não teria alcançado êxito, pois a maioria teria contado com apenas uma edição além de “a pouca relevância de uma história do estado no conjunto do currículo escolar. Pode-se também ter como hipótese do pouco sucesso da série as características da obra quanto ao texto e seu caráter pouco didático” (OLIVEIRA, 2006).

Essas hipóteses precisam de maior reflexão tendo em vista a compreensão das obras em sua própria época. Devemos levar em conta que estes livros estavam destinados aos professores e aos futuros professores – em alguns casos também aos outros alunos secundários que não os normalistas –, o que levava a uma demanda diferenciada daqueles que eram utilizados pelos alunos da escola básica. Não dispomos das tiragens produzidas, mas podemos supor que uma certa quantidade atenderia ao mercado por um certo tempo. Um outro fator que se deve se levar em consideração é o papel de pequenas tipografias locais que também editaram livros de história regional, disputando

esse mercado e fazendo com que as tiragens tivessem uma venda mais longeva que a do ano de lançamento⁶.

Afirmar a pouca relevância da história do estado no currículo escolar é limitar a análise aos programas oficiais, que definiam a história pátria como elemento a ser ensinado, um currículo prescrito. Mas as histórias estaduais eram uma aposta pedagógica, pensando um currículo a ser praticado pelos professores. Daí estarem voltados para os professores e não para os alunos da escola primária. Por outro lado, desqualificar as características historiográficas das obras é estabelecer um tipo ideal, um modelo de escrita de uma história escolar que não leva em consideração um trabalho comparativo com obras didáticas contemporâneas⁷.

Um fato que não se levou em consideração para justificar a interrupção da coleção pode ter sido o nacionalismo varguista, especialmente após a instauração do Estado Novo. Emblemática foi a cerimônia da queima das bandeiras estaduais simbolizando a supremacia da nação frente aos regionalismos. Mesmo que a coleção não propusesse um regionalismo separatista, obras que exaltassem os locais poderiam ser acusadas de tal fim e a editora poderia ficar em maus lençóis.

Essas esparsas informações, sobre a seleção dos autores da *Coleção Resumo Didático*, nos permitem supor que a editora investiu na escolha de autores que estivessem sintonizados com a produção historiográfica contemporânea. O prefácio de Auryno Maciel ao livro de Craveiro Costa, *História das Alagoas*, destaca a importância da obra frente a uma “pobreza franciscana” da bibliografia didática alagoana:

Vivemos a ensinar pelos livros de São Paulo, do Rio, da Argentina, da França, da Itália, dos Estados Unidos, de todo mundo. Só não ensinamos pelos livros de Alagoas. A História das Alagoas, publicada com o luxo das ilustrações que lhe deram os seus beneméritos editores, fará honra a literatura nacional: os assuntos de que trata, demasiado restritos para interessar a numerosos leitores de ficção, compensam-se com o seu próprio valor literário e com o excepcional pitoresco que encerra, graças ao vasto elenco de clichês e mapas da nossa vida antiga e contemporânea, antiga sobretudo, do tempo em que Alagoas amanhecia. (COSTA, 1930, p. IV-V).

6. A título de exemplo, podemos citar novamente o caso do estado do Rio de Janeiro. Para atender à demanda gerada pela reforma, foram lançados dois livros voltados exclusivamente para a escola primária. Um foi a *História do estado do Rio de Janeiro. Resumo didático para uso nas escolas primárias*, de João Pinheiro Ribeiro, pela Tipographia Leuzinger (1928), do Rio de Janeiro. O outro foi *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*, de Antônio Figueira de Almeida pela Livraria Jeronymo Silva (1929), de Niterói. No caso dos livros voltados para os professores e para as alunas da Escola Normal, além do livro de Clodomiro Vasconcellos, foram editados a *História Fluminense*, de Figueira de Almeida, também pela Livraria Jeronymo Silva e o de José Mattoso Maia Forte J. *O estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1928. Cf. (FERNANDES, 2009).

7. Sobre as categorias de currículo prescrito e currículo praticado; Cf. CORDIOLLI, 2011.

Em alguns casos, o livro editado era tido como fruto de um intenso trabalho de síntese, tendo em vista a ausência de acervos documentais organizados e de espaços de pesquisa e divulgação sistematizados. Clodomiro Vasconcellos afirmava que:

Perderam-se pouco a pouco e se perdem totalmente ou se extraviam documentos importantes para a história política e administrativa do Rio de Janeiro.

Quem acaso catalogou, entre outros, os arquivos de Sepetiba e de Andrade Figueira, de Uruguay e de Paulino Soares de Souza, de Francisco Otaviano e de Francisco Portela, de Silva Jardim e de Quintino Bocayuva? Por onde andam esses arquivos? Edifícios sob cujos tetos se realizaram grandes solenidades – recepções a imperantes, assembleias e conferências decisivas para política regional e geral, e para a administração local – têm desaparecido, e deles não há uma fotografia, uma descrição, elementos, enfim, que são material indispensável ao historiador de amanhã.

Não há de fluminenses notáveis, colaboradores na formação de nossa nacionalidade, grandes servidores da pátria e do estado na paz e na guerra, uma coleção completa de biografias ou de retratos.

No estado do Rio de Janeiro só agora foi criada por Feliciano Sodré uma biblioteca. (VASCONCELLOS, 1928, p. 8-9).

A preocupação com uma narrativa didática que os diferenciasse dos demais trabalhos historiográficos estava presente entre os autores. Cruz Filho afirmava que:

Tendo na devida conta o caráter didático do compêndio e procurando fugir a uma narrativa árida e fatigante dos acontecimentos, quisemos dar ao livro uma feição agradável à inteligência infantil, não raro para isso havendo recorrido a um tom pitoresco, aliás sem falseamento dos fatos em que personagens aparecem envolvidos na beleza e desprendimento das suas ações. (CRUZ FILHO, 1931, p. 4).

Apesar de longa, vale a transcrição de boa parte da “Carta aos professores”, de Pedro Calmon, em sua *História da Bahia*, para analisarmos algumas dessas ideias:

Ides ler um livro didático da série em boa hora organizada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo..., que se destina a suprir uma larga falha na literatura escolar baiana. É um compêndio de história local.

Feita para a mocidade dos colégios, obra de divulgação e não de pesquisa, e apenas com um breve comentário a realçar os fatos, não pode servir senão para as aulas elementares. Mas é quanto basta.

Aprendendo-lhe as lições, terá o menino a sua noção séria, geral, da história do seu torrão. E o que mais é: apreciará as relações frequentes entre as duas histórias:

a do país e a do estado, e terá compreendido o papel desempenhado pela Bahia na harmonia social brasileira.

O nosso livro, feito para crianças, não podia conter senão conceitos de fácil conclusão e simples enunciado. Há referência a leis. Há observações de sabor sociológico. Há alusões à harmonia universal. Mas tudo em segundo plano, levemente, como a cor alaranjada dos crepúsculos no fundo da paisagem. Não perturbam as linhas mestras nem as perspectivas amplas. (CALMON, 1929, p. 3).

A concepção de compêndio que se difundiu como manual didático o colocava como um compilador e divulgador de informações. Calmon seguia assim uma concepção de produção escolar consolidada no século XIX (MATTOS, 2000), que atribuía ao manual escolar o papel de reunir, de maneira organizada, clara e de fácil compreensão, os dados considerados importantes. A compilação não seria fruto de pesquisa documental e sim do acúmulo de informações a partir da bibliografia disponível. No entanto, o que se percebe nos volumes da coleção é que ocorreu um investimento na pesquisa documental, quando necessário para corroborar hipóteses, articular notícias de períodos diferentes e como ilustração para a obra. Se não abandonava a característica compendiadora, esses escritos também não abriam mão de recorrer às fontes primárias na construção dessa narrativa da história escolar.

Para não concluir

O ano de 2020 impactou sobremaneira as nossas vidas. A pandemia da Covid-19, além de afetar a saúde física e psicológica das pessoas, obrigou o replanejamento das atividades programadas. Nossa pesquisa foi impactada, pois dois conjuntos importantes – os livros da Coleção Resumo Didático e as Coleções de Leis e relatórios administrativos estaduais – estão no acervo da Biblioteca Nacional e ficaram interditados pelo fechamento da instituição para o cumprimento das medidas de segurança. Nesse sentido, não foi possível cumprir o planejamento original e, por isso, a pesquisa terá continuidade. Apesar de não concluído, o trabalho já realizado nos permite estabelecer algumas conclusões provisórias.

A publicação da *Coleção Resumo Didático* insere-se no processo de renovação educacional e de modernização da sociedade brasileira. Naquele momento, de maneira original, reconhece-se que a unidade da nação advém da integração de seus estados. Nesse sentido, a história regional se coloca como aquela que pode dar a conhecer os elementos integradores e aqueles específicos que possibilitam a construção do brasileiro.

Nesse sentido, a Companhia Melhoramentos, por meio da produção didática, antecipa os projetos editoriais dos anos 1930, das Brasilianas, visando através da escola fazer o Brasil conhecido no que tinha de uno e de diverso.

A partir dessas iniciativas, observa-se que ocorre a definição de um lugar para o ensino de história local/regional: o ensino primário, atuais séries iniciais do ensino fundamental.

A produção historiográfica expressa na coleção não se configuraria como uma vulgarização do conhecimento histórico produzido academicamente. Ela, na verdade, é uma produção historiográfica que seguia os padrões e incorporava uma perspectiva didática, levando à construção do conhecimento histórico-escolar. Produzida por historiadores reconhecidos, seguindo os cânones do saber histórico (uso de fontes, definição de cronologias, debate historiográfico), mas engajada no projeto de construção de uma imagem una do país.

Por fim, pode-se considerar que, naquele momento, a produção do saber histórico escolar era reconhecida como um campo de atuação dos historiadores por considerarem ser parte de seu ofício. Amar a grande pátria só seria possível reconhecendo que ela é uma e diversa, o que a pequena pátria possibilitaria.

Referências

Atos oficiais, mensagens e relatórios governamentais

Deliberação nº 153, de 30/04/1928. In: Antônio Figueira de Almeida. *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*. Niterói: Tipografia Jeronymo Silva, 1929.

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1929*. Nictherohy: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1929.

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1921*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1921.

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o anno lectivo de 1928*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1928.

ROCHA, José Duarte Gonçalves da. *Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha*, diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1930.

SILVA, Manuel de Mattos Duarte da. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo presidente do Estado*. Rio de Janeiro: s./ed., 1928.

Livros da Coleção *Resumo Didático*

BOITEUX, Lucas. *História de Santa Catarina*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

BRAGA, Teodoro. *História do Pará*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932.

CALMON, Pedro. *História da Bahia*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

COSTA, Craveiro. *História de Alagoas*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

CRUZ FILHO. *História do Ceará*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.

FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

MELLO, Mário. *História de Pernambuco*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

POMBO, Rocha. *História de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1918.

POMBO, Rocha. *História do Paraná*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

SANTOS, Lucio José dos. *História de Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926.

SOUSA, Doca. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

VASCONCELLOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

Outras referências

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB/Fapesp, 1999.

ALBERT, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. FGV, 2002.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, jul. 2005. p. 474-483.

ARAÚJO, José; VIDAL, Diana; MIGUEL, Maria (orgs.). *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)*. São Paulo: Autores Associados/ Edufu/ Fapesp, 2011.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história*. São Paulo: Cortez, 2004.

- BOUDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia. (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 451-476.
- BRESCIANI, Maria Bresciani. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CAIMI, Flávia. O ensino de história em questão. Para uma interpretação historiográfica da produção acadêmica e escolar (1980-1998). In: *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Passo Fundo, vol. 2, n. 2, 2000. p. 09-17.
- CALMON, Pedro. *História da Bahia*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929. p. 1, 3.
- CARVALHO, Martha. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CERTEAU, Michel de. Um lugar, uma prática, uma escrita. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2001.
- CORDIOLLI, Marcos. *Currículo escolar*. Teorias e práticas. Pinhais: Melo, 2011.
- COSTA, Craveiro. *História de Alagoas*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. p. IV-V.
- CRUZ FILHO. *História do Ceará*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. p. 4.
- DONATO, Hernani. *100 anos da Melhoramentos*. 1890-1990. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- ESTUDOS Históricos. *Dossiê anos 20*. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993/1.
- FERNANDES, Rui. Um livro para contar a história fluminense. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). *A escrita da história escolar*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FERNANDES, Rui. *Historiografia e a identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultural. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009.
- FONSECA, Thaís. *História & ensino*. São Paulo: Autêntica, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* s.l: Passagens, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em família*: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1985.
- HERMET, Guy. *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

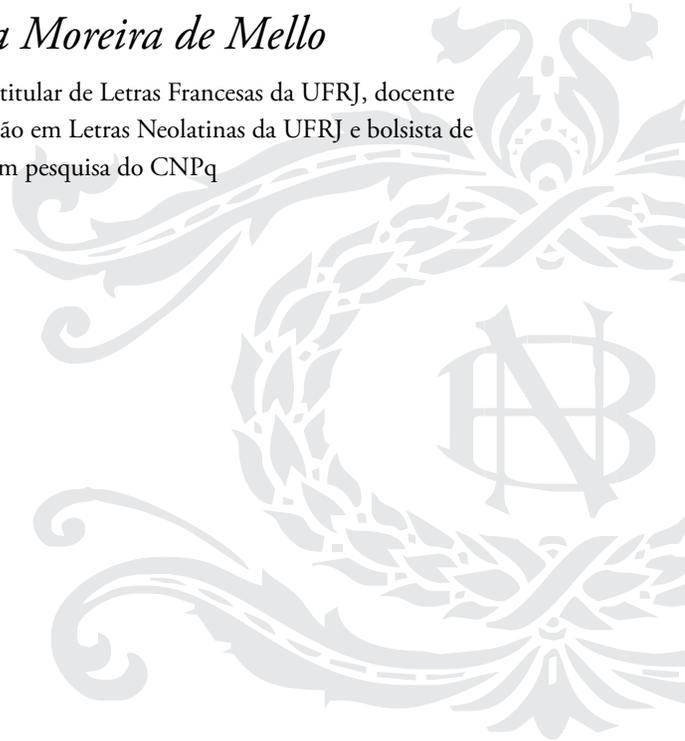
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Pioneiras, 2003.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições*. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.
- MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz 100 anos*. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- MUNAKATA, Kazumi Munakata. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1997.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.
- NAVARRO, Vanessa Carvalho Nofuentes. *Um desafio do tamanho da nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922)*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)*. Tese de doutorado. São Paulo. Fiocruz, 2001. p. 38.
- OLIVEIRA, Lúcia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo*. 1918-1936. Tese de doutoramento. São Paulo: Feusp, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural*. Experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- POMBO, Rocha. *História de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1918. p. 3.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). In: *Língua escrita*, vol. 1, 2007, p. 19-43.
- Revista Nacional*, 1930, p. 31. Apud OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo*. 1918-1936. Tese de doutoramento. São Paulo: Feusp, 2006. p. 107.
- REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã* (a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos – 1931 a 1945). Dissertação de mestrado. Niterói: Departamento de História/UFF, 1992.
- ROCHA, José Duarte Gonçalves da. *Relatório* apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do

- Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luís, 1930.
- RÜSEN, Jörn Rüsen. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- SALIBA, Elias. Reinvenção da história. In: *Brasil-brasis: cousas notáveis e espantosas (Olhares Modernistas)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.
- SILVA, Alexandra. A carne do mercado. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, vol. 14, n. 1, 2014.
- SILVA, Manuel de Mattos Duarte da. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo presidente do Estado*. Rio de Janeiro: s./ed., 1928.
- SOUZA, Octavio Tarquínio de. Prefácio. In: LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. RJ: Topbooks, 1996.
- THIESSE, Ane Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.
- VASCONCELLOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928, p. 8-9.

Salammbô (1862),
de Gustave Flaubert:
fontes e polêmica

Celina Maria Moreira de Mello

Doutora em Letras (UFRJ), professora titular de Letras Francesas da UFRJ, docente permanente do programa de pós-graduação em Letras Neolatinas da UFRJ e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq





Resumo

O presente texto vincula-se aos estudos preliminares do projeto de pesquisa intitulado “Visões do Outro e dos Impérios”, desenvolvido com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (Processo nº 306918/2019-6). Tem como objeto os modos de funcionamento e as funções sociais e políticas da literatura, em suas práticas culturais e suas aporias, tendo como fio condutor dois projetos que não foram bem sucedidos de adaptações de *Salammbô* (1862), de Gustave Flaubert, para a ópera. O recorte aqui proposto, que implica em navegar em fontes digitalmente disponíveis, volta-se para uma leitura da primeira recepção do romance, dando destaque à polêmica provocada pelo filólogo, arqueólogo e colecionador Guillaume Froehner (1834-1925).

Palavras-chave: Flaubert. Pesquisa de fontes. Literatura. Romance. Polêmica.

Abstract

This text is linked to the preliminary studies of the research project entitled “Visions of the Other and of Empires”, developed with the support of a research productivity grant (Process No. 306918/2019-6) from CNPq. The research has as its object the operating modes and social and political functions of literature in its cultural practices and its aporias, and has as its guiding thread two unsuccessful opera adaptations of *Salammbô* (1862) by Gustave Flaubert. The outline proposed here, which implies the focus on digitally available sources, examines a reading of the first reception of the novel and highlights the controversy provoked by philologist, archaeologist and collector Guillaume Froehner (1834-1925).

Keywords: Flaubert. Source search. Literature. Romance. Controversy.



Apresentação do projeto e de seu objeto

A presente comunicação insere-se nos estudos preliminares do projeto “Visões do Outro e dos Impérios”, desenvolvido com apoio do CNPq, com bolsa de produtividade em pesquisa (Processo nº 306918/2019-6)¹. A pesquisa tem como objeto os modos de funcionamento e as funções sociais e políticas da literatura, em suas práticas culturais e suas aporias, tendo como provocação, como fio condutor e como estudo de caso dois projetos de adaptação para a ópera do romance *Salammbô* (1862), do escritor francês Gustave Flaubert (1821-1880), que não conseguiram chegar a um resultado final. De início, será contextualizada a pesquisa, sendo apresentados o recorte escolhido, o da polêmica entre Flaubert e Guillaume Froehner (1834-1925), e o material coletado em pesquisa de fontes a esse respeito; a seguir serão feitas algumas observações de caráter metodológico; para concluir, é proposta uma breve reflexão sobre os limites da apropriação de episódios do passado pela literatura e pela história, suscitada pelo material coletado.

Desde seu lançamento, o romance *Salammbô* tem sido transposto para diferentes mídias. A presente pesquisa está voltada especificamente para dois projetos de adaptação do romance para a ópera que não deram certo. O primeiro envolveria o compositor italiano Giuseppe Verdi (1813-1901) e teria seu libreto de autoria do próprio Gustave Flaubert e de seu amigo, o escritor Théophile Gautier (GOUBAUT, 1977). Ao longo dos anos, as parcerias foram sendo alteradas, até que se chegou à fórmula final da ópera composta por Ernest Reyer (1823-1909), com libreto de Camille du Locle (1832-1903), que só estreia em 1890, quase 30 anos após a publicação do romance. O segundo projeto de adaptação refere-se ao compositor russo Modest Mussorgsky (1839-1881), que tem como título *O Líbio* e ficou inacabado. Várias árias de *O Líbio* foram incorporadas à ópera *Boris Godunov* (1874), baseada no drama homônimo de Alexander Pushkin (1799-1837), de 1825; são árias que encontramos em 1883, orquestradas por Rimski-Korsakov (1844-1908), na composição “Coro das mulheres de Salammbô” (RIESEMANN, 1929; BOCQUET, 1983; DAUGE, 2019).

Salammbô fora um romance aguardado por vários anos, famoso antes mesmo de sua publicação, em 1862, seis anos após *Madame Bovary*, romance de estreia de Flaubert na cena literária, igualmente editado por Michel Lévy. Obteve também um grande sucesso de vendas, talvez não tanto junto à crítica especializada. Logo por ocasião de seu lançamento, em 24 de novembro de 1862, suscitou algumas polêmicas, notadamente com o escritor e crítico Charles Augustin Sainte-Beuve (1804-1869) e com Guillaume Froehner, filólogo,

1. Cabe esclarecer que este projeto de pesquisa se iniciou em 1º de março de 2020, tendo sido seu desenvolvimento atravessado pela Pandemia do Covid-19.

arqueólogo² e colecionador. Ressalto, neste trabalho, os resultados da pesquisa realizada sobre essa polêmica, que ilustram algumas observações sobre a pesquisa de fontes e, também, permitem explicitar, em linhas gerais, o modo como esta se vincula ao tema central deste projeto de pesquisa.

A ação do romance se passa em Cartago, no contexto das guerras púnicas, e corresponde a um episódio de sua história relatado por Políbio em *História geral da República romana*, intitulado “A revolta dos mercenários” (POLYBE, I, [s.d.], p. 15-18), que ficou conhecido como “A guerra inexpiável”, por causa de momentos de grande crueldade. Sainte-Beuve publicará três artigos de crítica no jornal *Le Constitutionnel*, nos dias 08, 15 e 22 de dezembro de 1862. Ele lamenta um excesso de erudição presente no texto, para a leitura do qual ele exige até mesmo “um léxico” (SAINTE-BEUVE, *Le Constitutionnel*, 15 de dezembro de 1862, comentado por DESCHARMES & DUMESNIL, 1912, vol. 1, p. 152) visando entender a língua usada no romance, que é, na verdade, fruto de um árduo trabalho de pesquisa do autor. Froehner, ao contrário, ataca violentamente os conhecimentos de história e arqueologia do romancista, em um artigo intitulado “O romance arqueológico em França”, Gustave Flaubert, *Salammô* – Théophile Gautier, *O romance da múmia* – Ernest DESJARDINS, *Passeio pelas galerias do Museu Napoleão III*, publicado em 31 de dezembro de 1862, na *Revue Contemporaine* (DESCHARMES & DUMESNIL, 1912, vol. 1, p. 151-152; FROEHNER, 1862a).

O conjunto de textos que representam as fontes para a leitura e interpretação da polêmica com Froehner está registrado por René Descharmes e René Dumesnil (1912, vol. 1, p. 152, nota 1; vol 2. p. 280) e pode ser consultado em diversas obras, portais ou *sites* de referência. Além do já citado artigo de Guillaume Froehner, publicado na *Revue Contemporaine* em 31 de dezembro de 1862, há uma carta resposta de Gustave Flaubert endereçada a Froehner, datada de 21 de janeiro de 1863, publicada no periódico *L'Opinion Nationale*, de 24 de janeiro de 1863; a resposta de Froehner, endereçada não a Flaubert mas ao senhor Adolphe Guérault (1810-1870), redator chefe de *L'Opinion Nationale*, datada de 27 de janeiro de 1863 e reproduzida na *Revue Contemporaine*, de 31 de janeiro de 1863, e *L'Opinion nationale* de 04 de fevereiro de 1863. Complementam estes textos uma carta de Flaubert ao mesmo Adolphe Guérault, datada de 02 de fevereiro de 1863 e publicada no número já citado de 04 de fevereiro de 1863, de *L'Opinion Nationale*. Ainda deve ser mencionado, neste conjunto de documentos, o número da *Revue Contemporaine*, publicado em 15 de fevereiro de 1863, em que constam a carta de Flaubert de 21 de janeiro de 1863, assim como a resposta de Froehner a Guérault, datada de 27

2. HELMANN, em *Dictionnaire critique des historiens de l'art* (2020, verbete *online*), observa que, à época, eram chamados de antiquários os arqueólogos que sem necessariamente fazerem escavações conheciam bem as antiguidades.

de janeiro de 1863 (FROEHNER, *Revue Contemporaine*, 31 de dezembro de 1862; FLAUBERT, *L'Opinion Nationale*, 24 de janeiro de 1863; FROEHNER *Revue Contemporaine*, 31 de janeiro de 1863 e *L'Opinion Nationale*, 04 de fevereiro de 1863; FLAUBERT, *L'Opinion Nationale*, 04 de fevereiro de 1863; FLAUBERT; FROEHNER, *Revue Contemporaine*, 15 de fevereiro de 1863).

A crítica de Froehner e a troca de cartas do arqueólogo e do romancista publicada pela imprensa encontram-se disponíveis para consulta no *site* do Centre Gustave Flaubert, da Universidade de Rouen, coordenado pelo Professor Yvan Leclerc, vinculado ao CÉRÉDI – *Centre d'Études et de Recherche, Éditer/ Interpréter* (<http://ceredi.labos.univ-rouen.fr/main/>), em França. Nesse *site*, os artigos publicados pela imprensa foram transcritos, enquanto as publicações originais em periódicos que correspondem a essa transcrição podem ser consultadas no *site* Gallica (<https://gallica.bnf.fr>), que contém o acervo digitalizado da *Bibliothèque Nationale de France*, ou em RETRONEWS, *site* da mesma Biblioteca, dedicado à imprensa (<https://www.retronews.fr/>).

No que se refere à publicação em volume das cartas de Flaubert, estas podem muito cedo ser lidas na primeira edição de sua *Correspondência*, organizada por sua sobrinha Caroline Commanville e publicada em quatro volumes pelo editor Charpentier, entre 1887-1893, também disponíveis na Gallica (FLAUBERT, 1887-1893). Tais cartas encontram-se igualmente reproduzidas em inúmeras edições de sua *Correspondência* e podem ser lidas em diversas edições de *Salammbô*. Cumpre destacar a recente *Edição eletrônica das cartas de Flaubert*, organizada pelo Professor Yvan Leclerc, por Danielle Girard e um grupo de 30 pesquisadores, disponível no *site* do já referido laboratório CÉRÉDI (LECLERC, 2017). Algumas cartas, nesta edição eletrônica, facultam o cotejo da transcrição com o seu original manuscrito digitalizado. Contudo, lá não encontramos digitalizado o original manuscrito da carta de Flaubert, em resposta à crítica de Froehner, publicada por *L'Opinion Nationale*, em 24 de janeiro de 1863, a qual se encontra na Biblioteca do *Institut de France*.³

A pesquisa de fontes; observações

O desenvolvimento desta modalidade de pesquisa implica na consulta de um grande número de arquivos e documentos. As fontes aqui referidas eram conhecidas, mas exigiam, antes dos processos de digitalização e divulgação em rede, deslocamentos para consulta de originais *in loco*, com o perigo de

3. Informação que consta da Nota que acompanha a carta, na *Edição eletrônica das cartas de Flaubert*: “Carta de Flaubert a Guillaume Froehner, Paris, 21 janvier 1863. Bibliothèque de l’Institut de France, H 1360, ffos 301-315. *Collection Lovenjoul. Brouillons*. La Pléiade, t. III, p. 293 (Texte de *L'Opinion nationale*, 24 janvier 1863)” (FLAUBERT, 21 jan. 1863) (tradução nossa).

destruição dos documentos devido à fragilidade dos materiais, ou em microfílm, e havia a sempre desagradável disputa de lugares nas máquinas de leitura de microfílm nas bibliotecas.

No presente momento, os documentos referentes à obra de Flaubert encontram-se, em sua maior parte, em fontes digitalmente disponíveis. Quanto aos documentos relativos à obra de Flaubert, sua sobrinha, Caroline Franklin-Groult, em 1914, fez a doação de seus manuscritos, que foram distribuídos entre três instituições: a Biblioteca Municipal de Rouen, a Biblioteca Nacional de França e a Biblioteca Histórica da cidade de Paris. A este respeito, o Professor Ivan Leclerc comenta: “Deve ser acrescentado a esta dispersão o fato de que nenhum dossiê manuscrito de uma obra se encontra completo em um único lugar” (LECLERC, depoimento disponível em: *Les manuscrits de Gustave Flaubert réunis dans Gallica*, 2018). A lógica da distribuição é geográfica, voltada para a ambientação das obras: os manuscritos de *Madame Bovary* e *Bouvard et Pécuchet* encontram-se na Biblioteca Municipal de Rouen, aqueles de *L'Éducation sentimentale*, na Biblioteca Histórica da cidade de Paris. Quanto a *Salammbô*, cuja ação se passa em Cartago, a Biblioteca Nacional de França possui três versões do manuscrito: o manuscrito de trabalho, o manuscrito definitivo e o manuscrito de copista. Os manuscritos foram digitalizados em 2018 e se encontram disponíveis nos acervos do *site* já mencionado Gallica e também em Rotomagus (<https://www.rotomagus.fr/rotomagus/?mode=desktop>), *site* da Biblioteca Digital Patrimonial de Rouen (*Les manuscrits de Gustave Flaubert réunis dans Gallica*, 2018).

Salammbô é uma das obras cujo processo de escrita foi dos mais documentados, com registros bem conservados, em sua maioria digitalizados e reunidos, como já referido, na Gallica e no Centro Gustave Flaubert do CÉRÉDI da Universidade de Rouen, o qual também digitalizou os contratos de Flaubert com seus editores (disponíveis no *site* <https://flaubert.univ-rouen.fr/ressources/salamambo.php>). Tanto na Gallica quanto no Centro Gustave Flaubert, encontramos, entre outras fontes digitalizadas, as quatro primeiras edições do romance⁴, dossiês complementares, contendo planos, e notas cujos originais se encontram digitalizados no *site* Rotomagus, juntamente com rascunhos e carnês de viagem, organizados. A Biblioteca Municipal de Rouen coloca igualmente *online* à disposição de seus leitores uma listagem de livros impressos que compõem o acervo Gustave Flaubert (NOBÉCOURT-MUTARELLI, 2002).

O acesso a um grande número de documentos originais para consulta presencial ou digitalizados é, inegavelmente, uma contribuição inestimável

4. Trata-se da edição original Michel Lévy, de 1862 (FLAUBERT, 1863a); da 2ª edição Michel Lévy, de 1863 (FLAUBERT, 1863c), que traz variantes e modificações de nomes próprios; a reedição Georges Charpentier, de 1874, reimpressa em 1881, “edição definitiva com novos documentos” (FLAUBERT, 1881); e a última edição corrigida por Flaubert, Edition Lemerre, em dois volumes (FLAUBERT, 1879).

para os pesquisadores. Faço a seguir algumas breves observações, sobre aspectos negativos envolvidos neste tipo de pesquisa e também a respeito de sua riqueza e relevância.

Os manuscritos são de leitura difícil, exigindo conhecimentos especializados, dificuldade que seria vencida pelo processo de transcrição. No Centro Gustave Flaubert do laboratório CÉRÉdI, encontramos uma riquíssima fonte de documentos, não somente digitalizados mas já transcritos, com mecanismos de busca de interface amigável, com ferramentas efetivas de navegação. Contudo, as transcrições podem conter omissões, como a do subtítulo da crítica de Froehner, de 31 de dezembro de 1862 – *Le roman archéologique en France*; Gustave Flaubert, *Salammô* – Théophile Gautier, *Le roman de la momie* – Ernest DESJARDINS. *Promenade dans les galeries du Musée Napoléon III. Revue contemporaine*. p. 853-870 – omitido na transcrição do Centro Gustave Flaubert, que registra apenas o título *Le roman archéologique en France* (FROEHNER, 1862b), o que elimina um dado relevante para uma discussão mais ampla sobre gênero literário e o romance, e os implícitos desta crítica, para um aprofundamento das dinâmicas do campo literário naqueles anos.

As fontes nem sempre são registradas de modo acurado. Ao realizar, na Gallica, a busca pelo original do mesmo artigo de Froehner, limitando a pesquisa da *Revue Contemporaine* ao ano de 1862 e clicando no último arquivo daquele ano, de número 66, achei por acaso, reproduzida, a resposta de Flaubert, carta datada de 21 de janeiro de 1863, que havia sido anteriormente publicada em 24 de janeiro de 1863, em *L'Opinion Nationale*. A publicação desta carta em *L'Opinion Nationale* é referida por Descharmes e Dumesnil, com duas datas distintas, na mesma obra: no volume 1, consta a data de 23 de janeiro de 1862 (1912, vol. 1, p. 152, nota 1); no volume 2, a data de 24 de janeiro de 1862 (1912, vol. 2, p. 280). *L'Opinion Nationale* é um vespertino – tal como indicado em seu subtítulo, *Journal du soir*, que circulou na noite de 23 de janeiro, a edição de sábado 24 de janeiro – que publicou a carta de Flaubert na seção Folhetim, como pode ser verificado no *site* Retronews (FLAUBERT, 1863a).

Nem todas as coleções estão completas, embora os *sites* constantemente se atualizem, não somente com o acréscimo de novos documentos, mas com modificações de seus modos de indexação e renovação de ferramentas de busca, o que acarreta algumas surpresas, nem sempre agradáveis para o pesquisador. No que diz respeito à polêmica entre Flaubert e Froehner publicada em periódicos, para a consulta dos originais digitalizados, a presente pesquisa fundamentou-se nas coleções de periódicos disponíveis nos *sites* já mencionados, Retronews e Gallica, cujas interfaces de navegação e ferramentas de busca não são muito amigáveis.

A pesquisa se complica quando um *site* remete a outro e este, por sua vez, não oferece a série completa de documentos. A já referida edição eletrônica das cartas de Flaubert, no que diz respeito especificamente a esta polêmica,

remete a um conjunto de documentos disponíveis no *site* méditerranées.net⁵, em uma seção dedicada ao *Dossier de Salammbô; La controverse entre Flaubert et Froehner* (VINAS, 2004-2019), que oferece os *links* do artigo de Guillaume Froehner na *Revue Contemporaine*, de 31 de dezembro de 1862, a carta resposta de Gustave Flaubert em *L'Opinion Nationale*, de 24 de janeiro de 1863; a réplica de Froehner, publicada na *Revue Contemporaine*, de 31 de janeiro de 1863 e reproduzida em *L'Opinion Nationale*, de 04 de fevereiro de 1863; e a carta resposta de Flaubert, publicada nesse mesmo número de 04 de fevereiro de 1863, de *L'Opinion Nationale*. Contudo, o *site* méditerranées.net não lista nesta seção a *Revue Contemporaine*, de 15 de fevereiro de 1863, em que constam a reprodução da carta de Flaubert, de 21 de janeiro de 1863, assim como a resposta de Froehner a Guérault, datada de 27 de janeiro de 1863, anteriormente publicadas respectivamente em *L'Opinion Nationale*, de 24 de janeiro de 1863, e na *Revue Contemporaine*, de 31 de janeiro de 1863, e *L'Opinion Nationale*, de 04 de fevereiro de 1863. Pode parecer supérfluo colocar à disposição do pesquisador o que constituiria tecnicamente uma republicação de documentos, se for desconsiderada sua apresentação. Esta específica omissão elimina a possibilidade de integrar a apresentação das duas cartas republicadas, o que oferece informações relevantes para a leitura de protocolos de (in) sociabilidade no campo literário francês daqueles anos:

SENHOR GUSTAVE FLAUBERT E SENHOR GUILLAUME FROEHNER A RESPEITO DE SALAMMBÔ. O sr. G. Flaubert, recentemente havia pedido que nos perguntassem se a *Revue Contemporaine* lhe permitiria uma resposta ao artigo do sr. G. Froehner sobre o *Romanço arqueológico*, publicado na edição de 31 de dezembro passado. Rapidamente colocamos a sua disposição as páginas da *Revue*. Foi, portanto, não sem espanto que vimos esta resposta publicada por *L'Opinion Nationale*, na noite de 23 de janeiro, antes mesmo de termos recebido o manuscrito do sr. Flaubert, que só nos chegou às mãos na manhã do dia seguinte. Esta publicação antecipada nos liberava completamente de qualquer compromisso. Fizemos questão, contudo, de cumprir escrupulosamente nosso dever de imparcialidade e colocar à disposição de nossos leitores a carta do sr. Flaubert. Os Senhores compreenderão que o mesmo escrúpulo nos obriga a publicar na sequência a resposta que o sr. Froehner dirigiu a *L'Opinion Nationale*. (FLAUBERT; FROEHNER. *Revue Contemporaine*, 15 de fevereiro de 1863f, p. 413. Tradução nossa).

A efetiva contribuição destas modalidades digitais de pesquisa de fontes é, entretanto, inestimável. As obras literárias do cânone têm uma vasta fortuna crítica, que se encontra não raro em livros esgotados, ou que é publicada

5. *Site* organizado por Agnès e Robert Vinas, dedicado, entre outros temas, à Antiguidade e aos viajantes do mar Mediterrâneo (<https://mediterranees.net/copyright.html>).

exclusivamente na imprensa e ainda não está disponível em volume, ou ainda se vê circunscrita a documentos manuscritos em acervos de obras raras. O acesso a estes documentos tem um impacto direto na releitura das obras, que pode assim ser realizada sem a intermediação, por vezes equivocada, de uma fortuna crítica que por sua vez tende a se tornar canônica, feita de resenhas e estudos, que acabam por produzir histórias da literatura, compêndios críticos e até mesmo antologias lacunares.

A massa de documentos a que uma pesquisa qualitativa deve recorrer não se limita à gênese textual da obra, o que seria um recorte ainda preso à díade autor e obra, em uma abordagem cortada de seu modo socioeconômico de produção e de sua recepção, de que fazem parte suas traduções, suas paródias ou adaptações para outras linguagens. Assim, o acesso a fontes tão completas e tão diversas expande ainda mais as fronteiras do espaço associado de obras canônicas (MAINGUENEAU, 2004, p. 113-114) e traz um complemento de informação sobre obras, autores, editores, suportes de publicação e modos de recepção, com impacto direto sobre o modo de construir objetos de pesquisa, como, por exemplo, as relações entre literatura e imprensa (THÉRENTY, 2007) ou o redimensionamento da circulação das obras literárias por diferentes linguagens e culturas, na perspectiva das transferências culturais, descartando sua leitura na chave da influência (MELLO, 2019, p. 8-14).

No microrrecorte aqui apresentado, o cotejo atento de fontes disponíveis entraria na esfera do trabalho de arquivista, caso não fosse relacionado a um trabalho de interpretação, e sugiro que se pensem os textos como pautas musicais em demanda de músicos intérpretes, em uma leitura que se sustenta por um quadro teórico referente ao funcionamento do campo literário – remeto aqui às teorias de Pierre Bourdieu (1992) sobre o funcionamento do campo social e do campo literário, assim como a uma discussão sobre estéticas e gêneros literários.

O passado pertence aos historiadores ou aos romancistas?

A publicação de *Salammbô* suscitou, nas resenhas e críticas contemporâneas ao romance nas quais a expressão de surpresa aparece reiteradamente, uma discussão relativa a gêneros literários que implica em um processo de categorização de tipos de romances, em conformidade com um imaginário social relativo à predominância de protocolos científicos. Os críticos seguem modelos imaginários de taxonomia utilizada, por exemplo, na categorização de espécies, que é colocada a serviço da marcação ou do fortalecimento de sua posição, no campo de que são agentes. As incongruências, as inconsistências ou os choques de categorização evidenciam disputas de território, que caracterizam tensões e conflitos, não somente no campo literário mas também entre diferentes campos,

como na presente polêmica entre Froehner e Flaubert, exemplar da competição entre o campo da historiografia e o campo literário.

Alfred-Auguste Cuvillier-Fleury (1802-1887), considerado na França o segundo crítico literário de maior projeção, depois de Sainte-Beuve, e que se identifica como “clássico”, diante da publicação de *Salammbô*, registra uma sensação de estranhamento: *Salammbô* levantaria “uma questão de arte e de escola” (CUVILLIER-FLEURY, 1862a, p. 2). Sua resenha crítica é publicada em duas partes pelo *Journal des Débats Politiques et Littéraires*, em 09 e 13 de dezembro de 1862a e 1862b. A primeira é dedicada aos aspectos históricos do romance. Logo de início, ao chamar a atenção do leitor para aquilo que ele define como as duas partes do livro que se misturam, a história e o romance, o crítico coloca ao leitor uma interrogação, que carrega engastada sua própria definição de romance:

Os senhores perguntarão por que o sr. Flaubert foi buscar tão longe, em um canto tão obscuro da história, um episódio que ele narra com tantos detalhes e no qual ele introduz o romance, ou seja, a narrativa da vida interior, o drama das paixões domésticas e o combate dos sentimentos privados, aquilo que mesmo os antigos quase nunca fizeram. (CUVILLIER-FLEURY, 1862a, p. 2. Tradução nossa).

Fleury considera, então, por seu tema e ambientação, tratar-se de um romance histórico, obra de um “colorista”, desobrigando o gênero da exigência de rigor na reconstituição daquilo que ele chama a moldura do quadro, e eximindo-se, portanto, de tomar partido quanto à questão da “exatidão de suas reconstituições arqueológicas em *Salammbô*” (CUVILLIER-FLEURY, 09 décembre 1862a, p. 2). O que delimita suas observações a tópicos que seriam exclusivamente relativos ao campo literário. Assim, na segunda parte da crítica, Cuvillier-Fleury dedica-se a comentar os aspectos que fazem de *Salammbô* um romance o qual, em sua categorização, desafia crítico e leitor: “O sr. Flaubert não quis deixar a ninguém o direito de dizer se ele escreveu uma história, um poema simbólico ou uma história de amor⁶. Talvez ele tenha criado um gênero cujo nome algum dia ele nos dirá” (CUVILLIER-FLEURY, 1862a, p. 2).

Uma crítica elogiosa, sempre citada, é aquela de autoria de Théophile Gautier, publicada pelo *Moniteur Officiel*, em 22 de dezembro de 1862, intitulada *Salammbô, par M. Gustave Flaubert*. Em uma belíssima resenha, Théophile Gautier, poeta, romancista, crítico e amigo de Flaubert, refere-se a *Salammbô* chamando-o de “romance púnico”, “romance cartaginense”, “livro esplêndido e monumental”. Após relatar a ação no romance, sua crítica se conclui aproximando-o da poesia e da epopeia:

6. No original “*un roman d’amour*”, literalmente “um romance de amor”.

Seu volume permanecerá como um dos mais altos monumentos literários deste século. Resumimos em uma frase que expressará inteiramente nosso pensamento, nossa opinião sobre *Salammbô*. Não é um livro de história, não é um romance: é um poema épico! (GAUTIER, 1862).

A crítica de Froehner, ao opor a história à literatura, insere-se, pois, em um debate mais amplo, que ultrapassa tensões próprias do campo literário, como a oposição entre adeptos do classicismo e do romantismo ou aquela da defesa do realismo contra a busca literária pelo ideal. A resenha agressiva que, além de *Salammbô*, evoca igualmente o Museu Campana e *O romance da múmia* (1858), de Théophile Gautier, malgrado seu subtítulo, tinha como alvo explícito o romance de Gustave Flaubert. Observe-se que sua leitura a coloca em uma complexa rede de sentidos, a qual exige que se evoque também o campo da política.

O texto permite a Froehner exibir seu domínio da língua francesa⁷, em sua tradição humanista, em seus recursos retóricos e estilísticos, assim como seus conhecimentos sobre a Antiguidade. A polêmica talvez lhe facultasse consolidar sua posição de arqueólogo no campo da história, Froehner finca em todo tema do passado a bandeira do historiador. Embora ele não tenha pudor algum em invadir o território da literatura, quando define diferentes tipos de romances e afirma que o cotidiano e a vida presente, matéria de eleição de uma estética que se quer realista, são o tema e a época a que devem se dedicar, e se limitar, os romancistas.

Relembrar uma vida imperfeita e desaparecida, uma sociedade extinta, é matéria para a ciência, e não se atravessa impunemente os limites do santuário. [...] O romancista tem os territórios que lhe pertencem; ele brilha onde o cientista se eclipsa; seu apanágio é o jogo móbil da vida contemporânea. A história dos tempos longínquos é para ele como uma muralha onde a ciência não lhe permite desenhar suas figuras. [...] Admiro e fico emocionado diante do espetáculo deste homem [Flaubert], deste escritor com um talento tão enérgico e tão engenhoso que, na plena posse de seus sucessos e só tendo que escolher a sua volta, na vida presente, seus temas e seus triunfos, vai mergulhar na mais obscura antiguidade, para dela retirar depois de esforços extraordinários, um livro que em algumas horas acabamos de despedaçar peça por peça. (FROEHNER, 1862a, p. 870. Tradução nossa).

7. Guillaume Froehner, ou Wilhelm Froehner, também chamado de Christian-Guillaume, nascera em Karlsruhe em 1834, à época cidade que pertencia ao Grão-ducado de Baden. Formado em filologia e arqueologia nas universidades de Fribourg-en-Brigau e de Bonn, começara sua carreira na Alemanha. Embora tendo ele sido naturalizado francês por um decreto imperial, em 1866, e recebido a honraria de Cavaleiro da Legião de Honra, em 1868, sua carreira se ressentiu do fato de ser visto, em 1870, como um “espião prussiano” (HELMANN, 2020).

E ele conclui sua crítica com uma frase em que ele bate na estética romântica e no romance histórico, de que os dois grandes nomes da atualidade são, precisamente, Victor Hugo, poeta e senador no exílio, um dos líderes da oposição ao regime do Segundo Império, que havia publicado *Os miseráveis* naquele mesmo ano de 1862, e Théophile Gautier, amigo fiel de Victor Hugo: “Consideramos que é melhor lutar e fracassar como o Sr. Flaubert do que girar sem desistir a velha manivela do amor murcho e dos juramentos quebrados” (FROEHNER, 1862a, p. 870. Tradução nossa).

Em sua carta de 02 de fevereiro de 1863, endereçada a Adolphe Gérault, Flaubert aponta que o arqueólogo é estrangeiro e destaca, com ironia, um dos objetivos da polêmica, o de ter proporcionado a Froehner a “oportunidade de que muitos descobrissem sua existência”:

O que nos resta a ambos, caro senhor, é lhe agradecermos nos ter aberto seu jornal tão espontaneamente e de tão ampla maneira e, no que se refere ao sr. Froehner, ele lhe deve ser infinitamente grato. O senhor lhe proporcionou a oportunidade de que muitos descobrissem sua existência. Este estrangeiro queria se tornar conhecido, e ele agora o é... vantajosamente. (FLAUBERT, *L'Opinion Nationale*, 04 de fevereiro de 1863. Tradução nossa).

Aquilo que chamamos de história, narrativa de ordenamento cronológico que se legitima pelo registro dos fatos e se quer científica da factualidade, corresponde a um modo de apropriação e escrita do passado que toca diretamente o político. Os séculos XVIII e XIX, na Europa e em territórios controlados por estados europeus, em seu modo de narrar o passado, face a outros gêneros narrativos, construíram um imaginário de objetividade e precisão do registro dos acontecimentos, assim como da legitimidade, superioridade e monopólio dos historiadores. O Iluminismo, ao apresentar os fatos narrados como resultando de feitos humanos, não mais direcionados pela esfera do divino, demonstra que os acontecimentos são passíveis de serem controlados por aqueles que controlam os homens: a memória que se torna história tem implicações e desdobramentos políticos. Nem destino, nem arbítrio, o passado, nessa visão otimista, contém lições que se abrem para o futuro. O direcionamento de narrativas é objeto de disputas.

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, concluo apenas com duas observações. A primeira, quanto à escolha do objeto da pesquisa. Por que privilegiar duas adaptações de *Salammbô* para a ópera que não se concluíram? Os fracassos permitem que se veja com mais clareza o modo de funcionamento do campo literário e artístico, assim como aquele do discurso literário.

Não se trata aqui de cotejar uma trajetória de sucesso com uma de fracasso (MAINGUENEAU, 2016); almeja-se considerar os projetos inacabados, na perspectiva da função política de uma obra, unificadora de imaginários de identidades nacionais, em um contexto de Império: o regime na época de sua composição, em França, era o do Segundo Império (1851-1870). A recepção contemporânea de *Salammbô*, ao se confrontar com questões de campo e dificuldade de categorização de gênero do romance, indica os obstáculos que devem ter surgido posteriormente para a almejada adaptação para a ópera. Por outro lado, a pesquisa que levanta as fontes documentais disponíveis e as articula em uma leitura de atribuição de sentidos não pode deixar de levar em conta, e até mesmo ressaltar, que os textos são apenas rastros de uma complexa sociabilidade que se sustenta em imaginários, em que se evidencia, juntamente com os valores morais e estéticos que regem o campo literário, a força da arbitrariedade dos fenômenos sociais, em um jogo de circunstâncias que, malgrado vontades institucionais ou desejos de indivíduos, não remetem a nenhum valor transcendental.

Referências

- BOCQUET, Charles. Moussorgski et Salammbô. *Les Amis de Flaubert*, n. 62, maio 1983, p. 19-22. Disponível em: https://www.amis-flaubert-maupassant.fr/article-bulletins/062_019/. Acesso em: 14 jul. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art*; genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.
- CENTRE FLAUBERT. *Salammbô*; dérivés. Documento eletrônico. CÉRÉDI. Université de Rouen. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/derives/sal.php>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- CENTRE FLAUBERT. *Salammbô*; réception contemporaine. Documento eletrônico. CÉRÉDI. Université de Rouen. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- CENTRE FLAUBERT. *Salammbô*; ressources, contrats d'édition. Documento eletrônico. CÉRÉDI. Université de Rouen. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/ressources/salammbô.php>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- CÉRÉDI – Centre d'Études et de Recherche, Éditer/Interpréter. Université de Rouen. Disponível em: <http://ceredi.labos.univ-rouen.fr/main/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CUVILLIER-FLEURY, Alfred-Auguste. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert – Un volume in-8°. Chez Michel Lévy. Paris, 1862. *Journal des Débats Politiques et Littéraires*. Variétés. Revue littéraire. 9 déc. 1862a, p. 2-3. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4532641/f2.item>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- CUVILLIER-FLEURY, Alfred-Auguste. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert. (Chez Michel Lévy) (Second Article). *Journal des Débats Politiques et littéraires*. Variétés. Revue

littéraire. 13 déc. 1862b. p. 2-3. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k453268j/f2.item>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CUVILLIER-FLEURY, Alfred-Auguste. *Salammô*, par M. Gustave Flaubert. *Journal des Débats Politiques et littéraires*. 9 déc. 1862c. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/sal_cuv.php. Acesso em: 05 nov. 2020.

CUVILLIER-FLEURY. *Salammô*, par M. Gustave Flaubert. *Journal des Débats Politiques et littéraires*. 13 déc. 1862d. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/sal_cuv2.php. Acesso em: 05 nov. 2020.

DAUGE, Damien. Flaubert abandonné. Les mises en musique inachevées des oeuvres de Flaubert. *Flaubert Revue Critique et Génétique*. n. 21, 2019. Versão *online*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/flaubert/3546>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DESCHARMES, René; DUMESNIL, René. *Autour de Flaubert*. 2 vol. Paris: Mercure de France, 1912.

Dossiers d'écrivain Gustave Flaubert. [Documento eletrônico] Bibliothèque Nationale de France. Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/html/und/litteratures/gustave-flaubert>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FLAUBERT, Gustave. *L'Opinion Nationale*, 24 de janeiro de 1863a. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/lopinion-nationale/24-jan-1863/2349/4624260/1>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FLAUBERT, Gustave. *Salammô*. Paris: Michel Lévy, 1863b [1862]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8626108m/f7.item>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FLAUBERT, Gustave. *Salammô*. 2 ed. Paris: Michel Lévy, 1863c. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1177376>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FLAUBERT, Gustave. [Carta enviada ao redator chefe da *Revue Contemporaine*, Guillaume Froehner]. Destinatário: Guillaume Froehner. Paris, 21 jan. 1863d. *L'Opinion Nationale*, 24 jan. de 1863. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/lopinion-nationale/24-jan-1863/2349/4624260/1>. Acesso em: 31 dez. 2020.

FLAUBERT, Gustave. [Carta enviada ao redator chefe de *L'Opinion Nationale*, Adolphe Guérout]. Destinatário: Adolphe Guérout. Paris, 02 fev. 1863e. *L'Opinion Nationale*, 04 fev. 1863 e *Revue Contemporaine*, 15 fev. 1863. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/jet/public/correspondance/trans.php?corpus=correspondance&cid=10698&mot=&action=M>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FLAUBERT, Gustave. *Salammô*. Paris: Alphonse Lemerre, 1879. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/oeuvres/salammbô.php>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FLAUBERT, Gustave. *Salammô*; édition définitive avec des documents nouveaux. Paris: Charpentier, 1881 [1874]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54524396?rk=21459;2>. Acesso em: 17 jan. 2021.

Flaubert, Gustave. *Correspondance*; précédé de *Souvenirs intimes*, par Madame Caroline Commanville. 4 vol. (I. 1830-1850; II. 1850-1854; III. 1854-1869; IV. 1869-1880). Paris: Charpentier, 1887-1893. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k653396v?rk=64378;0>. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/>

bpt6k6531510n?rk=21459;2. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9811647t/f9.item>. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98119362?rk=42918;4>. Acesso em: 14 dez. 2020.

FLAUBERT, Gustave. *Salammbô*, Sources et méthode. *Ceuvres manuscrites de Gustave Flaubert* (manuscrits définitifs, avec copies annotées, brouillons et notes). Salammbô VII. Ed. 1857-1862. f. 146-177. Bibliothèque Nationale de France. Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6000384d/f283.item>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FLAUBERT, Gustave. *Salammbô*. Paris: Louis Conard Libraire-éditeur, 1921.

FLAUBERT, Gustave; FROEHNER, Guillaume. [Carta de Flaubert enviada ao redator chefe da *Revue Contemporaine*, Guillaume Froehner]. Destinatário: Guillaume Froehner. Paris, 21 jan. 1863f; [carta de Guillaume Froehner enviada a Adolphe Guérout redator chefe de *L'Opinion Nationale*]. Destinatário: Adolphe Guérout. Paris, 27 janv. 1863. A propos de *Salammbô*. *Revue Contemporaine*, 15 fev. 1863. Paris, 15 fev. 1863. p. 413-424. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k405824v/f412.item>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FROEHNER, Guillaume. *Le roman archéologique en France*; Gustave Flaubert, *Salammbô*. – Théophile Gautier, *Le roman de la momie*. – Ernest DESJARDINS. *Promenade dans les galeries du Musée Napoléon III*. *Revue Contemporaine*, 31 décembre 1862a. p. 853-870. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k405823g/f852.item>. Acesso em: 27 out. 2020.

FROEHNER, Guillaume. *Le roman archéologique en France*. *Revue Contemporaine*. 31 décembre 1862b. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salamambo/sal_fro.php. Acesso em: 05 nov. 2020.

FROEHNER, Guillaume. [Carta enviada a Adolphe Guérout]. Destinatário: Adolphe Guérout. Paris, 27 jan. 1863. *Revue Contemporaine*, 31 jan. 1863a. Disponível em: <http://www.mediterranees.net/romans/salamambo/dossier/index.html>. Acesso em: 01º jan. 2021.

FROEHNER, Guillaume. [Carta enviada a Adolphe Guérout]. Destinatário: Adolphe Guérout. Paris, 27 jan. 1863b. *Le roman archéologique*. Répons de M. Froehner à M. Flaubert. *L'Opinion Nationale*, 04 fev. 1863. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/lopinion-nationale/04-feb-1863/2349/4624218/1>. Acesso em: 31 dez. 2020.

GALLICA. Bibliothèque Nationale de France. Paris. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GAUTIER, Théophile. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert. *Moniteur Officiel*, 22 déc. 1862. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salamambo/sal_gau2.php. Acesso em: 09 nov. 2020.

GOUBAUT, Christian. Flaubert et la musique. *Les Amis de Flaubert*. n. 51, dez. 1977, p. 12-28. Versão online. Disponível em: https://www.amis-flaubert-maupassant.fr/article-bulletins/051_012/. Acesso em: 14 jul. 2019.

HELMANN, Marie-Christine. Froehner, Wilhelm. In: SÉNÉCHAL, Philippe; BARBILLON, Claire (org.). *Dictionnaire critique des historiens de l'art*. Paris: INHA, Institut National d'Histoire de l'art. 2020. [Documento eletrônico]. Disponível em:

- <https://www.inha.fr/fr/ressources/publications/publications-numeriques/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art/froehner-wilhelm.html>. Acesso em: 30 set. 2020.
- LECLERC, Yvan; GIRARD, Danielle (org.). *Édition électronique des lettres de Flaubert*. Nouvelle édition. 2017. [Documento eletrônico]. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/correspondance/edition/>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- Les manuscrits de Gustave Flaubert réunis dans Gallica. Bibliothèque nationale de France, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTI5byEJNFY>. Acesso em: 27 out. 2020.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Le discours littéraire: paratopie et scène d'énonciation*. Paris: Armand Colin, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Trouver sa place dans le champ littéraire: paratopie et création*. Louvain-la-Neuve: Editions Academia, 2016.
- MEDITERRANEES.NET. Genève: Copyright Agnès Vinas. 2004-2019. Disponível em: <https://mediterranees.net/qui.html>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia. Apresentação. *A literatura francesa na República Mundial das Letras: convergências. REVELL*. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. vol. 1, n. 21 (2019), p. 8-14. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3651/pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.
- NOBÉCOURT-MUTARELLI, Marie-Dominique. *Fonds Gustave Flaubert*; livres imprimés conservés à la Bibliothèque municipale de Rouen. Rouen: Bibliothèque municipale de Rouen, 2002. Disponível em: <https://flaubert.univ-rouen.fr/bibliographie/bmrimp.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.
- POLYBE. La révolte des Mercenaires (I, 15-18). MÉDITERRANÉENNES. *Dossier de Salammbô*. [Documento eletrônico]. [s.d.]. Disponível em: <https://mediterranees.net/romans/salammbô/dossier/index.html>. Acesso em: 12 out. 2020.
- RETRONEWS. *Le site de presse de la BNF*. Paris: Disponível em: <https://www.retronews.fr/>. Acesso em: 03 jan. 2021.
- RIESEMANN, Oskar Von. *Moussorgski*. Trad. Paul England. New York & London: Alfred A. Knopf, 1929 (1923). Digitized by the Internet Archive in 2012 with funding from Boston Library Consortium Member Libraries. Disponível em: <https://ia800302.us.archive.org/2/items/moussorgsky00ries/moussorgsky00ries.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- ROTOMAGUS. *La Bibliothèque numérique patrimoniale de Rouen*. Rouen. Disponível em: <https://www.rotomagus.fr/rotomagus/?mode=desktop;>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- SAINTE-BEUVE, Charles-Augustin. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert. *Le Constitutionnel*, 08 décembre 1862. CENTRE FLAUBERT. CÉRÉDI. *Salammbô*; réception contemporaine. [Documento eletrônico]. Rouen: Université de Rouen. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/sal_sai1.php. Acesso em: 14 dez. 2020.
- SAINTE-BEUVE, Charles-Augustin. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert, suite de l'analyse. *Le Constitutionnel*, 15 décembre 1862. CENTRE FLAUBERT. CÉRÉDI.

Salammbô; réception contemporaine. [Documento eletrônico]. Rouen: Université de Rouen. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/sal_sai2.php. Acesso em: 05 dez. 2020.

SAINTE-BEUVE, Charles-Augustin. *Salammbô*, par M. Gustave Flaubert. *Le Constitutionnel*, 22 décembre 1862. CENTRE FLAUBERT. CÉRÉdI. *Salammbô*; réception contemporaine. [Documento eletrônico]. Rouen: Université de Rouen. Disponível em: https://flaubert.univ-rouen.fr/etudes/salammbô/sal_sai4.php. Acesso em: 14 dez. 2020.

THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien*; poétiques journalistiques au XIXe siècle. Paris: Seuil, 2007.

VINAS, Agnès. *Dossier de Salammbô*; la controverse entre Flaubert et Froehner. [Documento eletrônico]. MEDITERRANEEES.NET, 2004-2019. Disponível em: <https://mediterranees.net/romans/salammbô/dossier/index.html>. Acesso em: 06 jan. 2021.

A reportagem ágil e o texto impertinente de um jornalzinho manuscrito

Irineu E. Jones Corrêa

Doutor em letras, pesquisador efetivo da Fundação Biblioteca Nacional

Luzia Ribeiro de Carvalho

Ex-bolsista de IC/Faperj, por quatro semestres, entre 2019 e 2021,
aluna da Faculdade de Letras/Uerj





Resumo

O Sexo, órgão imparcial, crítico e literário, consagrado ao bello sexo é um jornal manuscrito que reporta um fato central das comemorações do 4º centenário da chegada dos portugueses em *Terra Brasilis*, antecipando-se ao noticiário de *O Paiz*, jornal impresso. A situação permite observar aspectos da confluência entre o campo literário e o campo jornalístico e anotar a presença de um sujeito bem-posicionado no periodismo impresso patrocinando o jornal manuscrito e da rede de sociabilidade que dá sustentação à posição que ocupa no campo social. O aviso de remessa do jornalzinho para a redação do grande jornal, registrada junto a seu título, é um flagrante da complexidade da relação entre órgãos jornalísticos de diferentes formatos e diferentes condições materiais de produção.

Palavras-chave: Acervo. Civilização do jornal. Campo literário. Poética jornalística.

Abstract

O Sexo, órgão imparcial, crítico e literário, consagrado ao bello sexo is a handwritten newspaper that reports a central event in the celebrations of the 400th anniversary of the arrival of the Portuguese at the *Terra Brasilis*, anticipating even the publication of *O Paiz*, a printed newspaper. The situation allows one to observe aspects of the confluence of the literary and the journalistic fields, and to take notice of the presence of a well-positioned subject in print journalism, who sponsored the manuscript newspaper in question, as well as the presence of the sociability network that supported the social position he occupied. The notice of shipping of the little newspaper to the newsroom of the big newspaper, registered in its headline, is a snapshot of the complex relationship between news organizations of different formats and different material conditions of production.

Keywords: Collection. Newspaper civilization. Literary field. Journalistic poetics.



As anotações apresentadas aqui dizem respeito a um acontecimento no Rio de Janeiro de 1900, no qual um pequeníssimo jornal manuscrito demonstra agilidade em noticiar um fato central das comemorações dos 400 anos da chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral a *Terra Brasilis*. Agilidade que o faz superar, se não o principal jornal da época, um dos principais diários da capital federal. O estudo integra o projeto “Periódicos & Literatura: publicações efêmeras, memória permanente” que, desde 2006, tem como proposta conhecer as complexas relações do periodismo com a literatura, a partir do pressuposto de que a imprensa ocuparia posição importante nas disputas por reconhecimento e poder no campo literário, entendido como espaço social relativamente autônomo, conforme estudado no mundo francês por Pierre Bourdieu (1992).

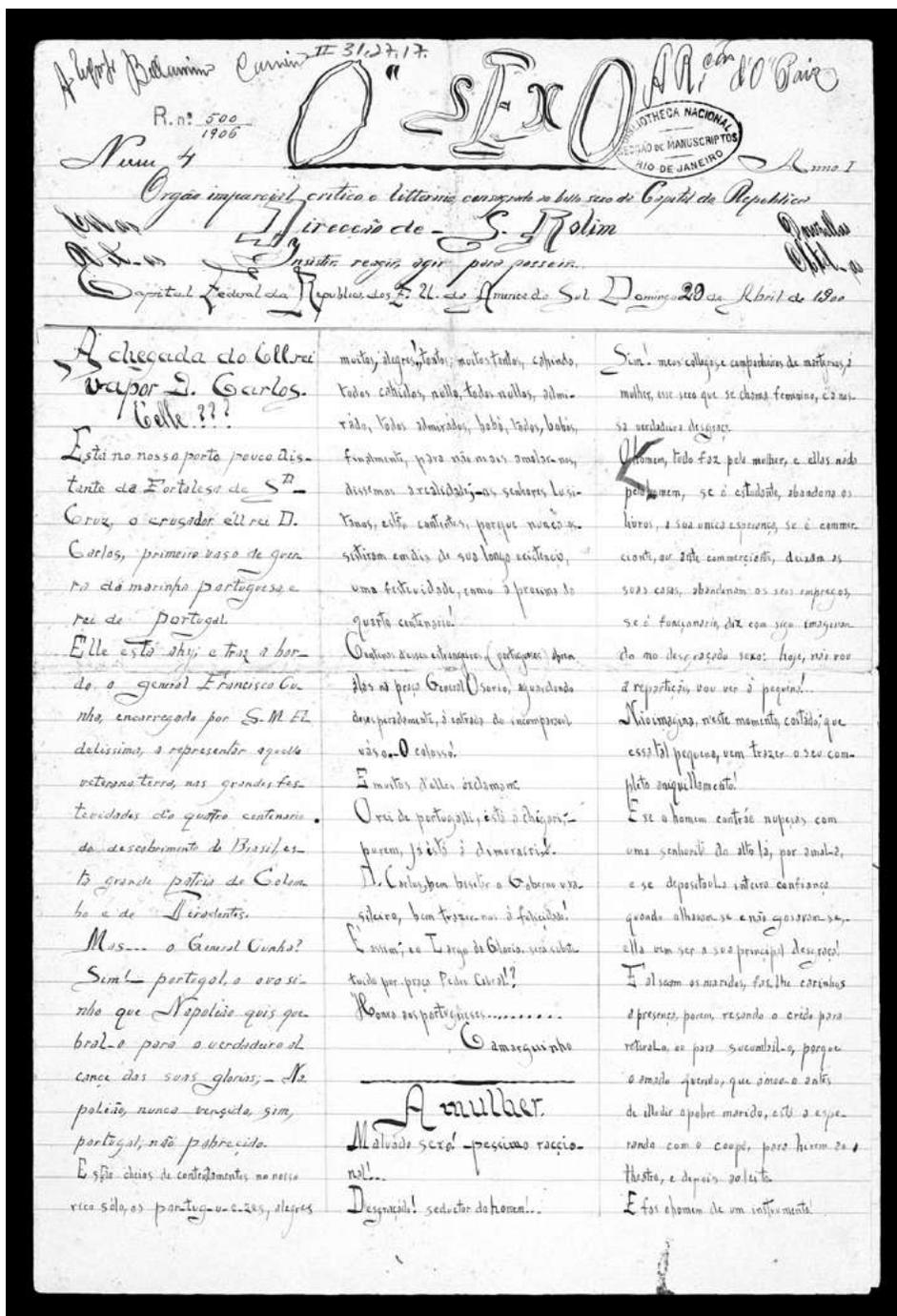
Tencionando os limites do objeto do projeto, a importância da imprensa periódica no século XIX teria sido de tal magnitude que ela aparece vinculada às lutas pela independência e identidade nacional brasileiras, em trabalhos como os de Nelson W. Sodré (1999). Naquela perspectiva, o desenvolvimento da imprensa e suas transformações integrariam uma luta para a qual concorrem pessoas e organizações, correspondendo a diferentes interesses e aspirações. Segundo estudos mais recentes, seria possível afirmar a existência de uma civilização do jornal, ideia elaborada a partir da compreensão de capacidade e de potência da imprensa periódica em influenciar e modificar as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais e, desde aí, as apreciações e as representações do mundo (KALIFA *et al.*, 2011).¹

Um jornaleco amarelado: documento original e raro

Uma característica importante do trabalho está no foco em documentos originais ou em suas imagens digitalizadas, ou seja, a pesquisa é realizada a partir de fontes primárias. *O Sexo, órgão imparcial, crítico e litterario, consagrado ao bello sexo da Capital da Republica*, edição nº 4, título tratado aqui, faz parte da coleção de Periódicos Manuscritos da Biblioteca Nacional (CUNHA, 1996). Além das informações do expediente, na parte superior da folha, ladeando o título, aparece um encaminhamento ao senhor Bellarmino Carneiro, na redação d’*O Paiz*, ou seja, numa tradição dos pequenos jornais, este exemplar foi encaminhado diretamente a um integrante da equipe de um grande periódico.

1. O projeto se desdobra na produção de conhecimento teórico, na contribuição para o detalhamento de informações disponibilizadas no catálogo de publicações seriadas da Biblioteca Nacional e num forte investimento na formação de pesquisadores – desde iniciação científica, até orientação de mestrands e doutorandos. Com o objetivo de popularização da ciência e divulgação ampla do acervo institucional, alguns dos resultados da produção do grupo são divulgados em linguagem não acadêmica através de seu dossiê, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/>.

O editor indicado abaixo do título é um certo S. Rolim, nome não reconhecido, numa primeira visada.



O Sexo: órgão imparcial crítico e litterario, consagrado ao bello sexo da Capital da Republica. Fonte: acervo FBN.

O jornaleco não é um jornal qualquer, entretanto. Datado de 29 de abril de 1900, um domingo, é um manuscrito de 120 anos, com quatro páginas. Dele não foi localizado nenhum outro exemplar nas coleções das grandes bibliotecas públicas brasileiras. Trata-se, portanto, de exemplar único, um documento raro, considerados os critérios propostos pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras/Planor-FBN (2017).

A situação de fonte primária do documento tem exigido do trabalho de pesquisa um protocolo de procedimentos muito específicos, iniciados por uma descrição das características materiais do documento – tipo e tamanho do papel, tipos de letras, composição da mancha gráfica e condições de conservação. No caso atual, o documento é composto por quatro páginas de papel pautado, tipo almaço, de gramatura alta, ou seja, um papel mais grosso, nas medidas 22 x 33 cm. A escrita é em tinta metaloácida sépia.² O título é desenhado com letras grandes e vazadas e está centralizado na folha de papel. Possui traços e tamanhos irregulares e com pouco preenchimento. A grafia não apresenta um padrão específico, podendo ser observado ao longo do texto diversos formatos e tamanhos, o que poderia sugerir que houve mais de um escritor.

No estágio seguinte, o conteúdo é escandido – assuntos e matérias, personagens, lugares, local e data da edição, marcas de proveniência são levantados e circunstanciados. Em seguida, procura-se estabelecer um lugar para o periódico no campo social, a partir da consulta a fontes primárias como outros periódicos e outras publicações de época. Essa documentação será contrastada com a fortuna crítica sobre aquele título e seus editores e colaboradores, estabelecendo as bases para reflexões e sínteses a serem publicizadas. Sobre *O Sexo*, até o momento, não foram encontrados estudos específicos sobre ele, situação que não difere do que se sabe sobre periódicos manuscritos de modo geral. Além de *Os manuscritos do Brasil. Uma rede de textos no longo século XIX*, de Marialva Barbosa (2017), do trabalho sobre *Gazetas manuscritas da Biblioteca de Évora* (LISBOA, 2002), do comentário de André Belo sobre a *Gazeta de Lisboa*, quando cita o manuscrito do *Folheto de Lisboa* (BELO, 2004), o assunto parece estar fora dos interesses dos estudos sobre periódicos, nas diferentes áreas de produção de conhecimento, permitindo supor que se trata de uma primeira leitura instrumentalizada por um quadro teórico daquelas páginas.

A leitura do pequeno jornal permitiu observar aspectos da confluência entre o campo literário e o campo jornalístico. O primeiro diferenciado pela presença de versos, anedotário e narrativas curtas e o estilo como as notícias e comentários sobre os fatos são apresentados. O campo jornalístico aparece demarcado por uma reportagem sobre a chegada do cruzador português dom Carlos I, no

2. Agradecemos à orientação sobre identificação e características do suporte oferecida pela Profa. Dra. Thais Helena de Almeida, do Laboratório de Conservação e Restauração da Fundação Biblioteca Nacional.

porto do Rio de Janeiro. A bordo do navio estava a representação daquele país, para as comemorações. A data da chegada do navio de guerra é 29 de abril de 1900, a mesma da edição do periódico. A mesma notícia seria publicada em *O Paiz*, mas, apenas, no dia seguinte, 30 de abril, ou seja, o jornalzinho se mostrou mais ágil que o jornalzão na apresentação dos fatos. A hipótese que desenvolveremos é a de que essa diferença não é um feito pequeno ou desprovido de sentido. *O Paiz* é um jornal diário, de grande circulação, anotação a que voltaremos mais adiante.

Dois personagens e seus jornais: estratégias de ocupação de posição

Um dos aspectos mais instigantes do funcionamento dos campos sociais são as estratégias de consagração dos discursos ao ponto de serem reconhecidos como linguagem autorizada (BOURDIEU, 1996). No caso estudado aqui, a partir da descrição dos procedimentos que permitiram o estabelecimento de uma identidade para o nome S. Rolim, apresentado como editor na primeira página do periódico manuscrito, é possível entender que aquele nome se coloca em franca oposição àquele outro a quem remete seu pequeno jornal. Ele é um dos vários nomes que aparecem nas páginas do manuscrito: Antônio Mendes Gomes, qualificado como um correligionário, Penedo e Camarguinho, pseudônimos, Antonio J. dos Santos e Juvencio Francisco de Oliveira aparecem na seção de cartas à redação e, ainda, General Francisco Cunha, apresentado como embaixador de Portugal nas efemérides, e Floriano Peixoto, finado presidente do país, são nomeados nas matérias.

Personagem ausente dos róis de nomes apresentados em obras de referência sobre literatura e sobre imprensa, seu nome também não é alcançado pelos sistemas de busca mais utilizados na rede digital de dados da Biblioteca Nacional. O acionamento do mecanismo de busca da Hemeroteca Digital considerou três versões do nome do editor: como aparece no expediente, “S. Rolin”, apenas o sobrenome, “Rolin” e, conforme aparece na última página do jornalzinho, Silvino Rolin. A expectativa era localizar o personagem em outros periódicos. O resultado da investigação foi a indicação da presença do nome em um número razoavelmente variado de periódicos, conforme excerto abaixo.

Busca 1 – “Silvino Rolin” – Período de 1900 a 1910 (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Jornal do Brasil (RJ)	8 ocorrências
A Capital (RJ)	2 ocorrências
Jacobino (RJ)	2 ocorrências

Gazeta de Notícias (RJ)	1 ocorrência
A Imprensa (RJ)	1 ocorrência
A Notícia (RJ)	1 ocorrência

Quadro 1 – Busca por “Silvino Rolim” no período de 1900 a 1910. Acesso em: set. 2020.

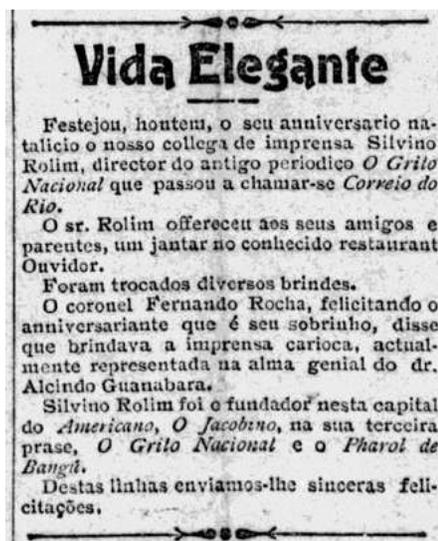
Busca 2 – “S. Rolim” – Período de 1900 a 1910
(<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Almanak Laemmert (RJ)	156 ocorrências
O Paiz (RJ)	113 ocorrências
Correio da Manhã (RJ)	75 ocorrências
Anais da Biblioteca Nacional (RJ)	38 ocorrências
O Tico-Tico (RJ)	27 ocorrências
A Notícia (RJ)	27 ocorrências

Quadro 2 – Busca por “S. Rolim” no período de 1900 a 1910. Acesso em: set. 2020.

As indicações coletadas foram cruzadas e aprofundadas através de consultas e análise dos documentos encontrados, de modo a precisar a identidade do personagem, a sua produção, os ambientes em que circulava – redações, salões, agremiações e etc. Na busca, chegou-se a coluna “Vida Elegante”, de 12 de julho de 1908, página 3, edição de nº 215, ano 5, de *A Imprensa* (1898-1914). A matéria é exemplar no oferecimento de informações sobre o personagem e sua rede de sociabilidade, apresentando desde a data de seu aniversário, os periódicos em que trabalhou e trabalha, o local e a modalidade de festividades e o tipo dela, sinalizando sobre as relações políticas pessoais e familiares.

O pequeno recorte posto em contraste com informações obtidas em outros jornais permitem demarcar a circulação de Silvino Rolim pelos espaços de poder político, ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Circulação que significa ocupação de posições sociais as quais, por sua vez, conferem valor



A Imprensa. Rio de Janeiro: [s.n.], 1898-1901, p. 3. Fonte: acervo FBN.

a sua presença e a seu discurso, aspectos fundamentais para o estabelecimento de nossa hipótese.

Em 1903, ele discursaria no falecimento do Almirante Gonçalves, no Rio de Janeiro, como notícia o *Jornal do Brasil* de 03 de maio de 1903, página 2. No mesmo ano seria eleito para compor a mesa eleitoral da 7ª seção do 2º Distrito de São José, informa o *A Notícia*, em 12 de setembro. No ano de 1909, seu nome apareceria nas páginas de *O Paiz*, em 08 de agosto, numa notícia sobre reunião que apoiava a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz para a presidência da República. No *Almanak Laemmert*, edição do mesmo 1909, seu nome aparece como advogado e diretor do jornal *Correio do Rio*, situação já conhecida através da nota “Vida Elegante”, apresentada acima. A importância social e política crescente de Rolim seriam confirmadas quando, em junho de 1918, os jornais *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* expressam condolências ao jornalista pelo falecimento de Francisca de Paula Rocha Rolim, sua mãe, e, na edição de setembro, anunciam missa em homenagem a ela. Sua veia poética, firmada na letra do periódico manuscrito, aparece também nos poemas em homenagem a Floriano Peixoto, que assina em *O Jacobino*, jornal impresso do qual era editor.

Sobre Floriano Peixoto (1839-1895), sua posição no campo político define e separa os diferentes partidos. Seu governo, iniciado em 1891, sucedendo Deodoro da Fonseca (1827-1892), enfrenta as dificuldades políticas e econômicas do novo regime sem dar trégua para os opositores, indiferente de serem monarquistas ou republicanos. É considerado o efetivo fiador da estabilização da República, como o mesmo Rolim exalta no mesmo *Jacobino*, na matéria “O



Dorme na gloria, ó grande immortal.
Dorme entre Jesuz, aquelle grande (morto)
Salve ó inclito, salve ó Marechal,
Salve immortal Floriano Peixoto!
SILVINO ROLIM.

O Jacobino. Rio de Janeiro: [s.n.], 1901, p. 1 e 3. Fonte: acervo FBN.

Consolidador da República: imortal brasileiro!”, na página 2, vinculando a atuação do militar na Presidência à exaltação às novas ideias trazidas pelos novos tempos, feita por Alphonse de Lamartine, poeta conservador, de presença importante entre os românticos brasileiros. Romantismo que tanto havia exaltado a figura do herói fundador da nacionalidade – combinação necessária para a exaltação do presidente herói da República.

A imprensa integrou os debates e as ações dos grupos que se digladiaram durante o seu governo e, após seu final, a defesa das ideias que o orientavam. O título do jornal comandado por Rolim não deixa dúvidas sobre o radicalismo do debate, com o jacobinismo de seus defensores causando dissensão entre os letrados, inclusive:

as bases de sua atuação estão centradas em três características principais: o nacionalismo extremado, a defesa do militarismo e a defesa da República como forma ideal de governo, daí seu antimonarquismo. Os jacobinos viram na figura de Floriano durante a Revolta da Armada o líder capaz de realizar suas aspirações mais caras: um governo forte, nacionalista, centralizador e militarizado. [...] O jacobinismo de Raul Pompéia o levou ao rompimento com seus amigos de imprensa, notadamente Olavo Bilac e Luiz Murat. (JESUS, 2018).

A cartografia da presença de S. Rolim em periódicos, assinando produção vária – poemas, comentários, reportagens, editoriais – ou promovendo e participando de eventos permite confirmar sua identidade e indicar o tipo de movimento que executa na busca de acumulação de capital na disputa por posicionamentos no espaço social formado na confluência dos campos literário e jornalístico (BOURDIEU, 1989 e 1992). Ele circula nos espaços republicanos mais radicais. A inserção do jornalista entre os partidários do nacionalismo florianista sinaliza para a ocupação de um posicionamento importante no campo político, conformado por sua presença em outros periódicos do grupo – *O Brado*, *Americano*, *Grito Nacional*. Em resumo, embora nada conhecido nos estudos atuais sobre a imprensa da época, o diretor do jornal manuscrito revela-se personagem ativo naquele período, permitindo considerar o jornalzinho como instrumento integrado a estratégias mais amplas dos embates políticos. A informação de ser aquela edição a de número 4, caso seja mais do que um blefe, adicionaria um pequeno, mas sugestivo traço de permanência do projeto de edição, a recordar imperfeitamente o projeto do *Folheto de Lisboa*, comprovadamente realizado como projeto editorial relativamente duradouro (LISBOA, 2002). Blefe ou não, a assinatura de um jornalista em pleno exercício de sua atividade em um jornalzinho, mesmo que manuscrito, mesmo que efêmero, mesmo que jocoso, impede que seja tratado como uma mera produção infante-juvenil, tal qual outras, algumas delas igualmente florianistas, encontradas no acervo por nossa pesquisa – *A Setta* ou *O Vigilante*.

O movimento não seria aleatório. *O Paiz* é apontado como o principal diário da capital federal naquele momento, como se pode ler abaixo do título, onde aparecia a afirmação de ser “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”. Circulando desde o período monárquico, teve entre seus proprietários e diretores nomes de políticos como Ruy Barbosa (1849-1923) e Quintino Bocaiúva (1836-1912). Este último conduziu a publicação pelos meandros das disputas políticas desde o governo de Floriano até o de Campos Sales (1841-1913), durante o governo do marechal numa posição antiflorianista, a partir do governo seguinte, integrado ao ideário que antes combatia (BRASIL, 2015). Em 1900, o diário formava entre as fileiras da imprensa florianista, tal qual *O Sexo*.

A prática dos pequenos e desimportantes periódicos enviarem suas edições para as redações dos grandes jornais era comum. Estes, eventualmente, faziam referências a outros órgãos, através de seções como “telegramas” ou via citação direta, comunicando aos leitores o recebimento de exemplares ou visitas de editores de outros periódicos. Os pequenos jornais citavam os grandes e registravam o envio de exemplares para as redações daqueles. O gesto teria pelo menos dois significados, um deles, ligado aos interesses específicos dos pequenos jornais, caracterizadamente efêmeros e de pequeno alcance, para os quais qualquer registro de reconhecimento como integrante daquela rede seria um importante sinal de distinção, mesmo que se autopromovendo. Outro, de caráter geral, delinearía o vigor da rede de trocas de interesses que a imprensa periódica constitui. Afinal, a observação de trama dessa rede, enquanto espaço dinâmico, composto em intensas disputas, no século XIX, tornaria possível propor os termos de uma civilização do jornal (KALIFA *et al.*, 2011).

Mas há a indicação de um segundo nome no desafio. No encaminhamento de *O Sexo* para o grande diário impresso, há um destinatário específico, Bellarmino Carneiro (1847-1928). Na década, anterior, de 1890, ele fez parte da direção do jornal, inclusive como editorialista (BRASIL, 2015). Sujeito de trajetória bem acompanhada pela historiografia, agente de atuação mais conhecida do que Rolin, teve seu nome ligado também a outros periódicos – *Comércio de Portugal*, de Lisboa; *La Cronica*, de Buenos Aires; e *La Pátria*, de Montevideú. Participou da fundação dos brasileiros *O Tempo* e de *Os Anais*. Sua rede de sociabilidade é intensa e fortemente trançada. Atuou no campo político desde o Império, na defesa da abolição da escravatura e da implantação do regime republicano, sendo diretor de polícia da capital federal e eleito deputado constituinte (1891-1893). Seu nome aparece no livro de tombos da Biblioteca Nacional como doador da maior parte dos periódicos manuscritos existentes na coleção da instituição (CUNHA, 1980). Ocupa, portanto, um posicionamento importante na confluência dos campos jornalístico e político, sendo detentor de razoável capital em ambos. É junto ao grande jornal e a esse grande nome que o jornalzinho e seu diretor estão

atuando por reconhecimento, ao reafirmarem suas qualidades de agilidade e acurácia jornalística.

Diante da importância dos agentes envolvidos na edição e permanência da integridade do periódico, Silvino Rolin e Bellarmino Carneiro, respectivamente, o editor que produziu e o destinatário que recebeu, guardou e doou o documento à principal instituição de guarda da memória bibliográfica brasileira, não há como considerar uma mera brincadeira ou uma provocação juvenil a entrega do jornalzinho na porta do grande diário, para ser entregue a um dos principais nomes do expediente. O encaminhamento feito a Bellarmino Carneiro, na redação de *O Paiz*, seria, neste caso, um movimento entre pares, um flagrante de uma disputa por reconhecimento. Haveria, mesmo, naquela sucessão uma característica ritualística, um sentido de afirmação de que o pequeno jornal artesanal superara na precisão e oportunidade do ato jornalístico o grande jornal impresso. Mesmo que sob a aparência imediata de uma brincadeira ou provocação, a ação foi subscrita por um agente do campo jornalístico para outro, ambos bem posicionados, ambos os detentores de um discurso reconhecido nas disputas políticas, com Rolim enviando à redação do grande jornal o aviso que seu veículo noticioso havia superado seu rival, maior, mais bem municiado de recursos e mais poderoso. Não é pouco, essa espécie de vantagem que o artesanal alcançou sobre o industrial, num momento em que o elogio à máquina e ao progresso modela o entendimento de modernidade.

A rapidez do manuscrito e a poética do periodismo

O subtítulo do jornalzinho informa qual seria a perspectiva de sua observação – imparcialidade, visão crítica e literária – e indica seu público preferencial, o “belo sexo”. No que se refere à imparcialidade, os parágrafos anteriores já expuseram a volubilidade do termo diante da definição do lugar de observação e atuação na cena político-partidária do responsável pela folha manuscrita, posição ratificada com a presença das rimas e da saudação enfática dirigidas a Floriano Peixoto.

Quanto ao público preferencial, uma anedota, nomeada “A mulher” e assinada por um Penedo, assinala um forte traço de vitimização do homem em sua relação com o feminino. Versos assinados por S. Rolin e um acróstico a partir da palavra NUPCIAS, sem assinatura, se inspiram na musa romântica, material que, ao lado de um anedotário complementar sempre sexista e quase sempre misógino, desenham o que seria uma intencionalidade de oferecer o jornalzinho ao “belo sexo”, no que pretenderia ser uma consagração das mulheres. Observa-se aí um tipo de engendramento não incomum na rede de pequenos jornais impressos da época, na qual uma quantidade importante de títulos tem na mulher destinatária idealizada em publicações consignadas,

não raramente, por penas masculinas. Um contexto que tem como contraponto a circulação de *A Mensageira*, periódico dirigido por mulheres, tribuna qualificada da escritura de autoria feminina de Auta de Sousa (1876-1901), Áurea Pires da Gama (1876-1949), Zalina Rolim (1869-1961), Maria Clara da Cunha Santos (1866-1911), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), entre outras – um confronto que se projeta nas reflexões contemporâneas sobre o lugar da mulher e do feminino na imprensa (ARAÚJO, 2008; COSTA, 2017; KNAPP, 2020).

Seriam, entretanto, as marcas do literário que instrumentalizariam, ao mesmo tempo que constituiriam a qualidade “crítica” que o jornaleco atribui ao periodismo que pretende praticar. A manchete, “A chegada do Ell rei vapor *D. Carlos*. E ele???” e o modo direto com o qual a notícia é apresentada, “está em nosso porto, pouco distante da Fortaleza de S^{ta} Cruz, o cruzador ell rei *D. Carlos*, primeiro vaso de guerra da marinha portuguesa e rei de Portugal” integram o jornalzinho à principal efeméride do momento, a chegada da comitiva portuguesa para os festejos dos 400 anos do descobrimento. O uso do presente do indicativo do verbo estar sublinha o flagrante – aqui no sentido jornalístico, referente à apresentação de fato no momento mesmo em que acontece. Segue-se uma inflexão jocosa da apresentação da matéria, quando o texto designa o barco que tem o nome do rei, como se o rei fosse: “vaso de guerra[...] e rei[...]” (O SEXO, 1900).

Antes de prosseguirmos nesse ponto, acompanhemos os fatos, conforme a descrição deles apresentada em *O Paiz*. O grande jornal impresso acompanhara a chegada do grande navio com atenção. Nas edições dos dias 27 e 28, publicara avisos e notícias sobre as autoridades a bordo. Os avançados telégrafos municivavam a redação das informações mais recentes sobre os deslocamentos do navio pelos faróis e outros pontos de observação ao longo da costa. No dia 29, seus redatores informam que o navio não fora avistado na entrada da barra da baía de Guanabara (O PAIZ, 1900).

Eis aí o feito que o jornalzinho enfatiza: o navio chegara, sim, no dia 29, estampa sua manchete. A importância do fato, e aqui nos referimos ao fato do atraso no oferecimento da informação para os leitores do jornalão, seria reforçada pela estratégia adotada pelo jornal impresso para apresentar a notícia sobre a chegada ao cruzador, no dia seguinte, 30 de abril. As notícias sobre o acontecimento ocupam quatro das oito colunas da primeira página, que não tem ilustrações. O texto desce a detalhes: quem é o embaixador português, os acontecimentos no mar, a bordo, na viagem, no arsenal e no hotel dos estrangeiros, o cruzador, a carta de crença, o general Cunha e notas. São informados os horários precisos de passagem do navio pelos pontos de observação náutica e variados pormenores da entrada na baía – as trocas de tiros entre o navio e as fortificações da baía de Guanabara, todas as cerimônias no Arsenal de Marinha, a subida a bordo de autoridades e de jornalistas e seu retorno ao

cais, o desembarque das autoridades portuguesas, com descrições detalhadas dos uniformes e nomeação escrupulosa dos presentes.

O EMBAIXADOR PORTUGUÊS

Quando ontem, pela manhã, circulou na cidade e se propagou até os mais extremos subúrbios a notícia que o Cruzador D. Carlos I passara em Cabo Frio, às 6 horas, uma grande agitação de contentamento abalou numerosa parte da população, que, em uma longa ansiedade insatisfeita, se preparou e acorreu ao litoral para assistir à entrada, na baía do belo navio português, que nos trazia para as festas do centenário do descobrimento do Brasil, a presença da pátria amiga, simbolizada na embaixada de cujo desempenho foi incumbido o general Francisco Maria da Cunha.

E como era domingo, dia de folga para quase todos os ocupados, e a temperatura era de rara amenidade e frescor, não obstante o fulgor esplêndido do sol, a romaria popular, crescente e volumosa, alegre, foi convergindo, cada vez mais, à proporção que o tempo fugia, para as praias, para os morros, para os pontos mais evidentes do litoral ou os mais altos, onde mais francamente se pudesse apreciar o grandioso espetáculo da tranquila Guanabara, crivada de grandes e pequenas embarcações, empavesadas e prontas a receber a primeira visita do navio português. (O PAIZ. Rio de Janeiro: [n. 5.684] 30 abr.1900, p. 1).

Tomados como modelo *O Sexo* e *O Paiz*, objetos de nossos comentários, é possível observar que uma variação no modo de apresentar a notícia é o instrumento pelo qual os periódicos distinguem o seu público, exercem sua influência sobre este e confrontam outras perspectivas. Cada periódico tem estilo e perspectiva próprios estabelecidos pelas matérias, assinadas ou não, pelos textos de abertura, no formato mais bem delineado de editorial ou mero comentário de abertura. A tomada de posição mais eficaz para apresentar “sua excelência, o fato”, considerando a verdade que defende, seria através de narrativas aparentemente neutras e objetivas. No caso da chegada do cruzador dom Carlos I e de tudo que envolve essa presença no porto da cidade, o tom das reportagens é completamente diferente em cada um dos dois periódicos. Adotando um viés efusivo e congratulatório, *O Paiz* é preciso, sério e cerimonioso, impondo veracidade aos fatos que noticia. *O Sexo* descreve os acontecimentos numa linguagem nuançada, nuanças próximas aos modelos literários. Em alguns momentos o texto é absolutamente irônico, como quando, na chamada da matéria e no fim do primeiro parágrafo, parece confundir o navio com a própria pessoa do monarca que o nomeia: “A chegada do El rei, D. Carlos. Ele?”. Indagação respondida logo adiante, “...primeiro vaso de guerra da marinha portuguesa e rei de Portugal” – grifo nosso (O SEXO, 1900). O jogo de palavras é curto e rápido, num evidente trocadilho, pois sabidamente não seria do rei a presença no porto e nas páginas jornalísticas, pois, se o fosse, a manchete seria a chegada do soberano e não a do navio. Um acontecimento

que muito elevaria a importância da presença portuguesa na efeméride. No sentido inverso, um navio, por mais moderno e aparatoso que seja, não equivale à presença de um rei, no que concerne à importância que o país descobridor daria para a efeméride dos 400 anos de sua descoberta – sugerindo uma ironia ao tom congratulatório e cerimonioso adotado pelo outro jornal. Este paralelo se aproxima do que Therènty anotou sobre o concurso da ironia literária como recurso jornalístico (2007, p. 153-173). Havemos de lembrar que a ironia, de Novalis, convoca a um exame crítico do que é percebido e decodificado pela visão e leitura comuns. Sem essa presença, o jornalzinho parece não encontrar razões para exaltar os acontecimentos. Ao contrário, abre espaço para colocar o foco sobre integrantes pouco importantes da comitiva portuguesa e de comportamento nada formal ou minimamente condizente com os acontecimentos. O texto é agudamente sarcástico: “Estão cheios de contentamento, no nosso rico solo, os p_o_r_t_u_g_u_e_s_e_s, alegres, muito alegres, tontos, muito tontos, cahindo, todos cahidos, nullo, todos nulos, admirado, todos admirados, bobo, todos, bobos...” – com a nomeação dos patrícios escrita assim, com letras separadas, sugerindo ênfase. Nenhuma contemplação, tudo que o jornal impresso vestiria de pompa e circunstância no dia seguinte, o manuscrito desnudou previamente, no dia mesmo dos fatos, como chiste. Ironia, figura de pensamento, é palavra que contrasta enunciado e seu conteúdo, está na raiz do humor comportado na aparência, mas demolidor em sua raiz. O chiste e o sarcasmo são demolidores desde a sua enunciação. Em suas ligações com o inconsciente é um capítulo da psicopatologia da vida comum, engenho de valor radical do funcionamento psicológico, segundo Freud (2017).

A inflexão chistosa não é estranha à rede de periódicos brasileiros no século XIX. É reconhecida e assumida em títulos e subtítulos de um número razoável de periódicos desimportantes, de pequena linhagem e existência curta³ – *O Belchior político: jornal joco-serio* (1884), *O Mephistopheles: hebdomadario satirico, joco-serio* (1882), *O Misanthropo: periodico joco-serio, critico e noticioso* (1863)⁴ são exemplos, entre os impressos. Os títulos indicam inflexões quase inacessíveis para um jornal compromissado com interesses empresariais e comerciais, como eram os diários impressos, em especial quando vão assumindo uma estrutura empresarial, conforme acompanhou o estudo de Werneck Sodré (1999, p. 275-287). A agilidade, rapidez e liberdade de expressão dos periódicos manuscritos em relação aos impressos foram detectadas na relação entre *A Gazeta de Lisboa* e o *Folheto de Lisboa* nos estudos sobre as *Gazetas feitas à mão*, de João

3. O conceito de periódicos desimportantes foi apresentado na VIII jornada do grupo ARS – Pesquisa em periódicos: produção, circulação e recepção de textos literários, na comunicação *O literário nos periódicos – características de uma coleção de periódicos desimportantes*, 2015.

4. Mantivemos a grafia original, pois, mais do que atualização vocabular, os nomes e modos adotados nos títulos pelos autores e editoras das folhas significam estilo de apresentar suas obras e constituintes de seu tempo.

Luís Lisboa (2002). Editado em diferentes regiões, sempre com o mesmo nome, o folheto manuscrito circulava principalmente notícias locais, muitas vezes com detalhes cotidianos que beiravam inconfidências. Publicava notícias sobre a Corte e, mesmo quando retornava a assuntos publicados anteriormente em *A Gazeta*, fazia-o numa perspectiva própria e num grau de liberdade informativa diferenciado, uma vez que não era sujeito à censura prévia, focada no controle do fluxo de informações disponíveis nos jornais impressos. Tal agilidade e detalhamento na apresentação da notícia e no dribble à censura também foram especialmente destacados por André Belo, já no “antelóquio” do número inaugural do *Folheto*, de 02 de janeiro de 1740 (BELO, 2004). Em nenhuma situação, entretanto, renunciava a uma aura de seriedade no oferecimento da informação, numa opção de estilo totalmente diferente do modo como *O Sexo* apresentaria a chegada do navio português para as festas séculos depois.

A variação no estilo dos textos jornalísticos, com a presença de formas literárias na sua constituição, não seria geração espontânea ou inopinada, ao contrário, foi uma transformação lenta que se agudiza ao longo do século XIX, que daria a eles uma nova aparência e uma complexificação em suas mensagens permitindo tantas significações quanto seus leitores fossem capazes de encontrar nelas. Haveria mesmo uma poética jornalística, estudada em periódicos franceses por Marie-Ève Thérenty (2007). Essa aproximação entre jornalismo e gênero literário fora proposta em relação à imprensa no país por Alceu de Amoroso Lima em 1960. Seu estudo *O jornalismo como gênero literário*, embora preciso na observação geral de que se aproximaria da literatura quando “põe ênfase no estilo como meio de expressão”, não avança no estudo das diferentes formas como isso se dá. Com o luxuoso concurso da ironia, o estilo adotado pelo jornalzinho manuscrito, estabelecendo propositalmente uma pseudoconfusão entre a presença do navio e do rei em pessoa que, mal apenas proferida é, em seguida, desfeita, e a escolha da cena descrita, que não deixa saber se se tratam da tripulação desembarcada que se mete em confusão, como toda tripulação fazia após longo tempo embarcada, ou se os néscios descritos são os próprios portugueses que viviam na terra rica, dando voz a uma certo mal-estar que, na época, estes despertavam entre os brasileiros, são expressões de ironia instrumentalizadas pelo estilo literário: um duplo sentido, um dizer, sem dizer, é um expor ao ridículo sem que se possa identificar exatamente o alvo. Ou, em outras palavras, é uma mensagem ferina que não permite resposta, pois nenhum dos alvos se rebaixará a responder um mero jornaleco escrito à mão, num tempo em que a modernidade dispõe de máquinas impressoras que imprimem em ritmo industrial.

Não foi pouco atrevido e desafiador o editor ao deixar sua edição na porta do “maior jornal da América do Sul”. Deixou para a posteridade um registro crítico de um dos aspectos das efemérides em torno dos 400 anos do descobrimento.

Referências

ARAÚJO, Maria da Conceição. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/4144>.

BARBOSA, Marialva (org.). *Os manuscritos do Brasil: uma rede de textos no longo século XIX*. Niterói, RJ: Eduff, 2017.

BELO, André. *Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa*. Horizonte Antropológico, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 15-35. Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200002&lng=en&nrm=iso.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

Edição brasileira. BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Hemeroteca. BNDigital. Artigos. Biblioteca Nacional, 02 de abril de 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CARNEIRO, Belarmino. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARNEIRO,%20Belarmino.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CARVALHO, Luzia Ribeiro de; CORRÊA, I. E. J. *A Setta*. Dossiê Periódicos & Literatura. BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-manuscritos/a-setta-um-periodico-florianista/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CARVALHO, Luzia Ribeiro de; CORRÊA, I. E. J. *O Vigilante: republicano da praia Formosa*. Dossiê Periódicos & Literatura. BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-manuscritos/o-vigilante-republicano-da-praia-formosa/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COLUNA “VIDA ELEGANTE”. *A Imprensa* (1898-1914). Rio de Janeiro, ano 5, n. 215, 12 jul. 1908, p. 3.

CORRÊA, Irineu E. J. *Folheto de Lisboa: uma pena rápida na Biblioteca Nacional*. Dossiê. BNDigital. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-manuscritos/folheto-de-lisboa-uma-pena-rapida-na-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

COSTA, M. Ione Caser da. *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Dossiê eletrônico, 2017. Disponível em: <http://>

bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-periodicos-literatura/a-mensagem-revista-literaria-dedicada-a-mulher-brazileira/. Acesso em: 07 jan. 2021.

CUNHA, Lygia Fernandes da. “O acervo da Biblioteca Nacional”. In: *BRASIL 1900-1910*. Luiz Antônio Severo da Costa e outros. Apresentação: Plínio Doyle. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 143-167.

CUNHA, Waldir da. Coleção de Jornais Manuscritos: pasquins e boletins (1741-1930). In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 114, 1994, p. 135-147. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1994_00114.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

FREUD, Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905). Trad. Fernando Costa Matos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IMPRESA (A). Rio de Janeiro: [s.n.], 1898-1901. Diária. Em anno 1, n. 1 indicado como propriedade de uma sociedade anônima. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=245038>. Acesso em: 08 dez. 2020.

JACOBINO (O). Rio de Janeiro: [s.n.], 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=748854&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 11 dez. 2020.

JESUS, Christianne Theodoro de. *Memórias da repressão política na Primeira República*: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894). Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2018.

KALIFA, D.; RÉGNIER, P.; THÉRENTY, M-È.; VAILLANT, A. *La civilization du journal: histoire Culturelle et littéraire de la presse française au XIXè siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011.

KNAPP, Cristina Loff. Revista “A Mensageira”: ascensão da mulher no universo letrado. In: *A Jangada*: crítica, literatura, artes. ISSN 2317-4722, v. 2 n. 15, 2020. Coisa de mulher (dossiê), p. 87-105. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/250>.

LIMA, Alceu de Amoroso. *O Jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Edusp, 2003.

LISBOA, João Luís. Gazetas feitas à mão. In: LISBOA, J. L.; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. vol. 1 (1729-1731) Évora: Publicações do Cidehus, 2002 (généré le 16 novembre 2020). Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/3092>.

NOVALIS, Friedrich Von Hardenberg. *Pólen*: fragmentos, diálogos, monólogo. Tradução, apresentação e notas por Rubens R. Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 1988.

PAIZ (O). Rio de Janeiro: [n. 5.684]. Ano 15, 30 de abril de 1900. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=619. Acesso em: jul. 2020.

PLANOR. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/explore/planos-preservacao/planor>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SEXO (O): órgão imparcial critico e litterario, consagrado ao bello sexo da Capital da Republica. Ano I, n. 4. Rio de Janeiro: [s.n.], 29 abr. 1900. 4 p., orig., 22 x 33 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1309064/mss1309064.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

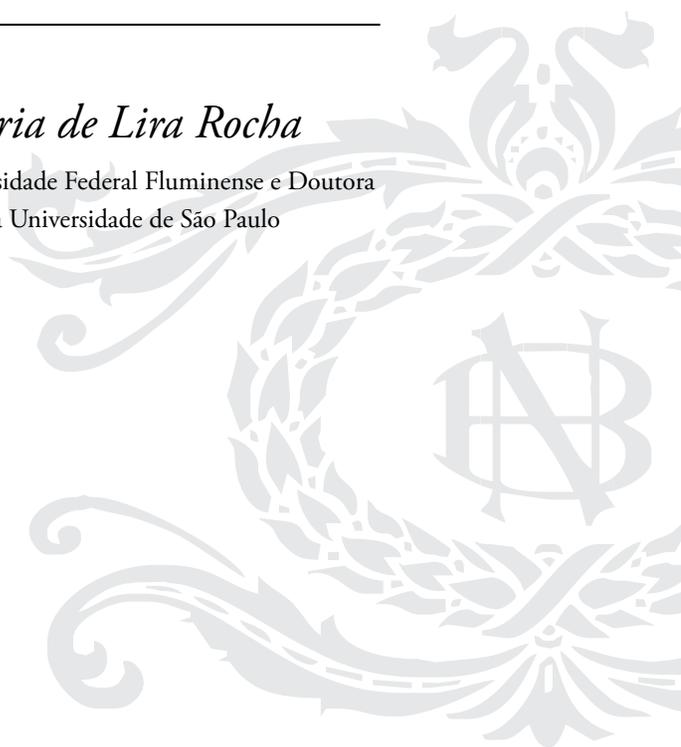
SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 2007.

“Revista do crime, não é bem dito”: *Arquivo Vermelho*, notícias criminais e programa de recolha e classificação de dramas sociais

Marina Maria de Lira Rocha

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo





Resumo

Este artigo buscou analisar alguns aspectos de elaboração, conformação e estruturação da *Revista Policial Ilustrada Archivo Vermelho*. Publicação datada entre os anos de 1918 e 1921, a revista, editada na cidade do Rio de Janeiro, marcou a *Belle Époque* carioca com suas notícias referentes aos “fatos diversos” (*fait-divers*), principalmente analisando crimes e criminosos da cidade e do país e escritas por importantes personagens das letras, do direito e do jornalismo da época. Ingressando nos debates sobre a produção dedicada à criminalidade e aos crimes, tal como o aumento da produção e do consumo da literatura policial e das notícias criminais nesse período, intentou-se realizar considerações sobre *Archivo Vermelho*, seus editores e colaboradores, e ponderar as mudanças que a revista realizou em suas formas de escrever para alcançar o público desejado. Desta maneira, buscamos entender posições e repercussões que permearam a existência e a leitura deste periódico, autointitulado como um “arquivo criminal e forense”, mas que representou muito mais do que uma preservação de informações devido ao seu sucesso editorial e suas polêmicas publicações.

Palavras-chave: Revista Archivo Vermelho. Notícias criminais. Criminalidade. Rio de Janeiro. *Belle Époque*.

Abstract

This article sought to analyze some aspects of the elaboration, conformation, and structuring of the *Revista Policial Ilustrada Archivo Vermelho*. Published between 1918 and 1921, the magazine, edited in the city of Rio de Janeiro, marked the *Belle Époque* with its news about “fait-divers”, mainly crimes and criminals in the city and the country; the articles were written by important members of the literature, law, and journalism of the time. Veering into the debates about written output dedicated to crimes, such as the increase in the creation and consumption of crime literature and criminal news in that period, one attempted to reflect on *Archivo Vermelho*, its editors and collaborators, and to analyze the changes that the magazine went through in its writing to reach its target audience. Thus, one sought to understand positions and repercussions that permeated the existence and reception of this self-titled “criminal and forensic archive”, but which in fact represented much more than a repository of information due to its editorial success and controversial publications.

Keywords: Revista Archivo Vermelho. Criminal News. Crimes. Rio de Janeiro. *Belle Époque*.



A revista *Arquivo Vermelho*, produzida na cidade do Rio de Janeiro, com colaboradores de diversas regiões, circulou entre os anos de 1918 a 1921. Relatando crimes com impactos distintos para a cidade e para a sociedade da capital da República, esta revista surgiu com a proposta de ser um noticiário quinzenal completo dos crimes no Rio de Janeiro.

Já em seu primeiro número, o editorial explica-nos os motivos de sua existência e os caminhos que pretendia percorrer:

O nosso povo devora os livros em que os crimes são obra da fantasia dos escriptores. Pois bem. Aqui, nessa revista quinzenal, elle assistirá a passagem de typos reaes, de criminosos que vivem ou viviam entre nós, na nossa sociedade. Assassinos, ladrões, caftens, estelionatários, desvirginadores, os criminosos políticos, ratoneiros, falsários, seductores, os que perturbam a felicidade dos lares alheios, os que fazem do amor o caminho para chegar à fortuna, os espancadores, os que maltratam menores, os aberrados de toda espécie – todos elles, deante dos leitores, sejam plebeus ou nobres, ricos ou paupérrimos, passarão entre as imagens deste kaleidoscopio que jamais sacrificará os interesses da verdade.

(...) Os leitores encontrarão de quinze em quinze dias, nestas páginas, notícias dessas doenças que colocam o homem abaixo do irracional.

Sobretudo, o *Arquivo Vermelho* será o noticiário completo dos crimes no Rio de Janeiro.

Agradaremos?

Pouco importa. Cumpriremos o programma. (PARANHOS, 1918, p. 3).

Arquivo Vermelho foi lançada em um período que, segundo seu próprio editorial, havia aumentado o interesse da população na leitura sobre crimes, criminosos, investigações de “fatos diversos”¹, a partir de narrativas detetivescas. Na América Latina, Diego Galeano e Marcos Bretas (2016) apontaram que, durante a *Belle Époque*, a literatura criminal e as notícias criminais se destacaram com as primeiras publicações deste tipo ocorridas em Buenos Aires no início da década de 1870. Essas revistas policiais argentinas dividiam os mercados com a imprensa comercial e com as crônicas e literaturas de crimes, que cresciam de acordo com o interesse do público.

No Brasil, provavelmente pela instabilidade política na transição entre o Império e a República, ademais, pela alta taxa de analfabetismo no país, esse tipo de revista aparece apenas nos primeiros anos do século XX, através da pioneira publicação da *Revista Policial* (1903-1906). A partir de então, os exemplares corporativos e os periódicos sobre a temática policial, sob uma perspectiva de entretenimento, passaram a ser uma tendência no mercado dos impressos.

1. O *fait-divers* é composto por notícias com temáticas sensacionais, surpreendentes e extraordinárias.

Arquivo Vermelho atravessou esse interesse público e surgiu exaltando os ânimos no Rio de Janeiro. De acordo com Sergio Lamarão (2012), na cidade da *Belle Époque*, eram majoritariamente publicadas dois tipos de revistas: as revistas de variedades – que retratavam os processos e os impactos das modernizações nos hábitos, nos costumes e nos funcionamentos do espaço urbano – e as revistas de bairros – aquelas que escreviam sobre os processos de segregação e hierarquização dos ambientes dentro da própria cidade, reivindicando aos poderes públicos serviços onde não chegavam.

É importante pontuar que, no início da República, os periódicos considerados “sóbrios” e que, eventualmente, publicavam reportagens divulgando os delitos, o faziam a partir de reproduções de prontuários da polícia ou testemunhos advindos da própria instituição. No caso de *Arquivo Vermelho*, entretanto, a revista questionava esses informes em narrativas que traziam os processos de modernização conjuntamente à exclusão de pessoas “indesejáveis” para a modernidade (MENEZES, 1996). Logo, ela apontava interpretações sobre o período de transformação urbana, demonstrando como ela atingia as populações mais empobrecidas.

Assim, se tomamos a divisão proposta por Lamarão (2012), *Arquivo Vermelho* convergiria entre os dois tipos de revistas majoritariamente publicadas, englobando os dois universos. Isto porque ela retratava tanto os processos de modernização e seus impactos em hábitos dos cidadãos da República quanto escrevia sobre a evidente divisão entre as classes e a hierarquização dos habitantes por regiões.

Não se pode esquecer que o contexto mundial deste momento foi marcado pelos processos de globalização da economia capitalista, cuja dinâmica de expansão teve origem na Primeira Revolução Industrial (século XVIII). As Revoluções Industriais representaram o aumento da produção, qualitativa e quantitativamente, sob influência de descobertas científicas, conformando um impulso para a expansão do mercado para além das fronteiras nacionais (HOBSBAWM, 1995; 2005; 2012; 2012). Essas expansões tiveram como consequências as transformações da vida pública e privada das populações, em todos os territórios que alcançaram, obrigando-as a se adaptarem não apenas às novas condições de trabalho como também às formas de sobreviver nos espaços urbanos.

Isto se aplicaria aos modelos de habitações urbanas e consumos possíveis dentro dos salários recebidos, ou seja, ao cotidiano material de sobrevivência. Mas também se dirigiu às formas de introduzir a crescente comercialização da vida, com suas distintas hierarquias, nos comportamentos e mentalidades da classe trabalhadora, sob a perspectiva da modernidade burguesa (ENGELS, 1985; FEDERICI, 2017; THOMPSON, 1998).

Para o contexto brasileiro, Nicolau Sevcenko (1998) ainda nos chama a atenção para o enfrentamento social que o país viveu com as consequências da

Abolição e da Proclamação da República. No quesito da Abolição, sabe-se do importante contingente de remanescentes de escravos (ex-escravos, libertos e seus descendentes) que migraram para os meios urbanos, em busca de trabalho assalariado ou outras formas de sobreviver, impossíveis nos meios rurais.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a maioria da população foi conformada por estes remanescentes, que vieram principalmente das fazendas do Vale do Paraíba, em busca de trabalho na região portuária. A grande concentração populacional naquela região vivia em condições de extrema precariedade, sem acesso às estruturas e aos serviços da cidade e, portanto, “ameaçando” a ordem, a segurança, a saúde e a moralidade públicas.

Por outro lado, a Proclamação da República abriu a economia ao capital estrangeiro e estabeleceu o projeto de promoção de uma industrialização e uma modernização imediatas, independentemente de suas consequências para a população. Desta forma, o início da República brasileira foi marcado por uma bolha de especulação financeira, conhecida pela história como o Encilhamento (CARVALHO, 1987), que resultou na crise econômica, na arruinação da elite capitalista monárquica e na ascensão de negociantes e especuladores.

Este conjunto de transformações desestabilizou a sociedade e a cultura tradicionais, tanto do ponto de vista das antigas elites econômicas quanto da população que habitava esse espaço urbano. Para complementar o cenário, as autoridades políticas decidiram conceber um projeto de solução para os principais problemas do Rio de Janeiro: modernizar o porto, que, sendo o terceiro mais importante no continente americano, já não suportava os fluxos de importação e exportação; sanear a cidade, na tentativa de findar os focos de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, varíola e febre amarela; e reformar a urbe.

Neste sentido, a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) entregou plenos poderes, sem implicações judiciais ou indenizações para os afetados com as reformas, para se executar as tarefas de modernização do porto, comandadas pelo engenheiro Lauro Müller, de saneamento da cidade, sob supervisão do médico sanitário Oswaldo Cruz, e de reforma urbana, dirigida pelo engenheiro e prefeito Pereira Passos (SEVCENKO, 1998). Essas três tarefas tiveram como alvo principalmente os casarões da área central, onde viviam a maioria da população pobre da cidade, e as construções no entorno ao porto, que impediam seu livre acesso, bloqueavam o fluxo da cidade moderna, e comprometiam a segurança sanitária com as inúmeras pessoas que ali circulavam e residiam sem condições básicas estruturais e de higiene.

Desta forma, a sociedade dividiu-se entre os favoráveis às reformas, que as designavam de “regeneração” para a conformação de uma cidade-modelo, e os atingidos por elas, que as conformavam como “ditadura do bota-abaixo”, enfatizando as destruições provocadas pelas reformas. Com esse contexto, a situação dos atingidos pela modernidade era complicada, uma vez que os despejados não tiveram alternativas para resolverem seus problemas de habitação e

passaram a acumular-se em cortiços, hotéis baratos, “zungas” ou barracões nas encostas dos morros (SEVCENKO, 1998; MARINS, 1998).

Neste momento de precariedade habitacional e instabilidade nos empregos, que abrangia a maioria da população, as pessoas sem comprovações de residência fixa ou vínculos empregatícios ainda eram alvos de repressões policiais. A partir da inauguração da Avenida Central em 1904 – o principal eixo do projeto urbanístico da Capital –, o centro da cidade passou também a expulsar festas tradicionais e hábitos populares, a fim de incorporar a atmosfera cosmopolita.

Pode-se perceber, então, que o projeto político de modernização e a maneira com que ele foi colocado em prática apresentaram apenas dois caminhos para os trabalhadores pobres sobreviverem. Um primeiro que considerava torná-lo um “cidadão-modelo” da República, pautado na valorização do trabalho, no consumo, na propriedade e na moral cristã (CHAULHOU, 2012). E um segundo caminho que era encontrar-se dentro do espectro dos “indesejáveis” para a República – todos aqueles desviantes dos padrões comportamentais socialmente aceitos.

Os “indesejáveis”, de acordo com Lená Medeiros de Menezes (1996), dividiam-se em três grupos, quando enquadrados no universo dos crimes: 1) aqueles criminosos vinculados ao trabalho – militantes anarquistas, marxistas e sindicalistas; 2) os criminosos vinculados à pobreza – vadios, mendigos, jogadores, ébrios, gatunos, falsificadores e ladrões; e 3) os criminosos vinculados ao mercado clandestino internacional – negociantes marginais, cafténs e traficantes de mulheres.

Percebe-se que *Arquivo Vermelho* surgiu nesse contexto de impasse entre a modernização e seus novos hábitos e a incorporação ou exclusão social dos “indesejáveis” para a capital. Enfatizando notícias que abrangiam os crimes, a revista considerava o próprio Rio de Janeiro como exemplo dessa ambiguidade, que conseguia conciliar as características de “centro da civilização nacional” e de “teatro dos delitos mais cruéis” (PARANHOS, 1918, p. 3).

Neste sentido, a escrita de *Arquivo Vermelho* envolvia, além dos crimes citados no primeiro editorial – os roubos, os assassinatos, os crimes políticos, as falsificações, as seduções etc. –, a descrição de acidentes de automóveis e bondes, suicídios, depredações de patrimônios públicos e privados, entre outros acontecimentos que valorizavam a temática da coisa proibida, da violência, da morte, do que poder-se-ia considerar um mercado de “fatos diversos” com linguagem sensacional (ANGRIMANI, 1995). No entanto, mais que participar de um mercado de interesse consumido por um grupo de leitores, suas temáticas abordavam fundamentalmente questões da modernidade urbana.



Capa de *Arquivo Vermelho* com destaque para "O crime da Rua K". Imagem disponível em: *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano I, edição n. 01, 15 a 31 de janeiro de 1918.

Arquivo Vermelho em fases

Podemos considerar, como outros autores já o fizeram (PENNA, 2006; MENDONÇA, 2017), que *Arquivo Vermelho* possuiu duas fases em sua história de publicação. Um primeiro período foi marcado por seu surgimento, conformação e consolidação no mercado, que durou entre janeiro de 1918 a algum mês entre maio e novembro de 1920 – não se sabe ao certo porque a mesma conta com um lapso nos exemplares depositados na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Neste “primeiro período”, diversas figuras importantes no cenário de análises, divulgações e posicionamentos políticos e jurídicos criminalistas passaram a escrever na revista, realizando reportagens específicas ou assinando suas próprias colunas. Entre essas pessoas, pode-se mencionar Silva Paranhos, criador, proprietário e editor de *Arquivo Vermelho*, experiente jornalista que fez parte do *Jornal do Brasil* e tinha fácil circulação entre os outros jornais e nas delegacias da cidade (MENDONÇA, 2017, p. 353-354). Também estava presente Xavier Pinheiro, filho do escritor baiano José Pedro Xavier Pinheiro (tradutor da *Divina Comédia*), formado em Ciências Jurídicas e Sociais, experiente profissional na Chefatura de Polícia, onde cumpria a função de suplente de delegado (*Arquivo Vermelho*, 1918, p. 11-12).

Esses colaboradores escreviam reportagens, folhetins ou colunas, das quais se pode citar “As Casas de Correção e Detenção do Rio de Janeiro”, coluna que tratava da história dessas casas da cidade; a “Galeria dos Crimes Célebres”, reportagens que relatavam crimes impactantes, mas não necessariamente contemporâneos do periódico; e o “Fôro Dia-a-dia”, coluna que trazia os acontecimentos pontuais, diários ou o desenrolar mais aprofundado de alguns casos na Justiça.

Esses escritos e as capas eram ilustrados por figuras bem conhecidas do público, como Calixto Cordeiro ou K. Lixto – caricaturista, desenhista, ilustrador, litógrafo na Imprensa Nacional, pintor e professor de gravura na Casa da Moeda, que colaborou em diversos periódicos, tais como a revista *Kosmos*, na qual ilustrou crônicas, *Gazeta de Notícias*, em que assinou uma série de charges, e a revista *Fon-Fon*, na qual assumiu a direção artística junto com outro colaborador de *Arquivo Vermelho* (RAUL PEDERNEIRAS, *Enciclopédia*, 2020). Este outro colaborador foi Raul Pederneiras, caricaturista, ilustrador, pintor, professor da Universidade do Brasil, teatrólogo, compositor e escritor (RAUL PEDERNEIRAS, *Enciclopédia*, 2020).

O segundo momento da revista, entre os meses, então, de maio-novembro de 1920 a agosto de 1921, foi marcado por uma virada editorial, enfatizando a crítica às questões sociais e trabalhistas, com destaque aos assuntos políticos. *Arquivo Vermelho* fora, na época, assumida por Clodoveu de Oliveira, militante trabalhista, que, posteriormente, iria auxiliar nas discussões para a

elaboração do decreto criador da Carteira de Trabalho e da Previdência Social (MARTINS, 2020).

Neste período, entre outros nomes que colaboraram na escrita da revista, esteve Henrique Dias da Cruz, que contribuiu como secretário e diretor de *Arquivo Vermelho*. Dias da Cruz era um jornalista que dava voz ao operariado e que criou uma série de jornais no subúrbio carioca, como o *Jornal Suburbano*, que circulava em Madureira e Irajá, no ano de 1911, e a *Gazeta Suburbana*, que circulava em Inhaúma no ano de 1919 (MENDONÇA, 2017).

Durante seu segundo período, *Arquivo Vermelho* se dedicou a diversas reportagens de opinião, contudo também aos folhetins e colunas informativas, tais como “A Semana em Resumo” ou “A Semana Policial” – o nome desta coluna se modificou com as publicações –, que relatava casos pontuais ocorridos nas delegacias; e “Factos Arquivados”, uma série de reportagens que descrevia alguns casos peculiares no panorama dos crimes.

Desta forma, a revista foi modificando seus subtítulos que, de certa maneira, a explicavam. Criada sob o subtítulo de “Revista Policial Ilustrada”, ela tornou-se “Revista Policial, Criminal e Forense”, durante a transição para a segunda fase do periódico, apontando talvez um aspecto mais técnico aos assuntos da criminologia. Posteriormente, transformou-se em “Revista Policial e de Costumes”, mudança feita no número 71 da revista, publicado em 01^o de junho de 1921, que poderia apontar um desejo em enfatizar ainda mais as análises de comportamentos sociais relacionados aos crimes. E, por fim, ela tornou-se “Revista de Combate”, que se pode ver no número 74 da mesma, publicado em 13 de julho de 1921², portanto uma possível menção ao posicionamento da revista quanto às políticas policiais na capital.

As fases em reportagens

Com fins de elucidação dessas duas fases de *Arquivo Vermelho*, discutir-se-ão dois casos publicados pela revista, que envolveram as trajetórias de suas narrativas. O primeiro deles se trata da análise trazida por Evaristo de Moraes, em sua coluna “Reminiscências de um Rábula Criminalista”, que surgiu no sétimo número da revista, a pedido de Silva Paranhos, e cuja existência durou toda a primeira fase do periódico.

É com o maior desvanecimento que damos hoje aos nossos leitores a grata notícia da colaboração do Dr. Evaristo de Moraes nas columnas do “Arquivo Vermelho”.

2. Não se pode afirmar concretamente esta data de transição pois, nos exemplares de *Arquivo Vermelho* depositados na Fundação Biblioteca Nacional, há um lapso entre os números 71 e 74 da mesma publicação.

Evaristo de Moraes, tendo sido um dia arrastado à tribuna do tribunal popular pelos seus sentimentos affectivos, por tal fórma as houve na árdua tarefa que se impusera, que dentro em pouco o seu nome era acatado nas rodas forenses como um dos mais autorizados criminalistas e o mais empolgante aos tribunos populares. Numa cidade onde os bacharéis pullulam e as competições assumem por vezes um caracter de luta irreductivel. Evaristo de Moraes, que ao mesmo tempo ainda não era formado, conseguiu, pelo seu talento e pela honestidade com que exerceu a sua profissão, cercar-se de uma tal auréola de valor que dentro em pouco se tornava o patrono de todos os protagonistas das causas célebres que surgiram no palco do tribunal do jury.

(...) Mas o talento de Evaristo de Moraes não se revela apenas na tribuna do advogado. É principalmente empunhado a pena do jornalista que o nosso illustre collaborador encontra ensejo para o patentear de um modo iniludível. (PARANHOS, 1918, p. 3).

Evaristo de Moraes foi um homem de origem humilde, que iniciou sua carreira como rábula, e se tornou um dos maiores advogados criminalistas de seu tempo e especialista em direitos sociais (MENDONÇA, 2017). Na coluna publicada em *Arquivo Vermelho*, especificamente, Evaristo procurava abordar temas que defendera nos tribunais, tendo ele ganho ou não em suas arguições. Portanto, as “reminiscências de um rábula criminalista” fazem parte da revista como uma coluna de opinião, que abordava também a história da cidade, as maneiras de se interpretar os crimes, os procedimentos da polícia e da Justiça, os criminosos e o direito penal.

(...) começarei a te remetter umas notas, sem nenhuma ligação, sem pretensões litterarias, nem scientificas, acerca de alguns casos do passado, um pouco esquecidos. Subordinarei essa collaboração ao título commum – Reminiscencias de um rabula criminalista. Especialista em títulos e subtítulos, não sei si acharás neste algo de attrahente; mas, para mim, é o mais adequado, visto como servirá para desculpar a audácia e a ignorância que, segundo os doutores, são as causas impulsoras do rabulismo. (MORAES, 1918, p. 3).

Dentre as inúmeras possibilidades de leitura desta colaboração de Evaristo de Moraes para a revista, decidiu-se analisar o caso das degoladas da rua Senhor dos Passos, cujo desenrolar das observações do autor ocupou dois exemplares do periódico – as edições números 13 e 14, referentes aos dias 16 a 31 de dezembro de 1919 e 01º a 31 de janeiro de 1920.

Em abril de 1898, a prostituta francesa Clara Mery, conhecida como Madame Holofote, e sua criada espanhola foram encontradas degoladas na casa de número 97 da rua Senhor dos Passos. O suspeito em cometer tal crime foi José Augusto Ferreira de Carvalho, uma praça do exército, que participou da batalha em Canudos e lá ficou conhecido como degolador de seus oponentes.

José Ferreira havia sido acusado de latrocínio contra as duas mulheres, junto a mais quatro pessoas, em depoimento realizado à polícia por uma ex-amante, Flora Gonçalves, também prostituta, que afirmava ter ouvido dele mesmo sua culpa no crime.

Durante as investigações, constatou-se que as joias das vítimas se encontravam, todavia, em seus corpos e que as três navalhas, pertencentes ao acusado, não possuíam rastros que o compromettesse. No entanto, o mesmo fora levado a julgamento e condenado a 30 anos de prisão.

No primeiro julgamento de José Ferreira, então defendido por João Benevides, Evaristo de Moraes compunha a defesa do menor Antonio Riachuelo, absolvido do crime de cumplicidade nos assassinatos e roubos. Evaristo, compadecendo da situação do principal acusado, aceitou a defesa do réu José Ferreira em um novo julgamento de apelação da sentença.

Contudo, nesse segundo julgamento, João Benevides, “despeitado – como sempre sucedia quando não ganhava a causa”, segundo as palavras do autor do relato, “não estava ali para assistir, inactivo”. E, ainda indignado com a primeira condenação, interrompeu os trabalhos da defesa e insultou o júri, afirmando a certeza de que o acusado era inocente, o que resultou em sua expulsão da sala com voz de prisão. Assim, seguiu Evaristo de Moraes:

Conhecedor da susceptibilidade extrema dos nossos juizes populares, comprehendí, desde logo, que a minha causa estava em risco. Quando os jurados tornaram à sala pública, pelas attitudes sisudas e carregadas, mostravam a prevenção dos seus espiritos. E quem diz prevenção, em jury, diz condemnação infallível.

Foi, effectivamente, o que se verificou, mais uma vez.

O Ferreira “das degolladas” (como então era conhecido o réu) foi condemnado a 21 annos de prisão, gráo médio da penalidade instituída pelo parágrafo 1º do art. 294 do Cod. Penal. Este gráo médio, porém, indicava vacillação dos jurados, em se tratando de uma causa em que, a ser acceita a accusação, havia duas aggravantes e nenhuma attenuante.

Mais ainda, para demonstrar a vacillação das consciências: - depois de reunida na sala-secreta a maioria de votos para a condemnação; foi insignificante, “um” apenas. (MORAES, 1919, p. 4).

Desenvolvendo ainda sobre o caso, Evaristo descreveu sua apelação da sentença ao Tribunal Superior, mas não conseguiu a nulidade do processo, já que todos os procedimentos judiciais haviam sido válidos. Em 1906, a *Gazeta de Notícias* ouviu José Ferreira na Casa de Correção e ele seguia protestando sua inocência. Assim, a *Gazeta* decidiu investigar o caso por conta própria e publicar uma série de reportagens com as conclusões da investigação.

Evidenciamos em tempo as grandes provas que, nos próprios autos, ressaltavam em favor da nenhuma criminalidade de José Augusto Ferreira de Carvalho, que há quase nove annos vive martyrisado por uma condemnação injusta.

Não satisfeitos com isso, buscamos em um inquérito a que a nossa reportagem se entregou com afan robustecer ainda mais essas provas. Apontamos então novas testemunhas que tornavam seguro o álibi, que affirmavam terem visto o pobre Ferreira de Carvalho, durante toda noite do crime, em uma casa na rua da Prainha. Outras, também encontradas por nós, em um trabalho de que a polícia se esquivou porque precisava de um criminoso para tão monstruoso delicto, ouviram dos próprios lábios de Flora, a ex-amante de Carvalho, o pivot desse caso de condemnação injusta, a confissão de que agira para vingar-se delle.

Fomos além: apuramos até que a navalha que figurou o processo se achava na gaveta de uma mesa da delegacia muito antes de ser perpetrado o crime.

Tudo isso, aliado às nullidades do laudo do exame médico no sangue que manchava as vestes apresentadas à polícia como prova do crime, nullidades que também provamos não só sob o ponto de vista jurídico como médico-legal, é agora corroborado pelas suspeitas levantadas contra Carletto (a féra) e um de seus êmulos de então, o famigerado Russo. (*Gazeta de Notícias*, 1906, p. 4).

Segundo a investigação da *Gazeta de Notícias*, portanto, o condenado não era o autor dos crimes e as provas encontradas affirmavam sua inocência: testemunhas que o viram em outra localidade, testemunhas que relataram ouvir de Flora Gonçalves que ela havia inventado a tal confissão de José Ferreira, a navalha apresentada como arma do crime que estaria guardada na delegacia antes do crime ocorrer, e a presença do sangue encontrado nas vítimas que corresponderia ao sangue dos novos suspeitos Carletto e seu cúmplice “Russo”.

Em acordo com a *Gazeta* e com as novas investigações, Evaristo voltou a estudar o processo e pediu sua revisão ao Supremo Tribunal. No entanto, com três anos do pedido realizado, José Ferreira foi assassinado por um companheiro de cela, na prisão, em 1910.

Percebe-se que este caso relatado na coluna de Evaristo tratou de forma minuciosa o crime ocorrido e os processos para o desfecho do mesmo, que culminou na prisão de José Ferreira e, por fim, em sua morte encarcerado. Contudo, o caso na coluna trouxe, aos leitores, uma importante crítica às investigações criminais e aos inquéritos realizados pela polícia, cuja conclusão do caso não correspondeu às provas que existiam para a condenação do suspeito levantado pela polícia.

O autor também teceu críticas às falhas dos casos julgados por um júri popular e à própria Justiça, que não ouviram o acusado, no entanto levaram-se pela emoção/comoção do violento assassinato e dos fatos ocorridos no momento do julgamento. E, citando o *Jornal do Commercio*, de 07 de dezembro de 1910, Evaristo concluiu:

“ficamos a pensar agora, com remorso e horror, no desespero trágico do gesto supremo de revolta desse desgraçado, a um tempo contra a sociedade que não o ouviu e contra o destino que lhe não permitiu viver até poder demonstrar a sua inocência”.

Por minha parte, não me acusa a consciencia de ter poupado esforços para transmitir à Justiça as dúvidas que sempre me assaltavam e ainda persistem no meu espírito, acerca da criminalidade de Ferreira de Carvalho. (MORAES, 1919, p. 7).

O seguinte caso a ser analisado, neste artigo, faz parte da segunda fase da revista, de acordo com o apontado nas observações colocadas acima. Este corresponde ao sucedido com Julio de Moura ou Julio Moura (o nome do mesmo é escrito das duas formas ao longo das publicações de *Arquivo Vermelho*).

Julio era um rapaz menor de idade, acusado de diversos crimes e considerado, por muitos sujeitos da época, como “marcado” pela polícia. Ele foi acusado de envolvimento em um escândalo de romance com a dona de um *boudoir* na rua Sachet número 39, Marianna Prado. Marianna ficou conhecida nos círculos policiais por ser acusada pela polícia de aplicar golpes contra comerciantes, passando-lhes notas falsas.

Ao ser reconhecida por uma de suas possíveis vítimas, Marianna foi considerada suspeita de fazer circular tais cédulas falsas em cumplicidade a algum amante, embora nenhuma prova tenha sido encontrada na busca para averiguação, realizada em sua habitação. Depois de alguns depoimentos, “executados secretamente”, segundo os responsáveis pelo caso, Marianna Prado e uma outra mulher, a estadunidense conhecida como Mary, sabida nos círculos de jogos da cidade, acusaram ser Julio Moura, amante de ambas, o criminoso por detrás das cédulas falsas passadas nos comércios.

Mesmo com o discurso oficial sobre o caso e sua possível resolução, o advogado Caio Monteiro de Barros, ao assumir a causa de Marianna Prado,



Coluna de Evaristo de Moraes “Reminiscencias de um rabula criminalista”. Disponível em: *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano II, edição n. 14, p. 3, 01 a 31 de janeiro de 1919.

passou a declarar publicamente outras interpretações do acontecido. Segundo Barros, ele havia solicitado à Justiça um *habeas-corpus*, considerando que Prado se encontrava sofrendo constrangimento ilegal, já que estava presa há alguns dias na Polícia Central, sem possibilidade de comunicação. No dia seguinte ao seu pedido judicial, a suspeita de cumplicidade no crime fora liberta sem nenhuma outra explicação. Em março de 1921, o juiz da Primeira Vara Federal a absolveu de todas as acusações que lhe incidia.

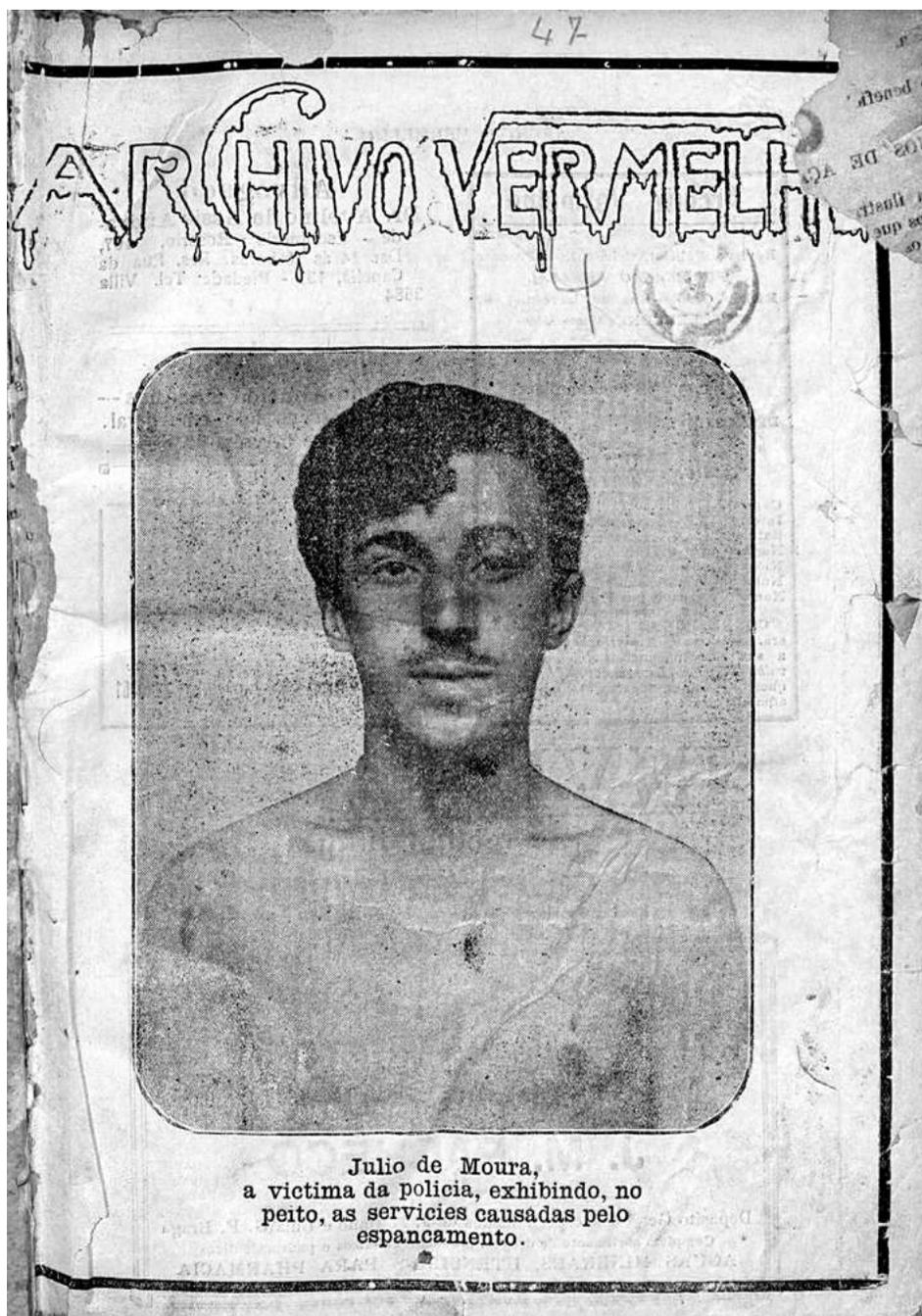
Acontece que, em janeiro de 1920, Julio Moura foi pronunciado por furto de gomas refinadas, que seriam importadas pelo escritório de seu ex-patrão, o deputado federal Abdon Baptista. Julio, sabendo da chegada do carregamento, teria recebido o mesmo e depois vendido a outra firma, portanto cometido o crime de estelionato.

Desde então sob os olhos da polícia carioca, Julio Moura fora preso sob acusação de ser o principal criminoso no caso das cédulas falsas. O responsável pelo caso na polícia foi Armando Vidal, 2º delegado auxiliar, popular pela cidade como o “caça-bicheiro”. Vidal afirmou publicamente que o suspeito do crime havia se declarado culpado em depoimento. No entanto, ele mesmo assegurou haver “se esquecido” de chamar o escrivão para tomar o testemunho do rapaz acusado.

De acordo com Julio, todavia, o Dr. Vidal havia determinado seu espancamento com um cano de borracha para que ele se declarasse culpado do crime. E, com auxílio de seu advogado, Dr. Caio Monteiro de Barros, o mesmo de Marianna Prado, ele conseguiu seu *habeas-corpus*, realizou um exame de corpo de delito, que confirmou as agressões sofridas, e passou a revelar sua história à imprensa.

Apanhei por diversas vezes, sendo uma dellas em baixo, no pateo, a um canto. Ante-hontem, às 2 horas da madrugada, conduziram-me ao quarto, onde dorme, junto à delegacia, o Dr. Armando Vidal, que me apresentou um documento, escripto em oito folhas de papel almaço, para eu assignar sem ler. Disse-lhe que, nessas condições, não assignaria. Depois de muito relutar, pretendendo mostrar-me a utilidade da leitura, o delegado deu-me o papel a ler. Li. Era um depoimento a mim attribuido e onde eu declarava que tinha trazido de São Paulo, onde os recebera de um tal Barbosa, vinte contos em notas falsas; que os havia distribuído entre Marianna Prado e Mary, conservando uma parte para mim; que as notas eram muito bem-feitas e já haviam sido passadas, havendo ainda outras affirmações tendentes a comprometter Mariana e Mary. Declarei-lhe, positivamente, que não assignava tal depoimento. Elle, que estava acompanhado de dois negros robustos e um branco mal-encarado, todos com roupas civis, ameaçou-me com um revólver; mandou, em seguida, puxar-me os cabellos, torcer-me os braços, dar-me murros no rosto, no peito e na bocca do estômago e, por fim, espancar-me com um cano de borracha. Mas eu resisti.

- E depois?
— Hontem, voltou a ameaçar-me, porém, eu lhe declarei que seria melhor matar-me e elle desistiu. (*Arquivo Vermelho*, edição n. 47, 1920, p. 6).



Capa da revista *Arquivo Vermelho* com a fotografia de Julio de Moura (1920). Disponível em: *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano III, edição n. 47, 24 de novembro de 1920.

Nesta confusão de acusações públicas, o então chefe de polícia, Geminiano da Franca, saiu em defesa do delegado auxiliar, negando o acontecido e suspendendo o inquérito contra Armando Vidal. Diante disso, *Arquivo Vermelho* opinou:

Tão revoltante é o facto que dispensa commentarios.

O acusado é o Sr. Armando Vidal; com elle está solidário o Sr. Geminiano da Franca. A mais elementar moralidade, pois, determina que ambos se devam ter afastado da Chefatura de Polícia, até que o inquérito fosse encerrado.

Assim, porém, não o entenderam aqueles cavalheiros. E o que é mais grave ainda é que tão incorrecta e immoral attitudo foi sancionada pelo Sr. Ministro da Justiça e pelo Sr. Presidente da República, aos quaes cabia e cabe ainda o dever imperioso de chamar à ordem as duas autoridades relapsas.

Não é de agora que se conhecem os processos usados pela nossa polícia. Os espancamentos, os máos tratos de toda ordem, as prisões ilegais e violentas e a invasão de domicílios – são velhos hábitos do pessoal do “Palácio das Torturas”, como os trabalhadores chamam o casarão da chefatura. (*Arquivo Vermelho*, n. 48, 1920, p. 11).



Desenho de Geminiano da Franca. Disponível em: *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano III, edição n. 48, p. 12, 01 de dezembro de 1920.

Fotografia de Armando Vidal. Disponível em: *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano III, edição n. 47, p. 5, 24 de novembro de 1920.

O Sr. Geminiano ao ler «*Jornal*»...

O caso Julio Moura

A selvageria do “mata bicho” Armando Vidal

ocasião para matar uma de suas estur-
das selvagerias, levada a cabo por ordem
do famigerado Armando Vidal.

Narremos os factos:

O PRIMEIRO INDICIO
No elegante “boudoir” de Marianna, á
rua Sachet, diz a policia que, quando allí
em diligencias, encontrára cartas que
compromettiam fortemente o individuo
Julio Moura, ex-amante da celebre dama.

Não era um nome desconhecido nos an-
naes do crime que surgia.

Anteriormente, já havia sido elle preso
processado e julgado pelo crime de estru-
lhonato, do qual foi victima o deputado
Abdon Baptista.

Na Detenção, onde esteve preso duran-
te algum tempo, Julio de Moura recebia
as visitas de Marianna Prado, com quem
confabulava.

Essas entrevistas, por aquella occasião,
passaram despercebidas á policia, que só
as considerou importantes depois que no
commodo occupado por Marianna foram
encontradas as cartas a ella endereçadas
por Julio de Moura.

A policia se poz no encalço do antigo

O dr. Armando Vidal, que mandou espan-
car o detido.

Sem deixar de condenar o próprio Julio Moura, considerado pela revista como um “libertino”, “produto da depravação” e “títere da corrompida Marianna Prado”, *Arquivo Vermelho* concluiu que o espancamento do menor era um fato. E este fato apontava um crime de agressão e outro crime relativo à constituição de inquérito falso. Por isso, a revista passou a exigir a condenação das duas personagens do real delito – Armando Vidal e Geminiano da Franca.

Compreende-se, portanto, um dos inúmeros casos em que o periódico expôs sua opinião sobre a política policial da cidade. Tem-se, nesse período, uma série de questões que estavam sendo debatidas pela revista sobre a posição das instituições frente às dificuldades que o Rio de Janeiro enfrentava, essencialmente em relação aos crimes: os furtos e roubos, os jogos, o meretrício, os assassinatos, as cédulas falsas etc.

Para tanto, *Arquivo Vermelho* enfatizava a responsabilidade da polícia no combate a esses crimes de maneira clara e a necessidade de uma política que debatesse os métodos utilizados nesse combate para que a cidade voltasse ao seu período menos conturbado. Neste sentido, não media esforços para criticar a Chefatura de Polícia, na figura de Geminiano da Franca, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com Alfredo Pinto Vieira de Melo à sua frente, e a própria Presidência da República de Epitácio Pessoa.

Muito a contragosto, realmente constrangidos, temos sido, em nome da Justiça, obrigados a censurar, verberar e condenar as autoridades policiaes, em nossos últimos números.

Única publicação que, no Brasil, exclusivamente se dedica aos assumptos policiaes, estar em bôa harmonia com as respectivas autoridades é, para o *Arquivo Vermelho*, uma verdadeira necessidade, pois assim obtém, com mais facilidade, os dados e informações seguras que tem por fim transmittir a seus leitores, sobre o movimento policial e criminal.

Muito justos, pois, e ponderosos são os motivos que nos levaram a hostilizar a actual administração policial, do sr. Geminiano da Franca, de quem muito esperamos, para a moralização das normas policiaes, saneamento criminal da cidade e trancafiamento, em prisões ou colônias correccionaes, de grande número de desordeiros e “piratas” da peor espécie, arvorados em agentes de polícia.

Infelizmente, porém, as nossas esperanças se vêm convertendo em desilusões amargas. O sr. Geminiano da Franca, de cujas intenções, e sinceridade não queremos duvidar, se deixou captar, por completo, pelos elementos deixados na Polícia Central pelo seu antecessor e tem sido infeliz, muito infeliz mesmo.

Numa época de plena paz, a polícia é o único elemento de violências e desordens que assolla a nossa cidade.

A audácia, a prepotência e a perversidade dos agentes policiaes não têm limites. (...) A cidade está sem garantias. Os ladrões são aos milhares; os automóveis atropelam e matam cada vez mais; o jogo se desenvolve, a prostituição se alastra e o

proxenetismo está no se apogêo. E por sobre esse conjuncto de misérias pairam as violências policiaes, estúpidas e improficuas, arbitrárias e bárbaras.

Nessas condições, não podemos calar o nosso protesto. (*Arquivo Vermelho*, n. 50, 1920, p. 2-3).

Percebe-se, nessa postura crítica às ações policiais por parte da revista, um relato também das consequências sofridas por ela ao romper algumas de suas relações com a polícia da cidade. Segundo ela, essa postura tomada dificultava consideravelmente seus contatos para obtenção de informações e dados seguros para a publicação.

Além disso, a análise da revista sobre a continuidade de ações arbitrárias policiais se estendia da Chefatura de Geminiano da Franca, que durou de 28 de julho de 1919 a 01º de novembro de 1922 (LAGO, 2001, p. 267), quando se tornou Ministro do Supremo Tribunal Federal³, para a Chefatura de Aurelino Leal, que fora nomeado como Chefe de Polícia na presidência de Venceslau Brás e continuou nesta função pelos anos de 1914 a 1919 (VASCONCELOS, [s.d.]). Segundo a revista, Geminiano da Franca, que herdou uma polícia conhecida pelos seus contatos e acordos com infratores, principalmente aqueles relacionados aos jogos de azar, deveria fazer um trabalho de “limpeza na instituição”, contudo deu prosseguimento as “violências, as prepotências e as perversidades” de seus agentes.

Um modo de encerrar

Conjecturando *Arquivo Vermelho*, pode-se intuir que a revista foi um projeto que se destinava a um amplo público, abrangendo tanto sujeitos especializados no assunto criminal quanto uma população consumidora da temática. De acordo com Néstor Canclini (2015), pensar o consumo de determinado produto cultural é trazer a complexidade da relação entre meios de sua produção e seus consumidores e mediadores, retirando-os de uma linguagem que associa o consumo às compulsões irracionais.

Como se viu acima, o período da *Belle Époque* na América Latina trouxe um interesse da população para esse consumo sobre os crimes. Isto se pode explicar pelas novas propostas de interpretações advindas da criminologia, da antropologia criminal, do direito penal e da medicina legal que traziam tais temáticas à tona para os meios especializados, mas também para os círculos

3. Geminiano da Franca foi aposentado em 18 de fevereiro de 1931, pelo Decreto nº 19.711, assinado pelo chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, que reduziu o número de Ministros do Supremo, considerando que alguns ministros haviam incompatibilizado as suas funções por motivos de “moléstias, idade avançada ou outros de natureza relevante” (BRASIL. Decreto n. 19.711, de 18 de fevereiro de 1931).

populares com as divulgações que procuravam “educar” a população para os padrões morais da classe dominante.

Ainda, o aumento do consumo dessas publicações também se explicaria pela própria natureza do produto, que explicitava a curiosidade sobre as histórias (sejam elas fictícias ou reais) de determinadas vítimas da modernidade, que se transformaram em criminosos. Para Dominique Kalifa (2019, p. 19), “o fascínio pelo crime sempre se adaptou às transformações históricas” e “sempre exprimiu mutações ideológicas e sociais profundas”.

Segundo o autor, trabalhando a realidade da *Belle Époque* francesa, mas que pode ser estendida para o Brasil, as elites da época tinham a ideia de que os “fatos diversos”, voltados para os relatos de crimes e para a degradação, por serem extremamente populares, atingiam um público frágil e facilmente influenciável para a desmoralização. Nesse mesmo sentido, por exemplo, o próprio *Arquivo Vermelho* fora criticado e alvo de tentativa de interromper suas publicações pela instituição católica Liga da Moralidade, que afirmava sua influência negativa em indivíduos que possuíam uma “criminalidade latente” e que poderiam vir a incorrer em crimes.

A Liga da Moralidade vem protestar com energia contra o programma adoptado por seu jornal de divulgar os crimes e aberrações humanas, como se disso algo pudesse surgir de útil para a humanidade.

A estatística mundial comprova o facto que os crimes publicados são logo repetidos por indivíduos que apenas tinham uma criminalidade latente, que d’outra forma assim continuaria sempre.

VV. SS. propondo-se o fito de avermelhar o espírito e a imaginação do nosso povo, serão os causadores de innumerous novos delictos, que a tantos innocentes lançará à desgraça. (*Arquivo Vermelho*, 1918, p. 3).

Kalifa (2019) propõe, no entanto, que o grande interesse do público pelos crimes ainda não precipitou nenhum “cataclismo cultural e social” ou dominação dessas ditas massas submissas. Pelo contrário, para o autor, a leitura dessas produções pode ter inclusive auxiliado ou impulsionado o interesse pela leitura adquirido pelas classes populares. Portanto, existiria uma dimensão de estímulo para este hábito, que se interliga ao consumo das produções dos “fatos diversos”.

Por outro lado, é conhecido também o fato de que, dentro de um mercado cultural, os meios de comunicação possuem também um projeto político, relacionado às suas funções econômicas (KUSHNIR, 2004). E, no caso de informações e notícias sobre crimes e criminosos, essas dimensões políticas da produção cultural estão nas suas formas de escrever, nas ideias que compõem essas escritas e nas interpretações possíveis por seus leitores.

Com o projeto de modernidade impulsionado no início da Primeira República, compreendeu-se que *Arquivo Vermelho*, para além da produção de textos

das temáticas de “fatos diversos” com linguagens consideradas sensacionalistas – o “assunto proibido” ou “violento” que se vende a partir da espetacularização (ANGRIMANI, 1995) –, publicou suas opiniões sobre esses assuntos.

Ou seja, a revista dedicou-se às questões dos crimes na cidade, relacionando-os à modernidade política e suas consequências para a população pobre do Rio de Janeiro. Assim, construindo uma opinião sobre os acontecimentos e sobre uma moralidade que desejava instruir aos seus leitores, ao longo de seu projeto de narrativa.

Logo, tem-se uma primeira fase da revista que trouxe diversos casos criminais ocorridos e seus desenrolares, analisando as causas e consequências dos mesmos para a capital, contudo com um determinado limite para não se romper uma possível relação com as delegacias e os fóruns criminais. Por outro lado, uma segunda fase da revista apresenta-se como uma crítica contundente aos “mandos e desmandos” das políticas policiais na cidade, deixando de considerar tão necessária a mesma relação diante dos acontecimentos.

Prova disso são os casos relatados neste artigo. Pela coluna “Reminiscências de um Rabula Criminalista” e a escrita sobre a história pessoal de José Ferreira, percebeu-se a crítica ao sistema policial e judiciário, além daquelas dirigidas às condenações por um júri não especializado, de forma analítica, demonstrando a injustiça ocorrida com um indivíduo, mas que muito possivelmente estaria presente em outros casos de pessoas presas nas casas de detenção. Com esse episódio, Evaristo colocou a questão de ouvir os suspeitos de crimes e aprofundar-se nas provas destes crimes, ou seja, nas técnicas de investigações, que estavam sendo deixadas de lado em prol de práticas repressivas tão criminosas quanto os próprios crimes investigados.

Já para o caso de Julio Moura, os relatos do rapaz sobre a violência vivida nos meios policiais e a complacência dos superiores para com os agentes de repressão, sob a finalidade de finalização dos casos, o famoso “os fins justificam os meios”, apontariam culpados. A revista trouxe os nomes dos responsáveis citados por Julio e suas ações criminosas. E ainda finalizou afirmando que esses agentes seriam os perpetradores de violências diversas pela cidade, mas que provavelmente não seriam penalizados por seus atos. Portanto, rompeu de forma clara as relações possíveis entre a revista e as instituições policiais.

Desta forma, pode-se compreender que *Arquivo Vermelho* pretendeu ser uma espécie de arquivo criminal. Isso se deu na medida em que a revista recolheu e organizou informações para serem consultadas por seu público e para a posteridade.

Contudo, ela não foi apenas isso. Ela também tratava dos casos, analisando-os a partir de uma perspectiva político-ideológica, e, dessa maneira, expunha sua visão sobre as consequências sociais da modernidade. E, retificando as palavras do periódico *A Noite*, *Arquivo Vermelho* afirmava que

Revista do crime, não é bem dito, porque o 'Arquivo Vermelho' é mais do que isso, trazendo histórico, bem tratado e ilustrado, de todos os acontecimentos nos quaes a polícia tem acção. O 'Arquivo Vermelho' é, por isso mesmo, uma necessidade para os que, nesta vida de jornal, precisam a todo momento recordar factos, consultar detalhes, para a boa concatenação dessas histórias emocionantes, que se repetem todos os dias. (*Arquivo Vermelho*, 1918, p. 4).

Referências

- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano I, edição n. 1, 15 a 31 de janeiro de 1918.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano I, edição n. 3, 16 a 28 de fevereiro de 1918.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano I, edição n. 4, 01 a 15 de março de 1918.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano I, edição n. 10, 01 a 15 de novembro de 1918.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano III, edição n. 47, p. 5, 24 de novembro de 1920.
- Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano III, edição n. 48, 01 de dezembro de 1920.
- Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano III, edição n. 50, 15 de dezembro de 1920.
- BRASIL. *Decreto* n. 19.711, de 18 de fevereiro de 1931.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 41-61, 1991. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-32/426-o-crime-na-historiografia-brasileira-uma-revisao-da-pesquisa-recente/file>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAULHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GALEANO, Diego; BRETAS, Marcos Luiz (coord.). *Policías, escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. Buenos Aires: Teseo Press, 2016.
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição n. 304, 31 de outubro de 1906.

- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- KALIFA, Dominique. *A tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: Unesp, 2019.
- K. LIXTO. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8643/k-lixto>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAGO, Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 267.
- LAMARÃO, Sergio. As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 129-143, 2012. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a13.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.
- MARTINS, Adelino. Profissão atuarial e seguridade social no Brasil da Primeira República à Era Vargas. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, vol. 31, n. 83, maio/ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772020000200364&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MENDONÇA, Joseli. O nome define a cousa: crime e militância nas páginas do Archivo Vermelho (1918-1921). In: GALEANO, Diego; BRETAS, Marcos Luiz (coord.). *Policías, escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. Buenos Aires: Teseo Press, 2016. p. 353-360.
- MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUerj, 1996.
- MORAES, Evaristo de. Reminiscências de um rabula criminalista. *Archivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano I, edição n. 7, p. 3, 16 a 30 de abril de 1918.
- MORAES, Evaristo de. Reminiscências de um rabula criminalista: o caso das degolladas da Rua Senhor dos Passos. *Archivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano I, edição n. 13, p. 4; 16 a 31 de dezembro de 1918.

MORAES, Evaristo de. Reminiscencias de um rabula criminalista: ainda o caso das degolladas da Rua Senhor dos Passos. *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano II, edição n. 14, p. 3, 01 a 31 de janeiro de 1919.

PARANHOS, Silva. O que somos... *Arquivo Vermelho*. Rio de Janeiro, ano I, edição n. 1, p. 3, 15 a 31 de janeiro de 1918.

PARANHOS, Silva. Reminiscencias de um rabula criminalista. *Arquivo Vermelho*, Rio de Janeiro, ano I, edição n. 7, p. 3, 16 a 30 de abril de 1918.

PENNA, Lincoln de Abreu. O Arquivo Vermelho: uma revista de opinião. *Revista Acheegas*, Rio de Janeiro, n. 30, jul./ago. 2006. Disponível em: http://www.acheegas.net/numero/30/lincoln_30.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.

RAUL PEDERNEIRAS. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4263/raul-pederneiras>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 07-48.

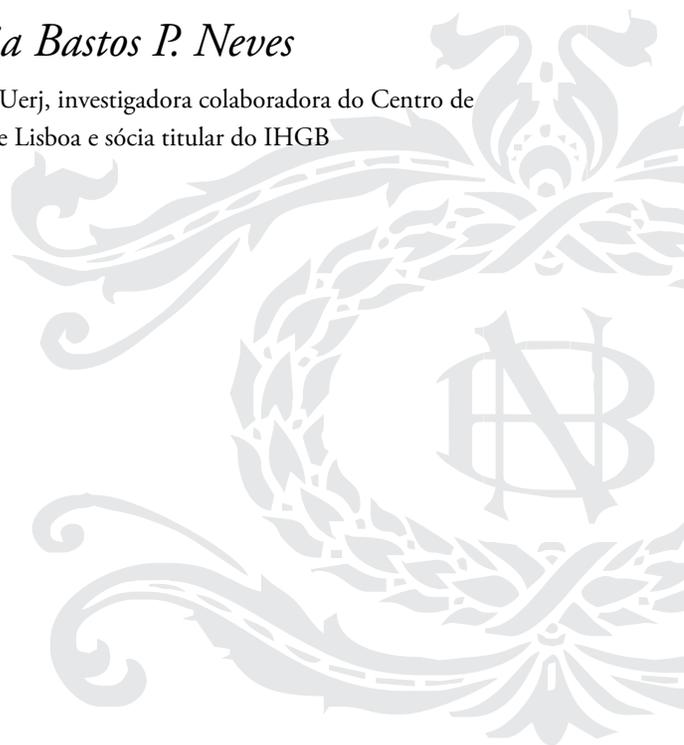
THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Claudio de. *Verbete Aurelino Leal*. Rio de Janeiro: CPDOC, s.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Aurelino.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

O acervo da Biblioteca Nacional e a Independência do Brasil, 200 anos

Lucia Maria Bastos P. Neves

Professora titular de História Moderna – Uerj, investigadora colaboradora do Centro de
História da Universidade de Lisboa e sócia titular do IHGB





Resumo

O presente texto apresenta como objetivo analisar, por meio dos diversos acervos da Biblioteca Nacional, a memória coletiva da sociedade do Brasil no início do Oitocentos, a fim de reavaliar o processo de separação de Portugal. No rastro das comemorações do Bicentenário da Independência, as bibliotecas, vistas não apenas como espaço de conservação do patrimônio intelectual, devem representar lugares do saber, da cultura e da memória. Nos livros que guardam, elas carregam a memória coletiva da sociedade, especialmente, ao se tratar de uma instituição de nível nacional, como é o caso da Fundação Biblioteca Nacional. Assim, por meio de suas obras, escritos de circunstância e manuscritos, como os Documentos Biográficos, o acervo da Biblioteca Nacional fornece elementos essenciais para dispor de distintas visões de um mesmo acontecimento como a Independência, a fim de que o presente pense e repense a História do Brasil no passado.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Acervo da Biblioteca Nacional. Catálogos. Periódicos. Panfletos Políticos. Documentos Biográficos.

Abstract

Our paper aims to analyze the collective memory of Brazilian society in the early 1800s in order to reevaluate the process of its separation from Portugal. In the wake of the celebrations of the Bicentennial Anniversary of the Brazilian Independence, besides being spaces for preserving the country's intellectual heritage, libraries should be seen as places where knowledge, culture, and memory are stored and shared - the more so when one talks about an institution with a nation-wide scope such as the National Library of Brazil. Its books, pamphlets, and handwritten documents are essential sources to provide different visions of events like the 1822 Independence, allowing the living to think and rethink the past history of Brazil.

Keywords: Brazilian Independence. National Library Collection. Catalogs. Periodicals. Political pamphlets. Biographical documents.



Escusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora do nosso país todos esses papeis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus anais e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. O que é indubitável é que sem documentos não se escreve a história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos à posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores.

Arquivo Nacional. Mss. Ofício de Ramiz Galvão de 1878.
Ofícios dos bibliotecários (1877-1879).

As palavras de Ramiz Galvão, em 1878, quando diretor dessa instituição – a Biblioteca Nacional – demonstravam a importância da aquisição e guarda de documentos para a transmissão de conhecimentos à posteridade da nação. Apesar de conservar uma visão clássica do século XIX – a história só se faz com documentos¹ – o intelectual demonstrava a importância destes para o esclarecimento do passado do homem e do legado que poderia deixar à sua geração seguinte.

Utilizando-se de uma expressão pouco acadêmica – amontoar documentos –, esta pode ter um significado de grande importância. Documentos aqui não devem ser entendidos apenas como as fontes manuscritas, mas também como os livros que compõem qualquer biblioteca (LE GOFF, 1984, p. 65-106). Afinal, estes se transformam em instrumentos privilegiados do saber e as bibliotecas constituem-se como uma necessidade vital para acolhê-los, a fim de demonstrar o poder simbólico daqueles que as construíam e organizavam. Daí, o esforço de D. João V com a criação das quatro livrarias “riquíssimas”: Paço, Coimbra, Mafra e Necessidades, no século XVIII. Estas não significaram apenas um esforço palaciano a fim de diminuir a relativa falta de livros que se notava do reino, mas, sobretudo, uma garantia ao monarca da afirmação de seu poder absoluto (MIRANDA, 2017). Não à toa, a origem de nossa Biblioteca Nacional relacionou-se com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Tendo ficado esquecida no porto de Lisboa, chegou ao Rio de Janeiro, em diversas remessas (no início de 1810, em março de 1811 e em setembro de 1811), indicando o que de melhor havia em termos de livraria em Portugal (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002) e, também, confirmando a magnificência do poder de dom João VI. As bibliotecas, além de servirem como espaço de conservação do patrimônio intelectual, passaram ainda a representar lugares de saber, da cultura, da memória e do poder. Segundo Christian Jacob, “os saberes constituem-se como uma dimensão central dos

1. Na perspectiva dos historiadores franceses do final do século XIX, Langlois e Seignobos (1992, p. 29-30), a história era feita com documentos, pois estes constituíam os “rastros [...] [d]os pensamentos e [d]os atos dos homens de outrora”.

lugares de memória”, pois a memória se atualiza por meio da transmissão de “relatos fundadores” de uma sociedade.

As bibliotecas revelam, em seus livros guardados, a memória coletiva dessa mesma sociedade, como também seus “lugares de saber” (JACOB, 2014). Portanto, pode-se compreender porque, em 1956, o então cineasta Alain Resnais produziu um curta-metragem sobre a Biblioteca Nacional de França, intitulado *Toute la mémoire du monde*. Técnica e modernidade aliaram-se a fim de construir uma argumentação fundamental para a análise das bibliotecas e catálogos: “organizar sua memória”. Na visão do cineasta, domesticar metodicamente a matéria impressa significava “preparar o progresso do mundo”. Tratava-se de relacionar o papel da simples ficha catalográfica daquele momento com a procura do segredo último do universo². Logo, ao se aproximarem os 200 anos da Independência do Brasil, é válido buscar nos diversificados acervos da Biblioteca Nacional a memória coletiva daquela sociedade no início do Oitocentos, de modo a repensar o processo de separação do Brasil de Portugal.

* * *

Um dos primeiros pontos a se pensar sobre qualquer acervo são os Catálogos que uma Biblioteca pode oferecer a seu público leitor. Eles se constituem em vestígios do passado, ao mesmo tempo que são a memória viva de uma biblioteca. Como já afirmou Robert Darnton (2016), os catálogos de livros tinham esse objetivo e esforço: registrar tudo. Por conseguinte, os catálogos não significavam a reunião de um amontoado de coisas velhas, mas tinham por finalidade transformarem-se em um lugar de memória para seus leitores. Revelavam a forma pela qual “uma certa visão de mundo é imposta ao leitor por meio de suas categorias”, na afirmativa de Manguel (1997, p. 219), e de suas classificações, em minha visão.

Hoje, os catálogos tornaram-se muito fáceis – pois, em sua maioria, são oferecidos pelas bibliotecas *online*. No entanto, embora a internet seja algo do tempo presente, desde os tempos modernos sempre houve uma preocupação com a confecção dos catálogos, como indica a célebre obra de Gabriel Naudé de 1627. Baseada em sua experiência como bibliotecário, em que demonstra que o objetivo dos catálogos era o de permitir que os livros fossem encontrados sem trabalho e sem dificuldade, acreditava que estes deviam ser arranjados de forma útil e acessível nas bibliotecas. Dessa forma, Naudé colocava a biblioteca como instrumento para servir ao homem que pretende o conhecimento e deseja transformar esse conhecimento em ação.

Mesmo nos dias de hoje, para muitas instituições, o Catálogo serve como um meio mais pertinente e mais simples de acesso ao máximo de informações

2. A expressão é de Alain Carou (2011).

possíveis. O estudo dos catálogos, porém, representa um ponto mais aperfeiçoado. Para além de indicar a classificação dos livros nas prateleiras de uma biblioteca ou dos saberes que eles contêm, podem transmitir a memória social ao registrarem as novas compras, indicando a política dos governantes em relação à sua biblioteca e os novos livros que entram em um acervo. Como também podem apontar o que se lia e o que se assimilava de autores de determinada época. Logo, os catálogos são o resultado de uma combinação entre os poderes políticos, administrativos e financeiros, que mantêm um conjunto de livros, e os poderes dos sábios, que julgam que esta prática de memória é indispensável para uma parte da sociedade (NAMER, 1987, p. 168-169).

Para o estudo da independência, é possível, ao menos, destacar dois catálogos: o *Livro para nele se fazer memória de todas as obras que entrarem na Real Biblioteca* (1817-1824) e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (1881). O primeiro documento é um códice conservado na Divisão de Manuscritos – o *Livro para nele se fazer memória de todas as obras que entrarem na Real Biblioteca* (BIBLIOTECA NACIONAL, DMSs.14,4,5)³. Nele foram registradas obras incorporadas ao acervo da instituição, desde 01º de janeiro de 1817 até o final de dezembro de 1824. A relação indica, ao mesmo tempo, os nomes de alguns dos doadores destas obras. Diante de tais características, pode-se inventariar e examinar, na medida do possível, o conjunto dos livros e impressos mencionados; em segundo, discutir os mecanismos de doação e de propina⁴, que possibilitaram a formação dos acervos e, por último, identificar as personagens que serviram de mecenas para a Real Biblioteca. É possível ainda verificar o que estava sendo impresso às vésperas da Independência e, a partir daí, como essas ideias circulavam e eram apropriadas por um público leitor. Inventariando-se os registros do livro, foram obtidos 1.431 títulos, que variaram entre 70, em 1817; e 423, em 1821 (NEVES, 2009, p. 277-296).

Ressalte-se que, entre os anos de 1821 e 1822, há um grande número de documentos oficiais de repartições do governo, de ministérios, de câmaras municipais, do Senado do Rio de Janeiro, entre outros. Tal fato explica-se em função de encontrar-se, no primeiro ano, uma série de documentos provenientes das mudanças resultantes da Revolução do Porto de 1820. Assim, há inúmeros decretos das Cortes de Lisboa ou atos relativos às reformas que se tentavam implantar com o advento das ideias liberais, sobretudo, no sentido de

3. Lilia Schwarcz (2002, nota 29, p. 471) faz menção ao Códice, sem, contudo, analisá-lo.

4. Propinas constituíam-se em um instrumento que determinava que cada um dos livros e papéis impressos, em oficinas tipográficas de Portugal e na Impressão Régia no Rio de Janeiro, deviam ser entregues à Real Biblioteca por um decreto de 1811. Essa ordem era reforçada, no início do Império do Brasil, por meio de aviso de Pedro I, datado de 12 de novembro de 1822, que informava à Junta Diretora da Tipografia Nacional que remetesse à Biblioteca Imperial e Pública da Corte um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes que se imprimissem na mesma tipografia e de quaisquer reimpressões que ali se fizessem.

modernizar-se e secularizar o Estado; perdão para aqueles que se encontravam fora do Reino em função de seu comportamento político; proibição de prisão sem culpa formada; meios para se observar a liberdade de imprensa; abolição do Conselho Geral do Santo Ofício e das Inquisições. No ano de 1822, além da continuação dos decretos das Cortes, encontram-se outros já elaborados pelo Príncipe Regente dom Pedro, principalmente, após outubro de 1822, data da oficialização da independência do Brasil, com o intuito de estruturar o novo Império Brasílico. Verifica-se também a continuação dessas providências, em 1823, como algumas decisões em relação aos portugueses – aqueles que desejassem residir no Brasil, temporariamente, deviam prestar previamente fiança idônea de seu comportamento perante o juiz territorial; os discursos da abertura da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil e atas de suas diversas sessões.

Em segundo lugar, na categoria do que se pode chamar de história, destacam-se, sobretudo, os panfletos políticos, que se tornaram expressivos a partir de 1821, continuando, em 1822, como resultado das polêmicas a respeito das ideias políticas de então. É interessante que, em 1823, essas publicações acompanham os temas de época, como a questão do ser brasileiro, como a *Dissertação sobre o que se deve entender por Patria do Cidadão por hum pernambucano*, de Frei Caneca, reimpresso no Rio de Janeiro, em 1823, ou *Os inimigos da causa brasileira no Pará*, por Bororó Camegrá Patgancó Tupinambá. Esse último, embora não se tendo localizado, hoje, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, revela a tendência ao uso na época de nomes indígenas ou que identificavam os animais da fauna brasileira. Em verdade, decretos, folhetos, panfletos, relatos, textos registrados nesse livro de memórias permitem verificar que o acervo da Real Biblioteca se constituiu em sintonia com a conjuntura política, nesse caso do processo de separação entre Brasil e Portugal. Representava, não só um indicativo do processo civilizacional por que o Brasil passava, ao se transformar em sede do Reino Unido, desde 1815, mas em um esforço para criar o patrimônio cultural da jovem nação que surgiu a partir de 1823. O Império do Brasil, ao possuir e manter sua *livraria* significava, naquele momento, o acesso aos mais variados textos, como também uma estratégia de poder e de prestígio frente às demais jovens nações da América Latina. Identificar tais obras (nem sempre elas aparecem com as indicações completas) torna-se vital para se entender o arcabouço da Independência – ou parodiando Daniel Mornet (2010), as origens intelectuais da constituição do Império Brasílico.

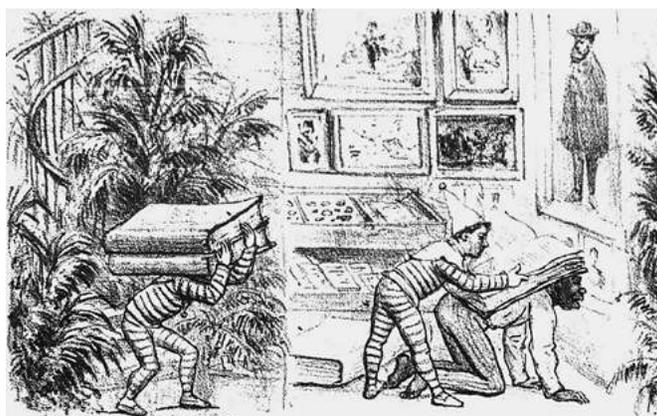
O segundo catálogo, bem mais conhecido e estudado, refere-se à *Exposição de História do Brasil* inaugurada na Biblioteca Nacional em 02 de dezembro de 1881. Segundo Maria Eliza Amadeo e Lorelay Kury, a Exposição tinha como principal objetivo levar ao conhecimento de todos as “riquezas históricas” relativas à “nação brasileira”, fossem elas das mãos de particulares ou do poder público (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014) e, segundo o próprio Ramiz

Galvão, “[...] procurou-se abranger o que respeita à história do país, e dos seus habitantes em todas as manifestações da atividade humana” (BIBLIOTECA NACIONAL, DMSs. 48,1,0003, nº 75).

Anno 6. — RIO DE JANEIRO. 1881. — Nº 277



CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondência e reclamações devem ser dirigidas À RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 66, 1.º ANDAR.	PROVÍNCIAS	
Anno	16 5000		Anno	20 5000
Semestre	8 5000		Semestre	11 4000
Trimestre	5 5000		Avulso	3500



Tomos à Exposição da Bibliotheca Nacional, um verdadeiro monumento de preciosidades históricas. A saída, o illustre director obsequiou-nos com o Catalogo.

Para lá voltaremos para examinar de novo todas as obras d'arte relativas à historia do Brazil, por entre as quaes encontram-se importantes gravuras. Desta vez, tomaremos nossas precauções quanto ao catalogo.

Fonte: *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, n. 277, 1881, p. 4. Código do objeto: TRB00526.0072.

Noticiada nos jornais de época, dessa exposição resultou o *Catálogo*, que foi publicado em várias edições e hoje encontra-se *online* na página do Senado e da Biblioteca Nacional⁵. De acordo com o jornal *The Rio News* (1881), foi a parte mais importante da exposição por se constituir em um incalculável serviço para todos que estudavam assuntos sobre o Brasil. A *Gazeta de Notícias*

5. Na página do Senado Federal está disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/520862>. Na Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital, em *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 9.

(1881) também louvou a iniciativa, afirmando que: “Este livro de 1.612 páginas, [ainda incompleto], é incontestavelmente um monumento levantado às letras pátrias, que atestará em todos os tempos o que foi a Exposição de História do Brasil”. A Exposição e seu catálogo conheceram críticas e ironias, segundo Ana Paula Caldeira (2017, p. 234-235), em seu estudo sobre Ramiz Galvão, como aquela que apareceu na *Revista Ilustrada* na pena de Angelo Agostini. Uma caricatura apontava os excessos do evento, indicando uma certa confusão na organização da Exposição, e da publicação, como ainda chamava a atenção para o contraste entre a presença da escravidão na época e a tentativa de se mostrar por esses dois instrumentos as ideias de progresso, modernidade e civilização.

Para que serve esse catálogo da Exposição em relação à Independência? Para se encontrar tudo que foi escrito naquele momento de crise do Antigo Regime e do processo de constitucionalização do Império português e, posteriormente, do movimento de emancipação política do Brasil. Nessa obra, encontram-se as principais fontes para tal estudo: sejam livros propriamente ditos de época, manuscritos, periódicos ou panfletos, sem esquecer a iconografia. Algumas fontes ainda vinham com comentários feitos pela equipe da Biblioteca Nacional a respeito da obra citada. Além disso, indicavam-se a explicitação da autoria e a procedência dos documentos, quando possível.

Não se pode esquecer que era um trabalho minucioso que a historiografia de época considerava essencial – o historiador devia indicar suas fontes e referências para que o público, se desejasse, pudesse cotejar as informações para validá-las, num trabalho de erudição que hoje chamaríamos as notas de rodapé, ou segundo Grafton (1997), as origens da erudição por meio de uma história curiosa, como demonstra o título de sua obra em inglês. Portanto, o catálogo trata-se de um repositório essencial para quem deseja vislumbrar novos caminhos para a história da Independência do Brasil.

Outro acervo fundamental deve ser destacado para a continuidade dessa análise: o dos escritos de circunstâncias, tais como periódicos e panfletos políticos.

Sem dúvida, hoje, em tempos de pandemia, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional constitui-se no acervo mais procurado pelos pesquisadores. E, para os estudiosos da Independência, é um elemento fundamental. Deve-se lembrar que 1821 foi o ano áureo do periodismo no mundo luso-brasileiro, cuja expansão pode ser considerada semelhante àquela a que a França no período da Revolução de 1789 assistiu, quando surgiram mais de 184 jornais, somente em Paris (POPKIN, 1989, p. 150). Em Portugal, naquele ano, vieram à luz cerca de 39 novos jornais, publicados principalmente em Lisboa, Porto e Coimbra. Dentre eles, a um pequeno número de defensores da ordem tradicional, opunha-se a maioria, como veículos das novas ideias liberais e constitucionais. Era o caso do *Gênio Constitucional*, do *Astro da Lusitânia*, do *Campeão Português em Lisboa* e do *Minerva Constitucional*, entre outros (TENGARRINHA, 1989,

p. 123-124). Alguns números desses periódicos encontram-se digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

No Rio de Janeiro, pode ser avaliado em cerca de 20 o número de periódicos que saíram à luz entre 1821-1822, cuja multiplicação levou igualmente a observações sobre a presença de uma “praga periodiqueira”. Em geral, surgiam como semanários, mas, com o sucesso alcançado, ampliavam a frequência, transformando-se algumas vezes em diários, de modo a visar uma informação de ação mais direta nos acontecimentos, por meio de um discurso muito mais ideológico e político do que cultural. Alguns assumiam uma postura supostamente neutra, destinada a transmitir meras notícias, mas emitindo, algumas vezes, opiniões como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Volantim* (NEVES, 2003, p. 43-44).

Outros jornais acabavam por transcrever e comentar artigos publicados em diversas regiões do Brasil e da Europa, adquirindo um caráter político. Podem ser citados: *O Espelho*, publicado a partir de outubro de 1821, com o objetivo de discutir a Constituição que se estava elaborando. Fornecia minuciosas informações a respeito das sessões das Cortes e relatava as notícias saídas nas gazetas portuguesas e baianas e, no *Correio Brasiliense*; o *Reverbero Constitucional Fluminense*, iniciado em setembro de 1821, redigido por “dois brasileiros Amigos da Nação e da Pátria”, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que apresentava cunho essencialmente político e servia de porta-voz para uma das principais correntes políticas do período, que defendia um liberalismo mais radical, embora nem por isso menos moderado; o *Regulador Brasílico-Luso*, considerado a primeira folha oficiosa, no sentido de servir ao governo às custas dos cofres públicos, defendendo a união do Brasil com Portugal; *A Malagueta* (dezembro de 1821), do português Luís Augusto May, grande polemista da Independência, que consistia num único grande artigo do redator, e que se manteve de forma descontínua até 1832; e o *Correio do Rio de Janeiro*, iniciado em 1822, redigido pelo português João Soares Lisboa, que adotou posturas mais radicais e democratas. Além de um artigo, em geral polêmico, do redator, incluía uma grande correspondência, publicava resumos dos trabalhos das Cortes e frequentemente atacava os jornais baianos favoráveis ao Congresso português (NEVES, 2003; LUSTOSA, 2000).

De duração mais efêmera, mas de grande interesse sob o aspecto político, foram alguns outros, como o *Papagaio*, mais moderado, com a proposta ilustrada de defender o direito do Brasil de aspirar ao “desejo inalienável de ser feliz”; o *Constitucional*; o *Brasil*; e o *Macaco*, que se apresentava, por meio de uma certa linguagem jocosa, como um defensor dos “Direitos do Brasil”, querendo “União, União, União”, mas “nada de dependência e servilismo” (*Papagaio*, 1822; *Macaco Brasileiro*, 1822).

Embora menos estudado, o periodismo também se mostrou relevante nas províncias. Na Bahia, o segundo maior centro irradiador dessas novidades,

a maioria dos jornais adotou uma postura constitucionalista e defendeu a fidelidade às Cortes de Lisboa, como o *Idade d'Ouro*, publicado desde 1811, e o *Semanário Cívico* (1821). Os jornais menores, como o *Analizador Constitucional*, o *Espreitador Constitucional* e a *Abelha*, todos publicados em 1822, identificavam como “dever dos bons portugueses pugnarem pela ramificação da sagrada causa que adotamos e união de ambos os hemisférios” e julgavam mostrarem-se inimigos da nação os que defendiam a falsa doutrina de que “Portugal quer escravizar e colonizar” o Brasil. Em oposição, havia o *Diário Constitucional* (1822), cuja circulação foi temporariamente interrompida pela censura imposta pela Junta do Governo local em fevereiro de 1822 (*Espreitador Constitucional*, 1822; *Abelha*, 1822; SILVA, 2011, 2008).

Em Pernambuco, desde 1821, surgiram a *Aurora Pernambucana*, *Segarrega*, o *Maribondo*, que estampou em seu primeiro número uma caricatura de um corcunda, isto é, de um absolutista, o *Conciliador Nacional* e a *Gazeta Pernambucana*, entre outros.

Mais ao norte, o *Conciliador do Maranhão* teve início como uma gazeta manuscrita, divulgada regularmente por sete meses, mas que, em abril de 1821, passou a ser impresso e prosseguiu em atividade até julho de 1823, quando da adesão da província à causa da Independência. Defendia a união de Portugal ao Brasil. No Pará, Felipe Alberto Patroni passou a editar, em 1822, *O Paraense*, que, ostentando por cima do título as armas do Reino Unido, não apoiava a postura separatista da Corte fluminense e propagava os ideais liberais do vintismo, defendendo a liberdade de imprensa e opondo-se ao autoritarismo militar e à ineficiência burocrático-administrativa (NEVES, 2009, p. 47).

Quase todos são encontrados digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Por que os periódicos são importantes para a análise desse período? Porque refletiam uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político, passando seus artigos, como indicam as inúmeras cartas de particulares, que os redatores divulgavam semanalmente, a serem discutidos nas ruas e, sobretudo, nos novos espaços de sociabilidade, que cafés, academias, livrarias e sociedades secretas, como a maçonaria, tinham passado a constituir. E, claro, pelo conteúdo e postura que cada um utilizava para contar a sua versão dos momentos que antecederam a Independência e a criação do Império Brasileiro.

De outro lado, encontra-se uma das mais instigantes fontes para o estudo da Independência – os panfletos políticos – cujo acervo da Biblioteca Nacional é um dos mais ricos, embora a grande maioria não esteja digitalizada. Grande parte desses escritos podem ser encontrados transcritos na obra *Guerra Literária*, que contou com ajuda essencial desta instituição (CARVALHO, 2014, v. 4).

Os panfletos políticos constituíram uma das modalidades de instrumentos de divulgação da nova cultura política ligada ao constitucionalismo. De caráter didático e polêmico, mantinham-se, regra geral, anônimos por causa da censura. Escritos sob a forma de comentários aos fatos recentes, ou de

discussões sobre as grandes questões do momento, traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo. Fruto de uma relativa liberdade de imprensa, essa literatura de circunstância cumpria o papel de levar notícias e informações a uma plateia mais ampla, que deixava de vê-las como meras novidades do domínio privado para encará-las como parte de um espaço comum, esboçando-se a formação de espaços públicos. Entre esses espaços, salientavam-se as ruas e praças das cidades, cujas paredes e postes forneciam o suporte para os panfletos manuscritos ou impressos. Naquelas ocasiões, esses escritos surgiam como eficazes meios de mobilização por meio do debate que propiciavam, fazendo alcançar um público cada vez mais amplo, graças à leitura coletiva em voz alta, concorrendo para uma maior familiaridade com o escrito e assegurando uma roupagem nova – a interpretação política – a antigos hábitos. Afinal, vislumbrava-se a possibilidade de intervenção do indivíduo comum na condução dos destinos públicos (NEVES, 2009, p. 40-43).

Para atingirem seus objetivos, assumiram várias formas. Alguns, denominados de “folhetos constitucionais” pelo livreiro Paulo Martim, no Rio de Janeiro, procuravam explicar o vocabulário político liberal, pois julgavam que a divulgação dos impressos tinha atribuído “uma significação nova a todos os termos”, em relação aos quais “um dicionário não nos serve para nada”, devendo-se observar a conduta dos políticos para entender essa “nova linguagem” (*Diário do Governo*, 1823). Era o caso da *Constituição Explicada*, que examinava o pensamento de Benjamin Constant ou do *Catecismo Constitucional*, organizado sob a forma de perguntas e respostas. Outros preferiam a forma de diálogos, como o *Diálogo entre o Corcunda Abatido e o Constitucional Exaltado* e o *Alfaiate Constitucional*, uma conversa entre um alfaiate e seus fregueses, seguindo o modelo clássico do *Spectator* de Addison e Steele (PALHARES-BURKE, 1995; GAY, 1977, p. 52-55).

Ainda de 1821, são diversas as cartas escritas a amigos e compadres. Famosas são aquelas escritas pelo compadre de Belém ao redator do jornal português *Astro da Lusitânia*, e, pelo menos, curiosa, a *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carari o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*⁶. Das cartas, passou-se a farsas em verso e a dicionários, um dos quais definia “política” da seguinte maneira: “ciência de enganar; refinada velhacaria; sistema de tramoias, inventado e propagado na Europa no tempo de Luís XIV e levado à perfeição no tempo de Napoleão Bonaparte” (LIMA, 1821, p. 7).

6. As cartas do compadre de Belém são atribuídas ao líder do vintismo português Manuel Fernandes Tomás; quanto à carta do *Estudante Constitucional*, sua autoria é atribuída a Evaristo da Veiga, segundo Basílio de Magalhães, em *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1937. Para um estudo sobre as cartas como gênero entre os panfletos políticos, ver: CARVALHO, 2014, 1 vol, p. 63-72.

Finalmente, a preocupação de atingir um público mais amplo, divulgando ensinamentos sobre a Constituição, levou ao antigo costume de parodiar orações religiosas⁷. Um exemplo pode ser encontrado no folheto *A regeneração constitucional ou a guerra e disputa entre os Corcundas [sic] e Constitucionais*. O autor, que se proclama um “europeu constitucional”, descreve a disputa entre os dois partidos opostos, que se encerra com o reconhecimento dos próprios erros, por parte dos primeiros, e com a imposição de um castigo, por parte dos segundos. Os corcundas deviam apresentar-se perante o Congresso e recitar em voz alta e clara várias orações constitucionais, como este Padre Nosso Constitucional:

Constituição portuguesa, que estás em nossos corações, santificado seja o teu nome, venha a nós o teu regime constitucional, seja feita sempre a tua vontade, um melhoramento de agricultura, navegação e comércio nos dá hoje e cada dia; perdoa-nos os defeitos e crimes passados, assim como nós perdoamos aos nossos devedores, que não nos podem pagar, não nos deixes cair em tentação dos velhos abusos, mas livra-nos destes males, assim como do despotismo ministerial, ou anarquia popular. Amém. (*Regeneração Constitucional...*, 1821, p. 20).

Em todos esses gêneros, a principal preocupação, em 1821, foi quase sempre a de atacar o governo considerado despótico, veicular as críticas ao Antigo Regime e a de expor os motivos e princípios do constitucionalismo monárquico, explicando e difundindo um novo vocabulário político, comum às elites intelectuais de ambos os lados do Atlântico. Em meados de 1822, as atitudes intransigentes das Cortes portuguesas em relação ao Brasil trouxeram uma mudança nas *palavras* e nas *ideias* e conduziram a um novo ideário, relacionado a propostas de *separatismo*. Em 1823, voltaram-se para a edificação do novo Império, opondo-se a causa do Brasil à causa de Portugal.

É ainda importante lembrar outro acervo que repousa na Divisão de Manuscritos, mas ainda não muito trabalhado – os Documentos Biográficos. Trata-se de uma coleção do Oitocentos, que foi dividida entre a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (Coleção da Mesa do Desembargo do Paço). Muitas vezes, encontra-se aqui um requerimento cuja resposta vai ser achada no Arquivo Nacional. Constitui no mais rico manancial de dados para identificar a composição social das elites política e intelectual do mundo luso-brasileiro, especialmente, no período da Independência, e nos anos do Império, a partir dos numerosos requerimentos ao soberano, que a compõem, e que se fazem acompanhar, muitas vezes, por atestados, comprovando os principais feitos

7. Para as paródias das formas religiosas como um dos gêneros da cultura popular, ver: BURKE, 1978, p. 122-123.

da personagem. Logo, por sua leitura, temos acesso à trajetória daqueles que foram os principais personagens políticos do processo de separação do Brasil⁸.

Ainda é importante ressaltar os diversos livros de época, como os de José da Silva Lisboa, cronista do Reino e do Império, que construiu a história oficial daquela época, por meio de obras, como *Memórias sobre os benefícios políticos de El-Rei Dom João VI* e a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Ainda que sejam livros encomendados pelo governo, eles transmitem parte da visão do processo da Independência. Para além destes, vale citar as *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo* aos seus deputados em Cortes – um projeto para o a manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Ressalte-se que muitos outros livros raros ainda se encontram nas Obras Gerais (LISBOA, 1818; *Lembranças e apontamento...*, 1821). São fontes valiosas que podem trazer novos olhares para a Independência. E, ainda, alguns livros publicados há cerca de 100 anos atrás, como os *Documentos para a história da Independência do Brasil*, editado pelas Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, em 1923, em comemoração ao centenário do acontecimento, que possui inúmeros documentos transcritos de fundamental importância, como cartas, memórias, relatos, análises. Hoje, esgotado, fica aqui um apelo: a iniciativa de se fazer uma nova edição *online* e colocar no *site* da Biblioteca.

Não se pode esquecer os *Anais da Biblioteca Nacional*, uma criação de Ramiz Galvão em 1876, sendo a publicação mais antiga da Biblioteca Nacional. Procura apresentar o acervo da instituição – por meio, principalmente, de inventários, transcrições de documentos, estudos e pesquisas – e os conteúdos de atividades técnicas e culturais desenvolvidas anualmente, como seminários e ciclos de palestras. Para o estudo da Independência, por exemplo, pode-se citar o texto de Sierra y Mariscal – *Ideias geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequências*. Uma só frase de seu estudo permite abrir uma série de questionamentos: o Rio de Janeiro transformou-se no “parasito do Império português, acabando por atrair o ódio de todas as províncias” (MARISCAL, 1931, p.60). Por ela, podemos rever desde a Revolução de 1817 de Pernambuco às Guerras de Independência até aos atritos do Primeiro Reinado. Ainda se encontram, entre outras, “As Anotações” de Antônio Vasconcellos de Drummond ou “As Cartas Andradinas”, que constituem um conjunto de 69 cartas enviadas pelos três irmãos Andrada — José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos – ao jornalista e diplomata Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, entre 1824 e 1823 (DRUMOND, 1885-1886; BIBLIOTECA NACIONAL, 1890).

Outros acervos? Iconografia – com as gravuras de artistas que vivenciaram a Independência e, claro, requerem um estudo especial de análise iconográfica.

8. Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Documentos Biográficos. Arquivo Nacional. Coleção da Mesa do Desembargo do Paço.

Ou a Divisão de Músicas – inúmeros foram os hinos que contam a história desse processo. E, ainda, a parte da Cartografia. Anos e anos podem passar e não seria possível apontar e discutir o riquíssimo acervo que a Biblioteca Nacional possuiu para se repensar a Independência em seus próximos 200 anos.

* * *

Sem dúvida, todos esses documentos encontrados nesses acervos não podem ser considerados como portadores de verdades históricas, nem meros reflexos das sociedades que os produziram. Embora, muitas vezes, evoquem a história como um saber objetivo e imparcial, capaz de esclarecer o tempo vivido, não podem ser usados com o intuito de reconstruir fielmente o cenário econômico e o jogo político de uma época. Devem, porém, ser apreendidos como transmissores de ideias que seus autores tentavam, a partir de uma grande argúcia e do uso da retórica, enquanto arte do convencimento (CARVALHO, 2000), no caso principalmente dos periódicos e panfletos, difundir naquele momento histórico as mudanças políticas, as novidades sociais ou a nova postura frente a determinados eventos. Eles possibilitam apreender os debates que davam vida a uma época e as práticas políticas que procuravam difundir por meio de seus escritos e propaganda. Devemos pensar, contudo, que os inúmeros documentos encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional constituem a história de um tempo, pois os fatos que aí se encontram narrados podem ser vistos como registros com que os historiadores elaboram a reconstrução de seu passado. São memórias, enfim, que, ao apresentar distintas visões de um mesmo acontecimento, servem como fundamentos da história, porque servem também para pensar e repensar a História do Brasil.

Referências

Fontes manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL/DIVISÃO DE MANUSCRITOS

DMSs.14,4,5. *Livro para nele se fazer memória de todas as obras que entrarem na Real Biblioteca* (1817-1824).

DMSs. *Coleção Documentos Biográficos*.

DMSs. 48,1,0003, n. 75. *Ofício dirigido ao ministro do Império*, barão Homem de Melo, expondo o plano de uma Exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da Exposição.

ARQUIVO NACIONAL

Coleção da Mesa do Desembargo do Paço.

Impressas

PERIÓDICOS

Abelha. Bahia, n. 58, 14 abr. 1822.

Diário do Governo. Rio de Janeiro, n. 105, 12 maio 1823.

Espreitor Constitucional. Bahia, n. 2, ago. 1822.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, n. 358, 26 dez. 1881.

Macaco Brasileiro, O. Rio de Janeiro, n. 1, 1822.

Maribondo, O. Pernambuco: Typographia Nacional, n. 1, 1822.

Papagaio, O. Rio de Janeiro, n. 1, 04 maio 1822.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, n. 277, 1881.

The Rio News. Rio de Janeiro, n. 34, 05 dez. 1881.

OUTRAS IMPRESSAS

BIBLIOTECA NACIONAL. Cartas Andradas. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 14, 1890.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Catalogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1881. 2 vol.

DRUMOND, Antonio de Menezes Vasconcellos de. Anotações de sua bibliografia. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 13, Rio de Janeiro, 1885-1886.

Lembranças e apontamentos do Governo provisório da provincia de S. Paulo para os seus deputados. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821.

LIMA, José Joaquim Lopes de. *Suplemento ao Dicionário concundativo ou explicação das frases dos concundas*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1821.

LISBOA, José Maria da Silva. *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818.

LISBOA, José Maria da Silva. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional. 1830.

NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque, présenté à Monseigneur le Président de Mesmes*. Paris: Chez François Targa, 1627. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48749-advis-pour-dresser-une-bibliotheque-par-gabriel-naude.pdf>.

Regeneração Constitucional ou guerra e disputa entre os concundas e os constitucionaes. [Rio de Janeiro, Impressão Régia], 1821.

SIERRA Y MARISCAL, Francisco de. Ideas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequencias. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 43/44, p. 49-81, 1931.

Outras referências

AMADEO, Maria Eliza & KURY, Lorelay. *O Catálogo de Exposição de História do Brasil* (1881). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital, 2014. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881>.

BURKE, P. *Popular Culture in Early Modern Europe*. N. York: Harper & Row, Publishers, 1978.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Biblioteca Nacional; EdUPUC-RS, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, jan./dez. 2000.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello. *Guerra literária*. Panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: UFMG, 2014, 4 v.

CAROU, Alain. *Toute la mémoire du monde, entre la comande et l' utopie*. 1895. *Mille huit cent quatrevingt-quinze*, n. 52, 2007, mis en ligne le 21 juin 2011.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GAY, Peter. *The Enlightenment: the Science of Freedom*. Nova Iorque: Norton, 1977.

GRAFTON, Anthony. *The Footnote: a Curious History*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

JACOB, Christian. *Lieux de mémoire, lieux de savoir*. In: *Qu'est-ce qu'un lieu de savoir?* [en ligne]. Marseille. OpenEdition Press, 2014. Disponível em: <http://books.openedition.org/oepp/655>. Acesso em: 19 nov. 2020.

- LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. *Introduction uax Études Historiques*. 2. ed., Paris: Kimé, 1992.
- LE GOFF, Jacques. Memória-História. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 65-106.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *As Livrarias de D. João V*: indícios de um projeto comum. Conferência de abertura do Colóquio “A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra: um testemunho do tempo das Luzes. Rio de Janeiro”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 23 de maio de 2017. Digitado.
- MORNET, Daniel. *Origines intellectuelles de la Révolution française: 1715-1787*. Paris: Tallandier, Collection Texto, 2010.
- NAMER, Gérard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens-Klinksieck, 1987.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política no mundo luso-brasileiro (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj; Revan, 2003.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. O “Livro para nele se fazer memória de todas as obras que entraram na Real Biblioteca”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O Império por escrito*. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, p. 277-296.
- PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. *The Spectator*, o teatro das Luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII, São Paulo: Hucitec, 1995.
- POPKIN, Jeremy D. Journals: the New Face of News. In: DARNTON, Robert; ROCHA, Daniel (ed.). *Revolution in Print: the Press en France, 1775-1800*. Berkeley: Univ. of California Press, 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: idade d’Ouro no Brazil*. 3. ed., Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

O Conde de Linhares e a economia
política na Era das Revoluções: Brasil,
Portugal e Inglaterra, c.1795-c.1808

Thiago Alves Dias

Professor de História Moderna na Universidade de Pernambuco





Resumo

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, alçou alta representatividade nos planejamentos e estratégias econômicas de superação da crise vivida pela corte portuguesa no final do século XVIII e início do XIX. Elaborou planos de economia política no contexto da Era das Revoluções e juntamente com seu irmão, o Conde de Funchal, foram interlocutores da diplomacia portuguesa na Europa para o apoio e salvaguarda da família real quando do crucial momento em que se optou por deixar Portugal, respeitando a integridade física e política da monarquia, em detrimento aos ataques das tropas napoleônicas. Alicerçados na Coleção Linhares da Base Naval do Rio de Janeiro – BNRJ, partimos do princípio de que a promessa do livre comércio do algodão do Brasil teria sido a pedra de toque para manter a antiga aliança luso-inglesa frente à França nesse contexto, o que se efetivou com a Abertura dos Portos e os tratados pós-1808.

Palavras-chave: Economia Política. Algodão. Coleção Linhares.

Abstract

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, the Count of Linhares, reached a highly representative position in economic planning and in the setting of strategies to overcome the crisis experienced by the Portuguese court in the late 18th and early 19th centuries. He drew up political economy plans in the context of the Age of Revolutions and, alongside his brother, the Count of Funchal, acted as interlocutor in the Portuguese diplomatic corps in Europe to support and safeguard the Portuguese royal family at the crucial moment when it had decided to leave Portugal. He helped guarantee the respect of the physical and political integrity of the monarchy to the detriment of attacks by Napoleonic troops. Based on the Linhares Collection kept at the Rio de Janeiro Naval Base – BNRJ, we start from the assumption that the promise of free trade in cotton in Brazil was crucial to maintain the old Portuguese-English alliance against France in this context, which came in effect with the Opening of the Ports and the post-1808 treaties.

Keywords: Political economy. Cotton. Linhares Collection.



Nosso ponto de partida é uma carta escrita, em 21 de outubro de 1797, pelo então novo Ministro e Secretário de Estado da Marinha e de Domínios Ultramarinos de Portugal, o ilustre Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa ou dom Rodrigo de Sousa Coutinho, doravante dom Rodrigo, que tinha o título moderno do primeiro Conde de Linhares. Essa carta, endereçada ao Governador e Capitão General da Bahia, deveria também ser extensiva a todos os demais governadores e capitães-mores do Brasil e solicitava que todas as capitanias preparassem mapas sobre os habitantes, ocupações dos mesmos, importação, exportação, das produções, “dos preços correntes dos gêneros, [...] do número de navios que entram e saem” e, principalmente, “das produções da capitania, consumo e exportação das mesmas produções”. Todas essas informações solicitadas por dom Rodrigo visavam apresentar em quais frentes o novo secretário iria combater, expressando assim suas preocupações, e afirmando, diante da Coroa, sobre o “sistema político que mais convém que a nossa Coroa abrace para a conservação dos seus tão vastos domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono” (SILVA, 1993, p. 40).

De fato, muitos mapas de muitas capitanias foram produzidos. Nos arquivos portugueses e brasileiros, estão depositados diversos desses mapas produzidos entre 1797 e 1808, sobretudo. Na Biblioteca Nacional, em praticamente todas as coleções de manuscritos que se remetam a um atual estado da federação, figura um tipo de mapa como esses, chamados por vezes de ‘mapas estatísticos’ produzidos no final do século XVIII e início do XIX a mando do Conde de Linhares.

A produção de mapas estatísticos, escrutinados e bem redigidos, fazia parte dos audaciosos planos de economia política de dom Rodrigo. Esse artigo visa divulgar os resultados de uma pesquisa financiada pela Biblioteca Nacional em que analisamos os manuscritos e impressos contidos na Coleção Linhares sob a guarda da mesma instituição. Nosso objetivo com esse artigo é demonstrar qual o lugar do Brasil nos pensamentos, ações e estratégias de dom Rodrigo de Souza Coutinho frente às questões econômicas e políticas que enlaçavam Brasil, Portugal e Inglaterra do fim do século XVIII e início do século XIX, a partir dos textos existentes nessa coleção.

Nossa hipótese é que o Conde, desde sua ascensão a secretário de estado de Portugal em 1795, elaborou e executou ações e estratégias que colocavam o Brasil no centro de suas expectativas e planos para manutenção da riqueza e soberania de Portugal. De acordo com suas estratégias, o principal produto do Brasil, que era objeto de comércio, a partir de Portugal, e de interesse para Inglaterra nesse período, foi o algodão. Nesse sentido, produzir mapas estatísticos diversos fazia parte de suas estratégias para diagnosticar a capacidade produtiva e comercial do Brasil em torno do algodão. Acompanhando as discussões teóricas de Kenneth Pomeranz (2013) e Sven Beckert (2014), o algodão é a

chave para entender o mundo moderno, inclusive as grandes desigualdades que o caracterizam, desde a longa história da globalização e a economia política do capitalismo sempre em mudança.

Dom Rodrigo e a Coleção Linhares

A Biblioteca Nacional guarda, entre suas preciosidades existentes na divisão de manuscritos, um acervo documental denominado “Coleção Linhares”. Essa coleção dispõe de, no mínimo, cerca de mil notações e entradas com tipologias documentais variadas, tais como: cartas; considerações; demonstrações; descrições; discursos; ensaios; escritos; instruções; lembranças; mapas; memórias; pareceres; princípios; regimentos; relações; relatos; roteiros; tratados e viagens (MORENO, 2000, p. 7).

Toda essa documentação pertenceu, chegou a ser arrolada em algum momento ou foi mesmo colecionada pelo Conde de Linhares, dom Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, ou simplesmente, dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar de Portugal entre 1795 a 1801; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal de 1801 a 1808; e, também, Ministro da Guerra do Brasil de 1808 até sua morte em 1812; o Conde de Linhares, juntamente com o seu irmão, o Conde de Funchal, foram os mais relevantes burocratas e agentes diplomáticos no contexto da transferência da família real portuguesa para o Brasil.

Desde sua ascensão ao cargo de Secretário de Estado, quando do período do seu retorno da posição de ministro português na corte de Turim, em 1795, dom Rodrigo de Sousa Coutinho colecionou um rico manancial documental e produziu relevantes testemunhos analíticos do seu tempo, hoje distribuídos por diversas instituições e bibliotecas pelo mundo. Tendo acompanhado a Corte para o Brasil em 1808, o Conde de Linhares foi o porta-voz da diplomacia portuguesa na Inglaterra para o apoio e salvaguarda da família real quando do crucial momento em que se optou por deixar Portugal e partir para o Brasil, respeitando a integridade física e política da monarquia em detrimento aos ataques das tropas napoleônicas.

Nesse sentido, dom Rodrigo de Sousa Coutinho foi uma personalidade de grande relevo político, tendo alta representatividade nos planejamentos e estratégias econômicas de superação da crise vivida pela Corte Portuguesa nas primeiras décadas do século XIX. Homem das ciências, elaborou planos de economia política a partir de pensamentos e práticas difundidas nas suas memórias e missivas, sendo as mais importantes também salvaguardadas na BN, tanto na Coleção Linhares como também na Coleção Carvalho. Considerando a importância histórica desse acervo documental e seu vigor interpretativo/analítico, haja vista que, em partes foi colecionada e em partes foi produzida

pelo próprio Conde de Linhares, descortinamos parte do pensamento econômico e político de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, enquanto um agente a serviço da economia política imperial e colonial portuguesa, mas também um indivíduo que inventou suas próprias ideias e práticas da economia política, já tão propalada e discutida nas cortes, círculos intelectuais e academias científicas no século XVIII.

Partimos do princípio de que os empreendimentos do Conde de Linhares e sua erudição transformada em ação foram muito além da condução da família real portuguesa para o Brasil e estão aquém mesmo de uma explicação centrada no momento intelectual e ativo de sua carreira enquanto ministro e secretário de estado. Seria necessário analisar uma ‘racionalidade’ das ações e atitudes do Conde que somente poderia ser explicada por meio de uma análise da sua formação intelectual, da sociabilidade em que esteve inserido e de sua trajetória de vida, mas também de uma teorização acerca da racionalidade e representação. É desse processo de significação e ressignificação de ideias e práticas que circulam na Europa que se encontra a racionalidade própria do Conde de Linhares, o indivíduo simbólico, que dom Rodrigo de Sousa Coutinho passa a representar num dado momento de sua trajetória, quando assume cargos estatais (CASSIRER, 2001).

Por outro lado, é com seu retorno de ministro diplomata português na Itália, em 1795, que sobe à condição de secretário de Estado na corte joanina. Como bem apontou o historiador português José Luís Cardoso, no seu mais famoso escrito de economia política, redigido entre 1797 e 1798, intitulado *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* e o manuscrito *Apointamentos em defesa do tratado de comércio de 1810*, de 1811, escrito poucos meses antes de sua morte, há mais de um dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Inicialmente, defensor do reformismo ilustrado e de certa forma na esteira de algumas práticas iniciadas pelo Marquês de Pombal, no final de sua vida política tornou-se um dos defensores dos “princípios livre-cambistas”, pró-britânico e economista liberal, nos moldes de Adam Smith (CARDOSO, 2001, p. 103).

Dadas as potencialidades investigativas da Coleção Linhares lançamos nosso olhar em três frentes distintas. Em primeiro lugar, utilizar da perspectiva da história diplomática e retomar as análises de André Mansuy-Diniz Silva (2003-2006), aprofundando as questões sobre o pensamento e as práticas diplomáticas de dom Rodrigo de Sousa Coutinho e o lugar do Brasil em suas estratégias. Em segundo lugar, analisar o colecionismo documental e bibliográfico, bem como o pensamento econômico e político dos textos autorais de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, retomando assim as análises de José Luís Cardoso (1989), para aprofundar as questões que diziam respeito ao enlace colonial do Brasil com Portugal e as questões econômicas pós-abertura dos portos, em 1808, e o comércio com a Inglaterra. E, por fim, analisar as estratégias, políticas e práticas econômicas de dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o desenvolvimento

e promoção do Brasil antes e durante a permanência da família real, tratando especificamente dos atos normativos e o fomento à produção de mapas estatísticos do Brasil, como uma forma de conhecer o império, salvaguardar os interesses monárquicos portugueses e promover maior aproximação e enlace econômico entre o Brasil e a Inglaterra, sobretudo no tocante à produção e comércio de matérias-primas, com destaque para o algodão.

Os planos de economia política

A atual conjuntura de produção de conhecimento na área de história econômica tem privilegiado os estudos acerca da economia política e do pensamento e das práticas econômicas elaboradas e praticadas por instituições e agentes diversos. Em escalas distintas de atuação, bem como de circulação de textos e ideias, a economia política tem se relacionado com áreas clássicas da história, porém, ganhando novas metodologias e teorias.

Destacamos os estudos de história econômica e economia política que são empreendidas na interface entre história e diplomacia. Em partes, foi o caso dos estudos da historiadora Andréa Mansuy-Diniz Silva, em que dom Rodrigo de Souza Coutinho é biografado numa obra de fôlego, centrada na vida intelectual e política entre 1755 a 1812, utilizando-se, em grande medida, dos documentos pessoais do arquivo privado da Casa Linhares, cuja preservação e salvaguarda pertencem ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa (CARDOSO, 2008).

Não menos importantes foram os estudos sobre o pensamento econômico de dom Rodrigo de Sousa Coutinho produzidos por José Luís Cardoso (2001), revelados também a partir do acervo da Torre do Tombo, juntamente com os manuscritos existentes na Academia de Ciências de Lisboa, da qual dom Rodrigo foi sócio ativo, além da documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Demonstrou-se, nesse trabalho e em outros, como nos de Valentim Alexandre (1993) e Nívia Santos (2015), a atuação política e intelectual de dom Rodrigo, com destaque para suas ações institucionais enquanto agente do Estado, mas também como figura representativa da monarquia, demonstrando sua capacidade de pautar as medidas políticas e econômicas, mas também incidir sobre a opinião pública em diversos níveis institucionais e de interlocutores atentos ao que se passava na Corte vivendo no Brasil pós-1808.

Destacamos, ainda, a relação entre história econômica, economia política e história institucional, presente nos trabalhos de pesquisa que privilegiaram a atuação de dom Rodrigo de Sousa Coutinho nas instituições em que compôs quadros administrativos, partindo da análise de sua atuação, tarefas e competências dentro dessas instituições. Como exemplo, citamos os trabalhos das historiadoras Maria Lyra (1994), Ana Silva (2006), Lorelai Kuri (2009) e

Marieta Carvalho (2010). Essas historiadoras utilizaram vasta documentação, sobretudo as fontes institucionais oriundas das secretarias e ministérios em que dom Rodrigo de Sousa Coutinho esteve no comando, destacando aqueles guardados no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo em Lisboa, para descortinar o lugar do Conde de Linhares enquanto estadista, administrador e erudito.

Enquanto homem ilustrado, dom Rodrigo de Sousa Coutinho foi analisado a partir de seus interesses por mineralogia, cultura, arte e outros temas humanísticos. Cito, por exemplo, os trabalhos de Juliana Meirelles (2013) e Magnus Pereira (2014), que utilizaram também uma documentação variada, como os escritos publicados no Arco do Cego e no Códice Conde de Linhares pertencente à coleção Yan de Almeida Prado, custodiado pelo Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo.

As formulações metodológicas para análise das políticas e práticas econômicas por meio de discursos e dos colecionismos pessoais são tributárias ao historiador francês Jean-Claude Perrot (1992). De acordo com esse historiador, não há hierarquia de relevância entre os textos de economia política, sejam eles grandes tratados ou simples cartas remetidas a indivíduos da governança ou negociantes, por exemplo. O que torna um texto relevante a qualquer debate da economia política é a sua capacidade de diálogo e emergência dos problemas tratados e elencados pelo historiador como relevantes para a explicação do objeto histórico (BOHÓRQUEZ, 2013). Utilizaremos, portanto, de todo o manancial documental da Coleção Linhares no afã de compor esse emaranhado de narrativas em torno dos objetivos propostos.

Outro relevante aspecto da análise da economia política nos textos é a utilização do conceito de emulação. Sophus Reinert (2011) discute o conceito de emulação e a relação entre o pensamento econômico europeu no século XVIII com a circulação e criação de um mercado comum europeu de obras traduzidas e adaptadas sobre economia política e história de políticas econômicas. Nesse sentido, o debate desenvolvido contribui para entendermos a vitalidade do conceito de emulação e seu emprego na análise das instituições e das práticas e políticas econômicas, a partir, não só de uma ideia de originalidade da economia política de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, mas da emulação de ideias que circulavam nesse período, o que justifica analisar não somente os textos autorais, mas também os colecionados.

Dada a amplitude conceitual e muitas vezes a pouca especificação que é aferida ao conceito de economia política, buscamos as definições próprias aos pensadores da Era das Revoluções. As formulações teóricas, portanto, que embasam nossas questões relacionadas à economia política, estão relacionadas às concepções defendidas por uma série de formuladores, consagradas através do pensamento de alguns autores, dentre os quais, nesse caso, dada a proximidade temática, escolhemos o negociante português Manuel Joaquim Rebelo

(1738-1798), as formulações de Jean Baptiste Say (1767-1832) e do economista suíço Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842).

Emulando, em parte, as concepções de Antoyne de Montchrétien (1557-1621) ao considerar o exercício político do soberano sobre o governo da casa, ou seja, o próprio Reino e, tomando de empréstimo as considerações de William Petty acerca da arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas ao Estado, ou seja, a ideia de *political arithmetick*, Manuel Joaquim Rebelo (1992 [1795], p. 11) elaborou, no final do século XVIII, uma afirmativa em torno das políticas e práticas econômicas adotadas por Portugal e seus secretários, que ele também chamou de economia política. Nesse sentido, a economia política seria “a parte principal do geral governo de um Estado, e por ela pode o soberano, mais facilmente do que pode por ações extraordinárias, e mais brilhantes, alcançar uma grande glória”¹.

De acordo com Jean Baptiste Say, em 1803, economia política não podia ser confundida com a política propriamente ou de forma dissociada da economia, pois a economia política teoriza como se constituem, se distribuem e se consomem as riquezas que satisfazem as necessidades das sociedades. Da mesma forma, Say advogou que as riquezas são essencialmente independentes da organização política e, portanto, cabe a esse ramo do saber investigar a relação com o Estado. Mais sofisticadas são as assertivas de Sismonde de Sismondi que, em 1819, definiu a economia política como um ramo específico do governo econômico do Estado, ou seja, o conjunto de políticas e práticas econômicas respaldadas pela intervenção do poder político para regular o progresso da riqueza. De acordo com Sismondi, a noção de governo foi instituída para o bem de todos e se a riqueza faz parte do bem-estar, então a economia política de um Estado deve zelar para que todos desfrutem dos benefícios da fortuna nacional.

Sismonde de Sismondi também defendeu que só podemos falar de economia política a partir do século XVI, sobretudo, quando das elaborações de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), Charles Davenant (1656-1714) e Jean-François Melon (1675-1738), que teorizaram sobre o papel da política e dos governantes para, como entendimento de Melon, aumentar os lucros dos comerciantes, com a condição, claro, de que o poder da monarquia também aumentasse. Para alguns teóricos do pensamento econômico e baseado em premissas que resumem suas interpretações, a riqueza de um reino, império ou nação poderia ser aumentada

1. A escolha dessa definição conceitual foi realizada em meio a um número expressivo de obras e autores que conceituaram o termo ainda no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Dentre muitas definições e a caráter de exemplo, para o mundo ibérico, citamos: CHICHORRO, 1795; MARRECA, 1838; BORGES, 1834; ESTRADA, 1841; GARNIER, 1848. As duas primeiras décadas do século XIX também são entendidas por Karl Polanyi (1980, p. 30) como o início da *haute finance*, ou seja, o estágio da economia política onde “podemos deixar de lado e com bastante segurança, a distinção entre poder político e econômico, entre objetivos econômicos e políticos por parte dos governos”. Ver ainda: ABBOT, 2001, p. 654-655.

por meio do comércio, no entendimento de Jean-Baptiste Colbert, por exemplo; através da agricultura como defendeu François Quesnay (1694-1774) ou mesmo da indústria, como foi defendido por Adam Smith. Todas essas formas de enriquecimento poderiam, no entanto, ter consequências distintas e, assim, caberia ao Estado regulamentar essa riqueza em prol da grandeza dos estados territoriais e, no século XVIII em diante, das nações (SCHMOLLER, 1902; HECKSCHER, 1943; GOMES, 1987).

O algodão do Brasil

No que toca às relações econômicas, sobretudo as questões mercantis que foram objeto de estratégias e emulações de dom Rodrigo de Souza Coutinho em relação ao Brasil, Portugal e Inglaterra, temos algumas considerações de cunho conceitual. O historiador econômico italiano Francesco Boldizzoni afirmou que o movimento norte-americano conhecido como “nova história econômica” ou “cliometria”, surgido no final da década de 1950, teve como um dos seus objetivos criar narrativas do passado compatível com a economia neoliberal, e, muitas vezes, é um exercício altamente ideológico para endossar visões do mundo específicas, teorias e recomendações políticas (BOLDIZZONI, 2011). Eficiência, crescimento, desenvolvimento, progresso, evolução, que são conceitos econômicos contemporâneos, foram tratados na história a partir das teorias econômicas, da história quantitativa e serial, sem considerar os problemas do passado. Embora não soe novidade, a solução sugerida por esse autor, mas que busca problematizar as vertentes teóricas assumidas pelos historiadores econômicos contemporâneos, como os institucionalistas, por exemplo, é por uma “reconstrução da história econômica”, apelando para um novo pacto entre “a história e as ciências sociais a fim de contrariar a forma com os economistas têm abusado do passado” (BOLDIZZONI, 2011, p. 140). Não seria um paradigma diferente da pesquisa histórica, mas um retorno da narrativa histórica em diálogo com as ciências sociais aplicadas, como foi defendida por Fernand Braudel (1990) e Caio Prado Jr. (1975), por exemplo.

Eric Hobsbawm nos informa que as maiores transformações da humanidade eclodiram durante a Era das Revoluções, ou seja, entre a revolução política, com destaque para a França, em 1789, e a revolução industrial de 1848, com destaque para a Inglaterra. Todos os eventos e processos que se desenrolaram nesse interregno devem considerar o “triunfo não da indústria como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade burguesa liberal” (HOBSBAWN, 2017, p. 20). Partindo desse princípio, os objetivos de análise propostos para descortinar o lugar do Brasil no pensamento e nas ações de dom Rodrigo de Sousa Coutinho devem considerar as relações econômicas, políticas e diplomáticas, mas também

puramente mercantis, entre o Brasil, Portugal e Inglaterra, num contexto de exploração colonial e negócios ultramarinos, atestando assim a força de negociação e as estratégias de enlace econômico do Conde de Linhares.

Os esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para implementar a cultura algodoeira passaram a ser sistemáticos nas partes do Brasil, a partir da década de 1750, com as políticas de diversificação da produção agrícola, tendo esses investimentos na cotonicultura inicialmente se vivificado no Estado do Grão-Pará e Maranhão (ARRUDA, 2000; MATHIAS, 1988). No entanto, em 1808, Rogério Hunt, negociante inglês, já afirmava que “antes de 1800, era o algodão de Pernambuco muito estimado nas manufaturas inglesas, principalmente pela finura de sua qualidade e aproximada aparência de seda” (HUNT, 1808, p. 289). De fato, os incentivos mercantis da Companhia-Geral de Pernambuco e Paraíba, a partir de seu funcionamento em 1760, para o plantio do algodão no Norte do Estado do Brasil (DIAS, 2017), contribuiu para que Portugal passasse a figurar como um dos principais fornecedores de algodão para a Inglaterra nesse período, juntamente com a produção de outras regiões coloniais.

Os estudos do economista brasileiro Thales Pereira apontam que, entre 1791 e 1801, 40% de toda fibra de algodão comercializada em Liverpool vinha do Brasil (PEREIRA, 2017, p. 12). Prova disso foi a criação de diversas instituições alfandegárias, inclusive em áreas sem comércio direto com Lisboa, como na Capitania do Rio Grande do Norte, com a Alfândega do Algodão, criada na cidade do Natal por dom João VI, em 1820, para que não se perdesse a boa qualidade do algodão e não se diminuísse consequentemente a sua extração (DECRETO, 1820).

As guerras de independência da América Inglesa em relação à Inglaterra contribuíram decisivamente para o rápido incremento dessa cultura agrícola nas partes do Brasil. Na década de 1770, desorganizou-se o comércio de algodão entre as colônias e a Grã-Bretanha, além de grande parte dos navios e contingentes humanos litorâneos passarem a ser empregados no transporte de tropas e operações de bloqueio contra os revoltosos americanos.

As exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra, mesmo depois de estabelecida a paz, com o reconhecimento da independência dos Estados Unidos pela Grã-Bretanha, continuaram a aumentar, sendo Pernambuco, juntamente com o Maranhão, os maiores fornecedores de fardos que seguiam do porto atlântico de Recife e São Luís para o porto global de Lisboa. Parte da remessa era destinada às fábricas portuguesas e, a maior parte, aos teares ingleses, notadamente, os de Manchester.

O que podemos depreender desse cenário é que embora a historiografia regional tenha se dedicado aos estudos econômicos e sociológicos da cotonicultura no Brasil no século XIX e XX (TAKEYA, LIMA, 1987; CLEMENTINO, 1987; EVANGELISTA, 2000), pouco se tem produzido sobre a primeira expansão da cotonicultura ainda no final do século XVIII, os impactos da

transformação das tradicionais unidades produtivas sertanejas pecuaristas para uma agricultura mercantilizada e as transformações em relação ao uso da terra e à força de trabalho.

Podemos tomar como exemplo para melhor explicar as questões em torno dos esforços de dom Rodrigo para o plantio de algodão no Brasil sua relação com Manuel Arruda da Câmara (1752-1810). Arruda Câmara nasceu na Vila de Pombal, capitania da Paraíba, filho de proprietários de terras e do Capitão-mor das Ordenanças da Ribeira do Piancó, foi ordenado padre no seminário dos Carmelitas adotando o nome de Frei Manuel do Coração de Jesus. Aos 37 anos, se matriculou na Universidade de Coimbra e logo pediu transferência para a Universidade de Montpellier, na França, onde concluiu o doutorado em Medicina e passou a ser sócio correspondente de várias sociedades científicas na Europa, incluindo a Academia de Ciências de Paris, a Sociedade de Agricultura de Paris criada por Fraçois Quesnay e a Academia Real das Ciências em Lisboa.

Em 1797, retornou ao Brasil como naturalista a serviço da Corte portuguesa e, a mando de dom Rodrigo, realizou diversas expedições pelos sertões do Ceará e da Paraíba, como também no interior do Piauí ao Maranhão e para o sul do rio São Francisco. Ainda em 1797, ele enviou para Portugal, para apreciação do frei José Mariano da Conceição Velloso, o manuscrito *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher e ensacar etc, em que se propõem alguns planos novos*, publicado no mesmo ano na tipografia do Arco do Cego e dedicado a dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

Em uma de suas memórias publicadas posteriormente, Arruda Câmara argumentou que a expansão da economia algodoeira no Brasil ocorreu inicialmente no Maranhão e, somente depois de 1780, nas capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, além dos territórios das Alagoas e da já desmembrada Itamaracá, desde 1763 (MELO, 1982). Antes disso, os negociantes e produtores ligados à praça mercantil e ao porto atlântico do Recife “ainda não pensavam que este gênero seria capaz de vivificar o seu porto, e procurar-lhe uma substância igual ao do açúcar”. O primeiro substancial envio de algodão da região pelo porto do Recife teria sido em 1778, “contudo o número das arrobas desde então até 1781 foi muito diminuto, e desse ano por diante é que se foi aumentando mais consideravelmente este gênero”, porém, somente a partir de 1786 é que o algodão passou a figurar como um gênero de grande relevância para a economia exportadora dos sertões do Brasil, ultrapassando o açúcar, em valor de arroba, na década de 1790, no caso das frotas de Pernambuco (CÂMARA, 1806, p. 214-216).

Ao analisar as listas das frotas, os mapas de cargas dos navios e os registros de entrada das embarcações oriundas de Pernambuco e atracadas em Portugal, constatamos a variedade de produtos oriundos da região colonial que entravam nos registros alfandegários sobre o topônimo Pernambuco, mas que abrigavam nos lastros dos navios uma produção regional e pujante. Na primeira metade

dos Setecentos, identificamos que as frotas eram compostas, em sua maioria, de açúcar, madeiras e couro, acrescidas do algodão em vultosas quantidades a partir da década de 1780 (DIAS, 2017).

Em 1799, dom Rodrigo já anunciava que as exportações de algodão do Brasil haviam aumentado para Portugal. Afirmou que

a conservação do mesmo luminoso Sistema Político que une a segurança e estabilidade do Trono com a Pública Prosperidade, mantida e sustentada com superior firmeza, a proteção decidida dada ao Comércio Nacional, e de que se sentem os mais felizes efeitos com a chegada de tão repetidos comboios. [...] o aumento que tem tido o consumo de todas as nossas manufaturas no Brasil tem movido também o Nosso Grande e Augusto Príncipe a *procurar dar à fiação dos nossos Algodões toda a extensão de que ela pode ser suscetível*. (COUTINHO, 1799) (Grifos nossos).

O principal produto do Brasil que era objeto de comércio, a partir de Portugal, para a Inglaterra nesse período foi o algodão. As pesquisas de Sven Beckert demonstram que os famosos tecidos de algodão asiáticos desde muito cedo despertaram o interesse dos europeus, no entanto, a secular produção de tecidos de lã e linho europeu, além do exótico e rentável mercado de seda chinesa, não animava os produtores, mercadores e manufatureiros ocidentais a se virarem para o algodão. Somente na segunda metade do século XVIII é que os europeus, notadamente os ingleses, passaram a se ocupar em desenvolver novas formas industriais de economizar trabalho, desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade ao ponto de baratear os tecidos de algodão. Muito embora as primeiras levas de algodão viessem da própria Índia para a Inglaterra, logo as regiões de influência direta dos ingleses passariam ao cultivo e plantio, passando o Atlântico sul a ser, só nas últimas décadas do século XVIII, um fornecedor de matéria-prima para os teares ingleses.

As exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra, mesmo depois de estabelecida a paz, com o reconhecimento da independência dos Estados Unidos pela Inglaterra no final do século XVIII, continuaram a aumentar. Parte menor da remessa era destinada às fabricas portuguesas, e a maior parte aos teares ingleses, notadamente os de Manchester. “Se o Novo Mundo não tivesse proporcionado quantidades enormes de fibras têxteis”, como bem afirmou Kenneth Pomeranz (2013, p. 85), “a precocidade da Europa na mecanização da fiação e da tecelagem talvez parecesse mais uma curiosidade interessante do que a pedra de toque de uma grande transformação”.

Os planos de economia política de dom Rodrigo tiveram sucesso: a Corte Portuguesa chegou em salvaguarda ao Brasil e os portos foram abertos às nações amigas: a Inglaterra. Esta, por sua vez, estabeleceu a Sociedade de Mercadores Ingleses no Brasil e passou a exportar o algodão direto para Inglaterra, sem mais passar por Lisboa, enterrando de vez o exclusivo colonial.

Referências

- ABBOT, Jason. Haute finance. In: R. J. Barry Jones. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. v. 2. London/New York: Routledge, 2001.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, jun./ago. 2000.
- BECKERT, Sven. *Empire of cotton. A global history*. New York: Alfred Knopf, 2014.
- BOHÓRQUEZ, Jesús. *Luces para la economía*. Libros y discursos de economía política en el Atlántico español durante la era de las revoluciones (Nueva Granada, 1780-1811). Bogotá: ICANH, 2013.
- BOLDIZZONI, Francesco. *The poverty of Clio*. Resurrecting economic history. Princeton: Princeton UP, 2011.
- BORGES, José Ferreira. *Instituições de economia política*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- CÂMARA, Manoel da Arruda. Memória sobre a cultura dos algodoeiros, 1799. In: VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O fazendeiro do Brasil: cultivador*. Tomo V, parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1806.
- CARDOSO, José Luís; SILVA, André Mansuy-Diniz. Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812, *Ler História*, n. 54, 2008.
- CARDOSO, José Luís. *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- CARDOSO, José Luís. *História do pensamento económico português*. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Estado e administração no Rio de Janeiro joanino: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1821)*. Tese (Doutorado em História Política). IFCH-Uerj, Rio de Janeiro, 2010.
- CASSIRER, Ernest. *Filosofia das formas simbólicas I: a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHICHORRO, José de Abreu Bacelar. *Memória económico política da Província da Extremadura*, 1795. Manuscrito publicado por Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: s./e., 1943.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: EDUFRN, 1987.

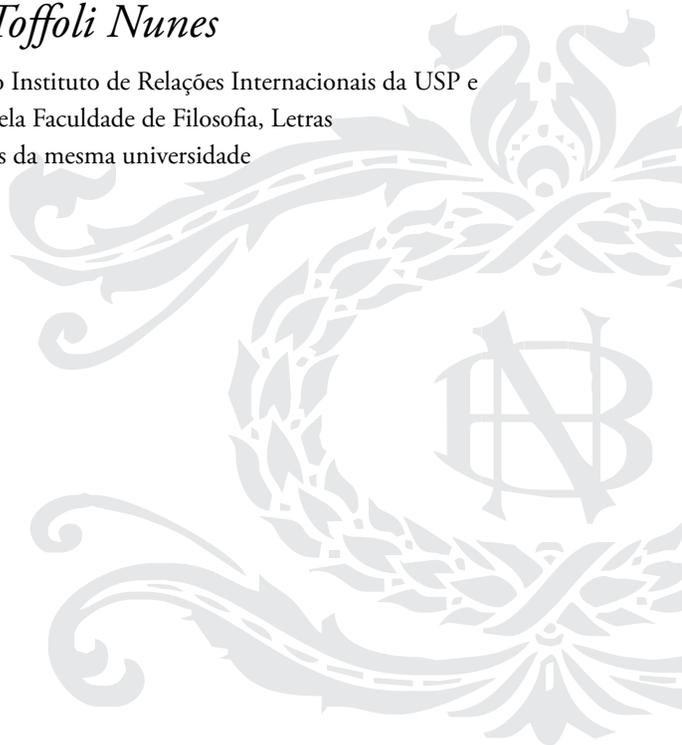
- COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Discurso para a Sociedade Real Marítima*, c.1799. BNRJ, Col. Linhares, I-29, 13, 23.
- DECRETO de criação da Alfândega de Inspeção do Algodão. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1820. ANRJ, Série Interior, Notação: AI – IJJ2-433.
- DIAS, Thiago A. *Monopólio indireto: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c.1710-c.1780)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ESTRADA, Don Álvaro Florez. *Elementos de economía política*. Madri: Don Miguel de Burgos, 1841.
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis*. Natal: EDUFRN, 2000.
- GARNIER, José. *Elementos de economia política*. Madri: Imprensa Ryvadeneira, 1848.
- GOMES, Leonard. *Foreign trade and the National Economy*. Mercantilist and classical perspectives. London: Macmillan Press, 1987.
- HECKSCHER, Eli F. *La época mercantilista: Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedade Liberal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBSBAWN, Eric. J. *A Era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- HUNT, Rogerio. Observações sobre o algodão do Brasil para informação do cultivador. *Correio Braziliense*, n. 4, set. 1808. Londres: W. Lewis, Paternoster-Row, 1808, p. 289.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, ciência e saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798- 1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MARRECA, Antonio de Oliveira. *Noções elementares de economia política*. Lisboa: Typ. Contador Mor, 1838.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Algodão no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1988.
- MEIRELLES, Juliana G. *Política e cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Campinas: Unicamp, 2013.
- MELO, José Antônio Gonsalves de. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas, c.1752-1811*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- MONTCHRÉTIEN, Antoyne de. *Traicté de L'Economie Politique*, 1615. Paris: Plon et Nourrit, 1889.
- MORENO, Carmen Tereza Coelho. *Coleção Linhares*. Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2000.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.

- PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. *The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the industrial revolution*. São Paulo: USP, 2017.
- PERROT, Jean-Claude. *Une histoire intellectuelle de l'économie politique*. XVII^a-XVIII^a siècle. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- PETTY, William. Aritmética Política, 1690. In: PETTY, William; HUME, David; QUESNAY, François. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMERANZ, Kenneth. *A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- PRADO JR., Caio. História quantitativa e método da historiografia. *Debate e crítica*. Revista quadrimestral de Ciências Sociais, n. 6, jul. 1975.
- REBELO, Manuel Joaquim. *Economia política*, 1795. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. 11. (Col. Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n. 4).
- REINERT, Sophus. *Translating Empire*. Emulation and the origins of Political Economy. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011.
- SANTOS, Nívia Pombo C. dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político administrativa no Império Português 1796-1812*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*, 1803. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SCHMOLLER, Gustav. *The mercantile system and its historical significance*, 1884. New York: The Macmillan Company, 1902.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- SILVA, André Mansuy Diniz (dir.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho: textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. 2 v. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'état, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*. 2 v. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003-2006.
- SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. *Novos princípios de economia política*, 1819. Curitiba: Segesta Editora, 2009.
- SMITH, Adam. Sistemas de Economia política, 1776. In: SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. (1. ed. 1776). v. 1, livro 4. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TAKEYA, Denise Monteiro; LIMA, Hermano Machado Ferreira. *História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930*. Natal: EDUFERN, 1987.

Opinião pública, imprensa e representação no Brasil Império

Tassia Toffoli Nunes

Graduada em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da USP e
mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da mesma universidade





Resumo

O presente trabalho traz alguns dos achados de uma pesquisa que analisou publicações de três relevantes jornais oitocentistas – o *Jornal do Commercio*, a *Aurora Fluminense* e o *Diário de Pernambuco* – no que diz respeito a suas atuações políticas direcionadas à Câmara dos Deputados e também ao posicionamento que adotaram em relação aos seus próprios direitos e deveres, expressos em textos acerca da função da imprensa e da legislação que regulava a atividade, entre 1826 e 1836. O levantamento fez parte de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender de que forma o parlamento discutiu e regulou a liberdade de imprensa, considerando sua importância para a conformação de uma monarquia representativa no Brasil, e foi contemplada com uma bolsa pelo Programa de Incentivo à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional em 2008.

Palavras-chave: Brasil Império. Imprensa. Câmara dos Deputados. Representação.

Abstract

Our article gathers findings of a research on publications of three relevant 19th century Brazilian newspapers – *Jornal do Commercio*, *Aurora Fluminense* and *Diário de Pernambuco*. The focus is their political action towards the Chamber of Deputies, as well as their views on their own rights and duties, expressed in texts published between 1826 and 1836 about the role of the press and press laws. The survey was part of a master's research that sought to understand how parliament discussed and regulated the freedom of the press, considering its importance for the formation of a representative monarchy in Brazil, and was awarded a scholarship by the Research Incentive Program of the National Library Foundation in 2008.

Keywords: Brazilian Empire. Press. Chamber of Deputies. Representation.



A produção desse texto fez parte de pesquisa de mestrado cujo objetivo era compreender as diferentes posições políticas expostas nas discussões ocorridas na Câmara dos Deputados em relação à formação e expressão da opinião pública no âmbito do sistema representativo, no período entre 1826 e 1840, por meio da análise dos debates em torno da regulação da liberdade de imprensa e da publicização dos debates ali ocorridos (NUNES, 2010).

O sistema representativo torna centrais a publicidade dos negócios de Estado (não por acaso, a partir de então considerados “públicos”, em contraposição ao *segredo de Estado*, ferramenta dos governos absolutistas) e a sua livre discussão pelos governados – premissas para a racionalidade da atuação governamental (HABERMAS, 1996; ROSANVALLON, 1985). A necessidade dos governantes de dirigir-se aos cidadãos, seja para conhecer suas opiniões ou para formá-las, reflete as novas bases da política nos Oitocentos, pautada pela formulação do interesse nacional, critério supremo para julgar a conveniência da implementação de qualquer política. Os deputados gerais estavam especialmente incumbidos desta tarefa, pois, além de serem responsáveis pela elaboração das leis, traziam de suas províncias as opiniões e interesses locais que deveriam formar o interesse geral – ou ao menos negociar com ele.

A relevância atribuída aos debates da Câmara inscreve-se numa preocupação de entender a maneira pela qual os atores enunciavam e negociavam suas escolhas, concepções e necessidades políticas, num momento em que lhes era atribuída a responsabilidade de edificar um Estado nacional monárquico constitucional (DOLHNIKOFF, 2005). A Independência, por mais intocada que tenha deixado a estrutura social brasileira, trouxe consigo a necessidade de construir um novo Estado que exigiu a adoção sistemática de novos métodos de governança, condizentes com seu tempo: promulgação de uma Constituição e sua observância, eleição de representantes, discussões nas câmaras, publicidade dos atos governamentais e sua livre apreciação pelos cidadãos. Tais métodos tinham o objetivo de garantir que a soberania popular não fosse usurpada por um governante absoluto, nem exercida diretamente por seus detentores naturais – ambas as possibilidades não eram adequadas à ordem liberal que se queria instituir.

Um outro aspecto da relação entre representantes e representados, propriamente o assunto deste texto, é a estabelecida entre os jornais e a Câmara – de que maneira os redatores compreendiam seus direitos de manifestar-se sobre os assuntos públicos e de neles interferir. Dessa forma, serão aqui analisadas as folhas *Jornal do Commercio*, *Aurora Fluminense* e *Diário de Pernambuco*, no que diz respeito à sua atuação política direcionada à Câmara dos Deputados e também ao posicionamento que adotaram em relação aos seus próprios direitos e deveres, expressos em textos acerca da função da imprensa e da legislação que regulava a atividade.

A política na imprensa

A grande atividade política da imprensa brasileira do século XIX já foi indicada por diversos autores, e nos últimos anos o número de estudos a esse respeito tem aumentado – conferir, por exemplo, Lima Sobrinho (1988), Rizzini (1945), Sodré (1983). Para trabalhos mais recentes, ver, entre outros, Lessa & Fonseca (2008), Lustosa (2000), Morel (2005). Desses trabalhos, sobressai a ideia de que a imprensa assumiu importância incontestável para as disputas entre os diversos projetos para o país. Nelson Werneck Sodré (1983, p. 111) chega a afirmar que “a vida política quase se resumia na imprensa” – era grande o número de jornais e de polêmicas entre eles, continuamente se atacando ou se defendendo, dependendo da posição adotada por cada um.

O governo imperial também deu mostras de que estava atento às intenções articuladas pelas folhas. Diversas leis regularam a circulação de impressos entre 1822 e 1830, ano da promulgação da lei de abuso de liberdade de imprensa discutida na Câmara e no Senado, entre 1826 e 1829, e praticamente repetida no Código Criminal de 16 de dezembro de 1830 (NUNES, 2010). O forte comprometimento com a coibição dos impressos que perturbassem a ordem, moral ou política, evidencia uma grande preocupação dos poderes estabelecidos com a capacidade de mobilização popular creditada à imprensa, reforçada pelo constante surgimento de novos periódicos ou panfletos avulsos mesmo quando da condenação e perseguição de diversos redatores.

O engajamento na produção de leis regulamentadoras reforçava também a orientação liberal do sistema político. Para essa matriz de pensamento político, o papel do governo era justamente o de limitar o exercício das liberdades fundamentais, a fim de garantir o predomínio do interesse geral sobre os interesses particulares. Neste caso, para os legisladores, o interesse geral seria o de consolidar o sistema monárquico constitucional representativo, com participação popular reduzida e controlada, em detrimento de projetos de nação concorrentes, como a volta a um sistema absolutista, republicano, ou ainda, democrático.

Segundo o autor da *História da imprensa no Brasil*, a imparcialidade não era objetivo dos redatores¹, que tomavam a iniciativa de gerir um jornal justamente pelo seu potencial panfletário. Além disso, soma-se à tal “vocação política” o fato de que as folhas eram produzidas de forma artesanal, sem qualquer caráter

1. Não é difícil encontrar nesses jornais afirmações a respeito da imparcialidade que rege seus trabalhos, mas qualquer observador atento percebe a formalidade de tal pretensão, normalmente desmascarada por querelas com outras folhas, denúncias contra determinados membros do governo, e até mesmo moções de apoio a ministérios, à Câmara ou ao imperador, de acordo com a orientação de cada um. Há de se questionar, inclusive, se a concepção de imparcialidade desses redatores era a mesma que conhecemos agora.

empresarial, e nunca serviram como fonte de lucro para os jornalistas² – não eram fins, mas meios de ação. (SODRÉ, 1983, p. 165).

A primeira forma de atuação política dos redatores a ser explorada aqui é a interlocução que estabeleciam com a Câmara dos Deputados, ou mesmo com as assembleias provinciais e municipais. Inicialmente, vale lembrar que eram muito comuns textos recomendando aos representantes um ou outro encaminhamento para uma questão em voga. Entre as funções atribuídas à imprensa, estavam a de reivindicar aos governantes soluções para os problemas locais ou nacionais e a de orientá-los sobre o estado da opinião geral, a fim de informar seus cálculos políticos e decisões. O clamor da opinião pública poderia funcionar, no fim das contas, como agente de pressão (contra ou a favor) em determinados assuntos.

É claro que não se pode levar a sério a pretensão de universalidade do discurso dos redatores – quando muito, falavam em nome de grupos que compartilhavam de seus interesses. Esta é justamente uma das características mais marcantes da mobilização política do conceito de opinião pública: a capacidade de trabalhar interesses restritos a determinados grupos de maneira a estendê-los a toda uma comunidade ou nação³. Como sugere Bernard Manin (1998, p. 211), a opinião pública deve ser entendida como a opinião de uma parcela da população que, organizada (em torno de partidos, clubes, jornais), consegue reunir forças que antes se encontravam dispersas e amplificar o alcance de suas demandas.

Nesse sentido, o *Jornal do Commercio*, no dia 27 de fevereiro de 1836, por exemplo, publica suas opiniões sobre aqueles que considera os assuntos mais urgentes a serem tratados pela assembleia da província do Rio de Janeiro: o melhoramento dos transportes, a administração da justiça e a instrução pública, aproveitando para criticar a extinção da vila de Iguaçú. Em 28 de julho de 1832, encaminha pedido para que a Câmara considerasse seriamente a criação de um presidente de província para o Rio de Janeiro, chamando nominalmente o deputado pela capital Castro Álvares a “dar um impulso a esse negócio com o que ganharia as bênçãos de seus constituintes, que esperam não ter de se arrepender de tão boa escolha”. O jornal cobra do deputado que encaminhe tal reivindicação, e o ameaça com a possível perda de credibilidade junto aos seus eleitores, o que, numa próxima eleição, poderia também colocar sua continuidade no cargo em risco.

Esse mesmo jornal manteve uma tradição intermitente (enquanto não remunerada diretamente) de publicar extratos dos debates da Câmara dos Deputados

2. A não ser, obviamente, quando o redator punha seus serviços à disposição de partidos ou ministérios, e disso auferia rendimentos. Conferir, por exemplo, a discussão do caso de Justiniano José da Rocha em artigo de Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007).

3. O mesmo efeito é produzido por outras expressões que também sugerem apoio geral inequívoco, como é o caso de “interesse nacional”.

(em especial), do Senado, da Assembleia provincial e até mesmo de algumas reuniões do corpo de jurados. A publicidade dos trabalhos legislativos foi uma preocupação constante dos deputados, que discutiram em diversas ocasiões os melhores expedientes para garantir que seus discursos e proposições fossem colhidos, impressos e enviados para todo país, pois disso dependia a informação dos constituintes a respeito de sua atuação e consequente (in)formação da opinião pública sobre os atos governamentais.

Tal ênfase na importância de ampla publicização das discussões e decisões das câmaras criou um filão importantíssimo para os periódicos, especialmente os da Corte, que se apresentaram como alternativas à ineficiência da organização dos trabalhos de taquigrafia e publicação dos diários promovida pelos próprios deputados, e passaram a exigir remuneração para assumir a terceirização destes serviços (NUNES, 2010).

A Aurora Fluminense, de 02 de maio de 1828, também comemora a abertura da sessão legislativa da Câmara dos Deputados e lista como trabalhos mais urgentes a criação dos códigos civil e criminal, a reforma das finanças públicas, a regulamentação dos corpos de jurados e a direção da indústria e instrução pública nacionais. No mesmo exemplar, ainda cobra empenho dos deputados na publicação dos trabalhos da casa, que andava muito atrasada e deficiente, e “toma a ousadia” de lembrá-los de levar em consideração um projeto de Odorico Mendes, sobre a extinção dos morgados, e outro de Miranda Ribeiro, para o estabelecimento de júris. No dia 16 de junho do mesmo ano, nota uma falha a ser reparada pela Câmara no projeto de resolução das eleições e sugere a sua emenda.

O expediente de dirigir-se aos representantes também era praticado pelo *Diário de Pernambuco*. Em 15 de janeiro de 1830, é publicado um artigo que recomendava à Câmara Municipal de Recife a aprovação do projeto que previa a construção de um celeiro público na cidade, apresentado pelo conselheiro Antunes.

Esse tipo de chamada e recomendação é abundante, e outros exemplos poderiam preencher toda uma monografia. O volume corrobora a literatura histórica sobre a imprensa, que afirma sua importância para a articulação e pressão políticas.

Uma segunda atividade a que se dedicaram os periódicos foram as avaliações do comportamento e da atuação das autoridades, que costumavam ser mais enfáticas e reveladoras da orientação política do jornal.

O *Diário de Pernambuco*, de 02 de dezembro de 1829, por exemplo, ao reproduzir um artigo da *Aurora Fluminense*, manifesta-se contra a distribuição indiscriminada de comendas e títulos imperiais, motivado pela verificação de que alguns deputados foram agraciados com as comendas de Cristo e de Aviz. Questionando o merecimento, entra no juízo dos méritos dos contemplados:

Perguntamos a nós mesmos, mas de balde, o que se poderia achar nestes srs. que os tornasse dignos de um sinal de distinção honorífica, e queríamos que eles próprios fossem juízes nesta causa, e nos dissessem a que título, por que notabilidade se constituíram merecedores de uma graça que os indica como aqueles que melhor aprouveram aos desígnios e vontade do poder. Se excetuarmos o sr. Ledo, que contudo poucas vezes orou, e Deus sabe em que sentido, todos os outros (fossem quais fossem suas qualidades e capacidade intelectual) conservaram na câmara quase perpétuo silêncio, e não consta que nas comissões, ou por qualquer outro meio, eles se elevassem acima da mais obscura mediocridade [...]. Que pode haver *verbi gratia* em um Domingos Malachias, que o torne digno de ocupar a linha entre os agraciados de um governo, que quer a felicidade pública? Marcado com o ferrete da abjeção, cortesão aviltado de todos os ministros, de todas as veleidades ministeriais, serão esses os títulos que o habilitarão para obter a comenda de Cristo?

A atribuição de honras a deputados que não cumprem o dever de debater e expor suas opiniões no parlamento, e mais ainda àqueles conhecidos por sua cumplicidade a ministérios corruptos, colocava sob suspeita o governo e seu comprometimento com o sistema constitucional, transformado, por manobra linguística, na “felicidade pública”.⁴

Continuando na linha dos artigos que se posicionam contra os “servis” que lutavam contra a liberdade constitucional, é interessante uma passagem da *Aurora Fluminense*, de 11 de fevereiro de 1828:

Não podemos deixar de render os nossos mais respeitosos, e sinceros agradecimentos aos ilustres varões, que no augusto recinto da Câmara dos srs. Deputados fizeram ver a inépcia de tal Ministério, e o mal, que dele resultava ao Brasil [...]. Continuai, pois, ilustres campeões da liberdade a esmagar a hidra do despotismo.

O liberal moderado Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense* e deputado geral, homenageia aqui seus colegas que, como ele, dedicam-se no plenário a combater as políticas do ministério de José Clemente Pereira, considerado absolutista por defender maiores poderes ao imperador – de maneira geral, ao poder executivo – e também por tomar para si competências exclusivas da Câmara. Esse expediente também não passou sem nota pela *Aurora*: no dia 05 de

4. Este artigo enseja uma observação: a historiografia da imprensa brasileira normalmente classifica o *Diário de Pernambuco* como uma folha conservadora, assim como o *Jornal do Commercio*. O que a pesquisa dos primeiros anos de publicação de ambos revela, no entanto, é que dificilmente podem ser encaixados na mesma categoria. O *Jornal do Commercio* realmente se posiciona próximo ao governo (ministros e imperador, especialmente durante o primeiro reinado), mas o *Diário de Pernambuco* normalmente critica a administração central (o que pode ser inerente às folhas de províncias mais distantes da Corte) e elogia a Câmara dos Deputados, além de reproduzir constantemente artigos de jornais liberais moderados, como a *Aurora Fluminense* e o *Universal*.

abril do mesmo ano, o jornal censura rispidamente o comportamento das tropas irlandesas, que vinham causando diversos tumultos nas ruas do Rio de Janeiro, e reclama que seu recrutamento não havia sido ordenado pelo parlamento – o que estava entre suas atribuições –, mas sim diretamente pelo imperador.

A ênfase do *Jornal do Commercio* é distinta, normalmente veiculando avaliações negativas sobre o trabalho da Câmara. Em 15 de outubro de 1828, o jornal critica o parlamento que, mesmo “com um ministério quase todo saído de si”, não cumpriu a missão de criar “uma organização financeira regular, e baseada no crédito, e um sistema judiciário baseado no princípio da publicidade dos debates, e excelência do júri”, o que fez com que a terceira sessão passasse sem nenhum resultado concreto. No ano seguinte, no dia 20 de outubro de 1829, ao comentar a necessidade de códigos especiais para o direito nacional, afirma que as câmaras não tinham tempo para elaborá-los, e prefere confiar essa tarefa a comissões formadas pelo governo (ministérios); depois de concluída, passaria pelo crivo do público e do parlamento.

O *Jornal do Commercio*, em 10 de outubro de 1828, também polemizou com a *Aurora Fluminense*, questionando suas doutrinas políticas. Para seus redatores, a folha “entende a Constituição a seu modo: para ela, todo o interesse, representação e soberania nacional se concentram na Câmara Eletiva”. Essa passagem elimina dúvidas que porventura tenham restado sobre a orientação do *Jornal do Commercio*, na defesa da predominância que atribuía ao ministério e ao imperador – de quem não se deveria diminuir a importância para a harmonia do sistema político, como a *Aurora* e outros liberais moderados faziam ao reivindicar maiores poderes para a assembleia nacional. Posição compreensível quando se considera que o dono do *Jornal do Commercio* à época, o francês Pierre Plancher, conquistara junto a D. Pedro I a licença para montar sua tipografia (que inclusive contava com o título de “Imperial”), após apresentar-se como editor de autores admirados pelo imperador, como Benjamin Constant (SANDRONI, 2007).

Críticas e elogios são maneiras de trazer os assuntos do governo à discussão pública, assim como o desempenho dos representantes na sua condução. O fato de ser pela imprensa que se encaminhavam as reivindicações do que se julgava necessário e as análises do que estava sendo feito mostra sua importância para a movimentação política da época, assim como reforça a noção da existência de uma opinião pública a ser conquistada, conduzida ou informada pela oratória dos jornalistas, de maneira a convencer sociedade e governo de que seu julgamento não diz respeito somente aos seus interesses privados.⁵

Por esse motivo, vale destacar a militância dos jornais em tempos de eleição. Como participantes ativos, eles se preocuparam em promover e minar

5. Esse é o traço definidor da “esfera pública burguesa”, segundo Habermas: a discussão dos assuntos do governo se faz por meio da aglutinação de pessoas privadas em forma de público.

candidaturas, além de orientar os eleitores quanto às qualidades que os candidatos deveriam ter para melhor cumprir suas obrigações.

É nesse último ponto, finalmente, que a *Aurora Fluminense* e o *Jornal do Commercio* aproximam-se. Em 27 de junho de 1828, motivada pela indignação contra os deputados que se mantinham calados durante as sessões, a *Aurora* pede maior cuidado aos eleitores na hora de escolher seus candidatos e aconselhava preferência aos

proprietários, os advogados, todos os cidadãos enfim, que seguem um gênero de vida independente, são muito mais aptos, para defenderem os direitos e os interesses do povo; a voz do empregado público seca, e pára muitas vezes na garganta, quando lhe lembra que é criatura do poder, e que do poder depende ou o seu adiantamento, e pingues cargos, ou preterições, e inteira nulidade.

O *Jornal do Commercio*, em 06 de setembro de 1832, faz observação semelhante ao censurar a mudança de orientação, a respeito da reforma constitucional, de um deputado já eleito, José Cesário de Miranda Ribeiro:

De tudo isto se deduz a grande necessidade que tem a nação de estudar com muita suseza e cuidado na escolha dos seus representantes para a nova legislatura [...]. Proprietários principalmente, homens de letras, probidade e reconhecida experiência das coisas públicas, eis aqui os verdadeiros representantes da nação.

Para as duas folhas, a classe dos proprietários deveria ser privilegiada pelos cidadãos, pois sua independência financeira era boa garantia contra a corrupção dos representantes. A segunda categoria recomendada era a dos profissionais liberais ou homens de letras, o que, no século XIX, remetia diretamente aos bacharéis, especialmente os de direito. A formação superior revelava conhecimento dos processos políticos mais amplos e, como consequência, maior zelo pelos interesses gerais – outro tipo de blindagem contra o aliciamento financeiro, além de sinalizar alguma fineza do trato. Por outro lado, aqueles que tiravam seu sustento dos serviços burocráticos do Estado deveriam ter seus méritos analisados com cautela pois, *a priori*, seus meios de vida dependiam do governo, o que lhes subtraía grande parte de sua autonomia, comprometendo a atuação legislativa. A ênfase na importância da renda, propriedade e saber na escolha dos legisladores também foi o fundamento da adoção, na Constituição de 1824, de critérios censitários para o voto e a candidatura como modo de garantir uma “boa representação”, consoante com a maneira de seleção prevalecente nos demais sistemas representativos ocidentais da época – nos quais a exclusão de boa parte da população era uma virtude, pois impedia a participação de setores pouco esclarecidos ou dependentes de poderes locais na eleição dos governantes.

A campanha eleitoral propriamente dita também tinha seu espaço nos jornais. Foram encontradas diversas listas de candidatos recomendados pelos periódicos. A título de ilustração, cabe a que a *Aurora Fluminense* publicou no dia 30 de julho de 1828: major Antônio José do Amaral (diploma superior); padre Antônio João de Lessa (diplomado e fazendeiro); Aureliano de Souza e Oliveira (juiz de fora); Antônio Pereira Barreto Pedroso (“moço magistrado”); Francisco Gomes de Campos (proprietário, funcionário público, “de instrução”); João Mendes Vianna (proprietário); Francisco Antônio Leite e Manoel Teixeira da Costa (negociantes); Antônio Pereira Pinto (fazendeiro); e Cândido Baptista de Oliveira (lente da Academia Militar). As profissões dos indicados estão entre aquelas tidas por confiáveis para lidar com o poder, e o único funcionário público a figurar na lista é também proprietário e “de instrução”, preenchendo assim outros requisitos fundamentais para uma atuação fidedigna, segundo as concepções liberais vigentes.

Quando foi criticada pelo jornal *Constitucional Rio Grandense* (publicado em Porto Alegre), por fazer campanha aberta para o candidato Cândido Baptista de Oliveira,⁶ a *Aurora* (20 out. 1828) assim justificou seu procedimento: “A proposição franca do candidato [...] oferece um meio para se discutir a capacidade, ou incapacidade do sujeito, e institui uma polêmica muito necessária para se efetuarem dignas escolhas”. Como se vê, a indicação dos candidatos era vista como um meio para discutir publicamente os atributos de cada um e de todos. E não era somente para os eleitores que os jornais dirigiam suas campanhas: a *Aurora*, de 18 de abril de 1828, publica grande “torcida” para a nomeação, pelo imperador, de Nicolau Vergueiro para senador da província de São Paulo, seguida de grande elogio das qualidades do até então deputado paulista.

Do lado oposto, a estratégia encontrada nos jornais analisados para minar candidaturas se baseava principalmente no relato de mudança da orientação política pela qual um candidato havia anteriormente sido eleito, como se tal atitude configurasse uma traição para com seus constituintes, que votaram em um programa e veriam outro ser defendido. Isso é exemplificado pela matéria publicada no *Jornal do Commercio*, de 06 de setembro de 1832, citada acima, que denuncia a viravolta de José Cesário de Miranda Ribeiro, e também pela lembrança da *Aurora*, de 18 de abril de 1828, que deseja que os eleitores não se arrependam pela escolha de Lúcio Soares Teixeira de Gouvêia para deputado, apesar de sua saída da oposição para o campo áulico.

De todo o exposto, evidencia-se que a imprensa do período era ferramenta importante para a política cotidiana, por dirigir-se a um público maior do que

6. Os termos do jornal foram os seguintes: “[a folha gaúcha] acha *tedioso*, e *cheirando a suborno* inculcar a qualquer para Deputado por meio de *uma folha pública*”. Grifos da autora.

aquele frequentador dos tradicionais espaços políticos, e também por se propor a convencê-lo a sustentar nas urnas as opiniões ali defendidas.

Além de questões políticas mais concretas e imediatas, os periódicos engajaram-se também em discussões sobre as premissas do governo constitucional. Os textos privilegiados aqui dizem respeito à liberdade de expressão dos pensamentos.

Os jornais trataram da liberdade de imprensa de diversas maneiras. Inicialmente, é interessante explorar as defesas de princípio, que se escoram na sua essencialidade para o florescimento do sistema constitucional representativo, ilustradas pelo seguinte trecho extraído da *Aurora Fluminense*, de 04 de janeiro de 1828:

Liberdade de imprensa é sem dúvida a arma mais poderosa para destruir os planos dos inimigos do Estado, o remédio mais eficaz para sanar antigas enfermidades na Administração da Justiça [...]. Como se pode aumentar a instrução pública sem um livre canal, por onde ela se espalhe? Como pode ser patente a inobservância da lei com a coibição da imprensa? [...] Em uma palavra, o menor passo dado para o mais leve ataque da liberdade de imprensa, no instante, em que ela sofrer o mínimo toque das mãos de seus *rusguentos* inimigos, contaí com a vinda de um próximo choque nos Negócios do Estado. (Grifo da autora).

Essa passagem informa duas ideias diferentes a respeito das funções atribuídas à atividade periodística por Evaristo da Veiga. A primeira é a de salvaguardar o Estado dos ataques de seus inimigos, provavelmente por meio da instrução do povo a respeito dos benefícios da estrutura institucional adotada e do conhecimento da atuação governamental a seu favor; a outra, fiscalizar a aplicação das leis e denunciar seu descumprimento. A coibição do jornalismo, portanto, facilitaria a subversão dos negócios do governo, já que lhe proporcionaria um tratamento obscuro, assim como a predominância de interesses privados.

Outro bom exemplo desse enfoque é do *Diário de Pernambuco*, de 05 de fevereiro de 1828:

Todas as verdades são úteis ao público, e a sua disseminação é sempre uma vantagem, exceto quando injuriam. Dizer o contrário é o mesmo que sustentar que as trevas são a luz, e que o não-senso é razão. Contra isto às vezes o poder condescendia fazer-nos certas confidências sobre os perigos desta liberdade, mas os seus receios não menos descobrem a sua má-fé, do que a insuficiência de suas precauções [...]. Não há portanto no poder interesse algum em cativar os pensamentos senão quando ele quer arbitrariamente dispor das pessoas, dos bens e da indústria.

Do trecho, depreende-se a ideia de que qualquer tentativa de um governo de limitar a liberdade de expressão trabalharia no sentido de podar a racionalidade

de sua administração, pressuposto de uma legislação aplicada igualmente para todos e criada para isso a fim de promover distinções e privilégios.

No ano seguinte, o *Diário de Pernambuco*, em 20 de agosto de 1829, questionando doutrina publicada nas folhas de seu rival absolutista, o periódico *Amigo do Povo*, questiona nas mesmas bases a censura prévia dos escritos:

Nós vamos defender contra as subversivas doutrinas do Amigo do Povo, a utilidade e o direito da liberdade de imprensa [...]. Ser a liberdade de imprensa o santelmo, e o luzeiro de um sistema constitucional, e ser a base mais sólida de um governo livre, está já decidido: e basta um artigo de nossa Constituição. [...] Mas querer reprimir pela censura o uso da imprensa, só porque dela se pode abusar, então bem poucas coisas nos seriam permitidas, pois até da religião se abusa [...]. E porque podem nos resultar alguns danos, devemos privar-nos de todos os bens e, ainda mais, aos inapreciáveis benefícios que podem resultar? [...] Nada tem tanto aviltado a humanidade como a censura: parece que o gênio devastador, esse espírito da ignorância e da maldade, não farto de forjar cadeiras para agrilhoar os homens, concebendo essa monstruosa ideia, voara sobre a terra e a suscitara aos déspotas! Não admira pois, que eles a tenham abraçado, decretado e autorizado, porque ela lhes é tão própria, como a maior cooperadora do despotismo, quanto a liberdade da imprensa é o antemural da liberdade dos povos. Não admira que os déspotas temam a imprensa mais que quantos exércitos se possa imaginar.

Fica clara a relação que se estabelece entre o poder absoluto, detentor do privilégio da informação a respeito dos negócios públicos, e a irracionalidade de sua legislação. No século XIX, o das Luzes, não havia espaço para tal modo de conduzir a política – era a racionalidade, a verdade das coisas, o objetivo da administração liberal, e esta só poderia ser atingida por meio de debates abertos, dos quais pudessem participar todos os cidadãos que desejassem, informados corretamente sobre todos os aspectos que poderiam comprometer seu julgamento. Essa ideia, particularmente, é traduzida nas seguintes palavras, proferidas meses antes no mesmo *Diário de Pernambuco*, em 15 de fevereiro de 1829, em artigo especial sobre a lei de liberdade de imprensa: “Se com o ardor da discussão e com o esforço de indagar é que se apura quanto a habilidade intelectual é capaz de produzir – a não ser este o meio de chegar à verdade, qual será ele?”.

Outra função atribuída à imprensa era a de contribuir com o avanço da instrução geral, explorada de formas diferentes pelos jornais da Corte. *A Aurora Fluminense*, de 25 de fevereiro de 1828, defendendo a necessidade de maior divulgação dos trabalhos ministeriais, afirma:

Julgamos que sem *luz*, sem muita *luz*, nada poderemos levar adiante, nem conseguiremos que o Povo tome parte naquilo que não conhece, e que ao primeiro aspecto

se afigura esconderem-lhe. É necessário que os dignos membros do governo [...] se afastem dessa rotina de velhos e tortuosos *chicaneiros* [...] que tão mal se casa com o espírito do tempo e com as nossas instituições.

A preocupação com a publicidade dos atos do governo está intimamente relacionada, pelo redator, à educação política da população brasileira, que deveria se habituar a vê-los publicados e a formar juízo sobre eles, primeiro passo para que pudesse influir nas decisões ministeriais. A edificação de cidadãos interessados e engajados politicamente, então, dependia de uma pedagogia que os capacitasse para a atuação política, a ser encampada tanto pelo governo quanto pelos redatores independentes, e veiculada primariamente pela imprensa.

O *Jornal do Commercio* também expressa, em momentos distintos e relativamente distantes – o que sugere certa estabilidade de tal ponto de vista na redação do jornal –, esse comprometimento com a ilustração do povo, mas de modo a afastá-lo da política para que os verdadeiros detentores do poder pudessem governar em paz, como por exemplo os seguinte trechos, publicados em 20 de julho de 1830 e 09 de maio de 1836, respectivamente:

Se o redator do *Jornal do Commercio* não receasse ser taxado de pedantismo, recomendaria em nome do bem público aos que têm tomado sobre seus ombros a árdua tarefa de guiar a opinião pública, que, em vez de doutrinas perigosas, por não poderem ser bem compreendidas por grande parte de seus leitores, preferissem instruir o público nos princípios da moral, base de todas as virtudes, no amor à ordem, e obediência às leis.

É hoje o regresso o grande tópico de todas as folhas públicas, o objeto das conversações, a senha com que saúdam e fazem conhecidas certas pessoas, e a palavra mágica que aviva esperanças, e desperta entusiasmo, em parte amortecidos [...]. Chamem a população aos cuidados domésticos, à indústria, ao trabalho: apartá-la da política, das intrigas, é o único meio que resta a tentar, e que provavelmente será mais profícuo que envolvê-la em novos partidos, em *progressivos* e *regressivos* [...]. Interessem-se todos na marcha administrativa, porque o bem ou mal sobre eles vem a recair; mas consintam que só as autoridades governem, e trate cada um de seus necessários negócios, que haverá sossego e prosperidade no país; mas, sobretudo, evitem novas dissensões, e não venha uma simples palavra atear de novo no Brasil intrigas em parte amortecidas.

Esse mesmo tipo de manifestação, a respeito da preocupação popular com os negócios do Estado, já havia sido publicado anteriormente pelo *Jornal do Commercio*, em 02 de outubro de 1832, por meio do tom sarcástico e aristocrático do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, conhecido pelo nome do jornal que publicava em Recife, o *Carapuceiro*:

O alfaiate, ao invés de estar em sua loja, cortando panos e fazendo roupa, traz a corda aos fregueses semanas, e semanas; por que vive talhando governos, gizando constituições, e alinhavando rusgas: o sapateiro já não quer saber de couros e solas; só fala em gazetas. O barbeiro, dá para publicista! Isso é uma peste; é nossa cólera morbus. [...] enjoa ver por este nosso mundo tanta gente ociosa, e todos profundíssimos políticos.

A ideia defendida pelo *Jornal do Commercio* está clara: a imprensa deveria lembrar ao povo suas obrigações cotidianas, estimular sua dedicação ao trabalho e incitar seu amor ao sistema constitucional e sua obediência às leis, em vez de incentivar iniciativas políticas – estas cabem às autoridades, às quais deveria ser garantida a calma necessária para a boa governança. Mais do que tudo, a imprensa não deveria engajar-se na criação de novas cisões, nem no encorajamento político do povo, mas sim trabalhar pela unidade da classe política e pela tranquilidade do país.⁷

Da educação moral da população também dependia, segundo o *Jornal do Commercio*, de 13 de janeiro de 1830, a obediência das leis de abuso da imprensa:

O remédio dos abusos inevitáveis da Liberdade da Imprensa não está na Lei: diremos ainda mais, supomos que nunca poderá estar aí: é mister buscá-lo debaixo de outra forma, e em um modo mais sólido. Este remédio é a ilustração, e a moral pública: é a justa indignação, e desprezo, com que os homens sensatos olham o homem petulante que injuria aleivosamente a um cidadão, ou calunia-o debaixo de qualquer pretexto.

Como a instrução pública dependia da imprensa decente, o movimento do jornal cria um sistema de retroalimentação no qual a melhoria da educação repercute na qualidade da imprensa (que se dirige a leitores cada vez mais conscientes e exigentes dos atributos necessários ao bom jornalista), o que por sua vez contribui ainda mais para a ilustração dos cidadãos.

Quando se trata de defender a expansão do periodismo por meio da redução dos impostos de frete, no entanto, o *Jornal do Commercio*, de 11 de agosto de 1836, adota uma posição mais semelhante à dos jornais liberais moderados. Reivindicando uma reforma na legislação, afirma que “custa conceber como os

7. Os dois últimos trechos destoam inegavelmente do anterior, extraído da *Aurora Fluminense*. A discordância é bem ilustrativa da distância ideológica entre os dois jornais. O *Jornal do Commercio* sempre esteve próximo do governo imperial e defendia abertamente os ministros dos ataques proferidos contra eles, seja da Câmara dos Deputados ou de outros periódicos. A *Aurora Fluminense*, pelo contrário, destacou-se por um diálogo recorrente com a Câmara a respeito de suas obrigações e decisões, e também pela preocupação em resguardá-la dos ataques daqueles que chamava de absolutistas ou déspotas.

legisladores [...] consentiram em carregar com semelhante gravame os *veículos da instrução*”. Mais à frente, afirma:

A lei [que estabelecia o pagamento do porte dos jornais] tende a sufocar um ramo da indústria nascente entre nós, a nobre arte tipográfica [...]. A lei vigente obsta a que se instrua o povo, a que se desenvolvam os dons com que a natureza o dotou; ataca de alguma forma a liberdade da imprensa, um dos primeiros elementos do sistema constitucional. E como poderão as províncias longínquas conhecer as necessidades do país? Onde irão elas saber se os seus representantes merecem a confiança que neles depositaram, e se se têm mostrado dignos de novamente as representarem, quando tenham de procurar outra vez os seus sufrágios? [...] O excessivo imposto que ora pesa sobre os periódicos contribui a perpetuar esta ignorância; cumpre então removê-lo.

O mais importante aqui é a lembrança do papel fundamental exercido pelos periódicos no fornecimento de informações a respeito da atuação dos representantes políticos das províncias, que não gozavam do privilégio dos habitantes da Corte de poder assistir às sessões legislativas, e por isso dependiam dos relatos publicados nos jornais. Sem eles, os eleitores não poderiam tomar decisões acertadas nas eleições, e isso fatalmente comprometeria o sistema representativo brasileiro.

Depreende-se aqui o entendimento do papel pedagógico atribuído à imprensa: de modo geral, os redatores das folhas, localizados em qualquer ponto do espectro político, reivindicavam essa missão em nome do esclarecimento e civilização do povo brasileiro, pois também se julgavam possuidores das “luzes” necessárias para tanto. Como notou Marco Morel (2005, p. 218),

tal convergência era um dos componentes básicos desta época de liberalismo tocado pelas *Luzes*: a legitimidade dos redatores que se constituíam em agentes propagadores deste *esclarecimento* em todas as direções. Estes homens de letras apresentavam-se como cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejava levar a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional.

Forma mais direta encontrada para explorar o tema da liberdade de imprensa foi a discussão sobre a legislação que a regulava. O exemplo mais bem acabado dessa iniciativa foi encontrado no *Diário de Pernambuco* que, entre os dias 01º e 16 de fevereiro de 1828, publica um longo editorial no qual expõe a organização que considera ideal para a lei de liberdade de imprensa.

No primeiro dia de publicação, 01º de fevereiro, o autor Americus faz considerações gerais sobre a imprensa e sua importância no combate ao absolutismo: “Tanto mal tem feito a liberdade de imprensa à supressão dos déspotas como à licença dos liberais”, e enfatiza a necessária virtude de encontrar o meio

termo entre o ataque contínuo ao governo e aos direitos e a adulação que não comporta a censura necessária ao progresso do Estado. A crítica ao governo era vista como uma das principais funções da imprensa, que deveria trazer ao público as malversações de funcionários e políticos, assim como a situação dos negócios governamentais. Vale notar também que não é somente o despotismo a preocupação do autor; a licenciosidade dos liberais, que muitas vezes extrapolavam os limites da monarquia constitucional, chegando a sugerir a república ou outros avanços políticos modernos debatidos e/ou adotados em outros países, também deveria ser contida pela boa imprensa e pela boa legislação.

Americus continua, definindo os casos de abuso de liberdade de imprensa nos quais caberia punição:

A licença perigosa na liberdade de imprimir consiste unicamente em injuriar, em caluniar, e em concitar a desobediência ou a insurreição [...]. A injúria, a calúnia, a sedição vêm portanto a ser o que uma lei de liberdade de imprensa deve definir e castigar [...].

As penas para os escritores que se atrevessem a violar a vida privada do cidadão ou prejudicar sua imagem pública com mentiras, de acordo com o *Diário de Pernambuco* em datas diferentes, deveriam consistir basicamente em reparações, como multas e a imposição de desdizer-se em público, sendo o autor contrário a penas excessivas, com o risco de desincentivo à atividade jornalística no texto publicado em 12 de fevereiro de 1828.⁸

Apesar de preocupar-se com a faceta negativa da liberdade de imprensa, Americus dedica a maior parte do artigo a elencar as possibilidades de crítica ao governo, como se vê neste trecho publicado no dia 14 de fevereiro de 1828:

Primeiramente, um governo pode ser censurado quanto ao seu sistema em geral, quando a linguagem for temperada e não veemente; sobretudo quando não houver alusões maliciosas a intenções perversas, e a desígnios sinistros. Fora disto tudo o mais é permitido como censura; nem há outro meio de mostrar os vícios de uma administração [...]. Em segundo lugar, num governo constitucional, em que o bom êxito do esquema depende “intutum” da boa escolha dos representantes, é também impossível haver esta boa escolha se não houver liberdade de censurar [...]. E como pode o eleitor, sem a censura e o exame da liberdade de imprensa, conhecer os caracteres de quem se apresenta com as qualificações ostensivas de representante? Como pode fazer-se conhecida a conduta dos que foram eleitos? É

8. Tal sistema de condenação foi sugerido, durante os debates da lei de abuso, pelo então deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, para quem a principal punição a ser cominada aos infratores era a obrigação de retratar-se publicamente no mesmo jornal em que circulou o texto criminoso. Apesar do empenho do deputado, sua sugestão não vingou – seus colegas acreditavam na necessidade de penas mais rígidas para afastar os publicistas dos ímpetos caluniadores.

uma verdade confirmada pela mais constante experiência que onde quer que um corpo de indivíduos manejar o poder, se o público não tiver meios de conhecer como eles o manejam, terão eles sempre meio seguro de se aproveitarem da sua situação e de a converterem só em seu benefício [...]. Além disso, não se pense que a censura da imprensa haja de restringir-se a mera narração de um fato; será permitido também formar juízo sobre a utilidade, justiça e moralidade desse fato [...]. Se a censura consiste unicamente na liberdade de dizer cada um francamente a sua opinião, faz aparecer a verdade no meio do contraste, sem degradar nem insultar a autoridade do legislador ou do magistrado [...] poucas vezes se erraria em chegar a uma conclusão exata e verdadeira.

Há de se notar, inicialmente, a menção à linguagem adequada a uma discussão política: era generalizada, à época, a noção de que as boas exposições deveriam encaminhar-se em linguagem culta e tranquila, sem arroubos apaixonados ou ofensas de qualquer tipo.

O segundo ponto de interesse é a implicação entre sistema representativo e liberdade de censura, estabelecida por conta das eleições e da consequente necessidade de informar os eleitores a respeito da atuação de seus representantes (no caso daqueles que concorressem à reeleição) ou de seu caráter e qualificação. Aqui surge uma função da imprensa ainda não tratada pelo autor, mas presente em diversas outras manifestações de redatores, que é a de participar ativamente das eleições, elegendo candidatos ou arruinando candidaturas, mas sempre trabalhando pela instrução do público naquilo que é de seu interesse.

Por fim, há a reivindicação de que à imprensa não é reservado o direito de somente relatar acontecimentos, sem exprimir juízos de valor sobre eles. Americus defende que aos periodistas seja amplamente permitido divulgar suas opiniões sobre os fatos, a fim de que o debate permita que se chegue à verdade. Repete-se a crença iluminista no poder libertário do debate aberto e racional, e a função atribuída (também autoatribuída) aos publicistas de formarem e guiarem a opinião pública nacional.

No ano seguinte, no entanto, muda sensivelmente o tom empregado pelo *Diário de Pernambuco* na defesa da liberdade de imprensa, com certeza por conta dos levantes populares nas proximidades de Recife (Afogados e Santo Antão) e da crescente propaganda absolutista levada a cabo por jornais como o *Cruzeiro* e o *Amigo do Povo*⁹. Ante tal ofensiva política, o jornal exalta os redatores, com linguagem inflamada, a cumprir sua missão constitucional em 07 de maio de 1829:

9. Como recurso irônico, todas as vezes que o nome desta última folha era citado no *Diário de Pernambuco*, a palavra “Amigo” vinha impressa de ponta-cabeça, exprimindo a inversão de sentido que os redatores julgavam ocorrer.

Sendo bem regulada a liberdade de imprensa, justamente considerada por todos os políticos como o ante-mural da liberdade civil e política [...]; sendo ela o verdadeiro termômetro pelo qual se pode graduar o estado de civilização e adiantamento das nações [...]; e enfim o espelho onde os maus vêem a enormidade de seus crimes; também é mister confessar que nenhuma coisa é tão perigosa na ordem moral e política quanto o abuso dessa liberdade tão inestimável quando bem regulada. Ultrapassadas as barreiras legais, ela é o veículo dos insultos à divindade; dos sarcasmos atirados às autoridades supremas, em cujas mãos reside o poder; introduz a desconfiança entre os iguais, rompe o nexos social, e o povo é lançado na *desordem e na anarquia*, e tudo é confusão [...]. É aproveitando-se desse *mimo do céu*, e evitando os escolhos e párias perigosos que o cercam a cada passo, que os nossos escritores públicos, votados de coração ao interesse da pátria, devem tomar a pena para aconselharem os Povos ao amor e aferro às *boas* instituições constitucionais [...], à devida obediência às autoridades e levando-os como que pela mão à prática das virtudes cívicas; enfim fazendo-lhes ver que o interesse particular deve confundir-se no interesse geral, assim como a unidade na multiplicidade do todo; deste modo eles preenchem um fim e ministério muito nobre e elevado, e fazem-se dignos dos nossos respeitos [...]; se porém eles, vendidos a um partido, ou este tenda para a democracia ou absolutismo, [...] manejam a pena para proferirem insultos [...] e mancham suas páginas com o fel da maledicência [...] e ridicularizam a torto e a direito as coisas mais sagradas, longe de colherem as bênçãos de seus leitores, vêem chover sobre suas cabeças maldições [...]. Não é revolucionando os povos que os nossos escritores devem procurar a felicidade do povo; é instruindo-o nas verdadeiras máximas da religião e da moral, ensinando-o a respeitar o governo e as autoridades e aos outros homens, fazendo-o gostar em paz das doçuras do governo constitucional, evitando, se lhes é possível, o aparecimento de qualquer tendência para mudar o sistema atual, dando-lhes exemplo de moderação e de virtude: é deste modo que eles podem e devem trabalhar para a felicidade de nossa pátria [...]. É por fim do mais estrito dever [dos nossos escritores públicos] velarem na manutenção e progresso do sistema constitucional, mostrando sua excelência e primazia sobre todas as outras formas de governo, delatando aqueles que [...] se ocuparem por espalhar uma doutrina oposta e subversiva ou trabalhar por derrubar esse edifício majestoso, para sobre as suas ruínas levantarem o vacilante e perigoso governo democrático, ou carunchoso e sedição absolutismo [...]. Se porém nossos escritores públicos não seguirem o trilho verdadeiro, que temos marcado, adeus liberdade de imprensa, adeus a melhor das garantias constitucionais; sua licença atrairá o ódio e a execração pública, e seu silêncio e nulidade a fará reputar desnecessária a liberdade dos povos. (Grifos da autora).

O início da citação reafirma o princípio da liberdade de expressão: é pela imprensa que se pode avaliar o grau de avanço político atingido por uma nação (evidentemente, numa escala que toma como base a civilização europeia).

Contudo, a ênfase do artigo não cai sobre as vantagens de um jornalismo livre, mas nos perigos de seu exercício destemperado. Demonstrando um imenso temor em relação ao potencial subversivo da imprensa, afirma que ela pode estremecer as relações sociais e estimular o povo à desobediência. Não foi possível verificar a veracidade dessas afirmações, mas sua enunciação demonstra que circulava pelos partidários do projeto constitucional certo sentimento de medo da multidão que, se não pode afirmar indubitavelmente o poder mobilizador do periodismo, ao menos evidencia um alcance maior do que permitem supor os estudos sobre a população brasileira letrada do século XIX.¹⁰

Aos escritores, o editorial conclama que se esforcem no sentido de fortalecer o sistema constitucional perante o povo, defendendo as “boas” instituições (curiosamente, dá essa classificação por óbvia, e não se preocupa em defini-las)¹¹ e mostrando sua vantagem em relação às outras formas de governo, então conhecidas e defendidas como opções de organização do Brasil: a democracia ou o absolutismo. O papel pedagógico não poderia estar mais explícito: a condução tranquila do povo rumo à verdade política e moral, jornada edificante da qual surgiria grandioso o império brasileiro, deveria ser encampada pelos “bons” jornalistas – aqueles que, compreendendo o interesse geral, demonstrariam zelo patriótico suficiente para deixar de lado paixões e partidos momentâneos. Se, no entanto, o periodismo mostrar-se incapaz de compreender esse aviso, colocará em risco não só sua credibilidade como porta-voz da opinião pública brasileira, como também, e mais gravemente, a própria ideia de liberdade política e civil. O caráter elitista da opinião pública, como entendida pelo redator, lembra a observação de François-Xavier Guerra de que, da mesma maneira que o regime representativo conciliava a soberania de todos com o exercício do poder por poucos, também a noção corrente de opinião pública reproduzia uma divisão entre agentes ativos, seus formadores, e um público passivo e silencioso, do qual os primeiros obtinham legitimidade. Assim,

el papel activo en la formación de la opinión pública pertenece a los “sabios” [...]. Existe por tanto “en los países civilizados” una magistratura moral de la opinión, confiada a unos pocos, a “un cuerpo consagrado por la naturaleza de sus ocupaciones a enseñar y proponer los medios para hacer feliz a la patria”. El carácter elitista de este grupo motor y su sentimiento de superioridad hacia el vulgo son evidentes. (GUERRA, 1993, p. 272).

10. De acordo com Hélio Seixas Guimarães (2004), não existia no Brasil, até 1872 (data de conclusão do primeiro censo nacional), uma noção exata das dimensões do analfabetismo. Essa informação abalou profundamente os ânimos de escritores, segundo Guimarães. O atraso da instrução pública e das letras no país era constantemente alardeado como medíocre e insuficiente, mas por algum motivo seu tamanho real era subestimado.

11. Da mesma forma, toma como dado e consensual o “interesse da pátria”, ao qual deveriam servir os redatores das folhas.

A aprovação da lei contra os abusos de imprensa, em setembro de 1830, enseja, alguns meses depois, um editorial celebratório do *Diário de Pernambuco*, de 12 de novembro de 1830:

[...] em que parte da Terra, e em que quadra política por lamentável e calamitosa, a imprensa tem apadrinhado mais do que em Pernambuco criminosos desvios de educação, insultuosas exprobrações particulares, odiosas e abjetas individualidades, torpes e privadas discrepações? Quando, e em que nação viu-se a imprensa, que só deve ser destinada à consagração da verdade, que deve servir somente de depósito aos sagrados princípios da casa dessa divina filosofia, que tem descortinado entre as trevas do despotismo os sacrossantos direitos do homem, e que parece inventada para ser fiel confidente das elucubrações do sábio, reduzida ao vil estado de fonte de corrupção, de foco de desmoralização?

Uma tal aberração do legítimo fim [...] não podia durar muito, era necessariamente insubsistente; e os gravíssimos e palmares defeitos da lei que nos regia sobre a liberdade de imprensa não podiam certamente escapar da sagacidade e patriotismo dos nossos beneméritos representantes [...] não hesitaram todavia um rodear a que hoje nos oferecem daquelas cautelas e precauções repressivas que tanto invocavam todas as pessoas esclarecidas e sensatas, sem contudo lançar mão desses meios proibitivos, que são sempre odiosos, nem de forma alguma ferir e mutilar a vasta e espaçosa base sobre que deve repousar e fundamentar-se uma instituição desse gênero.

Na verdade, quem ousará censurar a admirável disposição da nova lei, em que se exige como condição capital que o responsável de qualquer escrito, desde o impressor até o autor, esteja no perpétuo gozo de seus direitos? [...] nós sabemos que em legislação não há bondade absoluta, por isso que as leis devem se acomodar aos usos, aos hábitos, ao caráter, à civilização [...] dos povos; e por consequência a lei em questão pode ser demasiadamente rigorosa e sobremaneira severa num país onde não hajam colunas e escravos e onde não se violem os princípios da decência e do decoro e ser (desgraçadamente) boa para o Brasil, onde essa infame cáfila de réprobos e servis não cessa de conspirar contra as nossas liberdades, ora atacando com grosseiros doestos o Código sagrado que juramos [...], ora tentando poluir com cavilações e calúnias a inatacável reputação dos liberais [...]. Cuide o povo em nomear um júri esclarecido e verdadeiramente popular [...], e então veremos aventada e discutida a marcha das autoridades, conhecidas e analisadas as instituições do governo, patenteados e corrigidos os abusos do poder, apoiada e garantida a inviolabilidade da lei, e finalmente protegidos e respeitados a vida privada e o segredo das famílias.

A felicitação aos benévolos representantes pela lei inicia-se com a descrição de um quadro terrível dos abusos que deturpavam a função da imprensa: calúnia, difamação, exposição da vida privada, corrupção. A conclusão é a de que seria uma lei severa demais em qualquer país que não lutasse internamente tanto

contra os absolutistas como contra os revolucionários, porém necessária no Brasil. O dispositivo legal que determinava que toda a cadeia de responsáveis pela publicação de um jornal deveria estar em pleno gozo de seus direitos – que restringia consideravelmente a possibilidade de exercício do periodismo – também é elogiado, assim como a não adoção de nenhum tipo de censura prévia. Na visão do jornal, a lei era um avanço e dali em diante só dependeria do povo, a quem cabia a nomeação do júri que analisaria os processos, sua justa aplicação e a consequente moralização da imprensa.

O entendimento de que tais rigores não eram compatíveis com o regime liberal, adotados apenas porque necessários diante da situação política do país, também surgiu, nesses mesmos termos, quando da discussão da lei na Câmara dos Deputados, indicando a existência generalizada, entre as elites ilustradas brasileiras, do sentimento de que punham em curso um processo civilizatório no Brasil por meio das instituições que então se implantavam (NUNES, 2010).

Considerações Finais

Tanto a atuação política direta quanto a análise filosófica, publicadas pelos jornais analisados, sugerem que os redatores dessas folhas compreendiam a si mesmos, e assim atuaram, como agentes políticos importantes na conformação do sistema constitucional, seja pela ação direta de cobrança das autoridades, seja pelo exercício de formação e informação da nascente opinião pública brasileira.

Esse entendimento só seria possível num contexto no qual a configuração de uma monarquia constitucional representativa se tratasse de uma séria tentativa de dotar o país de instituições liberais, cuja finalidade era permitir uma inclusão controlada (e limitada) de novos setores sociais na administração do Estado, angariando, desta forma, um novo tipo de legitimidade, baseada no seu caráter público.

O cuidado em informar os cidadãos da conduta de seus representantes, e mesmo de membros do governo cujos cargos não dependiam de eleições, está relacionado com a percepção de que os negócios estatais deveriam ser submetidos ao princípio da publicidade, segundo o qual as informações a respeito da administração do Estado são de interesse e domínio público, a fim de que sejam continuamente submetidos a um processo de debate que garantiria sua racionalidade e correspondência com o interesse geral.

A preocupação com a instrução pública, de maneira análoga, inscreve-se na percepção de que somente um povo instruído nos benefícios de seu sistema político poderia desfrutar de uma existência política completa, e a ausência de um nível aceitável da educação moral e formal foi o que justificou, durante muito tempo, a exclusão de amplas camadas sociais da cidadania ativa. Como membros do seletor grupo de cidadãos completos, alguns publicistas externaram

sua disposição de concorrer com os meios de que dispunham para aumentá-lo, tanto por meio de reivindicações pela melhoria da instrução pública formal quanto pela inserção de conteúdo educativo em suas próprias folhas. Outros revelaram ideais políticos mais elitistas, advogando a separação entre os reinos do trabalho e da política – o segundo, naturalmente, reservado aos cidadãos mais capazes, mais ricos, mais instruídos. Mas mesmo esses reconhecem a importância da extensão da educação formal, a fim de que os responsáveis pelo mundo do trabalho o fizessem de forma mais eficiente e disciplinada.

De qualquer forma, fica registrado o consenso dos redatores dos periódicos analisados em torno da adoção e manutenção do sistema monárquico constitucional representativo e também a disputa por influência na regulamentação de seu funcionamento, pois ainda estavam em aberto questões fundamentais, como, por exemplo, a divisão das atribuições dos poderes executivo e legislativo, que quando decididas alterariam profundamente a fisionomia do regime. Além disso, é notável a importância do discurso da importância do governo representativo como indutor de transformações na índole política do povo brasileiro, naquele momento ainda compreendida como pouco afeita às instituições liberais. Estes atores, então, admitem ajustes, temporários ou não, no próprio sistema, a fim de manter o modelo geral de organização política e de colaborar com o aperfeiçoamento das instituições, naturalmente de acordo com o que acreditavam ser o interesse nacional.

Referências

Fontes primárias

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro: Graf. Edit. Jornal do Comercio, 1827-1836.

Aurora Fluminense: jornal político e litterario. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1827-1828.

Diário de Pernambuco. Recife: Diário de Pernambuco, 1827-1830.

Fontes secundárias

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independências*: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial MAPFRE; México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis*: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX. São Paulo: Nankin Editorial: Edusp, 2004.

- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla (orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2008.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. São Paulo: Com Arte, 1988.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Galimard, 1985.
- SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Comércio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quórum, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

O *tour* da Bahia: o manuscrito
de Boniface Bellons e a
literatura de viagens europeia
do início do século XIX

Frederico Tavares de Mello Abdalla

Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (2017) e bolsista
do Pnap/FBN (2018-2019)





Resumo

A proposta é iniciar uma primeira aproximação com o manuscrito *Description of a Voyage to Bahia*, de suposta autoria do britânico Boniface Bellons. Trata-se de um relato de viagem sobre o Brasil (1824), guardado no acervo da Biblioteca Nacional, e até o presente momento desconhecido dos historiadores. Uma leitura prévia desse texto permite inscrevê-lo no âmbito da literatura de viagens dos séculos XVIII-XIX ao lado de eruditos(as) como Robert Southey, James Henderson, Henry Koster e Maria Graham, guardadas suas especificidades. Estes compartilhavam do gosto pela viagem enquanto experiência de conhecimento, uma prática cultural de longa tradição no *Grand Tour* europeu. O principal objetivo aqui é tornar visível o texto inédito de Bellons, examinando-o na intersecção de condicionantes como erudição, curiosidade, espírito de aventura, sentimentalismo e prazer. Para isso, utilizará de aportes teóricos e conceituais por parte da historiografia cultural das viagens.

Palavras-chave: Literatura de viagens. Brasil Império. Grand Tour. Bahia.

Abstract

This paper aims to start a first approach to the manuscript entitled *Description of a Voyage to Bahia*, supposedly written by British writer Boniface Bellons. It is a travel writing about Brazil (1824) kept in the National Library of Brazil and, until now, unknown to historians. A previous reading of this text allows one to place it within the scope of travel literature of the 18th-19th centuries alongside writers such as Robert Southey, James Henderson, Henry Koster, and Maria Graham. All of these authors shared a taste for travel as an experience of knowledge. The aim here is to make the unpublished Bellons manuscript visible to scholars, to examine his text at the intersection of some elements of travel culture such as erudition, curiosity, spirit of adventure, sentimentality, and pleasure. In order to do so, our paper will make use of theoretical and conceptual contributions from the cultural historiography of travels.

Keywords: Travel literature. Brasil Império. Grand Tour. Bahia.



No acervo da Biblioteca Nacional, encontra-se digitalizado um extenso manuscrito intitulado *Description of a voyage to Bahia*, atribuído a um desconhecido inglês de nome Boniface Bellons.¹ Trata-se de um relato de viagem, datado de 1824, que narra o percurso marítimo desse viajante-escritor desde Liverpool até a Bahia com diversas impressões, descrições, reflexões e comentários pessoais sobre a travessia atlântica, o cotidiano do navio, os locais por onde passa e as pessoas, a cultura e a história do Brasil, recém-independente de Portugal. O texto, escrito de próprio punho, se alonga por 263 páginas sem quaisquer divisões internas, tampouco um índice de assuntos, contando apenas com a numeração das folhas. O estado do documento, de forma geral, é razoável e apresenta leitura sem grandes dificuldades, apesar de algumas folhas encontrarem-se manchadas e de difícil decifração.

Acerca do autor, pouco se sabe. O arquivista da Biblioteca Nacional, que datilografou uma folha introdutória ao manuscrito, comenta que nada encontrou nas fontes que consultara. Sabe-se apenas o seu nome, devido ao fato de o próprio autor revelá-lo em algumas passagens da segunda metade do manuscrito². Ainda assim, até o presente momento, não se encontrou quaisquer informações a respeito da história da escritura desse texto, tampouco dados biográficos de seu autor, o que permite levantar a hipótese de se tratar de um pseudônimo, algo relativamente comum no mercado editorial europeu de livros de viagem dos séculos XVIII-XIX.³ O fato do documento não ter sido publicado na época certamente favoreceu, ao longo dos anos, um obscurecimento ainda maior acerca de sua autoria e confecção. Assim, sua identidade, bem como seu histórico textual, enquanto exemplar do gênero literatura de viagens, permanecem como campos de pesquisa a serem explorados pelos estudiosos.

Diante desse quadro de pouca concretude externa ao texto, pode-se perguntar que interesse um documento obscuro como esse poderia ter para os historiadores? Que motivações levariam a sua abordagem? Em primeiro lugar, pode-se destacar que uma das funções dessa pesquisa é tornar a *Description of a voyage to Bahia* visível à comunidade de historiadores, apresentando sua transcrição e fazendo de imediato ampliar o número até então conhecido de visitantes do Brasil e, mais especificamente, da Bahia do século XIX. Embora inicialmente motivador, o ineditismo, por si só, não é suficiente para justificar uma pesquisa.

Em segundo lugar, partindo para o âmbito analítico, cabe iniciar uma aproximação com o texto de Bellons e contextualizá-lo no conjunto europeu e

1. BELLONS, 1824.

2. BELLONS, *op. Cit.*, p. 160, 167, 172.

3. Por exemplo, o oficial escocês James Ferrier escreveu um livro intitulado *Sketches of society and manners in Portugal* (1777-1778) sob o pseudônimo William Costigan; na França, o Barão de Cormatin Pierre Desoteux publicou a *Voyage du ci-devant duc du Chatelet en Portugal* (1798) sob o pseudônimo Duque du Chatelet.

britânico dos inúmeros escritos de viagens sobre o estrangeiro de finais do século XVIII e início do XIX. As abordagens podem ser múltiplas e mobilizam áreas diversas, tornando-a uma fonte praticamente inesgotável como é a literatura de viagens. Um pressuposto de análise a se levar em conta é que toda descrição de lugares e pessoas está condicionada a uma motivação prévia, a um repertório conceitual e às expectativas que antecedem a presença física do viajante, bem como a um campo discursivo estabelecido em um lugar e uma época.

Por fim, deve-se também inscrever o texto de Bellons nos debates teóricos atuais acerca da literatura de viagens, os quais procuram compreender os textos de viajantes do século XVIII e início do XIX como gêneros híbridos e abertos e onde matrizes como erudição, ciência e arte se entrecruzam, ainda que em um período de progressiva especialização desses campos em disciplinas separadas. Nesse caso, é preciso atentar para a forma, o estilo, o conteúdo, assim como para o contexto de produção e para a audiência a quem o autor se dirige.⁴

O contexto de Bellons e as viagens de conhecimento

De partida, é preciso situar o relato de Bellons no seu contexto de produção: a Inglaterra da década de 1820. Trata-se de um período localizado no intermédio entre o maior período de realização de viagens ilustradas pelos europeus (1780-1810) e o período de maior produção de escritos sobre a Bahia e o Brasil por estrangeiros (1830-1860). Bellons, portanto, faz parte do quadro de viajantes britânicos e europeus que ajudaram a realizar as primeiras descrições do Brasil em um momento de transição entre a condição de colônia portuguesa e a formação de um país independente.

Com a abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras em 1810, pouco tempo depois da chegada da família real portuguesa, um sem-número de viajantes, oriundos da Inglaterra, França, Áustria, Rússia, entre outros, visitaram o Brasil. Estavam facilitados pela navegação a vapor, os tratados comerciais e estimulados a reportarem o local, até então pouco conhecido na Europa, mas objeto de grande curiosidade. É preciso lembrar também que essa movimentação estava situada dentro de um amplo processo de busca de informações não só sobre a América, mas também África, Ásia e Oceania e articulava-se a formas de legitimação cultural da supremacia europeia sobre os demais povos, além de disputas imperialistas.

Os perfis sociais e econômicos desses viajantes, bem como seus objetivos, são diversos: missionários, comerciantes, militares, naturalistas, médico, artistas e aventureiros. Alguns percorreram diversas partes do território e fixaram-se por vários anos, enquanto outros estiveram apenas de passagem e conheceram

4. Sobre esse debate, ver: CRISTÓVÃO, 1999; RUBIÉS, 2000, p. 5-33.

apenas uma pequena porção deste. Alguns vieram com uma missão específica, patrocinados por instituições reais, enquanto outros, por iniciativa individual. As razões são inúmeras. Um dos casos mais famosos é o da Missão Artística Francesa, que aportou no Rio de Janeiro em 1816, apoiada por D. João VI, para difundir conceitos, técnicas e padrões artísticos em voga nas academias de arte francesas da época, consideradas do mais alto padrão de refinamento cultural. O pintor Jean-Baptiste Debret, por exemplo, se destacou dentro desse projeto como um grande observador da sociedade brasileira na época.

Nem todos produziram registros acerca de sua estadia, porém muitos deixaram suas impressões na forma de cartas, diários, memórias e relatórios, alguns intencionalmente elaborados para uma futura publicação, enquanto outros apenas por prazer pessoal.

É preciso considerar que já existia na Europa do século XVIII, uma tradicional cultura de viagens de conhecimento, dentro e fora do continente, cujas origens podem ser remontadas ao contexto do “renascimento comercial”, ainda na Idade Média. A literatura sobre essas viagens e suas transformações é considerável e pode ser retomada em outro momento. Para o âmbito desse artigo, o que deve ser destacado, com maior atenção, é a predominância de dois modelos conceituais de viagens de conhecimento: as “viagens eruditas” e as “viagens científicas”.

O primeiro é sintetizado na forma do *Grand Tour*, que, grosso modo, abrange inúmeras viagens de caráter privado protagonizadas pela aristocracia e burguesia abastada em direção a centros de cultura, educação e lazer espalhados em cidades da Itália, França, Suíça, entre outros. O objetivo dessas viagens vinculava-se a complementação de um processo educacional teórico que exigia também a vivência mundana, o aprendizado de uma nova língua, o refinamento dos gostos, o encontro com costumes diversos e a inserção de jovens de elite em novas redes de sociabilidade. Na Inglaterra seiscentista, o filósofo inglês Francis Bacon já assinalava o caráter aristocrático da viagem em um pequeno texto intitulado “Of travel”. Para Bacon, viajar era uma parte fundamental da educação dos mais jovens e, para os mais velhos, uma forma de experiência.⁵ Os resultados dessas viagens poderiam ser publicados na forma de livros contendo mapas, itinerários, impressões, descrições e curiosidades.

Essas obras, de modo geral, caracterizam-se por uma escrita rebuscada, com amostras de citações em latim de autores da antiguidade clássica e digressões filosóficas particulares. O termo *Grand Tour* surgiu na obra do padre católico inglês Richard Lassels *Voyage or a complete journey through Italy* (1670), fruto de sua experiência como tutor acompanhando jovens da elite inglesa em diversas viagens a Itália e suas importantes academias, museus, gabinetes e

5. “Travel, in the younger sort, is a part of education, in the elder, a part of experience”. BACON, 1908, p. 79-82.

sítios históricos.⁶ Embora o destino mais importante dos ingleses fosse a Itália, especialmente Roma e Nápoles, o *tour* contemplava também a passagem por locais culturalmente importantes como Paris e outras cidades da Suíça, Holanda e Alemanha.

Na segunda metade do século XVIII, essas viagens deixaram de ser exclusividade das elites aristocráticas e passaram também a incluir membros da burguesia abastada.⁷ Nesse período, há uma crescente alteração nos objetivos de realização dos périplos, passando-se a ter cada vez menos espaço para o estudo prolongado em determinados locais em detrimento de passagens mais rápidas estimuladas pelo lazer que, a partir de finais do século XIX, vai se transformar no turismo organizado. Embora esteja em curso uma profunda transformação do *Grand Tour*, mesmo em meados do século XVIII ainda era possível encontrar casos de viagens focadas em estudos prolongados e na busca de experiência formativa em cortes, universidades e academias.⁸

Já o segundo modelo de viagem são as “viagens científicas”. Estas são caracterizadas por um objetivo mais específico: coletar informações, descrever e desenhar espécimes vegetais, animais e minerais e fazer observação dos astros, clima, solo etc. Essas jornadas podiam ser patrocinadas por alguma instituição ou serem realizadas no âmbito particular, sendo protagonizadas por atores diversificados como navegadores, militares, clérigos e naturalistas, previamente instruídos e a serviço de alguma missão política ou religiosa. As viagens científicas mais exemplares do século XVIII foram as grandes viagens de exploração pelo Pacífico e ao redor do globo, como as do inglês James Cook e do francês Louis de Bougainville. Havia também as viagens científicas de exploração territorial patrocinadas pelos reis como parte de um processo de reconhecimento de seus domínios coloniais. Um exemplo do caso português é a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia e o Mato Grosso no Brasil entre 1783 e 1793. Embora as viagens científicas em locais distantes da Europa sejam as mais emblemáticas, elas não se realizavam com tanta intensidade quanto as no interior da própria Europa.

Nesse período, o naturalista sueco Lineu, autor do *Systema Naturae*, foi uma figura central na construção de um instrumental teórico e metodológico sobre a observação da natureza. Lineu havia elaborado um método rigoroso de classificação de todas as plantas existentes no globo e, ao longo dos anos, estabeleceu uma sólida rede de trocas de informações botânicas, zoológicas e

6. Apesar do termo ter surgido na obra de Lassels, o fenômeno europeu do *Grand Tour* remete aos séculos XVI-XVII. No mundo britânico, por exemplo, alguns editores, teólogos e filósofos já haviam escrito nesse período instruções e conselhos de viagem para a aristocracia como Richard Hakluyt, Samuel Purchas, James Howell e John Locke.

7. É importante lembrar que a classe burguesa já estava presente nas viagens holandesas desde o século XVII. Ver: VERHOEVEN, 2010, p. 615-634.

8. Sobre isso, ver: ILLIFFE, 1998, p. 357-385.

mineralógicas. O naturalista enviava constantemente seus alunos para jornadas na Europa e no estrangeiro a fim de recolherem plantas, animais e minerais para o Jardim e o Gabinete Real de Uppsala. Um dos seus projetos envolvia testes de aclimação de espécimes exóticas em países frios, visando a possibilidade de tornar a Suécia economicamente autossuficiente.

Além de observarem e coletarem, os viajantes cientistas também deveriam registrar os passos de suas andanças e observações, de modo a ampliar a base de dados empíricos da comunidade científica. O registro das observações *in loco*, posteriormente se transformariam em memórias e compêndios a serem consultados e questionados pela comunidade científica. Os textos resultantes dessas observações eram marcados pelo ideal de objetividade e recheadas de um vocabulário próprio da história natural. A crítica literária Mary Louis Pratt avalia que o sistema de Lineu teve profundo impacto tanto na escrita da viagem quanto no modo dos europeus perceberem-se no mundo, assinalando então uma relação indissociável entre um modelo científico de classificação dos objetos da natureza e os processos literários envolvido no registro da viagem.⁹

Apesar dessa separação didática entre viagens “eruditas” e “científicas”, o que é notável no século XVIII e início do XIX é que essas características muitas vezes se mesclam e se confundem. Ao se observar de perto, caso a caso, percebe-se que muitos *tourists*, movidos pelo objetivo central de se educarem, acabaram por acrescentar à investigação da história natural, assim como muitos naturalistas, movidos pelo objetivo de investigarem natureza, acabaram se destacando na observação dos costumes, das artes e das línguas.¹⁰ O fato é que ainda não havia uma distinção clara entre educação e investigação, tampouco uma compartimentação entre áreas do saber, pertencendo todas essas atividades do saber a uma matriz epistemológica de base humanista e iluminista.

Ainda que predominante até meados do século XIX, é preciso notar também que foi a partir da segunda metade do século XVIII que essa matriz epistemológica iluminista do *Grand Tour* e das viagens científicas passou a sofrer suas primeiras ressalvas ao seu modo estritamente racionalista de ver e interpretar os objetos do mundo natural. Essas manifestações, frequentemente enquadradas como “pré-românticas” ou, a partir de 1780-1790, como propriamente “românticas”, passaram a valorizar cada vez mais as subjetividades e a interioridade do ser humano. No entanto, longe de anularem o pensamento iluminista, acabaram por herdar sua matriz intelectualista e influenciá-la em diversas esferas. Essas novas expressões do pensamento não constituíam um movimento homogêneo de ideias e apresentavam-se sob diversas formas nos campos da filosofia, da ciência, da literatura e da estética.

9. PRATT, 1999.

10. Sobre isso, ver: ABDALLA, Frederico Tavares de Mello, 2017.

O pensamento e a sensibilidade (pré-)romântica partiam de um outro esquema intelectual: o reconhecimento prévio da impossibilidade epistemológica de dissociação total entre sujeito e objeto de conhecimento. Ao contrário, afirmavam que o mútuo envolvimento entre essas instâncias era essencial para se atingir um saber integrado. Tratava-se, portanto, de uma crítica da razão iluminista e seu instrumental matemático e sua pretensão de instituir de forma absoluta as possibilidades de cognoscência. No bojo dessa crítica, vinha também a valorização da intuição e da imaginação como meios fundamentais de acesso a natureza ao lado da razão.

Tendo em vista esse panorama dos tipos de viagens realizadas na Europa do século XVIII e início do XIX, seus princípios gerais, objetivos e práticas, é possível retomar o manuscrito de Bellons, objeto central aqui, começando por enquadrá-lo no entrecruzamento dessas três matrizes culturais-intelectuais: o *Grand Tour*, a viagem “científica” e o romantismo. Todavia, dessas três matrizes, o que fica evidente na leitura do texto do viajante-escritor, é que a primeira ainda permanece como a dominante, embora não exclusiva.

O texto e o olhar de Bellons

Que motivações levaram Bellons a viajar e a escrever? Por quais razões o fazia e para quem? Escrevia para si ou para os outros? Essas questões servem de ponto de partida para se compreender os interesses em jogo na elaboração de seu relato e na conformação da paisagem natural e social que se propõe a apresentar. Diante da ausência de fontes externas ao manuscrito, é preciso então atentar para o texto e seus indícios na busca das respostas a essas perguntas.

Uma pista, acerca disso, encontra-se já nas primeiras linhas, redigidas em estilo diarístico, nas quais o viajante informa ter partido de Liverpool no navio *Golden Fleece*, por iniciativa própria, no dia 01º de fevereiro de 1824, horas após despedir-se de suas irmãs e irmãos. Em seguida, declara estar em sua primeira viagem de longa duração e a primeira rumo a um país estrangeiro e confessa, até então, ter vivido uma vida sem grandes interrupções.¹¹ Como o autor não indica o objetivo específico acerca de sua viagem, sugere-se então que a sua motivação central teria sido a de viver uma nova experiência, obedecendo ao padrão de muitos outros *tourists* britânicos de sua época.

Após 59 dias, Bellons aportaria na Bahia, tendo feito escalas em Milford (noroeste de Gales) e na Madeira (Atlântico). Muitos dos fatos e impressões narrados em seu texto parecem ter sido registrados dentro desse percurso. Outra parte, possivelmente, foi elaborada já em terra, no Brasil. Acerca das

11. “This was the first time too I had left “Home” with the prospect of being absent from it for a longer period than a few weeks [...]” (BELLONS, 1824, p. 1).

motivações de sua escrita, o viajante afirma em certa passagem, não escrever “por fama, recompensa ou encomenda, mas sim por diversão”, complementando, na sequência, que seria preciso “aproveitar a vida”, tal como *jolly-gay-pedlar*, personagem de uma canção irlandesa de William Reeve que fez questão de transcrever.¹² Apesar de afirmar não estar comprometido com qualquer coisa além de seu entretenimento pessoal, é possível identificar diversas passagens nas quais Bellons projeta um interlocutor, além dele mesmo, e demonstra preocupação com seu leitor, não fazendo do texto um mero diário particular, mas também apresentando juízo crítico sobre outros viajantes e procurando trazer informações objetivos e concretas de interesse coletivo.

Esse tipo de justificativa em que o viajante afirma “escrever sem segundas intenções”, nota-se, era comumente utilizada por outros autores de livros de viagens dos séculos XVIII e XIX. O arquiteto irlandês James Murphy, por exemplo, escrevera em suas *Travels in Portugal* (1795) que intencionava usar seus escritos apenas para fins pessoais e que, somente após insistentes pedidos, resolveu torná-los públicos.¹³ É possível interpretar esse argumento como um recurso discursivo para fazer o relato transparecer mais espontâneo e autêntico, além de escusar o viajante por eventuais deslizes informativos. Da maneira que escreve e, de acordo com as menções que faz, Bellons segue a tendência dos *tourists* da elite europeia, que visavam atender um público letrado, nem tão especializado quanto o dos naturalistas e nem tão superficial ou sensacionalista quanto o dos consumidores de aventuras em terras exóticas.¹⁴

Partindo para a relação dos temas abordados, ainda que como visto acima, a preocupação com dados da natureza, ao longo do século XVIII e início do XIX, estivesse passando a ser cada vez mais comum entre os *tourists*, esse não é o caso de Bellons. Em certa passagem, o autor, ao contrário, ressalta não estar habilitado a oferecer informações relevantes para mineralogistas, ornitologistas, botânicos e zoologistas, inclusive se considerando um “estúpido” nessas matérias.¹⁵

As menções do viajante apontam para longe da história natural: James Henderson, Henry Koster, Maximilliano de Wide-Neuwied e Maria Graham. Todos estes foram viajantes eruditos europeus que haviam escrito sobre a paisagem política, histórica, social e cultural do Brasil. Bellons vai por esse caminho. Além desses, há também citações do poeta romântico Byron e diversas referências a grandes nomes de personagens da literatura como Cervantes, Dom Quixote

12. “I neither write for fame or hire, but for fun – and crave neither honors or reward – I should just like the life of the jolly gay Pedlar” (Idem, op. Cit., p. 18).

13. MURPHY, 1998, p. 22.

14. Essas audiências vinham se constituindo cada vez mais em campos separados, porém ainda nas primeiras décadas do século XIX muitas vezes compartilhavam das mesmas leituras.

15. “I’m not prepared with much matter relating the Brazil – there are good pickings for your mineralogist, ornithologist, botanist, zoologist, conchologist, osteologist” (BELLONS, 1924, p. 116-117).

e Sancho Pança e William Shakespeare que servem, em diversas passagens, de inspiração para a leitura da realidade com que o viajante se defronta. Essas referências servem de base para indicar o ambiente intelectual que Bellons procura se inserir e dialogar, bem como o repertório prévio acumulado pelo viajante, ainda na Inglaterra. Essa bagagem literária certamente influenciaria o seu modo de enxergar, narrar e perceber o país, tal como fica evidente em suas analogias na descrição das pessoas e da história da Bahia e do Brasil.

Além disso, esse quadro de referências de Bellons permite iluminar muito de seu *background* sócio-cultural. Sua origem social parece ser a de uma família abastada e com boa formação, o que se expressa pela familiaridade com obras clássicas como a de Horácio, Ovídio, além dos já citados Cervantes, Shakespeare e Byron e também suas transcrições de trechos de canções britânicas. Outro indício de seu pertencimento social e ideológico aristocrático é seu notável desconforto com a viagem em si, o que atesta a ausência de familiaridade com privações típicas de um grande deslocamento por mar. Bellons, inclusive, se reconhece como “um marinheiro de primeira viagem”.¹⁶ Por isso, grande ênfase de seu texto se dá sobre as tempestades, os ruídos do barco, as ventanias, e o uso de expressões como “ansiedade”, “solidão”, “melancolia”, “fragilidade”, “escuridão impenetrável” e o “desejo de não estar aqui”.¹⁷ Tudo isso revela sentimentos que o viajante inexperiente passou em sua travessia e que o fizeram adoecer e confessar se arrepender de ali estar. Há uma passagem exemplar em que descreve as condições do navio e seu estado emocional, repleto de medos e inseguranças:

All night the storm continued to agitate and alarm me for the fate of the vessel and her crew – the sailors had had a rough time of it during the bad weather hitherto and were almost knocked up. Capt. English had never had his clothes off since we left – little sleep and constant anxiety – vessel leaky. [...] I had a thousand fears and the silly ones perhaps not the less troublesome.¹⁸

Para complementar o seu perfil social e cultural, também é possível delinear um pouco do perfil político de Bellons. Embora ao longo do seu relato, trate muito pouco de temas estritamente políticos, há uma passagem na página 60 em que o viajante se posiciona claramente como monarquista, patriota e conservador: “I love and honour my King and respect all who are under authority to him [...] I hate all Jacobinism, Radicalism and all sorts and shades of Levellism”.¹⁹ Embora nem todo aristocrata fosse monarquista e nem todo

16. Idem, op. Cit., p. 1.

17. Idem, op. Cit., p. 4-7.

18. Idem, op. Cit., p. 8.

19. Idem, op. Cit., p. 60.

burguês republicano, é possível desprender dessas palavras que Bellons se alinha, ao menos ideologicamente, à visão de mundo dominante das elites dirigentes da Inglaterra. Todavia, questões fundamentalmente políticas não tocam muito as preocupações do viajante.

Além das diversas dificuldades ao longo do deslocamento, como privação de alimentos, tormentas nos mares, doenças e conflitos interpessoais com os outros tripulantes, os viajantes, ao chegaram em seus destinos, também enfrentavam as diferenças climáticas e inúmeros estranhamentos com a língua e integração com a população local. Alguns conseguiram se adaptar e se acostumar, enquanto outros acabaram se fechando e limitando suas experiências aos espaços “europeizados”.

Todas essas dificuldades são encontradas no relato de Bellons. Embora a diferença climática não seja um fator muito alongado em sua narrativa, ela aparece expressada já no primeiro momento em que aporta na Bahia. Em uma passagem, o viajante escreve que “o sol estava intensamente quente e o céu e o mar brilhavam como uma fornalha”, enquanto os “negros em suas jangadas pareciam confortáveis e davam risada mostrando seus dentes brancos, provocando-me inveja”²⁰. Em outra parte, diz: o “sol está excessivo, estou muito desconfortável e sem disposição para dar um relato da Casa de Pães, estou ficando torrado muito rápido e sofrendo uma metamorfose, digna de um poeta como Ovídio”.²¹ Nesse último trecho, acerca da metamorfose, Bellons exemplifica uma característica que acompanha diversos trechos de sua escrita: o uso de analogias que conectam passagens literárias aos fatos vivenciados e a impressão de um tom que mescla ironia e exagero para conferir maior dramaticidade aos seus sentimentos. Em muitas passagens, esse recurso também acaba servindo para enfatizar seu olhar bastante preconceituoso sobre os lugares e as pessoas que encontra. Ironia, exagero e preconceito também marcaram muitos viajantes europeus no *Grand Tour*, como é o caso, por exemplo do italiano Giuseppe Baretti que, fixado em Londres, visitou Portugal em 1759-1760 e escreveu diversas cartas depreciando a sociedade, as instituições e os costumes portugueses, utilizando-se fartamente de referências literárias como Dom Quixote e o inferno de Dante.²² Nesse aspecto, Bellons e Baretti apresentam semelhanças estilísticas.

20. “The sun was intensely hot, and all around – mountain sky – and sea appeared to glow like a furnace – the negroes on the jangadas with scarcely a rag on, seemed to take the heat very coolly, and showed their white teeth in of satisfaction, that provoked my envy, for I felt most uneasy under my trapping” (Idem, op. Cit., p. 68).

21. “The heat was excessive. I was very cross and uncomfortable and not by any means disposed or fit to give an unprejudiced and fair account of the Baking House into which my Fate had none thrust me. I found I was getting crusty very fast – a metamorphose and want the talent of Ovid to describe I must leave you to conceive it” (Idem, op. Cit., p. 99).

22. BARETTI, 1970.

Já com relação ao domínio da língua e sua integração, fica evidente pela narrativa de Bellons que ele pouco se relacionou com os locais, ficando boa parte do tempo solitário ou próximo a algum conterrâneo que viera na viagem. Não há quase passagens que atestem tentativas de comunicação com os habitantes da Bahia. Há, inclusive, um trecho em que o autor confessa não conhecer quase nada do português, apesar de carregar um dicionário-gramática.²³ As poucas expressões da língua portuguesa que apresenta ao leitor são “dinheiro”, “água vai” e “pela janela”, quando descreve o costume de jogar as sujeiras acumuladas nas casas janela afora, apenas alertando os transeuntes com o grito “água vai!”.²⁴ Dificilmente os viajantes conseguiam se livrar de seus preconceitos. Quando partiam para um local exótico, quase sempre já possuíam uma imagem prévia, normalmente estereotipada, e acabavam muitas vezes por reforçar seus aspectos negativos e sensacionalistas. Além disso, cada escritor possui sua própria bagagem, formação e objetivos de viagem, imprimindo em seus textos um ponto de vista atrelado à sua nação, posição política e critérios de civilidade, refinamento e bom gosto. Bellons não é diferente e, mais do que outros ingleses que passaram pelo Brasil em períodos próximos, explicita inúmeros pontos de vista etnocêntricos, preconceituosos, intolerantes e sempre tomando por critério civilizacional a Inglaterra. Em sua passagem por Milford, muito antes de chegar a Bahia, já havia caracterizado os habitantes nativos como grosseiros e incivilizados.²⁵ Quando trata dos povos indígenas do Brasil, não poupa palavras para descrevê-los como demoníacos, bárbaros, incultos e incivilizados, sem qualquer abertura ou tolerância para sua cultura.²⁶ O choque com a escravidão era comum entre os viajantes estrangeiros, porém sua interpretação social é variável. O exemplo mais conhecido é o do naturalista Charles Darwin, que passou pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, em 1832, e se mostrou estarrecido com os maus-tratos, a existência de sociedades baseadas nesse regime e a construção da diferenciação humana construída pelos países “civilizados” ao longo da história. Bellons, alguns anos antes, também viu de perto a escravidão e destacou, em certa passagem, a nudez, o ruído das correntes e os colares de ferro aprisionando alguns negros que carregavam aves, frutas e vegetais. Em seguida, descreve uma cena que considera “caótica”, na qual um grupo de “mulatos” trajados em uniformes de soldados apareceriam embriagados, fumando e insultando pobres nas ruas.²⁷ Sobre os negros, o autor diz serem esses “os piores seres possíveis” e os principais

23. Idem, op. Cit., p. 94.

24. Idem, op. Cit., p. 75.

25. Idem, op. Cit., p. 10.

26. Idem, op. Cit., p. 149-152.

27. Idem, op. Cit., p. 103.

responsáveis por assassinatos e roubos.²⁸ Mais à frente, comenta ser esta uma terra onde “cada homem tem suas próprias regras”.²⁹

Embora muitos viajantes afirmassem realizar observações verossímeis e factuais com base na experiência direta, os registros de seus textos nem sempre podem ser confiáveis. Frequentemente, utilizavam de excertos de outros relatos e compilavam informações recolhidas de forma indireta, seja através de um intérprete ou informante. Bellons não é diferente. O viajante dedica boa parte de seu manuscrito sobre a história do Brasil, especialmente dos dois primeiros séculos de colonização, porém não faz nenhuma referência explícita da bibliografia consultada. Possivelmente, as principais fontes para a descrição histórica de Bellons são advindas do primeiro volume da *História do Brasil*, do inglês Robert Southey, publicadas entre 1810 e 1819, e *A history of Brazil* (1821), de James Henderson. Essa suposição se dá pelo fato desses dois livros serem, naquele momento, os mais conhecidos na língua inglesa sobre a história do Brasil, além da obra de Henderson também ser citada por Bellons, ainda que para criticá-lo.

Já em um trecho em que aborda a chegada ao Brasil, é possível entrever sua preocupação em afirmar para os leitores que é um coletor de informações *in situ*, tal como um “verdadeiro viajante”, demonstrando preciosismo, no caso, sobre datas e horários:

It was 5 o'clock PM at least, before I set foot upon land, and as before mentioned, on the 30th day of March, a Tuesday after a passage of 59 days – there is no mistake in this, for it is taken from memoranda and actually made upon the spot in the true travellers style.³⁰

Um aspecto textual notável na descrição de Bellons é a considerável desproporção de espaços dedicados aos períodos históricos. Para o período que vai do “descobrimento” até o fim da União Ibérica, o viajante utiliza largo espaço, desde a página 120 até a 251. A narrativa segue tópicos como a chegada de Pedro Álvares Cabral, o contato entre portugueses e índios, o naufrágio da expedição de Diogo Correa e a lenda do Caramuru, a invasão dos franceses, a polêmica acerca do título do descobrimento envolvendo Cabral e o espanhol Vicente Pinzón, o cultivo do açúcar, a criação das capitânicas e o estabelecimento do governo-geral, a nudez e os costumes indígenas, o desaparecimento do rei dom

28. “They are decidedly the worst set of beings in the Brazil, and in nine instance out of ten, the perpetrators of every dark deed of assassination, murder and robbery, which are too common in that fine country to make it an agreeable or safe asylum to anyone who shall bestir himself in its interest and behalf” (Idem, op. Cit. p. 104).

29. Idem, op. Cit., p. 105.

30. Idem, op. Cit., p. 98-99.

Sebastião, a União Ibérica e a ocupação holandesa. Já nas onze últimas páginas, menciona de forma bastante breve o fim da União, o terremoto de Lisboa, a invasão napoleônica de Portugal e a vinda da família real, a independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824.

Essa desproporção permite levantar a hipótese de que Bellons só conseguira acessar uma bibliografia mais detalhada referente aos dois primeiros séculos de colonização e ignorara todo o resto. Esse período está bem pormenorizado no primeiro volume da *História do Brasil*, de Southey. Já o livro de Henderson – *A history of Brazil* –, embora dedique um capítulo à história que parte de 1500 e vai até a chegada da família real em 1808, é bastante panorâmico, ocupando-se a maior parte de fazer descrições geográficas, populacionais, comerciais e econômicas de cada província. Nesse caso, diante das limitações bibliográficas no seu contexto de escrita, Bellons acabaria acelerando a narrativa para finalizar a parte histórica de seu relato.

Apesar do grande número de páginas dedicadas à história, existem momentos em que o autor interrompe a descrição do passado para promover reflexões em torno de temas correlatos. Há, por exemplo, uma boa parte de páginas estabelecendo comparações entre as mulheres brasileiras e as inglesas, outras sobre a natureza da união entre homens e mulheres na forma de casamento e outras em que faz exercícios de livre reflexão e memória com base em fatos vivenciados no passado em sua terra natal.

Além disso, a descrição histórica também é apropriada livremente por Bellons para que ele a ilustre e estabeleça analogias com passagens literárias. É o que ocorre quando descreve, por exemplo, os primeiros anos de colonização, quando aportaram, na Bahia, barcos com o governador-geral Thomé de Souza e mais jesuítas, fazendeiros, comerciantes e degredados, seguidos dois anos depois por suas esposas. Bellons faz um paralelo desses casamentos arranjados com a peça *Megera domada*, de William Shakespeare, na qual os personagens vivem conflitos de submissão na relação marido-esposa, sendo as mulheres subjugadas aos seus maridos.³¹ Desse modo, independentemente do grau de comprometimento empírico com os documentos históricos, Bellons acaba trazendo um autêntico retrato da formação da sociedade patriarcal nos primeiros anos de colonização.

Conclusão

Embora o relato de Boniface Bellons se intitule *Description of a voyage to Bahia*, o que fica evidente em sua leitura é que o viajante-escritor tende a informar muito mais sobre ele e seu contexto do que sobre os locais que visitou. As

31. Idem, op. Cit., p. 145-158.

impressões, destaques e juízos de Bellons indicam uma série de visões de um ponto de vista aristocrático, anglo-centrado, etnocêntrico e pouco curioso pelos costumes estrangeiros. Bellons acaba se atendo mais ao seu redor imediato, as dificuldades e sentimentos em um cotidiano difícil de navio, certamente hostil a “marinheiros de primeira viagem”. Ao aportar na Bahia, parece travar poucas relações e não apresenta descrições dos lugares, o que indica pouca mobilidade pelo novo mundo que se apresenta. Por outro lado, discorre ao longo de várias páginas sobre a história da colonização e entrelaça alguns de seus episódios com o seu repertório literário e cultural previamente acumulado, reforçando seu interesse histórico-literário.

É preciso considerar que a imagem produzida pelo conjunto dos relatos de viajantes constitui um importante referencial teórico para a construção da identidade do Brasil, tanto no estrangeiro quanto dentro do país. A Bahia e o Brasil, inserem-se assim na rota dessas viagens, sejam científicas, eruditas, de lazer ou de aventura do século XIX. Ao escreverem, motivados pelo fator viagem, certamente acabaram por instituir inúmeros elementos que compõem as representações do mundo não-europeu. Acrescentaria também, que, além desse mundo não-europeu, acabaram também por instituir muito sobre a Europa e, no caso de Bellons, a Inglaterra oitocentista.

Referências

ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. *A arte de viajar: erudição e ciência na literatura de viagens sobre Portugal de finais do século XVIII e início do XIX*. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

BACON, Francis. *Of Travel*. In: *Essays of Francis Bacon*, edited by Mary Augusta Scott, New York, 1908.

BARETTI, Giuseppe. *Cartas de Portugal*: trad., pref. e anot. por Maria Eugénia de Montalvão Freita Ponces de Leão. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1970.

BELLONS, Boniface. *Description of a Voyage to Bahia*. [s.l.: s.n.], 1824. CDD 918.142. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=42019. Acesso em: 20 ago. 2022.

CRISTÓVÃO, FERNANDO. *Condicionantes culturais da literatura de viagens*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

HENDERSON, James. *A history of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme And Brown, 1821.

ILLIFFE, Robert. *Foreign Bodies. Travel, Empire and the Early Royal Society of London*. *Canadian Journal of History*, XXXIII, 1998, p. 357-385.

MURPHY, James. *Viagens em Portugal*. Trad., pref. e notas por Castelo Branco Chaves. Lisboa: Horizonte, 1998, p. 22.

PRATT, Mary Louis. *Os olhos do Império*. Bauru/SP: Edusc, 1999.

RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel writing as a genre: facts, fictions and the invention of a scientific discourse in early modern Europe*. *The International Journal of Travel and Travel Writing*, 5 (33), 2000.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil, 1810-1819*. London: Longman, Hurst, Rees And Orme, Paternoster-row, 1819. 3 vol.

THE DUTCH GRAND TOUR (1598-1685). *Journal of Social History*. v. 43, n. 3, 2010, p. 615-634.

VERHOEVEN, Gerrit. Calvinist pilgrimages and popish encounters: religious identity and sacred space on the Dutch Grand Tour (1598-1685). *Journal of Social History*, v. 43, n. 3, 2010.

Preciosidades do Acervo



Plantas da nação: a representação da flora na construção da natureza tropical e da nação brasileira

Bruno Capilé

Professor do Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade do Vale do Rio Doce (Git/Univale), membro do Laboratório de História e Natureza (LabHeN/UFRJ), bolsista do Pnap 2020/FBN





Resumo

Neste artigo foi analisado o processo de iconização de algumas espécies vegetais da Mata Atlântica, como símbolos da natureza tropical brasileira, nas pinturas e gravuras de paisagem de artistas viajantes europeus no início do século XIX. A narrativa tradicional é a de que essa transformação cultural se tratou de uma via de mão única perpetrada apenas por humanos. No entanto, buscou-se desenvolver aqui uma maneira de ver a agência histórica como um fenômeno relacional entre as espécies representadas e os artistas. Elementos da estética presente na construção da identidade nacional brasileira foram aqui chamadas de “plantas da nação”. São espécies vegetais frequentemente retratadas e também associadas à identidade nacional pois participaram dos elementos estéticos da consolidação do estado brasileiro. A nova nação brasileira que surgiu em 1822 foi profundamente marcada pela tradição científica, pela estética tropical destes artistas viajantes e pela história evolutiva das plantas da nação.

Palavras-chave: História do Brasil – Império. Flora tropical. História da arte. Artistas viajantes. Naturalistas viajantes.

Abstract

In this article, we analyzed the process of iconization of some plant species from the Atlantic Forest, as symbols of Brazilian tropical nature, in landscape paintings and engravings by European traveling artists in the early 19th century. The traditional narrative is a one-way cultural transformation perpetrated only by humans. We sought to develop a way of seeing historical agency as a relational phenomenon between the depicted species and the artists. As elements of the aesthetic present in the construction of the Brazilian national identity, we called them plants of the nation: plant species often portrayed and associated with the national identity, participating in the aesthetic elements of the consolidation of the Brazilian state. The new Brazilian nation that emerged in 1822 was deeply marked by the scientific tradition, the tropical aesthetics of these traveling artists, and the evolutionary history of the plants of the nation.

Keywords: History of Brazil – Empire. Tropical flora. Art history. Traveling artists. Travelling naturalists.



Acrescentem-se grupos de palmeiras e as vistas do mar ter-se-á esboçado o quadro das costas perto do Rio de Janeiro (...).
(Rugendas, [s.d.], p. 9).

As palmeiras foram as plantas mais retratadas nas pinturas de paisagens brasileiras oitocentistas, como, por exemplo, as de Johann Rugendas. Longe de um mero fetiche, a representação de palmeiras em paisagens como natureza tropical fez parte de um projeto artístico e científico de decodificação da complexidade da fauna e, especialmente, da flora brasileira para o público europeu. Esse processo de alteridade, de que Rugendas e tantos outros artistas viajantes oitocentistas participaram, tomou forma com as expedições e publicações das viagens do naturalista Alexander von Humboldt ao continente americano na virada para o século XIX (STEPAN, 2001). Ainda sobre as palmeiras, o naturalista as exaltava como “a mais elevada e imponente de todas as formas vegetais”, e que todos concedem-nas como “prêmios de beleza” (HUMBOLDT, 1850, p. 223). Mas, não só de palmeiras constituem-se os elementos da representação da natureza tropical brasileira por esses artistas. Embaúbas, bananeiras, mamoeiros, e outros representantes da biodiversidade local frequentemente apareciam nas pinturas de paisagem desta época e marcaram a geração de artistas brasileiros que construíram os elementos da identidade nacional nas últimas décadas do século XIX (SCHWARCZ, 2009). Será que consideramos a representação destas e outras espécies vegetais apenas como uma decisão única destes artistas? Ou será que podemos conceber um protagonismo histórico às plantas brasileiras no processo de construção da identidade nacional? Sabemos que as pinturas não são retratos de uma realidade material em que o pintor vivenciou, ele constrói essa paisagem com os diversos elementos estéticos que rascunhou pelas expedições. Mas e as plantas? Como elas poderiam ter participado como agentes históricos?

O presente artigo analisa como se deu o processo de iconização de algumas espécies vegetais do atual bioma da Mata Atlântica como símbolos da natureza tropical brasileira nas pinturas e gravuras de paisagem. Como elementos da estética presentes na construção da identidade nacional brasileira vale nomeá-las como *plantas da nação*: espécies vegetais frequentemente retratadas que foram associadas à identidade nacional e que participaram dos elementos estéticos da consolidação do estado brasileiro. Do ano de 1808 até os primeiros anos após a Independência do Brasil (1822), examinarei como essa iconografia foi fruto de aspectos da história política, das artes e das ciências oitocentistas, assim como de características fisionômicas da biologia e ecologia destes indivíduos da flora. Além da representação desses personagens iconizados, as paisagens eram desenhadas de modo a evocar grandeza e opulência, adjetivos presentes na retórica nacional oitocentista. Embora fossem estrangeiros, esses artistas colaboraram diretamente na construção retórica da estética de natureza que

foi utilizada pelas gerações seguintes (BELLUZZO, 1996; MARTINS, 2001; SIQUEIRA, 2009; KURY, 2001).

No contexto da abertura política da América Luso-Brasileira – que tranquilizava os viajantes temerosos pelas guerras das novas repúblicas vizinhas – e do romantismo que se aproximava das ciências naturais, os artistas-viajantes vieram ávidos para representar a natureza tropical. O discurso da estética das florestas tropicais esteve presente de forma efusiva e motivadora, valendo-se das paisagens da Mata Atlântica e Amazônia como a natureza brasileira (STEPAN, 2001, BELLUZZO, 1996). Para isso, utilizaram-se dos atributos físicos de espécies-chave das florestas da Mata Atlântica que evocavam traços simbólicos da realidade cultural ¹. As espécies nativas (como embaúbas, ipês, palmeiras) tinham forte papel ecológico e eram representadas junto às espécies exóticas (como bananeiras, mamoeiros, cafezeiros), que simbolizavam a ruptura da ideia de “mata virgem”, reforçando a noção de trabalho e transformação da paisagem (PEREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Os artistas-viajantes, que retrataram a tropicalidade carioca junto a expedições científicas, fortaleceram as tendências da arte romântica e dos traços botânicos dos naturalistas, em uma mistura humboldtiana de arte e ciência (SIQUEIRA, 2009). Porém, nestas três primeiras décadas do século XIX, as paisagens cariocas foram as que mais ganharam destaque na representação da natureza brasileira, confundindo apreciadores desavisados sobre a diversidade do território. Esses pintores europeus influenciaram as gerações seguintes de artistas brasileiros que também desenhavam paisagens florestais para representar uma identidade brasileira e fortalecer a consolidação do estado-nação a partir da natureza. Todos estes tiveram as plantas da nação e as florestas tropicais nas proximidades do Rio de Janeiro como fonte de inspiração para simbolizar a tropicalidade (STEPAN, 2001).

O encontro da ciência e da arte na representação da paisagem tropical

A paisagem sempre significou a natureza esteticamente processada, um instrumento cultural, ou melhor, uma forma de ver, mediada por elementos históricos, culturais e sociais (SCHWARCZ, 2009, p. 23).

A natureza tropical, com seus arranjos próprios de plantas e animais, é uma concepção moderna, com especial ênfase no século XIX. Mais do que um conceito geográfico – uma região entre o Trópico de Capricórnio ao sul e

1. Ressalta-se aqui que as florestas costeiras marcaram iconograficamente as primeiras décadas. Ao longo do século XIX, o Cerrado e a Amazônia também tiveram espécies vegetais representadas como tropicais nas muitas pinturas e gravuras de paisagem.

o Trópico de Câncer ao norte –, o tropical constituiu-se como “local de alteridade radical para o mundo temperado” da Europa Ocidental (STEPAN, 2001, p. 17). Ou seja, dentro da visão colonizadora dos países europeus para com as Américas, e seus recursos naturais, foi necessário criar um significado cultural para o Outro americano. Um processo que se iniciou no século XVI, e tem no século XIX uma redescoberta do continente americano (PRATT, 1991). Durante este intervalo, diferentes autores europeus utilizaram o termo tropical para definir e exercer poder em um mundo culturalmente alheio e ambientalmente distinto da Europa. De maneira análoga ao processo de alteridade do Ocidente quando construiu a noção de Oriente, é na descrição e definição do tropical que a cultura europeia, temperada, reforçou sua identidade. Aqui no Brasil, a identidade tropical foi marcada por essas ambivalências de uma natureza exuberante, porém permeada de perigos e doenças (BARBATO, 2014). Nesta experiência, a tropicalidade foi expressa na comparação do clima, das doenças, dos povos e seus costumes, e das representações de paisagem e da vegetação (ARNOLD, 2000). Para os interesses deste artigo, nos apoiaremos nesta última apropriação do tropical, onde a diversidade de formas e cores das milhares de plantas representadas frequentemente contrastou com aspectos civilizacionais e culturais do território brasileiro, especialmente a noção da “cidade nos trópicos”.

Sevcenko identifica no processo de colonização duas formas de percepção dos distintos povos europeus: uma é o “impulso desejante”, a “vontade de conquistar, de penetrar naquilo que é virgem e indevassável, intocado”; a outra é “a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora (...) em função da extração daquilo que se veio buscar (...): o vegetal tropical ou o minério” (SEVCENKO, 1996, p. 110). E aqui “a paisagem é a coisa amada”, “fonte de um ato de adoração e a projeção de um ato de desejo” (SEVCENKO, 1996, p. 110). Nesse sentido, e em tantos outros, os europeus conheceram as paisagens tropicais através de textos e imagens da natureza tropical, no processo de construção ou de consumo, afetando sua própria reafirmação de identidade europeia como um local temperado de controle e trabalho duro, em oposição ao calor, extravagância e morosidade atribuídos ao continente sul-americano (STEPAN, 2001).

Portanto, o entendimento sobre as terras luso-brasileiras pelos europeus ou pelos brasileiros foi um processo altamente tributário da representação pictórica de sua diversidade vegetal, especialmente as pinturas de paisagem. O viajante torna-se, então, elemento crucial para a construção dessa história e a viagem transforma-se em uma ferramenta discursiva, um esquema narrativo, tendo a natureza tropical como papel central para se conhecer o Brasil. O conhecimento sobre a flora e fauna se associou ao que se conhecia sobre os grupos indígenas para elaborar um “quadro a ser admirado pelo olhar europeu” e tempos depois criar uma identidade para o Império do Brasil (GUIMARÃES, 2000, p. 391; OLIVEIRA, 2017).

As pinturas de paisagem² têm um longo passado, mas é no século XVII que começam a se proliferar, especialmente mobilizadas pelo interesse burguês de se sentir próximo a cenas campestres, bucólicas ou florestais, em contraposição ao crescimento urbano do início das industrializações. A elaboração das paisagens pictóricas foi um processo em que “forja-se o transporte de uma realidade (a natureza) para a sua imagem (paisagem), garantindo-se a passagem do exterior (a realidade) para o interior (a percepção)” (SIQUEIRA, 2014, p. 524).

É no século XIX que o gênero artístico *pintura de paisagem* tem um alcance mais amplo, fruto de fatores diversos e interconectados. De maneira a criar um fio condutor, comecemos pela expansão do capitalismo europeu que, de um modo geral, numa sequência causal, resultou na expropriação das terras comuns, no êxodo rural, no aumento populacional das cidades e no sentimento de buscar uma proximidade com a natureza através da arte (THOMAS, 2010). Nesse contexto, a classe burguesa fomentou o consumo das pinturas de paisagem em aquarelas, telas a óleo, e, especialmente, o impresso. Este incremento do mercado editorial de revistas e livros de viagem se deu principalmente pela implementação em massa da tecnologia da litogravura, desenvolvida pelo bávaro Alois Senefelder nos últimos anos do século XVIII. Este método de reprodução facilitou a impressão de diários de viagens com imagens coloridas ou monocromáticas (STEPAN, 2001; SCARDAMAGLIA, 2017; OLIVEIRA, 2018).

A busca pela natureza tropical americana, como dito antes, se deu num processo de alteridade da sociedade burguesa urbana que consumia na forma de arte, e como conhecimento científico para representar o território americano como um aparato discursivo de poder das potências europeias (PRATT, 1991). Por trás dessa construção retórica havia estreitas relações com a cultura das viagens, a história da arte e as ciências naturais. A literatura e a iconografia de viagens estiveram presentes em diversos momentos da história humana, e configuravam novas formas de se interpretar sociedades diversas e biodiversidades adversas à europeia. Esse “impulso desejante”, que principia com os portugueses no século XV, toma novo *momentum* no século XIX com a expansão do capitalismo industrial europeu e sua “intervenção colonizadora” em busca de novas terras, novos mercados e mais recursos naturais. Isto se deu, especialmente, após as mudanças políticas e sociais pós-napoleônicas que resultaram no acesso das antigas colônias ibéricas para os interesses de outros países. Neste âmbito, os relatos e imagens do Novo Mundo construíram conhecimentos e formas de compreensão que traduziam realidades diferentes para uma compreensão comum do público europeu que os consumiam (PRATT,

2. Embora este texto não se apoie epistemologicamente no conceito de paisagem para os argumentos, o tomamos em sua dualidade em que paisagem é tanto a construção biofísica dos elementos que a constituem, analisados pelas ciências naturais, assim como é a elaboração estética e pictórica desses elementos em novas paisagens representadas (OLIVEIRA, 2011; CORRÊA, 2013).

1991; SEIXO, 1996; PEDRAS, 2000; STEPAN, 2001). A título de exemplo, a dificuldade em interpretar o tropical se deu nos momentos iniciais da vinda do naturalista francês Auguste Saint-Hilaire ao Brasil em 1816:

Lá nada faz lembrar a fatigante monotonia dos nossos bosques de carvalhos e pinheiros; cada árvore ostenta, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada qual tem sua folhagem, que frequentemente difere do matiz da das árvores vizinhas. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 28).

Nesse sentido, a prática de decodificar a natureza tropical brasileira se deu tanto no aspecto poético e estético quanto no biofísico. Para os dois primeiros, a retórica do *pitoresco* estimulou a apreciação do ambiente florestal como um espaço agradável e prazeroso. Para a tradução dos aspectos biofísicos e ecológicos das plantas tropicais, o encontro com as ciências naturais foi um estímulo proveitoso para as pinturas de paisagem (KURY, 2001; OLIVEIRA, 2017). O processo de decodificar a natureza tropical se deu paralelamente à desconstrução da noção das matas não cultivadas da Europa. Até o século XVIII, estas florestas possuíam conotações ruins enquanto incivilizadas, o lar de animais ferozes, áreas perigosas, obstáculos ao progresso civilizacional. Tanto as ciências naturais quanto as artes visuais estiveram presentes nessa mudança de paradigma sobre as matas tropicais ou temperadas (THOMAS, 2010). Na figura 1, o ambiente florestal representado foi elaborado de maneira que tivesse mais luz ao fundo das árvores no primeiro plano. O recurso ótico permitiu a cena com maiores detalhes dos contornos da vegetação, tendo ao centro os estratos das plantas (árvores de diferentes tamanhos, trepadeiras e epífitas), e os flamingos (possivelmente o *Phoenicopterus chilensis*). Entre as camadas das copas mais altas e dos arbustos menores, as palmeiras se destacam na paisagem. Essa imagem idílica e elegante de Rugendas foi usada por Charles Darwin para tranquilizar sua irmã Caroline de que a floresta tropical não oferecia perigo e que ele voltaria em segurança (STEPAN, 2001, p. 46).

As contribuições de Johann Goethe e Alexander von Humboldt para as pinturas de paisagem como ferramentas complementares das expedições naturalistas aproximaram arte e ciência. Sobre a ciência de sua época, Goethe afirmava que ela diferenciava os elementos da natureza em um método analítico que possibilitava o reconhecimento dessas diferenças. Caberia, então, à arte realizar a síntese dos elementos dispersos e organizá-los em uma estética própria (MATTO, 2004, p. 153). Influenciado pelo encontro do detalhe científico com o estético de Goethe, Humboldt viajou para a região tropical de Nova Granada (hoje Colômbia e Venezuela) e Nova Espanha (México) de 1799 a 1804. Sua publicação *Le voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799-1804* (1807) foi lida e elogiada pela grande maioria dos naturalistas que vieram aos trópicos. A ciência humboldtiana tinha um

âmbito global, no qual os ambientes eram traduzidos em *vistas* ou pinturas de paisagem (PRATT, 1991; STEPAN, 2001; MATTOS, 2004; DIENER & COSTA, 2008). Para ele, a flora e sua fisionomia determinavam o que ele chamou de *landschaftcharakter*, algo como características de uma paisagem, ou seja, os aspectos daquele ambiente que conformam uma organização específica das plantas com suas cores e suas formas (HUMBOLDT, 1850).

Elogiado como o “redescobridor da América” (PRATT, 1991), Humboldt interpretou a natureza tropical com sua abordagem estética e empírica de modo a construir uma imagem total e sintética, a partir do estudo, da composição e da análise dos elementos particulares, especialmente a flora. Associados às expedições científicas, ou não, os artistas-viajantes deveriam estudar as distintas fisionomias das plantas através da repetida prática de esboçar *in situ* os principais vegetais e sua disposição no ambiente. Assim, as pinturas de paisagem articulavam, junto às descrições textuais monótonas e as amostras dos espécimes da taxonomia, uma visão científica coesa da natureza tropical. Embora ele não considere que todo o gênero artístico teria a mesma serventia, desconsiderando, assim, os estilos holandeses e italianos (PRATT, 1991; KURY, 2001; MATTOS, 2004; DIENER & COSTA, 2008; SIQUEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2017).

Humboldt destaca um capítulo inteiro para a fisionomia das plantas em *Quadros da Natureza (Ansichten der Natur* de 1808), e afirma que, conforme nos aproximamos dos trópicos, observamos maior variedade de estrutura, de forma e de cores das plantas. Das quais, ele organiza 16 formas de vegetação de maneira distinta da classificação lineana das espécies biológicas dos botânicos. Em curtas descrições, ele inicia com as palmeiras, mencionando também bananeiras, leguminosas (mimosa), cactos, orquídeas, bromélias e agaves (aloés), samambaias arbóreas (feto), etc. Descrevendo, assim, as principais características da fisionomia desses vegetais e de como os artistas irão compor a paisagem de modo a ressaltar aspectos e contornos dessas formas de vegetação ou mesclar atributos estéticos que percam a individualidade em grandes aglomerados de árvores (HUMBOLDT, 1850). Segundo ele

O pintor – e aqui sua delicada apreciação artística da natureza entra em jogo especialmente – distingue entre pinheiros ou palmeiras e faias no fundo de uma paisagem, mas não entre florestas de faias e outras árvores com folhagem densa. (HUMBOLDT, 1850, p. 221).

Obras como as de Humboldt afetaram o modo como os artistas-viajantes das três primeiras décadas do século XIX representaram a natureza tropical brasileira. Isso se deu de maneira direta, pela leitura e convívio, como no caso de artistas de origem germânica como Thomas Ender, Johann Rugendas, Johann Steinmann, Carl von Martius e outros. Assim como também se deu de maneira indireta, como no caso de artistas ingleses e franceses como Henry

Chamberlain, Maria Graham, Nicolas Taunay, Jean-Baptiste Debret, Conde de Clarac e outros. A iconografia de ambos os grupos pode ser interpretada pelo conceito de “olhar de época”, em que estes expressam hábitos visuais e modos cognitivos de percepção. Knauss argumenta que estas gravuras são elaboradas baseadas em “uma experiência geral que sustenta modelos e padrões visuais construídos e que caracterizam a capacidade de entendimento de imagens como uma habilidade historicamente demarcada” (KNAUSS, 2006, p. 111). A partir da análise de mais de 60 gravuras de paisagem destes autores, presentes na Biblioteca Nacional, foi possível compreender que as representações das plantas da nação foram elementos relevantes para se traduzir a natureza tropical e indicar como esta construção cultural permitiu evidenciar as relações entre conhecimento e poder (BURKE, 2004; KNAUSS, 2006).

As plantas da nação: reconsiderando o protagonismo histórico da flora tropical

Onde estão as palmeiras da Palestina, as famosas palmas de Jericó, o Mar Morto, os vales do Jordão, Eufrates e Tigre, a imensa Babilônia?
(DENTERGHEM, 1878, p. 45).

Antes do século XIX, as palmeiras eram comumente associadas às origens civilizatórias da Ásia e Oriente Médio. Registrada no livro *Les palmiers*, de Dentherghem, a expectativa frustrada acima se deu pela ausência das palmeiras nesta região. Oswald Dentherghem escreveu este livro a partir de um estudo geográfico da família das palmeiras, através de uma viagem de volta ao mundo. Lá ele reitera que na Antiguidade, da Grécia à China, havia um forte simbolismo das palmeiras como representação de vitória, triunfo. No entanto, já reconhece o que muitos outros também o fariam, a importância dos trabalhos de artistas e naturalistas viajantes como Humboldt e Von Martius na ressignificação das palmeiras como símbolo de tropicalidade. Ainda, no contexto da flora local, as palmeiras eram reificadas como magníficas, poderosas e exuberantes, adjetivos igualmente associados à civilização brasileira pelo seu tamanho e beleza pitoresca (DENTERGHEM, 1878; STEPAN, 2001).

As palmeiras e tantas outras espécies vegetais foram representadas por estes artistas viajantes tendo em mente duas principais missões: (1) a iconização do tropical, procedimento que a longo prazo afetou a identidade nacional brasileira e a consolidação de seu estado-nação, e (2) o viés da história natural e a interpretação de uma fitopaisagem, em que eram representadas as principais características dos indivíduos da flora (fisionomia) e suas relações com seu entorno (ecologia), e assim traduzidas para o público europeu. A identificação destas espécies por parte do autor levou em consideração suas próprias

interações com as plantas e sua breve experiência de taxonomia vegetal de sua formação biológica, assim como as descrições de época (diários de viagem e a obra *Flora Brasiliensis* de Martius³) e os recursos atuais de identificação (artigos científicos e o Projeto Flora do Brasil⁴). O intuito em identificar a flora nas imagens é corroborar a visão de uma agência das plantas junto aos humanos de maneira específica, como iremos abordar adiante. De forma alguma tratou-se de uma maneira de comparar as imagens pela qualidade do desenho ou pela representação fidedigna da biodiversidade. Especialmente pela falta do material florístico para identificação e devido aos artistas, sem experiência direta com taxonomia vegetal, representarem de maneira genérica diferentes famílias botânicas. Dependendo da proximidade dos interesses e da experiência botânica dos artistas, os seus traços poderiam ser mais ou menos fidedignos com os aspectos de espécies biológicas. Vemos esse compromisso claramente nos naturalistas que também são desenhistas, como em Von Martius, e, em menor grau, nos artistas que acompanharam expedições científicas, como Rugendas, Ender, Clarac e outros. Mesmo assim, em algumas palmeiras foi possível associar a prováveis espécies, indicando desta maneira uma interação mais particular entre estas e os artistas viajantes, conforme a frequência com que eram representadas e como eram distribuídas nas imagens.

O modo como nossa espécie interagiu e coevoluiu com as plantas tem sido um processo que remonta aos milhares de anos civilizacionais com visões instrumentalistas, com seus usos como recurso material ou de usos outros diversos, mais simbólicos, como na religião, na moda, e outras atividades culturais. A visão instrumental da natureza como recurso evidencia seu aspecto desigual de poder uma vez que diferencia um grupo privilegiado que renega a agência de grupos marginalizados, que tem sua contribuição histórica desconsiderada, apagada. No caso das plantas, essa visão instrumental acaba por anexar os sistemas ecológicos e seus elementos como extensão do poder do grupo dominante. De forma similar à negação histórica de mulheres e negros, as plantas e animais tiveram sua agência eclipsada. É no ponto cego dessas visões de mundo que nosso quadro conceitual continuará a se aprofundar e, assim, desmistificar esse poder naturalizado do “império dos homens sobre as coisas” (PLUMWOOD, 2002).

O esforço aqui não será somente supor a agência humana resultante de uma série de intencionalidades e outras ações deliberadas. Mas, sim, também, de considerar uma agência vegetal, onde o modo de existir destas espécies em seu ambiente afetou consideravelmente a estética tropical pela qual estes artistas foram afetados e representaram as espécies biológicas. Compreende-se, então,

3. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>.

4. Flora do Brasil 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>.

essa agência como um processo relacional, no qual o artista não decide sozinho o que desenhou, mas sim constrói essa visão de uma paisagem conjuntamente com as espécies biológicas presentes nela. Esta decisão dependeu fortemente da experiência sensorial que eles tiveram com as plantas em terras brasileiras. Maria Graham, artista e desenhista, ficou surpreendida com a “beleza da paisagem” que era “salpicada de tufos verdes de vegetação e ornada de palmeiras” (GRAHAM, 1956, p. 111). A excitação da visão dos infinitos matizes das folhas, troncos e frutos, foi devidamente afetada pelos cheiros e sabores vivenciados nos trópicos. Diferentes partes comestíveis foram destacadas pelos viajantes, como, por exemplo, a estrutura geradora de folhas das palmeiras Jussara (*Euterpe edulis*), o palmito, do qual Saint-Hilaire diz que “seu gomo é tenro e comestível e rivaliza mesmo com os mais delicados legumes da Europa” (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 341). Assim, tanto os mateiros humanos quanto as próprias plantas guiaram os artistas pelas paisagens tropicais. Essas interações interespecíficas são a base para compreender a pintura de paisagem como um processo relacional, no qual a agência de plantas e humanos ocorre conjuntamente enquanto espécies companheiras (HARAWAY, 2003; TSING, 2015).

Olhemos para a figura 2, onde Von Martius esforçou-se em retratar o ambiente urbano (ao fundo), desprovido de plantas, em contraste com a rica diversidade vegetal (primeiro plano) que contorna a cidade, de maneira que fortaleceu a noção de uma civilização nos trópicos. Em uma caminhada pela Serra da Carioca, a algumas centenas de metros do local representado na imagem, ele afirma que: “Longamente nos reteve presos o mágico espetáculo de uma grande cidade europeia, surgida no meio de rica natureza tropical” (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 95). Nota-se, na imagem, que o artista destaca as palmeiras e embaúbas (à direita) como elementos que compõem os subúrbios cariocas (à esquerda), como moldura desta gravura. Ao longo da transição para o território urbano, as bananeiras e as palmeiras deixam de aparecer, marcando tanto algo vivido sensorialmente, como algo construído conceitualmente como a cidade e seus arredores. Outras imagens desse *continuum* de transição de mata à cidade foram realizadas. Por um lado, reforçou-se um estereótipo da proximidade da natureza tropical do urbano; e por outro, a disposição ecológica das espécies condizia ao que os artistas observaram na capital imperial brasileira. As plantas atuavam na narrativa da construção do conceito de tropical.

A família das palmeiras (Arecaceae) consiste em mais de duas mil espécies pelo mundo. No interior das matas úmidas da Mata Atlântica, o número é de 11 espécies, de onde se sobressaem algumas. A Jussara (*E. edulis*) parece ser a mais retratada tanto dentro da floresta (Figura 1) como no seu entorno (Figura 2). A sua abundância derivada de sua estratégia reprodutiva com muitos frutos e sementes resulta em populações aglomeradas em vales e outras áreas (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Os traços de seu tronco comprido e retilíneo harmonizam as imagens permitindo mais informações desenhadas num plano mais

ao fundo. Outras possíveis espécies são genericamente representadas como o iri ou brejaúva (*Astrocaryum aculeatissimum*), famoso pelos seus longos espinhos (possivelmente Figura 7); a indaiá (*Attalea dubia*), com a persistência de parte das folhas (pecíolos) nos troncos, após sua queda (Figura 3) e as palmeiras menores do gênero *Geonoma*, de folhas fundidas. Longe das matas, a recorrência dos coqueiros (*Cocos nucifera*) demarcou-os como ícones da tropicalidade das praias brasileiras, enquanto as palmeiras imperiais (*Roystonea olearaceae*) simbolizavam o poder aristocrático em palacetes suburbanos e fazendas de café⁵. Essas e muitas outras espécies de plantas foram descritas no projeto *Flora Brasiliensis*, organizado pelo próprio Von Martius⁶.

As palmeiras cativaram os artistas que vieram ao Brasil, em seus textos vislumbramos o interesse e o fascínio por elas. Rugendas, em *Viagem pitoresca através do Brasil*, ao abordar a subida para as cachoeiras das montanhas da Tijuca descreve o caminho por dentro de plantações de bananeiras, café e laranjeiras, e destaca “grupos isolados de magníficas palmeiras ou de árvores de espessa folhagem, restos da antiga floresta virgem” (RUGENDAS, [s.d.], p. 23). Nos relatos sobre os subúrbios cariocas, de Martius e Spix, em *Viagem pelo Brasil*, “as majestosas palmeiras ondeiam seus leques acima dos telhados sossegados, que elas ensombram, como símbolo amistoso e bonançoso da contemplação da natureza” (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 64). Enquanto que nas matas nos arredores da cidade eram “excepcionais e incomparáveis”, lá onde “se alteiam as esbeltas palmeiras com os topos ondulantes, ornamento das florestas, cuja beleza e majestade superam toda descrição” (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 116). Seu interesse, e ousamos dizer, carinho, pelas palmeiras resultou na descrição de muitas espécies novas e concretizou-se na primeira e uma das principais obras sobre a família Arecaceae: a *Historia naturalis palmarum*, uma obra sobre palmeiras de três volumes com centenas de figuras abordando sua distribuição geográfica, a flora do Brasil e a sistematização dos gêneros da família⁷.

Em meio a milhares de espécies vegetais da natureza tropical brasileira, algumas delas saltaram aos olhos dos artistas viajantes, e outras não. Como

5. Originária das Antilhas, as primeiras sementes de palmeira imperial chegaram ao Rio de Janeiro em 1809 pelo oficial da Marinha, Luiz de Abreu Vieira e Silva que contrabandeou do jardim botânico francês *Pamplemousse*, na ilha Maurício. Associada à realeza e com seus troncos como colunas neoclássicas, as palmeiras imperiais disseminaram-se em espaços aristocráticos e nos registros iconográficos e fotográficos (DEAN, 1991; D'ELBOUX, 2006).

6. Carl von Martius iniciou o ousado projeto sobre todas as espécies vegetais do Brasil em 1833 - *Flora Brasiliensis*. A primeira publicação se deu em 1840, com 46 até a morte do naturalista em 1868. No total, 130 volumes foram publicados, até 1906, com financiamento de dom Pedro II, dos governos brasileiro e austríaco. Com mais de 22 mil espécies da flora, atualmente, a obra se encontra digitalizada em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>.

7. A trilogia das palmeiras escrita em latim teve seus três volumes publicados em 1823, 1828 e 1831, e pode ser conferida digitalmente no site da *Biodiversity Heritage Library* em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/9916#page/11/mode/1up>.

que dotadas de um carisma vegetal⁸, as plantas da nação afetaram os artistas que as vislumbraram, e através de sua fisionomia e ecologia elas possibilitaram as distintas maneiras com que foram representadas individualmente ou coletivamente. Do ponto de vista da história, as plantas agiam sobre humanos. De muitas maneiras podemos conceber a agência vegetal e como afetam práticas culturais, sistemas de crenças e tradições (RYAN, 2012). No que trata este artigo, não abordaremos ingenuamente os aspectos florísticos que possibilitem interpretar uma agência vegetal como uma causalidade deliberada, ou de um ato consciente por parte das plantas. A análise de agência vegetal será uma maneira de evidenciar como se deu o encontro das características físicas e ecológicas das plantas junto ao aparato fenomenológico da mente humana criativa, e como aquelas proporcionam e afetam as diferentes atividades e simbolismos por parte dos artistas – um aspecto que emerge das relações de ambos. Ou seja, a partir das interações socioecológicas entre artistas e plantas, entre a percepção, e construção, do tropical e as maneiras que os vegetais se adaptaram a estes ambientes. Aqui, as palmeiras e seu aspecto longilíneo com uma copa, que foi considerada como uma coroa real por tantos naturalistas, proporciona a repetida metáfora de realeza, assim como as embaúbas são frequentemente retratadas como molduras das gravuras de paisagem, ao lado direito junto às palmeiras, na Figura 2. Isso se dá por um aspecto de sua ecologia como espécie pioneira de rápido crescimento em áreas com bastante insolação, como clareiras e mirantes; e de sua fisionomia peculiar (LORIMER, 2007; RYAN, 2012).

Nas florestas tropicais oitocentistas, a agência de humanos e plantas na paisagem retratada se deu pela interconectividade entre estes agentes numa rede de ecologias, práticas, ideologias e produção de conhecimento. O olhar para as gravuras de paisagem tem de ser atento para desenvolver uma análise crítica que evidencie as plantas da nação e sua posterior presença na narrativa nacional e identitária brasileira. É possível que, para muitos artistas viajantes, as plantas da nação estivessem chamando atenção para serem pintadas (GIBSON & ELLIS, 2018). De modo similar como se deu à moldura de embaúba e palmeiras da Figura 2, na Figura 3 essas espécies igualmente se destacam na paisagem.

Frequentemente junto às palmeiras, as delgadas e compridas embaúbas foram representadas nesta imagem de Johann Moritz Rugendas⁹ no entorno da Cascatinha da Tijuca, corpo d'água nas serras do Rio de Janeiro a 12 km do

8. O conceito de *carisma não humano*, explorado pelo geógrafo Jamie Lorimer especialmente para animais, nos auxilia na compreensão dessa relação histórica entre estas plantas e os pintores. Embora seja um termo contemporâneo para denotar as espécies com valor simbólico ou apelo popular que são utilizadas nas políticas públicas e campanhas ambientalistas atuais, o carisma nos fornece modos pertinentes para compreender como os artistas representavam espécies distintas de maneiras específicas (LORIMER, 2007).

9. O pintor alemão Rugendas (1802-1858) veio ao Brasil como artista da expedição russa chefiada pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff em 1821.

centro urbano. As embaúbas correspondem a 61 espécies de árvores pioneiras do gênero *Cecropia*, e três espécies predominam nas florestas úmidas do bioma da Mata Atlântica. A *C. glaziovii*, que é comum da Bahia ao Rio Grande do Sul; a *C. hololeuca* ou embaúba-prateada, que é a mais alta e robusta, também a mais frequente, e a única dessas que consegue crescer na sombra florestal com facilidade; e a *C. pachystachya*, a menor dessas três (SPOSITO & SANTOS, 2001; BERG *et al.*, 2005; MARTINS-DA-SILVA., 2012). O rápido crescimento das embaúbas – aspecto comum às plantas pioneiras – e a distribuição lateral de galhos e folhas – particular do gênero – permitem um melhor aproveitamento da luz solar para seu crescimento. Este aspecto resulta num formato peculiar a todas as embaúbas que se espalham pelas Américas, com um tronco comprido com ramos laterais perpendiculares (90°), marcando distintas gerações de artistas. Na figura 2, o exemplar está ao lado direito com as palmeiras. Numa outra dimensão espacial, olhando as matas a uma distância considerável, as folhas brancas da *C. hololeuca* sobressaem-se aos complexos tons de verde, igualmente afetando a noção estética das pinturas de paisagem (BERG *et al.*, 2005). Pouquíssimas foram mencionadas nos escritos dos artistas, porém foram ricamente ilustradas por eles, por ser “muito singular e de grande efeito” na pintura, de acordo com Spix e Martius (2017, p. 115). Ainda segundo eles:

Os troncos cinza-esbranquiçados, lisos, elevam-se levemente curvados, a muito grande altura, e lançam no topo, em ângulos retos, galhos verticilados que trazem à extremidade grandes folhas brancas, profundamente lobuladas. Brandura e dureza, rigidez e flexibilidade aparecem unidas no contorno desta árvore, e constituem para o pintor, tema tão interessante como difícil de reproduzir. (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 116).

Certamente a natureza tropical é tributária da paisagem florestal, mas também há na iconização das paisagens suburbanas e urbanas parte do projeto de construir uma identidade de uma civilização nos trópicos. Ao buscar fidedignidade na construção estética dessas fitopaisagens, as espécies eram representadas de maneira a condizer com o ambiente. Assim, as epífitas eram retratadas no interior das florestas, sinalizando a estratificação vegetal; enquanto que as embaúbas apareciam em clareiras ou nas bordas das matas, onde existia mais luz solar. Nos subúrbios, a coevolução com espécies exóticas marcou a identidade tropical através da representação de bananeiras, capinzais e mamoeiros. Certamente, os artistas que seguiram os naturalistas retrataram esses ambientes, porém é válido ampliar a diversidade artística com outros artistas. Na figura 4, Henry Chamberlain compõe uma vista do subúrbio de São Cristóvão com a Serra do Mar ao fundo. O artista inglês, sem formação artística nem científica, deu destaque às bananeiras nessa e em outras gravuras de seu livro *Vistas e costumes da cidade*

e arredores do Rio de Janeiro (Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, 1822).

A planta possui um caule subterrâneo de onde saem suas grandes folhas agrupadas num formato característico muito bem representado por Chamberlain (Figura 4), Ender (Figura 5, à direita) e Martius (Figura 2). Muitas vezes, o que parece ser indivíduos separados são partes derivadas de um mesmo caule. Rugendas menciona o “aspecto agradável” do contraste das paredes brancas das casas cariocas com a folhagem das bananeiras, laranjeiras e mangueiras (RUGENDAS, [s.d.], p. 10). E por ser de interesse alimentar em espaços de trabalho humano, é recorrente as bananeiras aparecerem nas paisagens de maneira coletiva ao lado de negros escravizados, como na imagem citada. As variedades de bananas comercialmente disponíveis atualmente possuem uma história interconectada com a exploração dos povos africanos e a domesticação da planta: uma série de hibridizações de duas espécies de bananas nativas do Sudeste Asiático há 8 mil anos atrás (*Musa acuminata* e *Musa balbisiana*). A coevolução com a espécie humana resultou em frutos sem sementes. A comercialização e dispersão se deram da Índia a Madagascar, e depois para África Continental. Da parte dos europeus, não havia no século XV conhecimento do fruto ou de palavra que o denominasse, fato oportunamente aproveitado pelos portugueses católicos nomearem de *figo de Adão* (LANGDON, 1993; PIATTI-FARNELL, 2016). O contato com os diferentes povos africanos trouxe dois nomes, a pacoba ou pacova, referente à banana-da-terra que é maior e menos doce, geralmente cozida ou assada; e a banana, de vocabulário congolês, mais doce e saborosa e comida crua. Durante suas viagens, Saint-Hilaire reconhece a relação frequente da proximidade das bananeiras e habitações humanas nos subúrbios e no campo (CASCUDO, 1967).

Certamente outras espécies se alinham no termo convencionado aqui como plantas da nação, como o mamoeiro, o abacaxi, a orquídea, e tantas outras. Porém, a limitação temporal de análise e espacial do texto nos restringe a ressaltar essas mais frequentes. Seguiremos adiante analisando como estes artistas vivenciaram estas paisagens, um processo que foi experimentado no sentido material do ambiente vivido sensorialmente e no sentido imagético das representações de suas artes. Um processo no qual se conecta a história evolutiva das plantas em seus ecossistemas com a história social e cultural destes humanos, que se deleitavam e se maravilhavam com este encontro. Entre as inúmeras paisagens distintas das do continente europeu, as matas e os arredores do Rio de Janeiro cativaram os artistas. Diante do fascínio pela rica diversidade vegetal tropical brasileira, poderiam as espécies nomeadas como plantas da nação não serem representadas? Será que os artistas tiveram escolha?

Artistas viajantes e a elaboração de fitopaisagens tropicais

Em uma tarde fresca e o sol estava bastante baixo para dourar as copas das palmeiras e outras árvores altas que se erguiam com as suas sombras escuras na luz suave e pura, produzindo um efeito que o próprio lápis de paisagem de um Ticiano não conseguiu fixar.
(GRAHAM, 1956, p. 140).

A menção ao pintor renascentista veneziano Ticiano Vecellio funcionava como uma imagem simbólica de uma limitação técnica e artística em captar e representar aquela paisagem tropical vivenciada pela artista. De fato, Maria Graham exaltou bastante a beleza da vegetação brasileira em suas vindas ao Brasil. Em um primeiro momento, passou rapidamente acompanhando seu marido, Thomas Graham, enquanto este seguia para uma missão mercantil no Chile. Em um segundo momento, a botânica e desenhista, agora já viúva, passou aqui mais tempo. Conseguindo assim desenhar mais paisagens, escrever em seu diário, remeter plantas para jardins botânicos na Europa, e também ser preceptora da jovem Maria da Glória, filha de dom Pedro I. A maneira como as plantas afetaram a percepção de Graham floresciam em frases como: “Todas as vezes que passo por um bosque no Brasil, vejo plantas e flores novas, e uma riqueza de vegetação que parece inexaurível” (GRAHAM, 1956, p. 322). Imbuída de uma noção de tropicalidade como contraste entre natureza e civilização, Graham, em seus escritos, enaltecia a natureza com a mesma disposição que criticava a escravidão (GRAHAM, 1956). Com crítica semelhante, Rugendas buscava representar este mesmo contraste em suas obras. No caso das gravuras de paisagem, o artista representava o trabalho escravo dos negros junto a bordas de floresta e outras fitopaisagens. Entretanto, mesmo assim, como tantos outros, ele era adepto de uma visão ideológica de uma natureza intocada das “florestas virgens”: ambientes com complicadas representações das quais o homem “se sente atônito e humilhado ante essa força e essa liberdade de criação” (RUGENDAS, [s.d.], p. 12). Segundo ele:

As florestas nativas constituem a parte mais interessante das paisagens do Brasil; mas também a menos suscetível de descrição. Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido.
(RUGENDAS, [s.d.], p. 11).

As plantas e sua conformação florestal afetavam e sensibilizavam os artistas-viajantes. A experiência sensorial de Von Martius ao subir a Serra da Carioca a caminho do Corcovado por entre “vistas variadas e românticas dos vales de fundo” evocava sentimentos e menções a tempos remotos como a

rica diversidade vegetal “por entre as quais sobressaem as copas ondeantes da palmeira macaúba, parecia estarmos transportados ao Jardim das Hespérides” (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 95).

Edward Said (2001) ao mencionar sobre a alteridade europeia no processo de construção do conceito de Oriente, ressalta a necessidade de estarmos atentos aos relatos dos viajantes europeus que por lá passaram. Aqui, pensando a noção de tropical, precisamos interpretar estes relatos acima citados sendo profundamente interligados com relações de poder. Não somente nas comparações com Ticiano ou o Jardim das Hespérides, mas especialmente na maneira como estes relatos revelam estereótipos citados repetidamente por outros viajantes, como a preguiça do negro escravizado, ou a relação do clima com as doenças. Do ponto de vista das paisagens vegetais, em particular do que era desenhado e não era escrito nos relatos, estes estereótipos reforçaram continuamente sentidos comuns sobre a paisagem tropical brasileira ao representar as *plantas da nação* no contexto das ciências naturais.

A relação estética e afetiva que os naturalistas tiveram com as plantas da nação foi intensamente movida pela construção do conhecimento de maneira empírica-sensorial, assim como sistemática comum à história natural. Os desenhistas que conviveram com os trabalhos de campo junto a botânicos tiveram uma sensibilidade maior para os detalhes fisionômicos e ecológicos das plantas. Reverberando muitos estudiosos da paisagem, Hitchings & Jones (2004) afirmam que a maneira pela qual conhecemos as plantas é dependente do contexto no qual nos relacionamos com elas. Para os autores, “há algo nas propriedades biológicas das plantas que cria uma mistura incômoda de paisagem coletiva e organismo em luta independente” (HITCHINGS & JONES, 2004, p. 5). Portanto, foi na experiência sensorial de caminhar por entre as plantas nas expedições naturalistas que esses artistas puderam praticar rabiscos e esboços das plantas da nação de maneira individual, por espécie, e de maneira coletiva, como grupos de plantas na biodiversidade florestal (HEAD & ATCHISON, 2009). Vale reiterar que a relação entre a ciência humboldtiana e a estética da paisagem, com destaque para as plantas, influenciou profundamente artistas como Rugendas, Ender, Martius e outros (MATOS, 2004).

Thomas Ender é um excelente exemplo de artista que vivenciou sensorialmente as plantas de maneira individual e coletiva a partir do convívio com naturalistas-viajantes em suas expedições científicas. Artista de origem austríaca, Ender (1793-1875) acompanhou a missão organizada pelo zoólogo Johann Spix e pelo botânico e também pintor Carl von Martius. Um importante legado para o patrimônio brasileiro foi o seu caderno de esboços¹⁰ – a *Zeichnungen von schiffen, gräsern und figuren* – que foi incorporado ao acervo da Biblioteca

10. O *Zeichnungen von schiffen, gräsern und figuren* se encontra na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional sob identificação mss 1212383.

Nacional em 1936. Neste álbum, Ender esboçou e rabiscou 256 páginas com desenhos em grafite e aquarela, que teve oportunidade de realizar nos trabalhos de campo da expedição de 1817 a 1820. Dentre os temas e gêneros explorados, os mais frequentes foram *usos e costumes* (sobre as pessoas e suas culturas), *linhas de costa* (relevo do litoral) e *paisagem*. Esta última com 52 páginas. Em menor quantidade, há os estudos de plantas individuais e suas características específicas, que o artista decidiu praticar para depois montar suas gravuras de paisagem com estes elementos da flora: palmeiras (2), embaúbas (6), mamoeiro (3), bananeira (1), pinheiros (2), e outras (7).

Os esboços de Ender e de outros artistas eram replicados de maneira a elaborar as pinturas e gravuras de paisagem, muitas vezes “transplantando” as imagens vegetais para locais distintos de onde foram esboçadas de maneira a compor melhor a visão da natureza tropical do artista. Esses retalhos das plantas na paisagem também passavam pelas mãos dos gravadores e outros artistas, distanciando mais ainda do que os artistas olharam em algum lugar específico e o que o público consumia (STEPAN, 2001; COELHO, 2004). O que estava em questão não era uma representação do real, mas sim a construção pictórica do que deveria ser uma natureza tropical para o público europeu, na qual os artistas guiavam o leitor pelos elementos que deveriam ser interpretados como tropical (PEDRAS, 2000; DIENER & COSTA, 2008; SIQUEIRA, 2014). Esses esboços não publicados de plantas individuais cumpriam uma função de prática do artista e incorporação dos detalhes da fisionomia de cada indivíduo que compunham as paisagens. Em outro contexto, também observamos desenhos de plantas individuais de maneira publicada, como as duas pranchas de plantas individuais de Von Martius (Figura 6), duplamente artista e botânico, presentes em *Viagem pelo Brasil* (1824), dele com Spix.

Além da função de reconhecimento da espécie, como o já consagrado gênero de desenhos botânicos nas ciências naturais, as ilustrações e esboços de plantas individuais dos artistas-viajantes funcionavam também como elementos pictóricos que estariam presentes nas pinturas de paisagem. O gênero desenho botânico prezava mais pelo detalhe das partes das plantas (folhas, flores, frutos etc.) e geralmente acompanhava a descrição textual e o material coletado escolhido como o *modelo* da espécie em questão. Nesses esboços artísticos, o que está em destaque são as próprias plantas como detalhe das partes da paisagem, no caso, uma fitopaisagem.

Seja nos esboços ou nas obras finais, a atenção dos artistas parece oscilar do indivíduo ao coletivo, dos aspectos da fisionomia de cada planta a suas interações ecológicas com suas vizinhas. Embora o resultado final do desenho de uma paisagem não corresponda ao real, as plantas da nação eram dispostas segundo seu habitat e suas relações ecológicas. No caso de uma paisagem do interior da Mata Atlântica (Figuras 1 e 7), o artista traz junto a si a sua noção de representação do espaço, e mesmo dentro das matas mais densas, as imagens

de florestas tropicais possuem um enquadramento baseado na distância, numa construção clássica da paisagem (OLIVEIRA, 2018). Assim, a disposição dos elementos florestais segue um padrão de organização, ao mesmo tempo condizente com a realidade material do interior das matas e com a retórica tropical com seus estereótipos vegetais. A complexa estratificação vegetal é frequentemente representada com espécies arbóreas grandes com seus galhos grossos com uma variedade de orquídeas, bromélias e outras epífitas, em meio a diversas outras camadas de árvores mais delgadas como palmeiras, embaúbas, bambus e samambaia-açu. Por baixo, arbustos amorfos eram representados com agrupamento de plantas das famílias das aráceas e liliáceas, vegetais de folhas largas adaptadas para pegar limitada luz solar deste ambiente. Spix e Martius relatam as epífitas:

que guarnecem como que com as vestes da mocidade as vetustas árvores, os grotescos potos e aruns, as magníficas orquidáceas, as bromélias, cujas folhas conservam a água da chuva, as tiânsias, pendentes como líquens e um sem-número de fetos das mais esquisitas formas, todos esses magníficos produtos de terra tão nova combinam-se num quadro, que mantém o naturalista europeu num contínuo e alternado estado de assombro e de êxtase. (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 117).

Sobre a figura 1, Rugendas descreve a importância de diferenciar o interior das matas tropicais das europeias não só pelo tamanho das plantas, mas especialmente pela “indizível abundância de plantas inferiores e trepadeiras que preenchem os intervalos existentes entre as árvores, contornam-nas e enlaçam-lhes os galhos, formando dessa maneira um verdadeiro caos vegetal” (RUGENDAS, [s.d.], p. 14). Assim como Rugendas na Figura 1, o desafio da paisagem florestal de Clarac (Figura 7) era conciliar a estética de baixa iluminação com traços de luz no meio plano, de modo a destacar tanto as plantas ao fundo quanto as da frente. Traços que permitiram um destaque para a palmeira¹¹ com seus frutos, na parte centro-esquerda da gravura.

A gravura do Conde de Clarac foi exposta no Salão do Louvre em 1819 e coadjuvou com destaque no cenário de construção estética da natureza tropical. Clarac também vivenciou as matas na proximidade das ciências naturais, neste caso, junto a Auguste Saint-Hilaire entre 1816 e 1819. A história desta imagem começa nos esboços praticados por Clarac, em 1816, na floresta às margens do Rio Bonito, no norte da província do Rio de Janeiro. Já na Europa, em 1819, estudou novos traços fisionômicos a partir das plantas tropicais que o príncipe Maximilian zu Wied tinha em seu castelo, e finalizou a pintura.

11. A disposição das folhas e dos frutos e listras horizontais na parte superior do tronco indicam ser a brejaúva (*Astrocaryum aculeatissimum*). No entanto, a não representação de seus espinhos e o fato de ter apenas um indivíduo, contra-argumentam esses indícios.

Três anos mais tarde, a imagem foi amplamente divulgada através do trabalho do gravurista Claude-François Fortier. Ao chegar às mãos de Humboldt, ele reconhece-a como a representação mais fiel do Novo Mundo (DO LAGO & FRANCK, 2005).

Um grupo de artistas conterrâneos de Clarac também desembarcaram no Rio de Janeiro em 1816. Postumamente nomeados de Missão Artística Francesa, estes franceses desembarcaram no Rio de Janeiro, em março de 1816, e não tiveram um contato direto com naturalistas e as ciências naturais. Convidados pela Coroa Luso-Brasileira para desenvolver uma iconografia oficial e constituir uma Academia de Belas Artes¹², dois se destacaram pelas gravuras de paisagem: Jean Baptiste Debret e Nicolas Taunay. Enquanto o projeto de ensino de artes descaminhava por questões políticas e desafetos pessoais, Debret e Taunay circulavam pela cidade e seus arredores esboçando as paisagens tropicais. Jean-Baptiste Debret se prontificou em esboçar mais a diversidade social do Rio de Janeiro, através do gênero *usos e costumes*, do que da paisagem propriamente dita. Suas poucas artes de paisagem florestal retratam o interior das matas de maneira grandiosa e opulenta como a pintura de Clarac (Figura 7). A Academia abriu suas portas em 1826, e no ano seguinte chegava o jovem Manoel de Araújo Porto-Alegre para ser aluno de Debret. Com as complicações políticas da Academia e da Corte, Debret volta para França levando consigo seu aprendiz Porto-Alegre em 1831, e publica *Voyage pittoresque et historique au Brésil* anos mais tarde (TREVISAN, 2007).

Devido à demora e aos impasses, Nicolas Taunay, já sexagenário, adquire um terreno mais afastado nas proximidades da Cascatinha da Tijuca, que hoje recebe seu nome. Nas longas caminhadas em busca de pontos de vista e paisagens para retratar, o artista teve uma rica vivência sensorial com a floresta que resultou em 35 imagens. Taunay admitiria anos mais tarde sua estranheza à grande variedade dos verdes das matas, ou do céu que achava demasiado azul. Mesmo assim, nas palavras de Lilia Schwarcz, “a natureza era, porém, um modelo de educação e por meio dela Taunay iniciava uma certa visualidade nacional e de representação, que perduraria e faria seguidores leais (...)” (SCHWARCZ, 2009, p. 40). Seu filho, Félix-Emile Taunay, deu continuidade aos seus trabalhos e foi professor de paisagem na Academia de Belas Artes de 1824 a 1851. Nessa função incentivou e motivou diversos artistas que elevariam o gênero de paisagem como elemento-chave para se pensar a nacionalidade, especialmente a florestal (SCHWARCZ, 2009).

Ao longo das três primeiras décadas do século XIX, outras paisagens foram retratadas por diversos artistas não mencionados aqui, já que o propósito deste

12. Para mais informações sobre o que ficou conhecido como Missão Artística Francesa e o início da Academia de Belas Artes, confira os trabalhos de Trevisan (2007) Schwarcz (2009) e Penjon (2011).

artigo não foi um levantamento de toda a produção¹³. Há de se levar em conta os estilos desses artistas da primeira geração e como essas obras iconizaram as plantas da nação, levando a influenciar as gerações seguintes. Vieram artistas que não vivenciaram a experiência das ciências naturais como o litógrafo e gravurista Johann Steinmann (1835), que veio ao Brasil para dirigir a oficina litográfica do Arquivo Militar e publicou *Souvenirs de Rio de Janeiro* em 1835. Muitos ingleses vieram no contexto de missões diplomáticas ou comerciais, dentre os que deixaram registros gráficos nessas décadas temos o desenhista e militar Henry Chamberlain (1822), que acompanhou o cônsul-geral da Inglaterra, seu pai; e Charles Landseer, pintor no contexto de missão diplomática inglesa de reconhecimento da independência brasileira.

Houve também os artistas que acompanharam os naturalistas-viajantes como Johann Rugendas, Hercule Florence e Adrien Taunay, da expedição russa organizada por Langsdorff; Thomas Ender e Carl von Martius, da expedição austro-alemã no contexto da comitiva do casamento da arquiduquesa Leopoldina; Conde de Clarac que acompanhou o botânico Auguste de Saint-Hilaire. O contato com botânicos e com a influência humboldtiana resultou em traços que ressaltam aspectos fisionômicos das plantas, reconhecendo facilmente muitas espécies. Para os interesses deste texto, estes foram os mais presentes. Alguns eram duplamente botânicos e artistas como o já citado Von Martius, e também Maria Graham e William Burchell membro da Sociedade Lineana. Estes dois últimos foram colaboradores de espécimes de plantas para o herbário do Jardim Botânico de Kew, sendo Maria Graham também colaboradora do projeto Flora Brasiliensis como uma das duas únicas mulheres. Os traços destes últimos ainda buscam um compromisso com as características que facilitem o reconhecimento das espécies, o que resultou também na iconização de algumas das plantas citadas.

Considerações finais

Vimos neste artigo que a vasta relação entre as plantas da nação e os artistas estrangeiros foi um capítulo na complexa história interespecífica entre humanos e vegetais. Essas interações são passíveis de análise histórica, assim como as outras que resultaram nas plantas como provedoras de alimento, vestimenta, corantes, remédios e tantos outros benefícios para nossa espécie. Nestas histórias, o ganho evolutivo para as plantas foi evidente na forma da expansão agrícola das espécies de interesse econômico. No caso deste artigo, espera-se que tenha ficado um pouco mais claro quais foram as vantagens mútuas das relações humano-plantas. No

13. Muitos outros artistas e cientistas desembarcaram aqui no Brasil da década de 1830 em diante, mas optamos por recortar apenas nas três décadas iniciais correspondentes à presença real luso-brasileira.

caso dos humanos, as plantas da nação atuaram como protagonistas históricas na transformação cultural de como os habitantes desta terra identificaram-se como brasileiros, ao longo do século XIX. No caso das plantas, a riqueza iconográfica gerou um crescente interesse no cultivo delas por todo o país. Do ponto de vista da evolução, elas garantiram um sucesso reprodutivo e adaptativo mais eficiente com esse protagonismo histórico de sua estética tropical.

A narrativa tradicional é a de que essa transformação cultural foi uma via de mão única perpetrada apenas por humanos. A proposta aqui foi desenvolver uma maneira de ver a agência histórica como um fenômeno inter-relacional entre todas as espécies representadas e a que representou nas gravuras e pinturas. Grosso modo, do lado antropocêntrico, as ideias de tropicalidade foram importantes na construção da identidade dos povos do norte da Europa e do Brasil. Neste processo de alteridade, tiveram destaque os traços fisionômicos e ecológicos de palmeiras, embaúbas, bromélias, bananas e outras mais. Do lado vegetal, ocluso e complicado de se historicizar, as plantas da nação e suas histórias evolutivas permitiram o surgimento de paisagens de beleza cênica *sui generis* para a percepção europeia. Os relatos e desenhos estereotiparam traços particulares dos ambientes tropicais brasileiros que repercutiram tanto na Europa quanto em outros mundos coloniais do outro lado do planeta.

Nesse cenário, as ciências naturais e a retórica romântica da percepção empírica e sensorial foram bagagens do Velho Mundo que os artistas viajantes carregaram para terras brasílicas. Obviamente estas relações tiveram uma estética visual bem evidente, afinal eram desenhos. Soma-se a isto também, as miríades de cheiros, gostos e sons que fascinaram o visitante estrangeiro. Essa percepção artística permitiu desenvolver uma síntese dos diversos elementos dispersos da natureza, conhecidos pelos métodos analíticos da história natural. Assim, envolvidos nesta aura humboldtiana de ciência e arte, as plantas da nação foram devidamente representadas na particularidade da fisionomia de seus traços e também na coletividade das paisagens tropicais. Os ambientes em questão também eram igualmente diversos, desde dentro das matas úmidas aos subúrbios de intensa atividade agrícola.

As três primeiras décadas do século XIX foram um momento rico para o desenvolvimento destes processos. A abertura para a entrada de estrangeiros, derivada das mudanças políticas da vinda da família real portuguesa em 1808, gerou uma ansiedade generalizada no campo das ciências naturais na Europa. De maneira implícita, o discurso colonial de “conhecer para dominar” foi parte presente na construção dos saberes e das pinturas de paisagem. A nova nação brasileira, que surgiu em 1822, foi profundamente marcada pela tradição científica, uma herança iluminista lusitana, e pela estética tropical destes artistas. Espero com este artigo ter contribuído um pouco mais para o debate da identidade brasileira com uma historicização das relações interespecíficas entre plantas e humanos.

Referências

Fontes primárias. Relatos de viagem

CHAMBERLAIN, Henry. *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro*. Londres: Thomas McLean, 1822. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393039/icon393039.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo, Brasiliana, v. 8, [1824] 1956. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or521397/or521397.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

HUMBOLDT, Alexander von; BONPLAND, Aimé. *Personal narrative of travels to the equinoctial regions of the new continent during the years 1799-1804*. London: printed for Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1814.

HUMBOLDT, Alexander von. *Views of Nature: or contemplations on the sublime phenomena of creation*. London: Henry G Bohn, 1850.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. A fisionomia do Reino Vegetal no Brasil. *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 95, p. 1294-1311, fevereiro de 1951. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1951_v8_n95_fev.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Historia naturalis palmarum*. Tomo 1. Leipzig: Weigel, 1823. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/9916#page/11/mode/1up>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reisen in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

RUGENDAS, Johann. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro S. A., [s.d.].

SPIX, Johann B.; MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. vol. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017 [1824]. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. 1º Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

STEINMANN, Johann. *Souvenirs de Rio de Janeiro*. Bâle, 1835. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon382952/icon382952.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

Fontes secundárias

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de la Europa*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

- BARBATO, Luiz Fernando Tosta. A invenção dos trópicos: clima e dominação à luz do Orientalismo de Edward Said. *Temporalidades*, v. 6, n. 1, p. 175-186, 2014.
- BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos Viajantes. *Revista USP*, n. 30, p. 6-19, 1996.
- BERG, Cornelis; Rosselli; PILAR, Franco; DAVIDSON; Diane W. Cecropia. *Flora Neotropica*, v. 94, p. 1-230, maio, 2005.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- CASCUDO, Luis da Câmara. O caso das bananas. In: CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. vol 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 119-124, 1967.
- COELHO, Mário César. Artistas viajantes e acadêmicos. *Revistas esboços*, v. 11, n. 12, p. 165-171, 2004.
- CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e paisagem. *HALAC – Revista de História Ambiental Latinoamericana y Caribeña*. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2013.
- DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 193-250, dez. 2006.
- DENTERGHEM, Oswald de Kerchov de. *Les Palmiers: histoire iconographique*. Paris: J. Rothschild Ed., 1878.
- DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. A arte de viajantes: de documentadores a artistas viajantes. Perspectiva de um novo gênero. *Revista Porto Alegre: Porto Alegre*, v. 15, n. 25, nov. 2008.
- DO LAGO, Pedro Corrêa; FRANCK, Louis. *O Conde de Clarac e a floresta virgem do Brasil*. Editions Chandeigne, 2005.
- GIBSON, Diana. Towards plant-centred methodologies in anthropology. *Anthropology Southern Africa*, v. 41, n. 2, p. 92-103, 2018.
- GIBSON, Diana; ELLIS, William. Human and plant interfaces: relationality, knowledge and practices. *Anthropology Southern Africa*, v. 41, n. 2, p. 75-79, 2018.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII(2), p. 389-410, jul./out., 2000.
- HARAWAY, Donna. *The Companion Species Manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.
- HEAD, Leslie; ATCHISON, Jennifer. Cultural ecology: Emerging human-plant geographies. *Progress in Human Geography*. v. 33, n. 2, p. 236-245, 2009.
- HITCHINGS, Russell; JONES, Verity. Living with plants and the exploration of botanical encounter within human geographic research practice. *Ethics, Place & Environment: a Journal of Philosophy & Geography*, v. 7, p. 3-18, 2004.

- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.
- KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentistas: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001.
- LANGDON, Robert Langdon. The banana as a key to early American and Polynesian history. *The Journal of Pacific History*, v. 28, n. 1, p. 15-35, 1993.
- LORIMER, Jamie. Nonhuman charisma. *Environmental and Planning D: Society and Space*, v. 25, p. 911-932, 2007.
- MARTINS, Luciana. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MARTINS-DA-SILVA, Regina *et al.* Conhecendo Espécies de Plantas da Amazônia: Imbaubão (*Cecropia sciadophylla* Mart. – Urticaceae). *Comunicado Técnico 234*, Belém, agosto 2012.
- MATTOS, Claudia Valladão de. A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt. *Revista Terceira margem*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 10, p. 152-169, 2004.
- OLIVEIRA, Ana Marcela França de. A mirada de Rugendas sobre as “matas virgens” brasileiras e sobre o pampa argentino. *Estudios Rurales*, v. 7, n. 13, Buenos Aires, p. 93-123, jul./dez., 2017.
- OLIVEIRA, Ana Marcela França de. As “pitorescas” florestas da Mata Atlântica nas paisagens dos viajantes. *Revista Labirinto*, Centro Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa do Imaginário Social, UFRO, ano XVIII, v. 29, p. 249-268, jul./dez., 2018.
- OLIVEIRA, Kelly Fernandes de, *et al.* Estrutura e distribuição espacial de populações de palmeiras em diferentes altitudes na Serra do Mar, Ubatuba, São Paulo, Brasil. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 1043-1055, dez. 2014.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; ENGEMANN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, ago. 2011.
- PEDRAS, Lúcia Ricotta. A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 97-114, jun./ago., 2000.
- PENJON, Jacqueline. Construção de uma paisagem brasileira na “Missão Francesa”. In: NITRINI, Sandra (org.). *Tessituras, interações, convergências*. São Paulo: Hucitec, p. 257-283, 2011.
- PEREIRA, Anísio. Mata Atlântica: uma abordagem geográfica. *Nucleus*, v. 6, n. 1, p. 27-52, 2009.
- PIATTI-FARNELL, Lorna. *Banana: a global history*. Londres: Reaktion Books, 2016.
- PLUMWOOD, Val. *Environmental Culture: the ecological crisis of reason*. London: Routledge, 2002.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.

- ROCA, Andrea. Imagens construtoras da nação: Rugendas e seus desenhos sobre indígenas no Brasil e na Argentina. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 29-64, jan./jul., 2017.
- RYAN, John Charles. Passive Flora? Reconsidering Nature's Agency through Human-Plant Studies (HPS). *Societies*, v. 2, p. 101-121, 2012.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCARDAMAGLIA, Amanda. A legal history of lithography. *Griffith Law Review*, v. 26, n. 1, p. 1-27, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Paisagem e identidade: a construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 19-52, jan./jun., 2009.
- SEIXO, Maria Alzira. Entre cultura e natureza: ambiguidades do olhar do viajante. *Revista USP*, São Paulo, v. 30, p. 120-133, jun./ago., 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 108-119, jun./ago., 1996.
- SIQUEIRA, Vera Beatriz. Contrastes naturais: imagens da flora brasileira. In: Ana Cecília MARTINS. *Flora Brasileira: História, Arte & Ciência*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- SIQUEIRA, Vera Beatriz. Narrativas de Brasil: a paisagem como discurso. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel (orgs). *Oitocentos – Tomo III: Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cefet/RJ, p. 520-531, 2014.
- SPOSITO, Tereza; SANTOS, Flavio. Architectural patterns of eight Cecropia (Cecropiaceae) species. *Flora*, v. 196, p. 215-226, 2001.
- STEPAN, Nancy. *Picturing tropical nature*. London: Reaktion Books Ltd, 2001.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. *Plural – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, p. 9-32, 2007.
- TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha*, v. 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul., 2015.

Sítios de internet

- BNDigital – Fundação Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/>.
- Flora do Brasil 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>.
- Flora Brasiliensis Online. <http://florabrasiliensis.cria.org.br/opus>.



Figura 1 – *Mata virgem perto de Mangaratiba*, Johann Rugendas, 182-,
litografia sobre papel. Fonte: BNDigital – icon 586112.



Figura 2 – *Rio de Janeiro*, de Carl von Martius, no “Atlas zu Reise in Brasilien”,
1824c., litografia sobre papel. Fonte: BNDigital – icon 1250074_04.



Figura 3 – *Cascatinha da Tijuca*, Johann Rugendas, 1822, aguada de nanquim, grafite. Fonte: BNDigital – icon 325978.



Figura 4 – *O Lazareto*, Henry Chamberlain, 1822, aquarela sobre papel. Fonte: BNDigital – icon 393039.



Figura 5 – Esboços diversos, Thomas Ender, aquarela e grafite. Embaúbas (primeira imagem), leguminosas e palmeiras, e nº 166 Bananen (próxima página). Fonte: BNDigital – icon 395061_48_163, icon 395061_45_155 e icon 395061_49_166 (respectivamente).



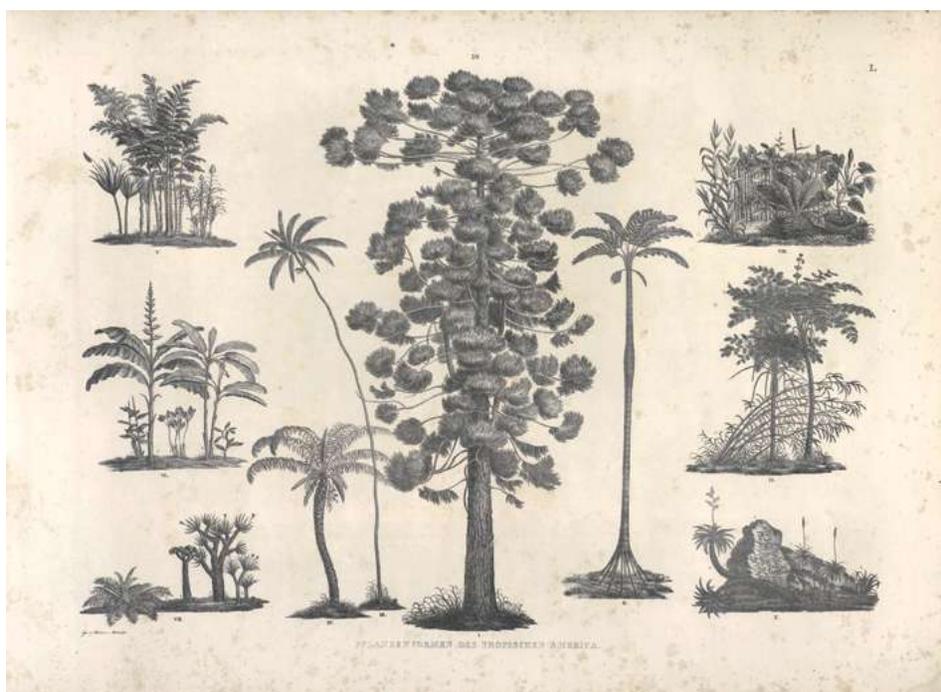
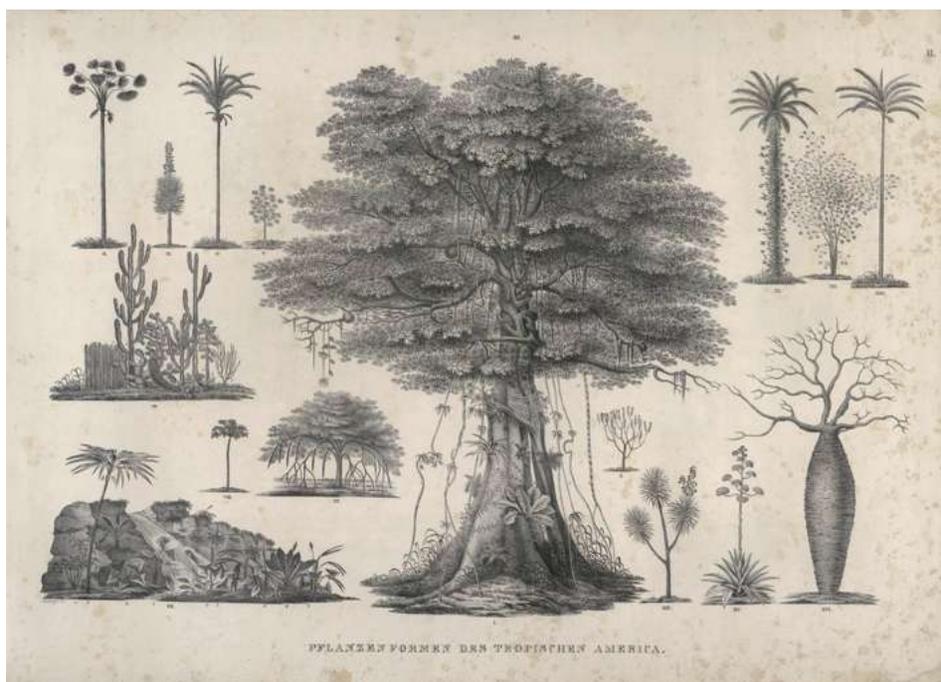


Figura 6 – Desenho do diretor do colégio em seu gabinete de trabalho. Pranchas de plantas, *Pflanzenformen des tropischen Amerika*, Carl von Martius, 1823-1831, do “Atlas zu Reisen in Brasilien”, litografia sobre papel. Fonte: BNDigital – icon 1250074_42 e icon 1250074_43.



Figura 7 – *Floresta Virgem do Brasil*, Comte de Clarac, 1822, água-forte e buril. Fonte: BNDigital – icon 326499.



Figura 8 – Gravuras de paisagem de Jean-Baptiste Debret em “Voyage pittoresque et historique au Brésil”. *Floresta Virgem nas margens do rio Paraíba* (primeira imagem) e *Vale da Serra do Mar* (segunda imagem), 1834, litografia. Fonte: BNDigital – icon 393052_072 e icon 393052_081.

Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²



Bicentennial
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
1822 • 2022



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL